Subversão e Guerra Fria

António de Sousa Lara

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Colecção manuais pedagógicos

Nesta colecção:

Representação Política, Eleições e Sistemas Eleitorais – Uma introdução
Manuel Meirinho Martins

A União Europeia como Actor Global – Dimensões Económicas e Normativas da Política Externa Europeia
Carla Costa, Marcos Ferreira, Maria Pereira, Andreia Soares

Manual de Economia do Desenvolvimento – Apontamentos
António Rebelo de Sousa

Economia Pública
José Albano dos Santos

Manual de Comunicação Estratégica – As Relações Públicas
Sónia Sebastião

Introdução ao Serviço Social – História, Teoria e Métodos
Maria José Silveira Núncio

Os Conflitos Étnicos e Interculturais
Marina Pignatelli

Gestão Financeira
António Rebelo de Sousa

Cidadania e Participação Política – Temas e perspectivas de análise
Manuel Meirinho Martins

Temas de Relações Económicas Internacionais
Carla Costa

Sociedade e Cultura na Área Islâmica
Teresa de Almeida e Silva

António de Sousa Lara

Subversão e Guerra Fria

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Fevereiro de 2011

Ficha Técnica

Título: Subversão e Guerra Fria
Autor: António de Sousa Lara
Editor: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Data de edição: Fevereiro de 2011
Tiragem: 1000 exemplares
Execução gráfica: Dislivro, Lda.
Impressão e acabamentos: Multitipo, Altes Gráficas, Lda.
Depósito legal:
ISBN: 978-989-

© Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Colecção Manuais Pedagógicos

Índice

Abreviaturas utilizadas IX

Introdução e Dedicatória XI

Capítulo 1 Afinal o que é o Estado? 15

1.1. A Origem do Poder Político e do Estado 17
1.2. A Genealogia do Estado Moderno 20
1.3. A Justificação do Poder Político 21
1.4. Os Fins do Estado e o Fim do Estado 23
1.5. Dos Estados em Abstracto aos Estados em Concreto 23
1.6. O Estado Totalitário e os Outros 26
Leituras Complementares 29
Bibliografia do Capítulo 29

Capítulo 2 O Estado e a Ideologia 31

2.1. A Omnipresença da Ideologia 31
2.2. A Ideologia de Estado 32
2.3. Os Três Níveis da Ideologia Política 33
Leituras Complementares 49
Bibliografia do Capítulo 49

Capítulo 3 Subversão e Novas Ameaças 51

3.1. Modelos Clássicos da Teoria da Subversão 51
3.2. A Internacionalização da Subversão Política 59
3.3. Novas Ameaças: A Para-Subversão ou Subversão Indirecta 61
3.4. O Contra-Terrorismo 62
3.5. A Subversão Indirecta 67
Leituras Complementares 75
Bibliografia do Capítulo 77

Capítulo 4 Evolução Histórico-Política da Política de Blocos (1945-1989) 79

4.1. A Política de Blocos e Guerra Fria 79
4.2. Do Primeiro Mundo sitiante ao Primeiro Mundo sitiado 81
4.3. O Segundo Mundo 136
Leituras complementares 270
Bibliografia do Capítulo 272

Capítulo 5 A Fim da Política de Blocos e a Globalização da Incerteza 275

5.1. O Mundo depois de 1989-1991 275
5.2. O "Modelo Espanhol" e o Fim do Segundo Mundo 285
5.3. O Terceiro Mundo 287
Leituras Complementares 291
Bibliografia do Capítulo 292

Palavras de Encerramento 293

Índice de Figuras

Figura 1. A Guerra como Subversão Política predominantemente Intranacional 53
Figura 2. Subversão Política predominantemente Internacional 54
Figura 3. Terrorismo Indiscriminado 56
Figura 4. Acções de Apoio e Financiamento do Terrorismo 56
Figura 5. Mecanismo de funcionamento geral do terrorismo 57
Figura 6. Estratégia da União Europeia no Combate ao Terrorismo 63
Figura 7. Estrutura do GRU (serviço de informações militares da URSS) 259

Índice de Tabelas

Tabela 1. Pactos Militares.....101
Tabela 2. Avanço do marxismo-leninismo no mundo na década 1940/1950 102
Tabela 3. Exemplos de conceitos de significado alterado pelo marxismo.....216
Tabela 4. Movimentos que desenvolveram actividades subversivas nos EUA (anos 60-70) 253

Abreviaturas utilizadas

Abreviatura	Significado
ALCA	Área de livre comércio das Américas.
ANZUS	Austrália, Nova Zelândia e USA (Tratado de).
cap.	capítulo.
CARICOM	Comunidade do Caribe.
CEE	Comunidade Económica Europeia.
CEI	Comunidade dos Estados Independentes.
CENTO	*Central Treaty Organization.*
cf.	confronte-se, confira.
CGT	Confederação Geral do Trabalho.
CIA	*Central Intelligence Agency.*
CISL	Confederação Internacional dos Sindicatos Livres.
cit.	citado(a).
CMT	Confederação Mundial do Trabalho.
col.	colecção.
COMECON	*Council for Mutual Economic Assistance.*
COMINFORM	*Communist Information Burêau.*
dls.	Dólares.
ed.	edição, editor.
EFTA	*European Free Trade Association.*
etc.	*et cetera.*
EU	União Europeia.
EUA	Estados Unidos da América.
FAO	*Food and Agriculture Organization.*
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.
FBI	*Federal Bureau of Investigation.*
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique.
GB	Grã-Bretanha.
GRU	*Glavniye Razvedyvatelnoye Upravleniye.*
INF	*Intermediate-Range Nuclear Forces.*
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
KGB	*Komitet Gosudarstveno Bezopasnosti* (Comité para a Segurança do Estado).
MAD	*Mutual Assured Destruction.*
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.

Abreviatura	Significado
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola.
n.º	número.
NAFTA	*North American Free Trade Agreement.*
NATO	*North Atlantic Treaty Organization.*
NKGB	*Narodnyi Kommissariat Gosudarstvennoe Bezopasnosti.*
NKUD	*Narodnyi Komissariat Vnutrennikh Del.*
OECE	Organização Europeia de Cooperação Económica.
OGPU	Directoria Política do Estado.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
OLP	Organização para a Libertação da Palestina.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
ONG	Organização Não-Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
pág., págs.	página(s).
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.
PC	Partido Comunista.
PCA	Partido Comunista da América.
PCC	Partido Comunista da China.
PCUS	Partido Comunista da União Soviética.
port.	portuguesa.
POUS	Partido Operário de Unidade Socialista.
PRA	*People's Revolutionary Army.*
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores.
RAU	República Árabe Unida.
RDA	República Democrática Alemã.
RFA	República Federal Alemã.
RPC	República Popular da China.
s/d.	sem data.
SALT	*Strategic Arms Limitation Talks.*
SDN	Sociedade das Nações.
SEATO	*Southeast Asia Treaty Organization.*
séc.	século.
seg., segs.	seguinte(s).
SWAPO	*South West Africa People's Organization.*
TASS	Agência Telegráfica da União Soviética.
TPI	Tribunal Penal Internacional.
trad.	tradução.
UNESCO	*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.*
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola.
UPA	União dos Povos de Angola.
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
vol.	volume.
WTC	*World Trade Center.*

Introdução e Dedicatória

O ISCSP tem sido pioneiro no enquadramento universitário de estudos na área da Estratégia, agora com uma linha de pós-graduação ao nível do Mestrado e Doutoramento, e na da Segurança, com pós-graduações nas áreas da Segurança e Informações, com edições sucessivas, frequentadas por um corpo discente muito qualificado, cujos resultados já são reconhecidos e evidentes.

Nos Mestrados e Doutoramentos de Relações Internacionais e de Ciência Política, têm-se, igualmente, revelado dissertações e teses que primam pela excelência avaliada nestas áreas e em temáticas afins, feito que cumpre registar e enaltecer com justa estima.

A todo este universo de alunos, actuais e antigos, se dedicam as páginas deste estudo. A evolução da conjuntura tem sido vertiginosa, o que deve levar a Academia a um investimento constante de inovação e de investigação criativas e úteis à sociedade, entendida como um todo. Este estudo representa uma linha de continuidade e de inovação, por isso mesmo.

Só com um corpo discente qualificado e envolvido em áreas complementares da vida concreta, é possível testar e melhorar as teses academicamente produzidas, actualizando a sua validade e utilidade factuais. Estas páginas reflectem, também, essa dedicatória.

O caminho é este mesmo. E a intergeracionalidade dos participantes nestes projectos promete garantir o seu futuro.

Oxalá assim seja.

Uma parte importante deste trabalho foi apresentada sob a forma de ensaio, na obra "*A Grande Mentira – Ensaio sobre a Ideologia e o Estado*", ed. Hugin, 2004, que se encontra esgotado. Como se disse então, as páginas em apreço representam, sobretudo, um estado de espírito crítico sobre o nosso tempo, visto a partir de várias décadas de preocupação académica e científica sobre o domínio das Ciências Sociais e Políticas, mas sem que a preocupação académica pura se torne sufocante. Pelo contrário, impera o desejo de afirmar convicções, de definir interpretações de natureza pessoal embora objectivadas, de esclarecer determinados aspectos que ao comum dos mortais não se afiguram como evidentes, mas, para aqueles que estudam estes assuntos, são mais facilmente detectáveis.

A novidade conjugada dos textos mais antigos, agora revistos e dos inéditos, é a da continuidade modelar. Criaram-se vários preconceitos inaceitáveis que distorcem a verdade quer científica, quer politicamente falando.

Se tivesse que qualificar relativamente as mentiras públicas do nosso tempo, a maior de todas é a que afirma que não há mentiras. Trata-se de um corolário que decorre da maquiavélica utilização da teoria do fim das ideologias. O século XXI é, supostamente, o apogeu da transparência, porque a própria sociedade de informação assim o determina. E portanto, perante uma inevitabilidade desta natureza, nada seria recôndito, nada se apresentaria como subentendido, nada estaria escondido ou subliminar. Eis a maior das mentiras, no meu modestíssimo entender. Mas há muitas mais, desde as clássicas mentiras da Revolução francesa, cada vez mais gritantemente falsas (desde logo a trilogia liberdade, igualdade e fraternidade) até à utilização dos meios de comunicação de massas para produzir nos eleitorados a ideia de que os governos e os poderosos estão efectivamente em progressão na resolução dos grandes problemas que afectam a humanidade e sobretudo os mais fracos e carenciados. Com o colapso dos "3 Mundos", sobra o sistema. Trata-se de uma enorme alforreca gelatinosa que envolve a maior parte do mundo. Tal como esses animais, é invertebrada, não é transparente mas sim translúcida, mexe-se devagar e, à vista desarmada, parece que não existe e inofensiva. Mas, todavia, são geralmente animais venenosos e o veneno de alguns deles é, mesmo, é mortal! Esta dissimulação é também uma das grandes mentiras do nosso tempo.

Mas há mais. Como aquela extraordinária falsidade de identificar o espírito de modernidade como se não fosse uma religião. De facto, a guerra a que assistimos hoje é uma verdadeira guerra de religiões: de um lado a idolatria da técnica, do mercado, da eficácia, o egoísmo narcisista dos vencedores ou dos fortes e do outro as religiões missionárias, que são a causa de todos os males dessa mesma modernidade, desde o tempo do Iluminismo a esta parte, e que, mal ou bem, concedem identidade e sentido à vida das pessoas concretas. Esta modernidade, dita assim simplificadamente, é a religião do sistema dominante. Vive em permanente ruptura com a técnica e com economia, ultrapassando-se a si própria, rejeita qualquer sentido ontológico e ético, despreza certezas eternas, princípios universais, sobretudo empecilhos da ordem do transcendente ou do afecto colectivo. A vitória neste século, como no final do século passado já vinha acontecendo em progressão crescente, de uma minoria, oligárquica, (a oligarquia vigente é mais ou menos plutocrática, como sempre acontece), mas desta feita mundial, significa a conquista ultra-elitista, mas efectiva, da liberdade, da igualdade e da fraternidade terrenas em detrimento do resto das multidões. Esta situação é, como resulta óbvio, inconfessável. E por isso é preciso mentir. Dizer que não existe nada disso, e que o que existe é diferente e muito melhor, constitui outra das grandes mentiras que faz parte da mentira principal.

Curiosamente, todo este trambolho não transformou a Humanidade de forma a que esta se sentisse, em termos genéricos ou pelo menos médios, mais feliz. Pelo contrário, aumentou o descontentamento por toda a parte. Em alguns lados de forma dramática, assistimos ao regresso do martírio voluntário e sistemático. A explicação oficial vai, como não podia deixar de ir, pela facilidade: os fundamentalistas são fanáticos. Uma parte da Humanidade é, portanto, estúpida *a priori*. O bom senso das massas, todavia, não se conforma com uma explicação tão simplista. Fica no recôndito das consciências alguma interrogação sobre o espectáculo de imolação de pessoas de todas as idades, sexos e condições, por um motivo incompreendido. Já é um princípio.

O fim oficial da "guerra fria", não veio libertar a humanidade da opressão, do medo, da miséria, da insegurança e das injustiças sociais, económicas e políticas. Algumas agravam-se até !

Outras falsidades menores, prendem-se com a subversão. Desde logo a de que os média são neutros ao noticiá-la. Ou de que a subversão é um assunto das Polícias, das informações, dos militares e do Estado e não da sociedade civil e dos particulares; de que o caos natural, económico ou sistémico não tem nada a ver com subversão. Proporei que assim não seja.

Resulta da doutrina cristã clássica, que não só dos católicos mas de todos, o princípio de decorrer toda a mentira de uma entidade precisa, negativa e permanente, a que biblicamente se chamou de demónio. O demónio é o pai da mentira, assassino desde o início. Ora o principal papel táctico do demónio, nos últimos tempos, foi o de fazer crer que não existe. A grande mentira, articulação de mentiras menores também elas grandes, filhas de quem são, segundo a Bíblia, seguem-lhe as passadas. A seu tempo, tudo virá à luz do dia. A seu tempo, tudo verá a Luz.

Objectivos:

Resumir os conceitos fundamentais sobre o Estado, o Poder Político, os Fins do Estado, a sua origem e evolução.

Analisar o processo histórico em concreto com base nos conceitos formulados.

Identificar as características do Estado Totalitário.

Síntese dos Temas Abordados:

Capítulo 1
Afinal o que é o Estado?

Se percorrermos, sem grandes preocupações de sistemática e de exaustão, a teoria política relativa ao nascimento do Estado, encontraremos vários tipos de explicações, das quais, provavelmente, as mais importantes serão:

a) Explicações de natureza teológica – que transferem o nascimento do Estado para uma razão transcendente.
b) Explicações de natureza evolucionista – quer de natureza unilinear quer plurilinear, como as concedidas por Morgan, por Karl Marx e Friedrich Engels, ou, se me é permitido, por mim próprio em boa medida, nas quais se aplica o princípio da complexidade crescente da vida social, um pouco à maneira das leis de Spencer, passando-se do homogéneo simples para o heterogéneo complexo, por sucessivas especializações de funções e de estruturas, fluindo a História ao longo de fases que, não tendo barreiras precisas, se identificam como diferentes.
c) Explicações de natureza contratualista – designadamente as características do período iluminista, pelas quais o Estado resulta de um pacto feito pelos indivíduos, com vista a acabar com o caos, passando-se da fase ou do período natural, no qual vigora a lei do mais forte, instituindo-se uma autoridade que recolhe parte da liberdade e dos direitos de cada um desses indivíduos para os administrar, a bem da ordem e supostamente da Justiça colectiva. O Estado seria, assim, um mau ou um bem necessário para terminar com a fase da selvajaria e instituir a fase da civilização. Cabem aqui autores tão díspares como Thomas Hobbes, doutrinador do Estado absoluto, John Locke, doutrinador do Estado liberal, da tolerância e do regime fisiocrático, Jean Jacques Rousseau, pré-romântico e crítico das estruturas políticas económicas, o barão de Montesquieu, que consagrou a fórmula final da tripartição dos poderes políticos, o judeu herético Baruch Espinoza, e tantos outros.

d) Explicações de natureza difusionista – que, e muito bem, dão especial relevo ao contacto de culturas e aos seus efeitos sociais e políticos, designadamente à transferência de padrões de comportamento e de instituições sociais de uma cultura para outra, quer as que estão em regime dominante quer as estão em regime dominado, através de uma permuta desigual que marca, a partir daí, os seus futuros. Cabem aqui uma grande parte dos antropólogos culturais da actualidade. Eu próprio dou o maior dos relevos a esta vertente, como aliás decorre da minha obra "*Colonização Moderna e Descolonização – sumários para o estudo da sua História*".
e) Explicações natureza construtivista – Têm muitas vezes uma natureza teórico-jurídica, e são tendencialmente positivistas ou estruturalistas, baseadas na teoria dos modelos e da sua autonomia relativamente à História.

Estas doutrinas apenas se reportam ao nascimento do Estado e raramente se preocupam, de forma profunda, com o porquê, ou seja, com a razão de ser da continuação do Estado, da sua estruturação, do seu desenvolvimento, do seu serviço, dos seus prejuízos, das suas prestações positivas e negativas. A doutrina política – e recordemos que não há doutrina política imparcial – tende a relegar subliminarmente, ou pelo menos discretamente, as teorias relativas à instrumentalidade social diferenciada, absoluta ou relativa, da instituição Estado para um domínio marginal e patológico. Assim as simples palavras anarquismo, ou comunismo, trazem imediatamente a reboque uma conotação negativa, uma vez que são profundamente marginais à doutrina que interessa, à justificação da continuidade ou da transformação interessada da instituição Estado. A própria teoria política mostra-se profundamente conservadora, pois funciona com arquétipos doutrinários que não se conformam com o período de mudança acelerada em que vivemos. Muitas vezes, encontro-me na situação de leccionar doutrinas assentes que estão absolutamente desfasadas da realidade sociológica que se evidencia perante os nossos olhos, parecendo que tais teorias políticas vivem numa profunda situação de esquizofrenia.

É evidente que, ao teorizar, é preciso sintetizar. Com essa distorção, que resulta de um imperativo científico, temos nós que viver. Mas não é concebível nem razoável fugir à questão central, primeira e profunda, sobre a natureza do Estado, mais do que a sua origem, muito embora estas duas questões também andem intimamente associadas.

Se privilegiarmos o efeito difusionista contemporâneo como causa e condição predominante que justifica a consagração, expansão e alteração do modelo Estado por todo lado, sendo portanto o principal responsável pela actual natureza e situação da própria instituição no mundo inteiro, cremos que existe um imperativo de força determinante na imposição de um modelo que se tornou quase que absoluto e exclusivo. Quer por colonização, quer por neocolonialismo, quer pela

imposição depois de 1945 e através das instituições da própria Organização das Nações Unidas, por força de um Direito Internacional culturalmente marcado, de vencedores, e que se impôs de uma forma indiscutida, quer por força da dependência económica de novos países, relativamente às normas da finança e do comércio internacional, a articulação com esse Direito Internacional Público e ainda com o Direito Internacional Privado, culturalmente marcados, e ainda por força de modelos impostos pelas armas, na sequência de derrotas militares, começando pela Alemanha e pelo Japão, em 1945, e acabando nos Estados que saíram da antiga Jugoslávia e mesmo no Iraque, se se conjugar tudo isto, não teremos dificuldade em perceber que o modelo Estado resulta ideologicamente marcado, servidor de projectos concretos que não são neutros nem doutrinariamente indiferentes, satisfazendo interesses estratégicos e, portanto, constitui um dos muitos instrumentos da política (e já não faz muito sentido traçar um limite entre política internacional e as políticas internas) para assegurar o mando. E apesar da ruína progressiva e da demonstração da falsidade, como teoria geral, da velha filosofia marxista sobre a luta de classes, sobre a sua função na História e sobre o seu papel motriz no porvir, não podemos deixar de constatar, com enorme facilidade, que estes mesmos instrumentos não se encontram ao serviço de toda a Humanidade por igual, bem pelo contrário, são utilizados por uns poucos para subordinar a maioria. E, portanto, há que analisar o fenómeno a partir desta relação desigual.

1.1. A Origem do Poder Político e do Estado

Cumpre, em primeiro lugar, reavivar o conhecimento, tantas vezes esquecido, de serem os fenómenos políticos objecto de estudo de diversas ciências sociais e humanas, e não apenas de uma só, sendo a divisão das matérias mais tributária das tradições académicas de cada escola ou Universidade, do que de uma lógica sistémica ou de um enquadramento muito ortodoxo, em termos epistemológicos. Assim sendo, a problemática da origem do Estado e do poder político coube, numa busca mais precisa e construtora de uma teoria geral, mais, por via da regra, aos departamentos de Antropologia Cultural, depois, de Sociologia, do que aos de História ou de Direito. Sem dúvida nenhuma, se quisermos aprofundar, em termos académicos, este assunto, teremos de recorrer a um sector que, com algumas reticências, a meu ver, mais do que fundadas, se designou de Antropologia Política.

Não será também a primeira vez que, para além destas Ciências, faço apelo aos conhecimentos desenvolvidos pelos cultores da Etologia, ciência dos comportamentos animais gregários e sociais, e que, de uma forma mais completa, permitem compreender a origem e os alicerces biológicos da Cultura humana.

Retomo a leitura da já clássica obra "*A formação do Estado*", da autoria de Lawrence Krader (sigo a tradução espanhola da Editorial Labor, S. A., Barcelona, 1972). A páginas 170, conclui o autor que "o Estado não tem uma única origem, senão muitas. Surgiu de forma independente em diversos lugares e em momentos diferentes. Formou-se de diversas maneiras: por conquista exterior, por desenvolvimento interno, ou por ambas as coisas em simultâneo. Apareceu em determinadas zonas geográficas como consequência da combinação de relações territoriais e consanguíneas." Para este autor, o aparecimento do Estado resulta, em boa medida, do volume da população da comunidade, ou seja, de um critério demográfico fundamental, uma vez que esse aumento propõe a necessidade de um órgão de governo central, guardião de um poder que não divide com ninguém. Quanto à questão das divergências académicas, o autor (a páginas 172 e seguintes) simplifica a discórdia pela existência de dois "bandos de antropólogos" que se opõem sobre este problema. Um primeiro entende que Estado se desenvolve pelo princípio organizador de todas as sociedades e, portanto, que o Estado surge onde quer que exista uma sociedade humana. Um outro bando opina que Estado só aparece nas sociedades complexas, como instrumento especializado de domínio e de controlo da sociedade por um comando central exclusivo. E dá, como exemplo do primeiro bando, Edward Meyer e W. Koppers, estando Lowie na fronteira desta doutrina. Todos os outros grandes antropólogos estariam incluídos no segundo, como por exemplo, Malinowsky, Morgan, Stewart, Fortes, Evans-Pritchard.

Mesmo dentro do segundo destes bandos não há unanimidade, uma vez que nele co-existem os que acreditam no dogma da identidade do espírito e portanto defendem, de uma forma explícita ou mitigada, o evolucionismo unilinear, e outros que seguem a crítica bem fundada do sociólogo americano Franz Boas, como foi o caso do nosso professor doutor Jorge Dias, rejeitando uma tal interpretação. Aliás, este domínio é fértil na explicação pseudo-histórica, como denunciou A. Radcliff-Brown: "partindo de um facto conhecido relatado, inventa-se uma 'explicação', imaginando alguma circunstância ou acontecimentos do passado remoto que não teria esquecido e argumenta-se, *a priori*, que a circunstância conhecida pode ou deve ter tido a sua origem dessa maneira. A devoção pela pseudo-história tem dado resultados infelizes. Levou à adopção de falsas ideias sobre os factos tais como eles são e, muitas vezes, influenciou ou viciou a observação e a descrição" (cf. "*Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*", ed. Fundação Calouste Gulbenkian, págs. 11 e seguintes).

Muito provavelmente, a todos assistirá uma parte da razão, como é hábito acontecer. Suponho que o problema está no frequente divórcio existente entre a perspectiva académica da Antropologia Cultural e as tradições concomitantes, nas áreas do Direito e da Ciência Política, que são mais afectas a este domínio do

saber. E resulta, também, da insistência em tentar fazer a genealogia do Estado moderno a partir das tradições autónomas de organização do poder nas sociedades primitivas estudadas. É que se, por um lado, se pode e deve estudar numa lógica histórica e antropológica a origem territorial e estrutural do poder político nas sociedades humanas, tendo em conta o princípio da originalidade de cada uma das experiências conhecidas, por outro parece menos discutível que o Estado moderno, tal como se apresenta hoje, cobrindo a quase totalidade da Humanidade e da superfície terrestre, não descenda dessa pluralidade de experiências e de tradições, mas radique, mais simplesmente, na matriz europeia, o mesmo será dizer na tradição greco-romana, feudal e moderna, do velho continente, difundida para toda a parte do mundo através da colonização, da progressiva generalização do Direito Internacional, do neocolonialismo, do imperialismo económico, político e sobretudo cultural, do sistema globalizador introduzido no século XX através da Sociedade das Nações, da Organização das Nações Unidas e do próprio Direito Internacional Público. O Estado moderno impôs-se por toda a parte como se impôs a língua inglesa, a *pizza* italiana, a sanduíche, os desodorizantes, a electricidade, o *whisky*, os refrigerantes de cola, o chocolate em barra, o café expresso e o maço de tabaco. Trata-se, em todos estes casos, de um mecanismo de carambola de difusão cultural que impôs um determinado padrão de comportamento, um determinado traço cultural em desfavor, quer de uma inexistência, quer de todos os outros que desempenharam uma função idêntica e que foram abafados e substituídos de uma forma imperialista e hegemónica.

Por conseguinte e em razão de sistemática, surgem-nos duas questões temáticas interessantíssimas, mas de todo em todo autónomas, a saber: a questão da identificação histórica e sociológica das diversas formas e soluções de organização do poder político, envolvendo a insondável questão da existência ou inexistência de organização política sempre que exista organização social; e a outra, bem diversa, que é a de configurar o nascimento do Estado moderno no modelo que se generalizou, identificando eventualmente a origem histórica das suas diversas componentes, sublinhando, sem dúvida, as diversas alternativas que gerou, raciocinando sobre a sua anatomia e a sua fisiologia, estudando, finalmente, as suas crises e a sua patologia. Se bem percebo, estão aqui de novo presentes as diversas tradições académicas das ciências políticas: a História procurará identificar os modelos políticos do passado, dos quais ficaram documentos; a Antropologia Cultural contará e descreverá os modelos das sociedades primitivas antigas e actuais; a Ciência Política e o Direito ocupar-se-ão do modelo que se impôs moderna e contemporaneamente, esmiuçando-o em todos os sentidos; a Sociologia ocupar-se-á mais da patologia e das relações estabelecidas entre a estrutura social e a estrutura política, na constância desse modelo hegemónico.

1.2. A Genealogia do Estado Moderno

Na sequência do que fica dito, o Estado moderno não é herdeiro de todos os figurinos de poder político que paralelamente caracterizaram as sociedades humanas e as respectivas culturas ao longo dos séculos, senão apenas do padrão Ocidental, europeu, dominador através da expansão colonial e neocolonial. Nesse sentido, o Estado deriva da *Pólis* da antiga Grécia, da Cidade de Platão e de Aristóteles, e dos seus figurinos académicos que tratavam sobretudo da democracia ateniense, apesar dos escravos e dos estrangeiros, ou do despotismo espartano, apesar das diferenças de classe. Em segundo lugar, deriva inevitavelmente da matriz imperial da cidade de Roma, quer através do conceito e da vivência da coisa pública, do estatuto de cidadania, do Direito extensivo a uma comunidade ou diferentemente a várias, da organização do poder político, administrativo, económico e social, da utilização da Língua e da Cultura como complementos integradores da organização política, tomada esta no sentido global de expressão, transmitidas que foram estas tradições aos reinos dos povos bárbaros que tomaram conta do império romano após a sua decadência, caldeando estas tradições com as de instituições próprias dos povos em apreço, designadamente dos Godos e Visigodos, Francos, Germanos, para falar sobretudo do Ocidente. A própria *Respublica Christiana* se entrosa com a tradição imperial de Roma, acabando por "completar" o figurino transmitido à Idade Média e ao feudalismo europeu. Um ou outro legado árabe e judeu condimentaram o modelo dominante. O Renascimento completa o figurino do Estado Ocidental, com a tradição do Sacro Império Romano-Germânico, com o parlamentarismo britânico e, apesar de tudo, com as convulsões provocadas pela República inglesa de Oliver Cromwel, sem esquecer a fundamental lição de Jean Bodin, na sua obra "*Os seis livros da República ou do Estado*". Todavia, é na obra de Nicolau Maquiavel que nasce o conceito de Estado e a política de Estado modernos. Em outro local já desenvolvi, com algum detalhe, estas doutrinas. Todavia cumpre, agora, apenas referenciar os passos da genealogia do figurino que se tornou dominante, a nível do poder político. O Estado moderno é igualmente tributário da Reforma protestante, nas suas diversas formulações, da reacção da Santa Sé, do concílio de Trento e do tratado de Tordesilhas, do mercantilismo e da reacção fisiocrática, do iluminismo e do despotismo esclarecido e do absolutismo defendido por Thomas Hobbes, bem como do liberalismo institucional que imaginou e defendeu a doutrina de John Locke. Esta tradição hegemónica é também herdeira do imperialismo napoleónico e da Santa Aliança que o destruiu, do romantismo nacionalista e do sindicalismo reformista e mesmo revolucionário, do segundo império alemão do Príncipe Bismarck, das sucessivas experiências constitucionais francesas, da Conferência de Berlim, da guerra de 1914-1918, da Sociedade das Nações, do

fascismo, do nazismo, do bolchevismo, da guerra de 1939-1945, da ONU, da guerra fria, da política de blocos, da globalização posterior a 1989.

Esta é, necessariamente em traços muito gerais e incompletos, a genealogia do figurino que se impôs à Humanidade e que devastou e triturou qualquer outra tradição de poder político autóctone, muito embora seja sabido que, sempre que há duas culturas em contacto, há transferências de padrões de Cultura e de comportamento, de parte a parte, sendo certo que o modelo dominante se impõe de uma forma preponderante.

1.3. A Justificação do Poder Político

Sobra, todavia, a questão da justificação do poder político. A justificação pode ser entendida num duplo sentido: em primeiro lugar, num sentido ideológico, isto é, o elenco das doutrinas relativas à origem do poder, à sua fundamentação filosófica, histórica, religiosa, à teoria da legitimidade do poder, a que adiante se fará referência. Toda esta matéria é exclusivamente do domínio das ideologias, muito embora possa estar disseminada pelo Direito, pela moral, pelas doutrinas políticas e partidárias, pelas modas, pela ética e por todas as outras manifestações que fazem parte deste domínio. A segunda questão é de natureza diversa e diz respeito à procura científica da justificação concreta e material da existência de poder político em todas as sociedades humanas. A resposta dada pela Ciência Política mais positivista é a que se contém no capítulo dos chamados fins do Estado, a saber: o fim de segurança, que compreende quer a defesa externa do Estado quer a segurança interna do mesmo; o fim de Justiça, que o Estado moderno apropriou, concentrou e normalizou progressivamente; e, muito mais tardio, o fim de bem-estar económico e social, que foi igualmente "nacionalizado" pelo Estado moderno e contemporâneo, começando pelo ensino primário e acabando na exuberância do Estado-providência. Formalmente, o Estado existe, por conseguinte, para satisfazer esses objectivos colectivos em regime de exclusividade, embora a globalização desenvolvida no século XX tenha acelerado mecanismos de confederação, de associação internacional, de participação e de co-gestão das soberanias, pondo, por conseguinte, em causa, primeiramente de uma forma material, mas depois inexoravelmente de um ponto de vista jurídico, a própria natureza do Estado e do poder político, sobretudo da sua forma mais completa que é a da soberania. Esta resposta positivista apenas atende a uma parte das nossas dúvidas e, de certa forma, justifica tecnicamente a sujeição dos cidadãos ao poder político, bem como a questão fundamental da fiscalidade e da tributação.

Infelizmente, a doutrina da Ciência Política confunde, não raras vezes, ideologia com justificação científica. Uma das razões menos invocadas, mas uma das

mais determinantes causas, para a existência do Estado e do poder político é a lei da força ou, se quisermos ser mais precisos, a lei dos mais fortes. Evidentemente que esta explicação tornou-se politicamente incorrecta a partir, sobretudo, do contratualismo, até aos dias de hoje. Parece insustentável argumentar com uma necessidade de, através de um contrato social, os indivíduos disporem de grande parte dos seus direitos a favor de uma nova entidade, o Estado, para garantir a ordem e a paz, se se comprovar que essa alienação não é facultativa mas imposta e que a fruição dessa concentração de competências e, portanto, do poder que lhe está inerente, beneficia sistematicamente uma oligarquia, tendencialmente plutocrática e timocrática (porque controla a violência legal), que se renova por cooptação e se legitima por mecanismos formalmente democráticos ou, até, autocráticos. A lei da força como fundamento do Estado foi defendida por diversos autores, desde Jean Bodin a Duguit, cios cultores da Escola do Conflito (Ratzenhoffer e Gumplowicz) aos da escola italiana de Ciência Política (V. Pareto, G. Mosca, R. Michels) e até aos teóricos da escola marxista.

Uma segunda explicação de natureza não ideológica é a que fundamenta o Estado num conjunto de razões de natureza psicológica, como seja a necessidade sentida pelos homens de viver em conjunto, o gregarismo, defendido por Platão, até à justificação da relação psicológica e social de pôr em conjunto dois grupos distintos e gerais de pessoas, um com apetência pelo mando e outro com o desejo de ser mandado e de obedecer (como, por exemplo, as teorias de Max Weber, Gabriel Tarde, B. de Jouvenel e Vilfredo Pareto, entre outros). Nesta explicação psicossociológica poderíamos incluir uma nota relativa às justificações ideológicas que dão uma origem transcendente ao Estado (o direito divino, a origem divina de certas estirpes dominantes). Caberia aqui, ainda, uma referência à explicação etológica a que fizemos referência noutro local.

Uma terceira explicação resulta da Escola marxista e entende o Estado como uma superstrutura composta por um conjunto de aparelhos, ideológicos e repressivos, criada para completar e manter a exploração das classes dominadas por uma classe dominante, a partir do momento em que as relações de propriedade e as relações de produção se mostram insuficientes para garantir a sua própria continuidade. O Estado é, assim, nesta lógica, um instrumento complementar mas indispensável de dominação de uma classe social sobre as outras.

Finalmente, o Estado existe por continuidade. A sua própria existência e generalização cria, por assim dizer, um "facto consumado". Os indivíduos nascem no seio do Estado, são enculturados no seio do Estado, são obrigados a viver no contexto do Estado e, sobretudo, são cada vez mais incapazes, excepto uma pequena minoria, de alterar o seu próprio destino e o destino do próprio Estado.

Fora destas explicações, teremos sobretudo ideologia mais directa e óbvia. Tanto nas teorias democráticas como nas teorias autocráticas, nos fundamentos filosóficos ou nas justificações morais, encontraremos razões inventadas *a posteriori*, para fundamentar factos materiais que têm causas totalmente diversas, mas muitas vezes inconfessáveis ou mal conhecidas.

1.4. Os Fins do Estado e o Fim do Estado

A esta concepção de Estado moderno fica, pois, permanentemente associada a teoria dos fins do Estado, que já se referiu e passou a fazer parte da teoria clássica do Estado. Justifica-se este conjunto de meios como instrumento indispensável à realização dos interesses gerais e fundamentais da colectividade respectiva, constituindo, assim, um "serviço exclusivo" da sociedade dita perfeita, nos termos da escolástica antiga. A Segurança, como já havíamos referido, diz respeito à defesa externa do Estado e à garantia da ordem, a nível interno, abrangendo as pessoas singulares e colectivas que o constituam, ou que no seu âmbito actuem, e ainda aos valores estabelecidos: a Justiça, como condição indispensável para garantir a paz social, baseada em "relações de mútuo respeito e de equidade", segundo a doutrina do professor Marcello Caetano; e o Bem-estar material e espiritual, em referência às necessidades colectivas resultantes da Cultura e da Economia.

Este Estado moderno nasceu à luz do conceito de soberania, entendido como o poder político que não tem igual na ordem interna, nem superior na ordem externa. Trata-se, como é óbvio, de uma abstracção que, se teve algum fundamento material no Ocidente, ou pelo menos no Hemisfério Norte, durante o século XIX e início do século XX, dificilmente se poderia generalizar a todos os sujeitos de Direito Internacional Público de base territorial, sendo cada vez menos verdadeira à medida que o tempo foi avançando.

1.5. Dos Estados em Abstracto aos Estados em Concreto

O formalismo jurídico emprestou à Ciência Política uma abstracção fundamental que chamamos de Estado. Sem essa abstracção, não teria sido possível teorizar nem elaborar neste domínio. Todavia, trata-se de uma configuração de tipo modelar, sem existência concreta. Ou seja, por trás de uma virtualidade ideal, do domínio teórico, pretende-se estudar uma pluralidade, ao nível das centenas, de realidades materiais, em que nenhuma coincide com outra em absoluto. Na obra "*Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*" (ed. do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2002) procurei demonstrar que a simples imposição de um modelo ocidental de Estado contemporâneo representa uma forma de imperialismo, não só de natureza cultural, o que é o menos grave,

mas sobretudo com uma intenção de dominação política internacional, já estratégica, portanto, e de supremacia económica, numa época de globalização. Por conseguinte, criou-se uma falsa ideia clara, de aparente neutralidade, que é a de "beneficiar" os países recém-nascidos – e neste período se abrange toda a segunda metade do século XX, até chegarmos aos dias de hoje – com o "estado da arte" da instituição política e do Direito Público a ela referente, quer de âmbito interno, quer de âmbito internacional. Trata-se, verdadeiramente, de um presente envenenado, pois com esta uniformização se facilita a dependência e a sujeição, à escala mundial, dos mais fracos, pessoas singulares e colectivas. Os países sem tradição suficiente de adequação cultural a esses modelos ganham uma tarefa dolorosa acrescida: a de se adequar à força, sob pena do respectivo isolamento internacional. São, portanto, objectivamente forçados a adequar-se a um modelo indiscutível, por ser afirmado como politicamente correcto, até pela insuspeita ONU, afinal ela própria instrumento e consequência desta mesma lógica.

Mas, por outro lado, a desadequação da doutrina e da teoria do Direito Internacional Público acelerou-se, também, de forma impressionante. Vejamos, a título de exemplo, no que respeita aos sujeitos de Direito Internacional Público, o que mudou.

Estados soberanos, tecnicamente, não parece haver nenhum, pois até os Estados Unidos da América, fazendo parte de uma confederação defensiva, a NATO, à qual sujeita uma parte do seu *jus belli,* já não são tecnicamente cem por cento soberanos. As próprias determinações relativas à limitação da guerra, decorrentes da Carta de São Francisco, reduziram severamente o direito de uso dessa competência internacional do Estado, ao ponto de se considerar, também teoricamente, que a guerra ofensiva é internacionalmente ilegal. Ao nível sociológico, o *jus tractum* e o *jus legationem* estão materialmente empatados, para não dizer pior, com o nível contratual que envolve as empresas e a representação semiformal e mesmo informal dos agentes económicos, ONG's e outros agentes internacionais a par dos Estados. Tudo isto ocorre dentro daquilo a que poderíamos chamar a normalidade. Se entrarmos naquilo que se consentiu entender como patológico, ou seja, o domínio da criminalidade internacional organizada e da subversão política, o relacionamento ganhou foros de maior informalidade, ao nível do Direito, e, pelo menos, de grande eficácia, ao nível dos factos.

Se passarmos à questão dos Estados semi-soberanos, verificaremos que os Estados exíguos, praticamente, deixaram de existir, uma vez que, da lista que publiquei na citada obra "*Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*" e que refere os micro-Estados que se tornaram independentes na segunda metade século XX e nos primeiros anos do século XXI, muitos deles não têm condições de sobrevivência autónoma, não têm capacidade defensiva nem ofensiva, não têm recursos humanos nem económicos para ser considerados verdadeiros Estados e,

no entanto, por razões que se prendem com a geopolítica e com a geoestratégia, designadamente, com a necessidade de cimentar bases militares no contexto da política de segurança de um Mundo globalizado, não são considerados Estados exíguos, nem de direito, nem de facto.

Quanto aos Estados vassalos, ensina-se que se trata de um arquétipo. Os últimos teriam sido os que desapareceram com a queda do império Otomano, na guerra de 1914-1918. Quanto a alguns autores, sobraria o caso de Andorra. Mas o que mais há, hoje em dia, em termos materiais, são Estados vassalos, ou seja, que de facto prestam permanentemente um preito de homenagem em relação a uma grande potência ou a uma superpotência. Quer pela dívida externa, quer pela dependência estratégica, quer por um conjunto diverso de circunstâncias económicas, militares, sociológicas, políticas, verifica-se uma tutela material de um Estado dependente a outro dominante e superior, um vínculo de subserviência idêntico ao que decorria da homenagem feudal. Se compararmos materialmente, serão porventura esses Estados muito mais dependentes de uma "suserania material", do que o eram, de facto, os Estados que, na Idade Média, dependiam da teocracia papal, no âmbito da *Respublica Christiana*.

No que concerne aos Estados neutralizados, a categoria existe mas não se renovam os casos nela verificados e mesmo alguns dos antigos, como no caso do Japão ou, menos evidentemente, no da Finlândia, ficamos sem saber se o estatuto ainda existe com toda a sua força e vigor. As guerras criadas durante a "guerra fria" e a *détènte* já não são mais guerras declaradas. Praticam-se, desde então, actos de guerra, deles decorrendo conflitos militares, mas a situação formal da guerra caiu em completo desuso. Dá ideia que, com esta decadência, decaiu também o estatuto formal de Estado neutralizado, o que, aliás, faz todo o sentido.

Quanto aos Estados protegidos – e sobre eles há bastante história e doutrina que reproduzi na obra "*Colonização Moderna e Descolonização*", já referida –, a ideia que também fica é a de que desapareceram do mapa. Em termos formais, estão extintos os protectorados, expediente de que se usou e abusou, sobretudo, ao nível da segunda onda de expansão colonial, contemporânea da Conferência Berlim e dela também sucedâneo. No entanto, há países que se comportam verdadeiramente como Estados protegidos, tal como, por exemplo, aconteceu durante décadas com a República da China, com sede em Taiwan, ou com inúmeros pequenos países da Polinésia e da Melanésia, relativamente à Austrália, à Nova Zelândia, aos Estados Unidos da América, à Grã-Bretanha e à França. E o mesmo se pode dizer de certos Estados *dolarizados* do continente americano, face aos EUA.

No que diz respeito à pertença a confederações, tal circunstância determinava, segundo a doutrina, a perda parcial da soberania, uma vez que a co-gestão de parcelas do *jus belli,* do *jus tractum* e do *jus legationem* a isso leva. Contudo,

a prática parece desmentir essa teoria, uma vez que será muito difícil considerarmos que os Estados Unidos da América ou o Reino Unido se encontrem, por isso e só por isso, na condição de Estados semi-soberanos.

Ou seja, a evolução da História, nestes últimos 60 anos, foi de tal maneira rápida e profunda que transformou, a uma velocidade alucinante, a realidade dos factos e dos parâmetros a que estávamos habituados. E a doutrina não conseguiu acompanhar tal mutação tão célere. Actualmente, encontramo-nos perante esta dificuldade: em termos de análise teórica, ficamos em meados do século XX, mas a História não deixou de fluir de forma vertiginosa. Há pois que reteorizar tudo de novo.

1.6. O Estado Totalitário e os Outros

Temos de começar por fazer algumas precisões sobre os principais modelos materiais de Estado, sobretudo no que importa à relação instrumental dos interesses dominantes que os mesmos consentem. E, em primeiro lugar, há que referir, de novo, que os interesses dominantes substituíram, no mundo ocidentalizado, a classe dominante de outrora. O mesmo se passa em termos de globalização.

No entanto, o Estado totalitário deve ser distinguido do Estado democrático e liberal, neste particular. Em primeiro lugar, porque Estado totalitário consiste num Estado mais simples, quer em termos funcionais quer em termos estruturais, do que o Estado liberal-democrático em idêntico estádio de desenvolvimento. As divergências tendem, neste, a constituir-se a nível pessoal e no âmbito da elite, ou dos vários níveis de elite existentes. As disfunções de instrumentabilidade do sistema político, em relação aos interesses dominantes, são mínimas. Os aparelhos repressivos e os aparelhos ideológicos funcionam concertadamente e no mesmo sentido. Em certa medida, o Estado totalitário assemelha-se a um Estado em guerra, por tudo o que foi dito.

No caso do Estado liberal e democrático, os interesses dominantes são essencialmente semelhantes e os mesmos. Mas tem este, agora, elites públicas e privadas, fraccionadas não só oficialmente, mas efectiva e materialmente. Este fraccionamento não resulta exclusivamente da complexidade maior do Estado, nem da sua desconcentração ou descentralização administrativa, mas tem íntima relação com elas. Em termos formais, o Estado liberal e democrático compõe-se ora em federações autênticas, ora tem regiões autónomas autênticas, verdadeiras autarquias locais, administração pública efectivamente desconcentrada e descentralizada, uma verdadeira sociedade civil, uma opinião pública dividida, meios comunicação social que se podem opor aos poderes instituídos e mesmo entre si, uma Economia em que impera a propriedade privada, a liberdade de iniciativa e a concorrência. Num Estado totalitário, só poderemos encontrar simulacros

destas realidades. Todavia, e apesar deste pluralismo aparentemente desintegrador, os interesses dominantes coincidem no essencial. Este é o modelo final da ocidentalização. Não há uma divergência profunda, nos interesses centrais, entre o Governo e as oposições, da economia legítima e da economia ilegítima, em suma, dos agentes fundamentais que mantêm esse sistema. E por isso mesmo, muitos sociólogos apressados concluíram pelo fim das ideologias, uma vez que notam que a esquerda e a direita, sistémicas e ocidentalizadas, apenas diferem em franjas dos seus programas e actuações (o que é bem mais sério e elucidativo), designadamente em aspectos de "mera" conotação moral, considerada marginal numa sociedade laica, materialista e efectivamente pagã ou agnóstica. Daí que o discurso doutrinário do Papa João II tenha sido e continue a ser tão mal digerido pelo Ocidente. Trata-se de um Papa moralmente conservador, mas em termos económico-sociais muito progressista, uma vez que condenou abertamente a sociedade de consumo e de desperdício, globalizada, como moralmente inaceitável. Ora isto é um ataque directo ao sistema dominante liberal e capitalista que se universalizou. E apanha todas as opções político-partidárias envolvidas na gestão desse mesmo sistema, não deixando de fora nem os governos nem as oposições concertadas na manutenção, continuação e desenvolvimento do mesmo.

Evidentemente, também, este Estado ainda não existe, num tal modelo acabado, em grandes partes do mundo. Como é o caso e exemplo do continente africano onde, por umas razões ou por outras, se verifica a existência de um modelo inacabado, baseado na exportação colonial do modelo Ocidental, mas sem tempo nem condições suficientes para se impor como tal. Na África mediterrânica, esse figurino foi divulgado sobretudo pelas colonizações francesa, inglesa, italiana e espanhola. Foi continuado por fórmulas neocolonialistas até às independências do pós-guerra e, depois disso, por imperialismos pós-coloniais, pelo Direito Internacional Público e pelas organizações internacionais, das quais se destaca, de sobremaneira, a ONU. Na África austral, na chamada África negra, subsaariana, a imposição do modelo resulta, também, da colonização ocidental, designadamente das colonizações inglesa, portuguesa, belga e alemã, em especial, e decorre, no período pós colonial, das mesmas pressões e contingências acima referidas. Só que o artificialismo das fronteiras, impostas pelas apetências coloniais tardias que deram origem à Conferência de Berlim e à nova partilha do continente, colidiram aqui, em particular, com a estrutura profundamente divergente e multi-secular das tribos bantas, e de outras mais primitivas no local, como as dos bosquímanos e dos hotentotes, para já não falar em tribos importadas como a dos *Boers*. Em consequência desta realidade antropológica cultural, profundamente heterogénea e divergente, originaram-se conflitos sangrentos de âmbito interno, muitas vezes conducentes a verdadeiros genocídios, ou a sangrentas guerras civis,

sempre provocadas pelas mesmas razões, que já tratei com mais profundidade em "*Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*", citado.

Nestas circunstâncias, o Estado existe menos. E não só não é igual em toda a extensão do território que formalmente é suposto gerir, como mesmo, nas zonas onde podia desenvolver a sua actividade em condições de maior normalidade, isso não acontece. Em boa medida, tanto resulta de uma herança colonial que impôs um modelo alienígena, estrangeiro, sem qualquer correspondência histórica nem cultural com as presenças autóctones, virado para uma lógica neo-mercantilista que era a que funcionava nos impérios coloniais modernos e contemporâneos até à Segunda Grande Guerra Mundial. Em todo o caso, nestes Estados que, em termos de evolucionismo perante uma meta conjuntural atingida no âmbito da ocidentalização e da globalização a ela inerente, se pode dizer que se encontram num estádio mais atrasado, pode-se identificar, com maior clareza, a natureza instrumental do próprio Estado ao serviço dos interesses dominantes, de natureza económica e micro-social que, ainda que não correspondam a um conflito de classes, seguem o padrão que inicialmente referi.

Leituras Complementares:

Lara, António de Sousa (2002), *Colonização Moderna e Descolonização*, Lisboa, ISCSP-UTL.

_____ (2002), *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, ISCSP-UTL.

_____ (1987), *A Subversão do Estado*, Lisboa, ISCSP-UTL.

Radcliff-Brown, A. (1982), *Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento*, Lisboa, Edição Fundação Calouste Gulbenkian.

Bibliografia do Capítulo:

Krader, Lawrence (1972), *A formação do Estado*, Barcelona, Editorial Labor, S.A., p. 170, 172 e segs.

Bodin, Jean (1986), *Os seis livros da República*, 3.ª edição, Agir (Brasil).

Objectivos:

Definir e explicar o conceito de Ideologia de Estado, dando exemplos concretos.

Desenvolver a teoria da Ideologia por etapas: diferentes níveis, características intrínsecas, globalização do fenómeno, actual conflito e exemplos concretos regionalizados.

Analisar as transformações novíssimas ao nível da estrutura social do Ocidente e dos comportamentos sociológicos de massas, que lhes são concomitantes.

Enquadrar o tema das classes na lógica do Poder Político e enfatizar a oportunidade das análises da Escola Italiana de Ciência Política.

Síntese dos Temas Abordados:

Capítulo 2
O Estado e a Ideologia

2.1. A Omnipresença da Ideologia

Tomemos, a título de exemplo académico, a água. Se se exclamar "água!" a maioria de nós pensará num copo cheio do precioso líquido que mata a sede, outros, não poucos, recordarão o mar, lagos ou rios cheios de peixes e de frescura, ou de poluição e sujidade. A alguns, mais eruditos, ocorrerá lembrarem-se da composição química da mesma. Alguém discorrerá sobre o facto de ser o corpo humano, na sua grande parte, composto por água, o que, convenhamos, não é óbvio. E assim é, também, para os animais, para os frutos, para a grande parte dos seres vivos.

Ainda que o saibamos de cor, não associamos a noção de água a todo este vastíssimo universo de seres, que não nos parecem constituídos maioritariamente por água.

Nem sequer se nos impõe ao espírito que um *iceberg* seja quase apenas água. Distinguimo-lo da água do mar como se fosse outra realidade diferentíssima. Esquecemo-nos, então, quase que por completo, do vapor de água que exalamos, que respiramos, que paira no ar. E a ciência certa demonstra-nos bem o contrário. Afinal, a água está em toda a parte, muda de estado, fica encoberta, mas está.

Mutatis mutandis, a ideologia é como a água. Quando se apresenta sob a forma de bandeira, de panfleto, de cartaz, de discurso inflamado, logo a identificamos como tal. Corresponde à água do copo, do mar ou da chuva, da qual ninguém duvida. E quando não, esquecemos que existe, que compõe, que impregna, oculta, dissimulada, mas essencial.

E disto que tratam as linhas que se seguem, procurando, em tom de ensaio, descobrir os estados da ideologia no Estado, da situação mais óbvia para a menos evidente, procurando estabelecer um sistema de análise que possibilite tornar inteligível a omnipresença da ideologia na vida social, em tudo o que é organi-

zação, prioridade, opção, escala de valores, alternativa, em suma, na vida humana, económica, cultural, social, religiosa e política.

Há uma certa inocência que se perde, se olharmos para uma conhecida actriz de cinema e pensarmos que é água na sua maioria; e para a montanha de gelo que afundou o Titanic e a reduzirmos a pouco mais do que a fórmula H_20. Mas a análise científica realista prefere, nesta perspectiva, à estética e ao romantismo, afinal também eles pouco mais do que variantes de ideologia com outros nomes.

2.2. A Ideologia de Estado

Estamos habituados a referir a ideologia de Estado para todas aquelas situações óbvias, ostensivas, em que um determinado regime político assume, de forma exclusiva e totalitária, uma ideologia oficial que, pelos mecanismos normais consentidos por esse regime, designadamente pela ordem jurídica que ele próprio instituiu, não pode ser arredada do poder nem substituída por via pacífica e institucional. Não temos, portanto, dúvida de que o regime nacional-socialista, ou que o regime fascista italiano, ou que o salazarismo do Estado Novo, ou que o franquismo em Espanha, ou que, ainda, o maoísmo na China, ou o marxismo-leninismo nos países que outrora compunham a União Soviética – e que ainda subsiste em Cuba, na Coreia do Norte e encapotadamente noutros locais –, ou que o regime racista sul-africano, a título de mero mas mais do que suficiente exemplo, constituem casos flagrantes de ideologias de Estado. Mas serão os únicos?

Em obras que publiquei anteriormente, considerei a ideologia no Estado como variante deste fenómeno, através de um sistema de difusão, mais óbvia ou mais camuflada, de penetração de opções ideológicas no âmbito das leis constitucionais e outras, e nas estruturas e instituições delas derivadas. Não tenho, por isso, qualquer dúvida de que nenhum Estado, seja ele qual for, possa escapar à condição inevitável de obedecer a fórmulas de natureza ideológica e política, envolvidas nas opções constitucionais e legais vigentes, que, longe de serem neutras, impõem uma determinada ideologia dominante, que condiciona a sua estrutura e o seu funcionamento, modificando mesmo a realidade ideal que a formulação jurídica tenta apresentar, pondo em funcionamento uma constituição material, diferente daquela, alternativa mas eficaz. A variante, incluída na categoria de ideologia no Estado, a que chamei de ideologia explícita, dificilmente se pode distinguir da categoria de ideologia de Estado. E claro que, em termos de atitude subjacente, há, de facto, uma situação profundamente distinta: enquanto no primeiro caso, isto é, na ditadura da ideologia de Estado, a intenção é totalitária e monista, não se prevendo, nem se quer em hipótese, a possibilidade de alterar a situação

vigente, no segundo caso, ainda que se afirmem categoricamente princípios políticos que têm natureza ideológica predominante e opções, também políticas, de igual natureza, elas não são absolutizadas nem ganham a característica de inevitáveis e de eternas, como no caso anterior.

Referi ainda, em obras anteriores, que para lá das fórmulas que já mencionei, ou seja, da ideologia no Estado e da ideologia de Estado, existe ainda a ideologia de Governo, que se designa normalmente no plural, uma vez que se configura várias alternativas no âmbito da moldura normativa e política vigente. Trata-se, como é óbvio, das opções mais evidentes do funcionamento do pluralismo político.

Desta feita, teremos de considerar as principais características das ideologias de Estado, em termos abstractos e gerais, e, por outro lado, considerar os diferentes níveis em que tal ideologia de Estado se possa apresentar. Fá-lo-emos de seguida.

2.3. Os Três Níveis da Ideologia Política

Para efeitos de sistematização, teremos assim de considerar a ideologia em 5 categorias diferentes, a saber:

1. A ideologia de Estado – que compreende a ideologia oficial contida quer de forma explícita quer implicitamente na constituição política, nas leis constitucionais ou para-constitucionais, e nos procedimentos, por acção e por omissão, inerentes.
2. A ideologia no Estado – que compreende a ideologia difusa no restante ordenamento jurídico público e nos procedimentos, quer por acção quer por omissão, inerentes e aplicadas. Compreende esta categoria dois subtipos, a saber:

    2.1. A ideologia explícita: directamente afirmada pelas opções, adesões e rejeições, que ostensivamente consagra;
    2.2. A ideologia implícita: camuflada e encoberta mas denunciada pelos resultados pré-estabelecidos e pré-conhecidos das opções aparentemente técnicas e neutras que acolha.

3. Ideologias de Governo que são as ideologias dos partidos políticos e dos agentes políticos que ocupam os órgãos de soberania, os órgãos de poder regional, autárquico e outros, afins ou similares, e que interactuam no âmbito da moldura jurídico-política (ideológica) geral, decorrente do que se referiu nos números anteriores.

4. As ideologias grupais - que são as formulações ideológicas políticas das demais sociedades menores que actuam no âmbito do Estado, muitas vezes ao mesmo nível e com igual, se não mesmo maior força do que as referidas no número anterior.
5. As ideologias individuais – uma vez que não podemos, nem devemos, deixar de fora o nível ideológico de cada pessoa singular, tantas vezes determinante para a História política, quer em situações de ditadura quer em situações de democracia.

Partamos, agora, para a tentativa de identificação das características gerais das ideologias políticas com referência ao Estado, definidas em termos abstractos.

2.3.1. As Características das Ideologias de Estado

Tendo partido do princípio de que não há Estado sem ideologia de Estado, princípio esse que resulta do que referimos anteriormente, torna-se imperioso tentar definir as características gerais que permitam analisar o fenómeno vertente. Assim teremos:

a) Amplitude – a ideologia Estado é tão mais ampla quanto mais totalitário for o regime em vigor no Estado. A dimensão quantitativa da ideologia de Estado varia na razão directa da do totalitarismo vigente.
b) Definição – a ideologia de Estado encontra-se expressa na Constituição formal (constituição jurídica, virtual) e ainda estabelecida na Constituição real restante, que vigora efectivamente (constituição sociológica, material).
c) Corolário primeiro – definição formal explícita – as componentes ideológicas da ideologia de Estado, contidas na constituição virtual, quer explícita quer implicitamente, resultam e demonstram a ideologia dominante numa determinada circunstância de tempo de lugar.
d) Corolário segundo – definição informal e implícita – as componentes ideológicas da ideologia de Estado contidas na Constituição real, na parte em que esta não coincide com a Constituição formal, são tendencialmente minoritárias (em dimensão quantitativa), mas determinantes e prioritárias (em dimensão qualitativa), consensuais para um conjunto político, constituído pelos partidos centrais e dominantes da conjuntura em apreço.

No que respeita, agora, ao cruzamento dos níveis ideológicos referidos com a respectiva situação, quanto à sua natureza formal ou informal e ao nível de rigidez respectiva, é possível traçar um quadro de relacionamento.

2.3.2. A Globalização e o Fenómeno da Ideologia

A globalização é, hoje em dia, um eufemismo para o império final que o sistema liberal e capitalista mais avançado gerou. Já tive ocasião de o referir em pormenor na minha obra "*Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*" (ed. do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2002). Assim, considero que não é razoável falar de uma potência capitalista imperialista isolada mas de todo um sistema liberal e capitalista que se tornou imperialista, omnipresente e, tanto quanto humanamente parece, dominante. É óbvio – e isso já também foi referido por inúmeros autores – que esta globalização, iniciada no pós-guerra e que se prolonga durante toda a segunda metade do século XX e início do século XXI, gerou progressivamente um pensamento único, a que alguns autores, tão apressados quanto eminentes, resolveram chamar de "o fim das ideologias", que não me tenho cansado de contrariar, pelo menos desde o ano lectivo de 1974, altura em que surgiu a primeira edição dos meus "*Elementos de Ciência Política*". É evidente que, se considerarmos apenas o mundo desenvolvido e ocidentalizado – e aqui considerarei que fazem parte do "Ocidente" países como o Japão, a Austrália, a Nova Zelândia, para apenas referir os mais óbvios a tendência social que se tem verificado é a da progressiva diminuição da luta de classes resultante da razão primeira de se confundirem, progressivamente também, essas mesmas classes, dando origem a uma gigantesca classe média, com franjas residuais acima e abaixo, em termos de pirâmide social. Em certa medida, esta gigantesca classe média, característica dos países centrais que constituem a tal dominação liberal e capitalista que se tornou dominante no período da globalização, constitui a sustentação social do sistema. Nesse modo, é classe dominante. Dela sai a gigantesca maioria dos próceres deste novo regime, nela estão radicados os quadros que o enformam e lhe dão vida. Esta gigantesca classe média, sintética e final, beneficia do sistema, concede a legitimidade ao sistema, concede os meios humanos ao sistema, é indispensável ao sistema, quer através do seu poder de compra, como mercado também global, quer como fonte de recursos humanos, quer como classe reprodutora da ideologia dominante e integradora da vivência normal do próprio sistema. Sem ela o sistema não existe. E, ainda assim, ela não é a classe dominante no sentido de o controlar em última instância, de beneficiar em termos de ultraprivilegiados desse mesmo sistema e de não poder decidir, de forma estratégica, a evolução do sistema global, determinar o seu futuro, condicionar de forma primeira o seu projecto superior. Esta grande classe média, rendida aos benefícios que consegue auferir, depende, final e efectivamente, de uma microelite dominante, ultraminoritária, essa sim, a classe dominante superior.

Ou seja, o sistema obriga a uma aliança de classes: a elite minoritária, de dimensão minúscula mas superpoderosa, não consegue prosseguir a respectiva hegemonia estratégica sem a colaboração permanente da grande classe média dominante e, para tanto, tem de a cativar e manter com benefícios económicos, tem que lhe dar parceria na administração e nos benefícios do sistema, tem que lhe conceder uma quota proporcional, a nível dos aparelhos que constituem o mesmo. Em termos de ideologia, a rectificação que temos que fazer aos marxistas-leninistas é mínima: a nova classe média dominante tem uma preferencial ideologia política e económica, a manutenção do sistema, colocando-se na posição "sindicalista tácita de baixa intensidade" de esperar que a microelite lhe vá concedendo os benefícios decorrentes do seu pacifismo que os progressos do sistema forem permitindo. A microelite tem, acima de tudo, uma ideologia pragmática e de vocação prioritariamente económica e financeira. Tudo aquilo que for contra esta prioridade deve ser desguarnecido para ser apagado a breve prazo. E assim devem morrer as religiões de vocação missionária mais intervencionista e inquieta, condicionadoras e destabilizadoras das consciências individuais e grupais, devem desaparecer os nacionalismos e os regionalismos mais teimosos e emancipalistas, por anti-históricos e disfuncionais em relação ao cosmopolitismo de base necessário a esta nova forma império, devem ser afastados os líderes autocéfalos, voluntaristas, com sonhos desintegrados da bondade do sistema, devem ser desfuncionalizados os partidos e os movimentos sociais perturbadores da nova ordem, designadamente os excessivamente ecologistas, populistas e assim por diante. O sistema deve criar serventuários eficientes e acéfalos. É preciso investir em tecnologia e em técnicos e fugir da formação de críticos ou inconformistas. Nos jovens, é preciso criar subliminarmente a impressão da fatalidade gerada pelos novos dias: ou se integram no sistema e o servem, podendo, se conformados, vir a beneficiar razoavelmente daquilo que este pode conceder em termos materiais, ou se é considerado disfuncional, e portanto um marginal, descartável como aliás os objectos de consumo que o próprio candidato vê e compra sistematicamente.

Esta monstruosa unanimidade foi razoavelmente alcançada, a nível central, nos países que compõem a nova ordem. São as próprias classes médias dominantes que domesticam e enculturam as novas gerações. São as próprias escolas, aos vários níveis, que geram este conceito e esta moldura. Mas o sistema não é só composto de países centrais. Nem os países centrais são homogéneos: também têm periferias. E aí não funciona o pensamento único, como seria do gosto de quem manda, não por um complexo persecutório como resultava da vulgata marxista relativamente ao patronato ou aos poderosos, mas por simples economia de esforço e espírito pragmático. (Por favor não empatem quem tem de governar e de criar riqueza!). O sistema só é compatível com um pluralismo controlado,

ou seja, só viabiliza as alternativas que, em primeiro lugar, não o ponham em causa e, em segundo, o fortaleçam. Neste caso é que se pode falar de convergência ideológica: as ideologias do Governo que o sistema criou, e tornou viáveis, não podem pôr em causa nada de essencial ao sistema, limitam-se a gerir as alternativas e os matizes aceitáveis pelo mesmo. É curiosamente patético ver muitos políticos, dos nossos dias, unânimes sobre a inexistência de alternativas. Este é o discurso central sobre a União Europeia e sobre a globalização, por exemplo. E quando não há alternativas, há totalitarismo.

De facto, mais uma vez tirando do baú das antiguidades a doutrina marxista-leninista, a luta ideológica tornou-se internacional, ou melhor, ocupa a cena que outrora se considerava internacional. É evidente que não pode haver lucros sem prejudicados, não pode haver crescimento sem vítimas. E assim o sistema gera os seus próprios inimigos globalizados. O anti-sistema tende para uma federação de ressentimentos diversos e independentes, organizados à escala regional e mundial, que têm como denominador comum o estarem contra a nova ordem. A política do sistema de criar parceiros para não ter conflitos tem um limite óbvio: nem todos podem ser parceiros. Ou seja, ressuscita-se o velho esquema imperialista de tentar aliar e domesticar os centros das periferias e transferir a contenção dos que ficam fora para esses sátrapas locais. África tem sobejos exemplos de políticos plutocratas intermediários nesta cadeia.

A globalização gera, também, grandes vantagens tácticas. Não se trata de uma hegemonia imperial clássica: um império geopolítico que avança sobre fronteiras externas. Trata-se, isso sim, de uma "atmosfera única" que se quer tornar discretamente obrigatória. Este sistema avassalador expande-se, informalmente, pela própria internacionalização da Economia, das Finanças, dos procedimentos, e assenta numa cultura fácil, sintética, que se tornou geral. Atendendo a que o palco deste novo sistema e desta nova ideologia dominante é o do globo, devemos olhar, com alguma preocupação científica, para a transformação que está a sofrer, quer em termos formais quer em termos materiais, a Sociedade Internacional. Eis o que faremos seguidamente.

2.3.3. O Conflito das Ideologias no Século XXI

Qual é o resultado final, chegados ao século XXI, do conflito das ideologias? Parece óbvio que o resultado não é simples, não é maniqueísta e chamamos, de novo à colação, o que se disse sobre os níveis ideológicos, que terminam, na base, com o nível individual em que cada pessoa singular tem e desenvolve a sua própria escala de valores, as suas indemonstrabilidades, as suas opções, que não são verdadeiramente iguais às de mais ninguém. Mas o que nos interessa, em termos sociológicos, são os grandes grupos de situações semelhantes e não

tanto o nível psicológico e moral individual. E, a esse nível macrosocial, teremos que admitir que o grande fenómeno de oposição ideológica que se verifica nos primeiros anos deste novo século resulta de uma adesão, mais ou menos tácita, ao sistema liberal, capitalista, tendencialmente oligárquico, globalizado, com todo o cortejo de inerências; e, por outro lado, uma grande panóplia de oposições a este sistema, explícitas mais do que tácitas, baseadas no ressentimento, que acolheram como ideologia de justificação básica uma moral civil ou uma religião simplificada através de uma vulgata fundamentalista. Ou seja, do lado do sistema dominante temos uma grande ideologia de segunda geração, isto é, em que a força normativa dos factos se impôs a uma pré-definição doutrinária. Essa ideologia foi sobretudo formada a partir de uma economia profundamente condicionante que soube, em primeira mão, utilizar os aparelhos ideológicos, todos e concertadamente, ora de um modo mais formal e dispendioso, como a comunicação social, a publicidade, a moda, a cultura – e aqui incluímos o cinema, a televisão, os espectáculos, a literatura, a música e tudo mais que constitui a "componente viva" da área cultural –, ora, em outros, de forma mais informal, aproveitando o efeito de *feedback* dos primeiros, como no caso das escolas, das famílias, e mesmo de algumas áreas do dito transcendente. Tudo isto foi caldeado numa fórmula de sucesso, vitoriosa, que condicionou de uma maneira decisiva a opinião pública e a ideologia dominante dessa grande classe média também dominante, pondo em situação marginal tudo o resto. Uma das maiores vitórias desta grande operação é a de tentar convencer de que a adesão dócil ou a submissão pura e simples a este de estado de coisas não constitui uma opção ideológica, uma vez que o sistema é assim porque é assim. A maioria dos participantes, activos e passivos, no apoio ao sistema não tem uma consciência nítida de ter feito uma opção ideológica definida, nem de estar a apoiar uma alternativa de vida contra outras. Suponho que muitos deles acreditarão que as próprias ideologias são algo de vagamente existente nos outros. Do outro lado, expressam-se várias minorias que, por causa do próprio sistema e da natureza dos mecanismos que transformam a sociedade do século XXI numa aldeia global, se encontram num processo de federação quase espontânea contra o sistema. Já sabemos, da História, que é muito mais fácil conseguir uma aliança negativa contra qualquer coisa, do que associar as pessoas pela positiva. E é isso que acontece. Exemplos desta federação quase espontânea, globalizada, são as gigantescas manifestações que, um pouco por todo o lado, se têm organizado contra os G8, ou qualquer conferência internacional relativa ao fenómeno da globalização e que tem junto desde militantes comunistas a nacionalistas e a fundamentalistas islâmicos, passando por militantes de extrema-direita, por católicos activistas e por outros grupos de pacifistas mais intermitentes.

Nesse caso, estamos evidentemente perante uma federação de oposições pela negativa. E isso só fortalece a ideologia dominante, uma vez que apresenta, através dos mesmos meios de comunicação social e dos mesmos aparelhos ideológicos, um grupo de intolerantes, de arruaceiros, de destruidores heterogéneos que contrastam, em bloco, com a atitude e a postura habitual do apoiante médio e tácito do sistema. A grande classe média que vê retratada nos telejornais a violência destes grupos mais activistas contra algo que é imperceptível, mas que parece pacífico, e as cargas de polícia defensoras da ordem que esta ambiciona como valor existencial, associa facilmente a uma certa estupefacção o sentimento de que nada tem que ver com aquela gente, com as suas propostas e com as suas atitudes. E ainda assim, conscientemente, não interioriza que tomou uma opção ideológica clara, uma vez que o jogo de futebol ou a telenovela que sucede a tais *flashes* televisivos tem o efeito soporífero de manter os níveis de alienação no seu normal.

2.3.3.1. Mudanças na Estrutura Social

A linha vitoriosa, em termos internacionais, no que toca às doutrinas políticas e económicas, foi, sem dúvida, a linha do capitalismo liberal, sucedida pela linha do liberalismo capitalista, mais ou menos intervencionista, com um Estado mais ou menos providencial. A teoria marxista da luta de classes como motor da História desabou, para grande parte da Humanidade. No Ocidente, que inclui, como sabemos, não só a Europa e os Estados Unidos da América, ou o Canadá, mas também zonas do Hemisfério Sul e Oriental, tais como a Austrália e o Japão, a estrutura social mudou abissalmente. Já referimos, foi criada progressivamente, pelo próprio sistema, uma gigantesca classe média, deixando duas minúsculas periferias, acima e abaixo, constituindo, a inferior, o grupo relativamente minoritário dos marginais, do *lumpen* e dos resíduos do antigo campesinato e do antigo proletariado que não conseguiram, ainda, estar incorporados naquilo que se concebe como classe média. Acima, está uma ultraminoria plutocrática, que não é absolutamente autónoma, conforme já se disse, mas que tem um poder decisivo sobre a orientação do sistema.

Esta uniformização social é verificável através dos consumos: a tal grande classe média consome essencialmente os mesmos produtos, apresenta-se de uma forma quase indistinta, comunga de uma mesma cultura genérica e a diferenciação económica, existente entre as gamas aparentes, apenas traduz uma variação de mais ou menos poder de compra, mas não representa uma distinção profunda nem essencial. Hoje em dia, prevalece a confusão deste "estado médio", ao invés do que acontecia no século XIX e durante boa parte do século XX, ou seja, o tempo da óbvia diferenciação social. Caricaturando, mas não fugindo à verdade,

sintetizava-me um colega, referindo-se ao Canadá: há uma classe social única e a diferença entre o patrão e o empregado é que o patrão tem um Cadillac em primeira mão e o empregado tem um igual, mas em segunda; o patrão tem uma casa mais perto do lago e o empregado uma casa parecida, mais pequena e no subúrbio da cidade. Ambos comem a mesma comida rápida e vestem-se de forma semelhante. Têm os mesmos lazeres e os filhos de uns casam com os filhos dos outros. Evidentemente que isto traduz uma realidade social que aponta no sentido da uniformização e da criação de uma grande classe única.

Esta uniformização social corresponde, inevitavelmente, a uma alteração profunda naquilo a que se chamou a luta de classes. É hoje falso o que Marx e Engels determinaram como motor da História: a luta de classes. Neste mundo ocidentalizado, as classes desvaneceram-se e, no entanto, a História continuou a andar. É ridículo falar hoje de luta de classes como motor da História, para caracterizar a vida e a continuidade no mundo ocidentalizado. Dir-se-á que se operou uma internacionalização da luta de classes, estabelecida, agora, entre os povos pobres do mundo e os povos que vivem mais ricamente. Parece-me, de novo, forçada a apreciação. Não são os pobres que se revoltam. É sempre uma vanguarda que dificilmente se pode comparar, em termos económicos e sociais, aos mais desfavorecidos. Os pobres são muitas vezes instrumentalizados, mobilizados, mas raramente tomam a iniciativa autónoma de se revoltar e de conduzir uma subversão com princípio meio e fim. E isto já os marxistas sabiam...

Os grandes mentores e dirigentes da subversão internacional não são pobres. Alguns deles são, até, milionários.

A nível internacional, esta tendência não adquiriu a mesma feição nem a mesma velocidade em todos os locais, simultaneamente. Em África, verificaram-se resistências tribais e conflitos sanguinários que dificultaram este processo histórico, tudo, aliás, imposto de fora. Na América Latina verifica-se um claro atraso, relativamente à América do Norte, embora as políticas em curso visem essa convergência social e o progresso, mais lento, encaminha no mesmo sentido. Em grandes partes da Ásia, devido a fenómenos revolucionários conhecidos ou a efeitos da guerra, partiu-se de uma normalização social compulsiva para uma sociedade de consumo, geradora de diferenças económicas e que, longe de estar concluída, apresenta contornos em termos de processo histórico, distintos dos que ocorreram no Ocidente, até de sentido inverso.

As componentes sociais fundamentais do sistema globalizado incluem, por conseguinte, uma elite plutocrática (e aqui não há novidade nenhuma, pois o poder sempre esteve entregue a uma oligarquia mais ou menos plutocrática), associada a um "*lumpen* de ouro" que, apesar de fracção dependente, pois vive do luxo e do supérfluo, tem uma grande importância para a imitação social e para a fixação da espiral consumista, estabelecendo uma assíntota de *status* e de

consumos, e uma fundamental burocracia ou, como alguns chamam, tecnoburocracia, constituída por parte da classe média, sendo o restante da estrutura social, a remanescente classe média e outras franjas, fracções sociais mais dependentes, todos, todavia, consumidores, servidores, utentes, pagadores e legitimadores do sistema. Sobra ainda (e sempre?) uma pequena classe baixa residual, minoritária portanto, que passou à categoria de descartável, conjuntamente com o *lumpen* constituído pelos marginais (sem-abrigo, pedintes, toxicodependentes, miseráveis, prostituição de rua e similares).

A diluição das fronteiras físicas, jurídicas e culturais origina uma alteração profunda na sociedade internacional a que já fizemos basta referência. A proliferação de novos actores com expressão internacional, a pressão incontrolável de migrações intercontinentais e internacionais geram características comparáveis à época do feudalismo e da Idade Média. E por isso, também, que me refiro, em obra anteriormente publicada, ao novo feudalismo internacional. Esta realidade de facto impõe-se ao Direito. Daí a desactualização de teoria do Direito Internacional, concebida para uma outra época e para outro sistema que já morreu.

Uma das funções sociais da burocracia e, portanto, da classe média que lhe assiste é a da manutenção do sistema. A burocracia é uma força conservadora. Sempre se regeu e continua a reger por rotinas, por procedimentos consagrados, por repetições sistemáticas. Trata-se, por conseguinte, de uma das funções de natureza ideológica e prática desta classe média hodierna: a defesa formal e administrativa do sistema. O que, aliás, ajuda a perceber a nova ideologia da classe média que, como decorre do que se disse, não difere substancialmente, em termos de objectivos permanentes, da ideologia prática da oligarquia dominante: manter o essencial e fazer progredir o sistema no sentido da sua máxima expansão, segurança e rentabilidade. Mais uma vez, a História desmentiu a previsão marxista-leninista: a classe média passou a ter uma ideologia própria.

E como não há sistemas monopolares, a não ser em períodos transitórios, dever-se-á olhar, com alguma atenção, para a verdadeira oposição ao sistema. É óbvio que não me refiro à oposição sistémica, isto é, à pseudo-oposição que a alternância democrática põe em funcionamento no teatro parlamentar. Essas oposições são apenas parte do sistema e não são contra ele. As verdadeiras oposições vêm marginalmente de franjas do sistema, a nível interno, e dos que não podem ser integrados pelo sistema, ou que ainda o não foram e não têm expectativas de o ser em tempo útil, de fora dele. Nesta oposição há, subjacente, uma diferenciação económica e uma diferenciação social. Mas a simples adaptação da teoria das classes do marxismo à análise desta realidade nova, mostra-se profundamente desadequada e insuficiente. Aliás, contida dentro de certos limites de proporcionalidade, a oposição anti-sistémica é útil ao sistema, pois configura uma ameaça integral a todos os utentes deste, por igual, reforçando a coesão interna do mesmo. São dos tais males que vêm por bem, na lógica do sistema.

2.3.3.2. A Alienação Ataráxica

A teoria da alienação deve-se, sobretudo, ao ateu e colega, na esquerda hegeliana, de Karl Marx, Ludwich Feuerbach. Muito embora criticado pelo próprio Marx e pelos marxistas, estes copiar-lhe-ão a teoria da alienação. Mas essa apropriação tinha uma intenção essencialmente anti-religiosa, no âmbito do ateísmo político empenhado, ou seja, a teoria do materialismo histórico e dialéctico. Nada disso nos interessa de momento, até porque a intenção subjacente a tal opção era essencialmente militante: a teoria da alienação, neste sentido, constituiu sobretudo uma arma de arremesso. Mas dela aproveita-se, como sempre se pode fazer, algo de positivo: o princípio de que as sociedades políticas, tendo necessariamente uma ideologia dominante, consagram nela uma fatia muito importante e substancial à diversão da atenção do cidadão comum, deslocando-o das realidades concretas e das opções definidas para um conjunto de interesses fabricados, virtuais, inacessíveis, mobilizadores, criadores de dependência, viciantes, que completam a sujeição dócil que o sistema visa instalar, para mais facilmente se continuar a si próprio e se sustentar em termos de dominação indiscutível. Neste campo estava, e creio que continua a estar, o domínio do religioso para os comunistas. Mas não é, manifestamente, essa a questão aqui.

A alienação produzida pelo sistema dominante da sociedade globalizada a que chegámos tem, sobretudo, uma vocação ataráxica, ou seja, visa, em primeiro lugar, a generalização do sentimento de indiferença dos cidadãos vulgares. Se regressarmos a Epicuro, aos estóicos e às lições de Platão e de Aristóteles, veremos que a crítica dos comunistas se vira, sobretudo, contra a figura da contemplação, como teoria sem prática e como pensamento para fora do mundo, para um universo que os homens inventaram e se sobrepôs a eles próprios. Aqui não se trata de uma teoria da metaprática ou da metafísica, mas da procura de uma situação generalizada que tenha efeitos directos, mais ainda do que indirectos, na prática quotidiana dos cidadãos. Um dos objectivos evidentemente conseguidos é o da apatia política, ou seja, voltando às velhas noções dos mestres já referidos, da ausência de paixões no domínio do político. Este fenómeno foi verificado, e neste caso bem, desde 1955, pelas conferências de Milão e pelos teóricos do "fim das ideologias". Mas o efeito pretendido foi ainda mais longe: o de provocar a ataraxia, ou seja, a indiferença activa e generalizada pelas alternativas eventuais, ainda que simbólicas, ainda que mínimas, que o espectro político admitido pelo sistema poderia propor a esses mesmos cidadãos. Este objectivo foi conseguido por diversas formas. Em primeiro lugar, utilizando o modelo dos três estádios definidos por Augusto Comte, fazendo crer que a religião está como característica das sociedades primitivas, assim como as ideologias políticas o foram das sociedades pré-actuais, chegando-se, hoje, ao tempo do positivismo material,

emergente e inevitável, ao pragmatismo da técnica e da eficácia, que encerra e desactualiza inevitavelmente os dois critérios anteriores, característicos das duas primeiras fases pré-positivas. Em segundo lugar, passou pela diversão da prioridade das aspirações e dos sonhos para o consumo. Por um conjunto de técnicas mais do que conhecidas e de que a ciência passou a ocupar-se numa lógica multi-disciplinar, são criadas necessidades de comprar, necessidades artificiais, mas que criam e geram dependências reais, em que, no dizer muito apropriado de Herbert Marcuse (*in* "*A grande recusa hoje*", ed. Vozes, Petrópolis, 1999, págs. 155-183), o homem está a chegar a uma alienação total e a existência humana não é mais do que uma mercadoria.

Em conclusão, a apetência pelo consumo deve dar lugar a uma euforia pelo consumo, para acabar num atavismo pelo consumo, fase final, na qual o indivíduo já actua de uma forma mecânica, sem precisar de qualquer teoria de sustentação. É evidente que este objectivo estratégico condiciona a própria natureza da sociedade dominante, como por exemplo a alteração de todo o processo produtivo, das prioridades políticas e económicas, da moral dominante, da irrelevância dos efluentes e desperdícios acumulados, e portanto engendra, por oposição, as reacções e os ressentimentos que, longe de porem fim ao processo ideológico, o alimentam. E, por isso, teve de retractar-se Francis Fukuyama da sua tese do fim da História e do último homem.

A alienação ataráxica é completada, no âmbito deste sistema, por mecanismos de consumo concretos que, a nível inferior mas não menos eficaz, completam o efeito desejado. Trata-se, neste caso, de divertir as massas para o *panem et circenses* actualizado ao século XXI: telenovelas, lixo televisível em que o pior da vivência das massas é transformado em protagonismo permanente, programas de jogos, designadamente para a juventude consumir, em doses maciças, a nível informático e que se situam, sistematicamente, no patamar da realidade virtual, da violência teórica, cujos efeitos já foram objecto de estudos académicos, em termos de deterioração psicológica, de provocação de insucesso escolar e de patologias do foro mental. Se somarmos a esta figuração o efeito de diversão provocado pela transformação quase religiosa do desporto, também ela uma transferência da antiga apetência pela luta política, pelo debate ideológico e pelo combate partidário, a atracção assintótica de que falei, que uma pseudo-elite de super-heróis sociais (o *lumpen* dourado) provoca na classe média, se somarmos a fuga do real traduzida pelo consumo de estupefacientes e de drogas e pelo aturdimento esquizofrénico utilizado como veículo de fuga por uma certa música e um certo tipo de divertimento, tornado obsessivo, encontramos um quadro suficientemente completo para verificar o ponto a que chegou essa política que concerta não só diferentes agentes privados de tais iniciativas (com a conivência pública que mantém o estado de coisas, continuada pelos Estados, em suma, a associação objectiva, mais

do que subjectiva, que também se encontra, de segmentos de clandestinidade, de fraude e de corrupção) com o sistema dito legal, do público com o privado, do micro com o macro, da política com o "acaso", tudo se passando num teatro que assenta numa suposta liberdade individual. A teoria da conspiração, neste caso, baseia-se numa concertação que existe ao nível do ideológico. A dificuldade em ultrapassar esta alienação é exactamente essa: o cidadão comum já não consegue perceber nem discernir que as causas que o condicionam não sejam deliberadas por si e não correspondam a um acto livre do exercício da sua própria vontade. Ele não se sente vítima do sistema porque nem sente que o sistema funcione neste sentido. Tudo se passa no campo de uma indefinível e indemonstrável situação de fatalidade ou de terrível pulsão individual. São gostos que não se discutem. Eis uma das maiores perversidades que o sistema acarreta. E, tal como o demónio, a alienação não se vê.

2.3.3.3. O Regresso do Sagrado

O ressurgimento em força das ideologias, no final do século XX e no início do século XXI, fez-se, em grande medida, por via do regresso ao sagrado. Em primeiro lugar, porque esse regresso constitui uma reacção natural ao exagero a que se levou o sentido oposto. O laicismo já não era uma especulação de intelectuais nem o ateísmo um radicalismo de meia dúzia de escritores e de políticos, mas passou a constituir um modo de vida, determinado pela própria economia e pelo sistema liberal que se ia instalando e tornando disfuncional, em termos de ideologia dominante, a expressão das religiões tradicionais. Quantas e quantas vezes não vimos qualificar de desactualizado um determinado credo religioso tradicional. O próprio conceito de desactualização refere-se à ideologia dominante que acabámos de referir. O movimento pendular da História, a que se referia G. Vico, ou, de uma forma mais elaborada, o próprio Friederich Hegel, na sua teoria da dialéctica, faz com que, a uma época eivada de um determinado exagero, se oponha, subsequentemente, outra época de sinal contrário. Os sensos de pragmatismo, de imediatismo, de egoísmo individualista, de materialismo, de consumismo, de inutilidade, de socialismo real, tudo expressões diferentes contra a primazia do espírito e do transcendente, trouxeram inevitavelmente uma nova fase reactiva que se vai exprimir exactamente por via do espírito e do transcendente. A medida do exagero num sentido é responsável pela medida do exagero da reacção. E, tal como aconteceu na época do Romantismo, mas em mais larga escala, o regresso do sagrado não significa apenas, nem sobretudo, um ressurgimento das velhas confissões religiosas clássicas. Esse ressurgimento também se tornou evidente. Mas significa, além do mais, o aparecimento de novas formas de Cultura, de novas formas de devoção e de recurso ao trans-

cendente. Algumas delas são ainda adaptações à lógica da ideologia dominante: as fórmulas das "religiões *light*", que não acarretem grandes sacrifícios, que não imponham pesadas rotinas, em que não seja obrigatório um culto sistemático, nem sacrifícios pessoais e em que se possam comprar soluções rápidas, imediatistas, personalizadas, pragmáticas. Existe claramente uma invasão da sociedade consumo em massa pelo nicho de mercado do transcendente. Quantas e quantas seitas neoprotestantes, ou pseudoprotestantes, não encontramos neste ambiente. E basta abrir as páginas de anúncios de qualquer jornal diário para se verificar o aumento, em exponencial, dos serviços de bruxos, de magos, de adivinhos, de curandeiros, de cartomantes, de feiticeiros, todos adaptados a esta nova sociedade consumo, realizando consultas directas ou por via informática, emitindo recibos, de acordo com as finanças públicas.

E temos ainda, no outro extremo, a erupção das mais diversas formas de fundamentalismo, a que já fiz suficiente referência em anterior obra, qualificadas, como continuo a qualificar, de formas de ideologias de ressentimento, quer se trate do fundamentalismo protestante, rompante nos próprios Estados Unidos da América; do fundamentalismo islâmico, subversivo a partir do universo do Alcorão; do fundamentalismo católico, em bolsas reactivas contra o sistema dominante; do fundamentalismo hindu, baseado nas castas mais baixas do Industão e até, pasme-se, no próprio budismo que muitos encaram como uma moral e não uma religião, eivada de tolerância e de espiritualismo individual.

As ditaduras marxistas viram-se confrontadas com um problema semelhante: propugnando o materialismo ateu e combatendo activamente as religiões e as igrejas tradicionais instaladas, cedo verificaram que a resistência não vinha da hierarquia das mesmas, mas dos próprios fiéis que, em última análise, de uma forma clandestina, se organizavam para continuar a prática religiosa, mesmo com risco da sua própria vida. A Igreja Católica, algumas igrejas protestantes e igrejas ortodoxas têm o seu próprio rol de mártires da fé; e uma ideologia fundada no martírio é dificilmente superável. Por esse mesmo motivo, recomendo vivamente a leitura da obra que o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas publicou, da autoria do meu caríssimo colega e amigo professor doutor Hélder Santos Costa, dedicada exactamente à análise do tema "*O Martírio no Islão*".

A China Popular, incapaz de derrotar o catolicismo, inventou uma Igreja Patriótica Católica, infiltrada pelos seus agentes até ao topo, que subtraísse os crentes da verdadeira Igreja, que, apesar de todos os massacres, subsiste na clandestinidade. O marxismo-leninismo na União Soviética nunca conseguiu destruir a religião, como propunha a sua doutrina. Pragmaticamente, aliou-se à Igreja ortodoxa, que hoje desempenha papel proeminente nos estados saídos da antiga URSS.

A falência das ideologias de primeira geração, fundadas em doutrinas prévias de natureza político-económica, veio dar origem a ideologias de segunda geração, em que a prática antecede a teoria; e também ao regresso do sagrado, desde o ressurgimento de novas formas de paganismo até à estruturação de movimentos fundamentalistas religiosos, impossíveis de integração pela força e dificilmente desarticuláveis pela economia que o sistema implementa. Mas esta é também a falência do "pensamento único" que o sistema sonhou implantar.

2.3.3.4. A Correcção Política como Ideologia

Vale a pena ler o ensaio, de Stefano Tadei, "*Dal Minculpop al 'politically correct*", incluído na colectânea "*L'Europa che verrà – Istituzione Comunitarie e Sussidiarità*", ed. II Cerchio-iniziative editoriali, 2002, Rimini (pág. 77 e segs.). Do mesmo artigo se pode concluir, com utilidade para o presente estudo, o seguinte:

a) Que a aparição do politicamente correcto é concomitante com a aparição do pensamento único;
b) Que há um nexo de causalidade entre ambos;
c) Que se trata de um novo corolário ideológico que substitui os antigos preceitos de moralidade, de ética, os antigos cânones religiosos e de identidade, socialmente relevantes;
d) Que a sua imposição não decorre tanto de um autoritarismo ideológico, mas sobretudo de uma homologação cultural;
e) Que uma parte desta imposição decorre da dependência crescente do indivíduo perante a Sociedade, pois quanto maior necessidade tiver o indivíduo da Sociedade de mercado, mais perde a sua própria independência e liberdade, mais egoísta, individualista, inseguro e ansioso fica;
f) Que o chamado *Dumping* Social é o novo epíteto elegante para os "custos calculados" do sistema (onde se incluem o trabalho infantil, as indústrias do crime, como a pedofilia e a prostituição, a exploração de países terceiros produtores de mão-de-obra quase escrava e de matérias-primas, a poluição, o desperdício e assim por diante);
g) Que o mecanismo da Subsidiariedade serve para delegar para as periferias algumas competências menores e desagradáveis, como a gestão do território e as controvérsias locais, confiscando-se, por efeito das delegações de soberania, o poder de controlo último e de legitimidade originária, depois delegados, de facto, na euro-burocracia política, económica e financeira central, despida de legitimação popular e que encarna uma soberania invisível.

Este ensaio prova, ainda, a evidente configuração ideológica implícita e explícita da União Europeia e dos seus procedimentos.

2.3.3.5. A Lei de Ferro da Oligarquia e os Conflitos de Classes

Muitos autores que se têm ocupado do problema do relacionamento entre o poder político e as classes sociais deparam-se com a mesma questão: não há unanimidade de interesses entre os dominadores e os dominados, não há unanimidade de interesses entre os próprios dominadores, nem tão-pouco entre os demais dominados. Quem se preocupou de forma sistemática e profunda, criando uma doutrina própria, sobre este tema foi, sem dúvida, a chamada escola italiana de Ciência Política, neomaquiavélica, com autores tão conhecidos como Vilfredo Pareto, Roberto Michels, Gaetano Mosca. Sobre as suas dissertações teóricas, publicou o professor António Marques Bessa a obra "*Quem governa*?" (Lisboa, 1993), que esgota suficientemente o assunto.

A solução dos dilemas, apontados a partir de Karl Marx, sobre questão das classes sociais e a sua relação com o poder político, resolve-se inevitavelmente através de uma avaliação empírica das situações concretas e não tanto através da lógica. Chegados ao século XXI, é indesmentível a tendência da dominação oligárquica dos poderes políticos dos Estados em geral. Não conheço situações duradouras em que essa relação não exista de uma forma consolidada. No fundo, já Platão previa, no século IV antes de Cristo, que quando os militares tomavam conta do poder, normalmente, os próprios davam lugar ao Governo dos ricos, transformando em plutocracia o regime timocrático anterior. Os países saídos do colossal desabamento do Segundo Mundo, em 1989, com o colapso do marxismo-leninismo, depois do Pacto de Varsóvia que o sustentava militarmente, são bons exemplos para a demonstração da continuidade, sob formas aparentemente divergentes, da associação anteriormente referida. Durante a vigência do Estado socialista, essa associação fazia-se pela inexistência do mercado e da propriedade privada dos instrumentos de produção, e pela dominação político-partidária comunista sobre o aparelho de Estado e, portanto, sobre a economia e as finanças em geral. Depois do colapso referido, o Estado enfraquece, desorganiza-se, os partidos comunistas fragmentaram-se, realizam-se privatizações selvagens nos anos 90, que dão origem a uma novíssima classe plutocrática, normalmente saída dos quadros das polícias políticas e dos militares de topo do antigo regime, plutocracia essa que é patrocinada pela debilidade do novo regime político, como aconteceu na Rússia com o presidente Bóris Ieltsine, fechando-se, numa nova fórmula, a aliança sistemática estabelecida entre a dominação política e os interesses económico-financeiros. É claro que existem interesses antagónicos entre os detentores do capital financeiro, em que não há unanimidade e há, muitas vezes,

concorrência, competição, interesses opostos pela obtenção de negócios que são escassos. Mas isso não significa que não se mantenha o interesse de classe, não de classe social, que também o haverá, mas sobretudo de classe no sentido operativo da expressão. Assim como dentro da classe política, aqui também entendida como corporação, se verifica igualmente competição, concorrências, interesses divergentes, oposições e antagonismos, o que não significa que, no fundo, todos se unam, ou pelo menos uma esmagadora maioria, quando postos em causa, de fora, e em bloco. O que significa que têm interesses corporativos e que defendem uma comunidade mínima vital no sistema instituído. Aliás, estas divergências, existentes a diversos títulos menores, como vimos, têm um efeito favorável na manutenção e continuidade do próprio sistema, pela aparência que concentram e projectam, de pluralismo e alternância supostamente concedidas de forma global. Mas o facto é que, para lá do interesse cosmético, folclórico, decorativo e ilusionista, a alternância verdadeira, global, de sistema, não se verifica. Só se mantêm ou alternam, estabelecidamente na liderança, os actores que defenderem o sistema na sua continuidade essencial, ou seja, que não ponham em causa as traves mestras do arranjo estrutural e funcional que concertam o poder económico com o poder político.

Só falta analisar um aspecto relevante: se é a verdadeira ou não a concepção marxista da prevalência dos interesses económicos sobre os interesses políticos, ou melhor, se a infra-estrutura económica é efectivamente determinante, relativamente à superstrutura jurídica, política e mesmo ideológica. Não creio que se possa afirmar, de uma forma peremptória e mecanicista, tal relação. Aliás, ela varia no tempo e no espaço. Há épocas em que os agentes do poder político, da tecno-burocracia, os militares, a comunicação social, os magistrados, os intelectuais, os sindicatos, os patrões, têm da sua supremacia relativa, a sua ocasião dourada, o seu momento de apogeu. De facto, o que existe é uma concertação de forças de geometria variável em cada momento histórico e em cada local concreto. A questão central é a de determinar quais são os interesses permanentes e essenciais, qual é a estabilidade desses mesmos interesses e que estruturas e grupos concretos é que as servem. Esta análise não é muito difícil fazer. E, suponho, conduzirá, mais tarde mais cedo, à demonstração de que a lei de ferro da oligarquia, mais camuflada ou menos camuflada, é essencialmente verdadeira.

Leituras Complementares:

Bessa, António Marques (1993), *Quem governa?*, Lisboa, ISCSP-UTL.

Costa, Helder Santos (2003), *O Martírio no Islão*, Lisboa, ISCSP-UTL.

Marcuse, Herbert (1999), *A Grande Recusa Hoje*, Petrópolis, Edição Vozes.

Tadei, Stefano (2002), "Dal Minculpop al 'Politically Correct", Colectânea *L'Europa che verrà – Istituzione Comunitarie e Sussidiarità*, ed. II, Rimini, Cerchio-Iniziative Editoriali.

Bibliografia do Capítulo:

Lara, António de Sousa (2002), *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, ISCSP.

_____ (1974), *Elementos de Ciência Política*, edição do autor, impresso em Cascais na Tipografia Cardim.

Objectivos:

Enunciar os modelos clássicos da subversão e remeter para bibliografia especializada, caso a caso, quer do autor quer de outros académicos.

Enunciar os modelos de contraterrorismo e as acções recomendadas de prevenção e repressão do mesmo.

Identificar as formas de para-subversão, com efeitos idênticos aos da subversão, as suas causas iniciais e os seus processos-tipo.

Explicar os mecanismos da internacionalização da subversão política.

Referir as condições causais e processuais da subversão indirecta ou para-subversão.

Por em paralelo a interpretação da fraude e corrupção como patologia do Estado *vs.* a interpretação da inevitabilidade estrutural e funcional desses fenómenos na evolução e contextualização do Estado.

Síntese dos Temas Abordados:

Capítulo 3
Subversão e Novas Ameaças

3.1. Modelos Clássicos da Teoria da Subversão

Muitas das minhas obras anteriormente publicadas sobre esta matéria fazem a descrição pormenorizada da maioria das categorias adiante referidas. Feita tal densificação, indispensável para o conhecimento académico e científico das realidades político-sociais vertentes, cumpre agora e tão só uma súmula reorganizativa da classificação de tais modelos.

Lembrarei, em primeiro lugar, que considero subversão toda a acção violenta e ilegal que vise, por essa via, a destruição de uma determinada ordem política vigente e a sua substituição por outra.

Já referi anteriormente que a introdução dos critérios de moralidade e de legitimidade ocupam um patamar ideológico que deve ser alheio à teoria da subversão excepto como mecanismos de justificação que façam parte do processo subversivo. Tecnicamente, a boa subversão e a má subversão não se apreciam a partir das motivações (sempre discutíveis e oponíveis) que as movam, mas da eficácia dos processos e da competência dos meios empregues.

A subversão tende a ser, cada vez mais, uma técnica que cruza a táctica, com a estratégia, a engenharia com a história, a psicologia social com a informação. É uma zona interdisciplinar a que o Estado e a sociedade civil não devem estar alheios, porque os efeitos da subversão lhe são dirigidos prioritariamente.

É extraordinária a capacidade criativa e inovadora do crime organizado aliado às novas tecnologias e não só. Mas também é de ressaltar a demonstrada estabilidade dos modelos de subversão, dos seus procedimentos, fases, objectivos, agentes típicos e actuações processuais. Não há contra-subversão eficaz sem previsão e não há previsão sem o conhecimento dos modelos de subversão, de uma forma integrada e holística.

O elenco que se segue, relativo aos tipos de subversão política, é meramente classificatório. A densificação dos conceitos, a descrição das doutrinas, métodos,

autores e casos concretos pode ser vista nas minhas obras anteriores sobre a matéria, das quais destaco:

a) (1987), *A Subversão do Estado*, ed. ISCSP.
b) (2007), *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, ed. Almedina; *El Terrorismo y la Ideologia del Occidente*, Madrid, ed. Espanhola Palafox y Pezuela.
c) (2009), *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, 5.ª edição, ISCSP.
d) (2009), *O Interesse Nacional, a Política Externa Portuguesa e as Ideologias*, ed. Dislivro.

Assim, teremos:

Tipos de Subversão Política [1]

a) *Predominantemente Intranacional*

a.1. *Golpe de Estado*
a.2. *Guerra Civil* [2]
a.3. *Revolução* [3]

a.3.1. Liberal ou Burguesa
a.3.2. Socialista
a.3.3. Terceiro-mundista, dita de libertação nacional

1 Antes de começar qualquer teorização recomenda-se uma leitura geopolítica da realidade. Em termos contemporâneos, isso pode ser realizado pelo estudo da inevitável obra "*Atlas das Crises e Conflitos*", de Pascal Boniface e de Hubert Védrine, da Armand Colin Publisher, 2009, tradução portugesa da Plátano Editora, de 2010
Naturalmente que as crises e os conflitos têm características diversas e, em alguns casos, múltiplas A actualidade e a prospectiva da subversão ganham em compreensão com obras de matriz geopolítica deste tipo, que, por isso mesmo, devem ser de leitura prioritária.

2 A obra de Hans Magnus Enzensberger, "*Perspectivas da Guerra Civil*" (trad. portuguesa 1998, Relógio de Água) é sobretudo um ensaio de índole histórico-filosófica sobre o tema, o que é diferente da habitual abordagem.

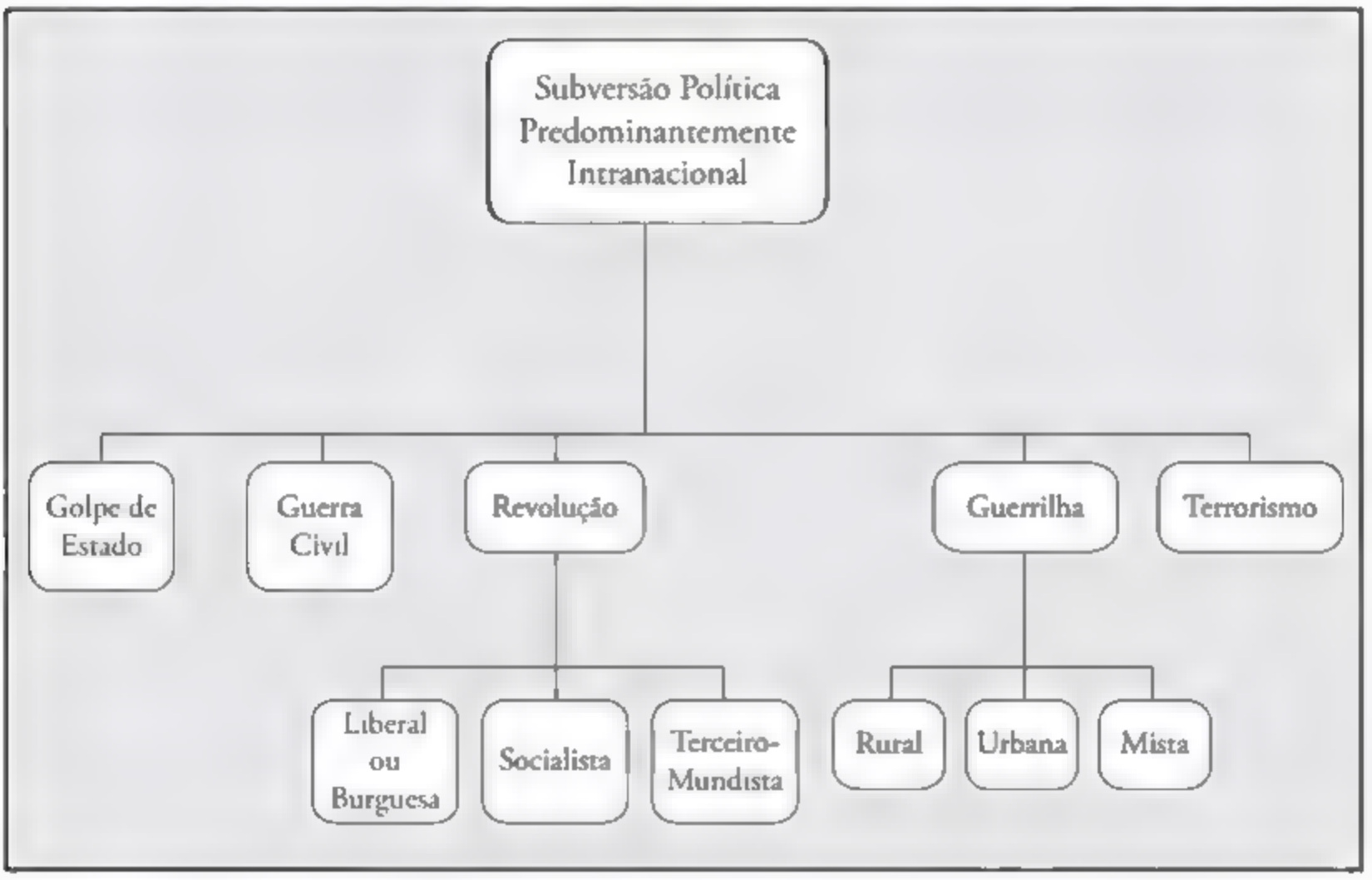
3 Sobre uma abordagem filosófico-política das revoluções e da teoria revolucionária pode ser interessante a obra de Penna, J.O. de Meira (1997), *O Espírito das Revoluções*, Rio de Janeiro, Faculdade da Cidade Editora.
Numa perspectiva interpretativa das revoluções, é interessante a obra de Parker, Noel (2001), *As Revoluções e a História*, col. Memórias do Mundo, Temas e Debates, ed., Lisboa.
De uma obra de alguma forma confusa, é possível retirar definições de desafios sobre a matéria. Trata-se da obra de Halliday, Fred (1999), *Revolution and World Politics – The Rise and the Fall of the Six Great Power*, Macmillan Press Ltd.

a.4. *Guerrilha* [4]

a.4.1. Rural
a.4.2. Urbana
a.4.3. Mista

a.5. *Terrorismo* (de origem étnica, nacionalista, secessionista, religiosa, político-ideológica) [5].

Figura 1. A Guerra como Subversão Política predominantemente Intranacional



Fonte: esquema do autor.

4 Não posso deixar de ressaltar, mais uma vez, a prioridade histórica e a actualidade permanente da obra do Coronel Hermes de Araújo de Oliveira, do corpo do Estado-Maior, sobre a guerrilha e a contraguerrilha. Destacaria, neste momento, o seu livro "*Guerra Revolucionária*", ed. Ministério do Exército, 1961, bem como "*A Guerrilha na Era Moderna*", "*A Defesa de Moçambique à Luz da Guerra Revolucionária*" e "*Subversão em África*", cuja leitura recomendo.

5 Uma história do terrorismo está razoavelmente delineada na obra colectiva editada por Gerard Chaliand e Arnaud Blin intitulada "*Histoire du Terrorisme*" Existe uma excelente tradução em inglês dos EUA, de 2007, feita pela University of California Press.
Complementarmente, e numa perspectiva de compreensão do Terrorismo, se recomenda a obra de L'Heuillet, Hélène (2009), *Aux Sources du Terrorisme – De la Petite Guerre aux Attentas-Suicides*, Fayard. Esta obra é de índole psicológica social e procura explicar as razões morais, tácticas, psíquicas do terrorismo, da revolução, do nihilismo, do fanatismo e as suas relações com a democracia liberal, com a imprensa, media, internet, com as religiões, sobretudo messiânicas.

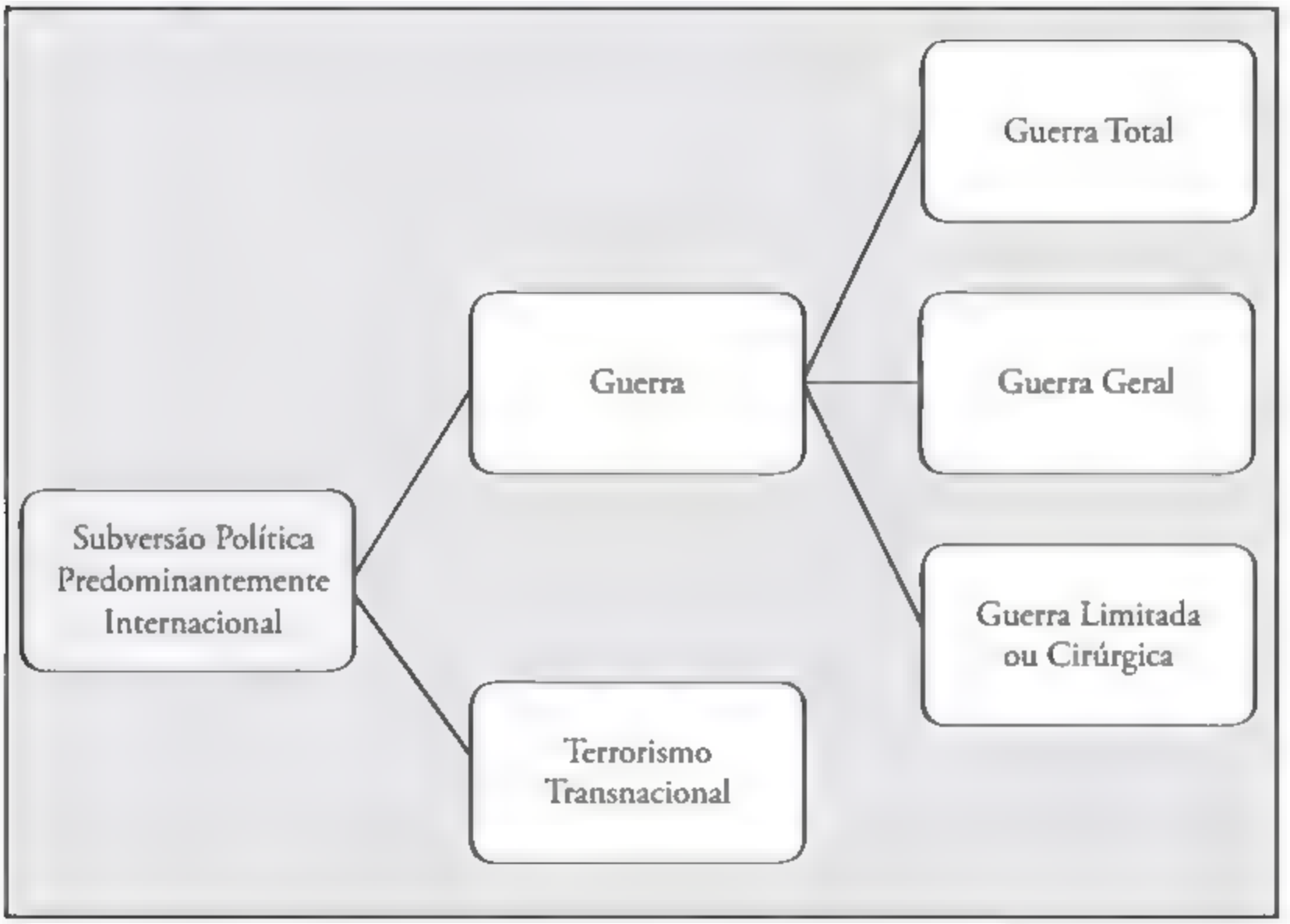
b) *Predominantemente Internacional*

b.1. *Guerra*[6]

b.1.1. Guerra Total
b.1.2. Guerra Geral
b.1.3 Guerra Limitada ou Cirúrgica

b.2. *Terrorismo Transnacional*[7]

Figura 2. Subversão Política predominantemente Internacional



Fonte: esquema do autor.

O *Terrorismo*, sendo a forma subversiva mais divulgada desde o triénio 1989/91, é ainda passível de ser subdividida em duas grandes categorias, a saber:

---

6 A obra de Nye, Jr., Joseph S. (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução a Teoria das História*, col. Trajectos, ed. Gradiva, tem uma abrangência holística sobre o fenómeno das guerras, escrito por um grande académico com uma vasta experiência política como secretário-adjunto.

7 Uma obra mal sistematizada mas estimulante em termos de propostas é a de Bauer, Alain e Raufer, Xavier (2003), *A Globalização do Terrorismo*, ed. Prefácio, Lisboa.

a) O *Terrorismo Selectivo* (magnicídios [8], raptos, sequestros)
b) O *Terrorismo Indiscriminado*

Que dividiremos ainda em:

b.1. *Terrorismo Indiscriminado Convencional*
b.2. *Super-Terrorismo* [na lógica de Yonah Alexander e de Milton Hoening (2001)].

Aqui destacaremos:

b.2.1. Acções Suicidas de larga escala
b.2.2. Terrorismo Biológico
b.2.3. Terrorismo Químico
b.2.4. Terrorismo Nuclear
b.2.5. Ciber-Terrorismo

b.2.5.1. Ciber-Terrorismo Directo (acção de *hackers* na intrusão ou destruição de redes estratégicas)
b.2.5.2. Ciber-Terrorismo Indirecto (acção de instrução, comunicação, ideologia e propaganda, efeitos de ampliação, ordem de combate, treino, fabricação de engenhos, informações sobre aquisição de meios, sobre o adversário, divulgação de êxitos próprios, etc.).

b.3. *Acções de apoio e financiamento do terrorismo*

b.3.1. Estados Terroristas
b.3.2. Estados Santuário
b.3.3. Estados que financiam as acções terroristas
b.3.4. Crime organizado transnacional

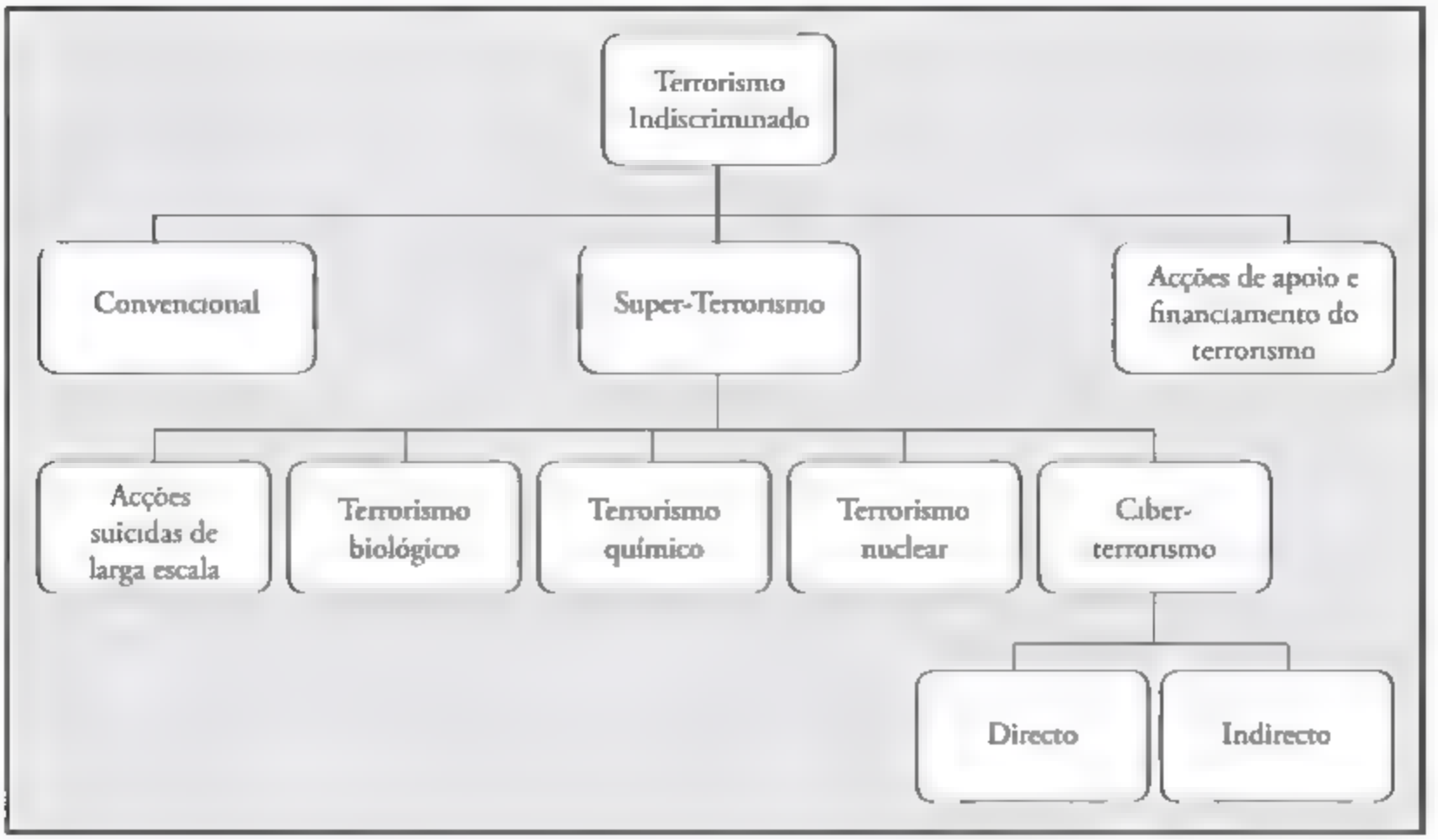
b.3.4.1. Narcotráfico [9]
b.3.4.2. Imposto revolucionário, extorsão, chantagem
b.3.4.3. Lavagem de dinheiro
b.3.4.4. Contrafacção e seu tráfico
b.3.4.5. Jogo clandestino
b.3.4.6. Tráfico de seres humanos, prostituição transnacional, tráfico de órgãos, etc.
b.3.4.7. Outros

---

8 A título ilustrativo, recomendo a leitura de s/a (s/d), *De Prim a Carrero Blanco – O Magnicídio em Espanha,* ed. Port., Lisboa, Amigos do Livro, Ed. Lda.

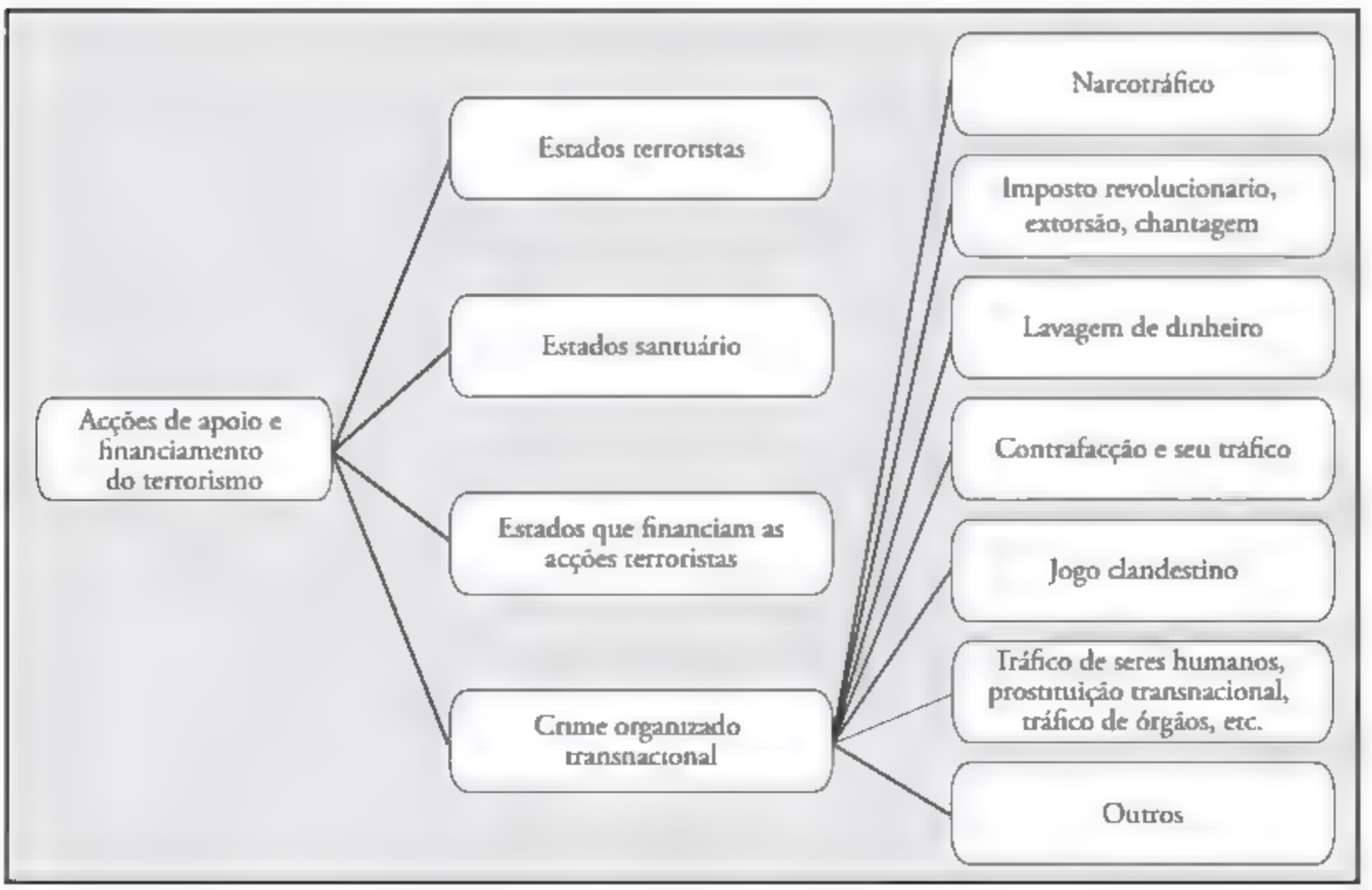
9 Recomendo a leitura da dissertação de Mestrado publicada pelo ISCSP, da autoria da cidadã angolana Isabel Ebo, intitulada "*A Geopolítica da Droga*", ed 2008. Recomendo igualmente a leitura da dissertação de Mestrado do ISCSP, da autoria de Helena Marques alusiva ao "*Branqueamento de Capitais*" (2010).

Figura 3. Terrorismo Indiscriminado



Fonte: esquema do autor.

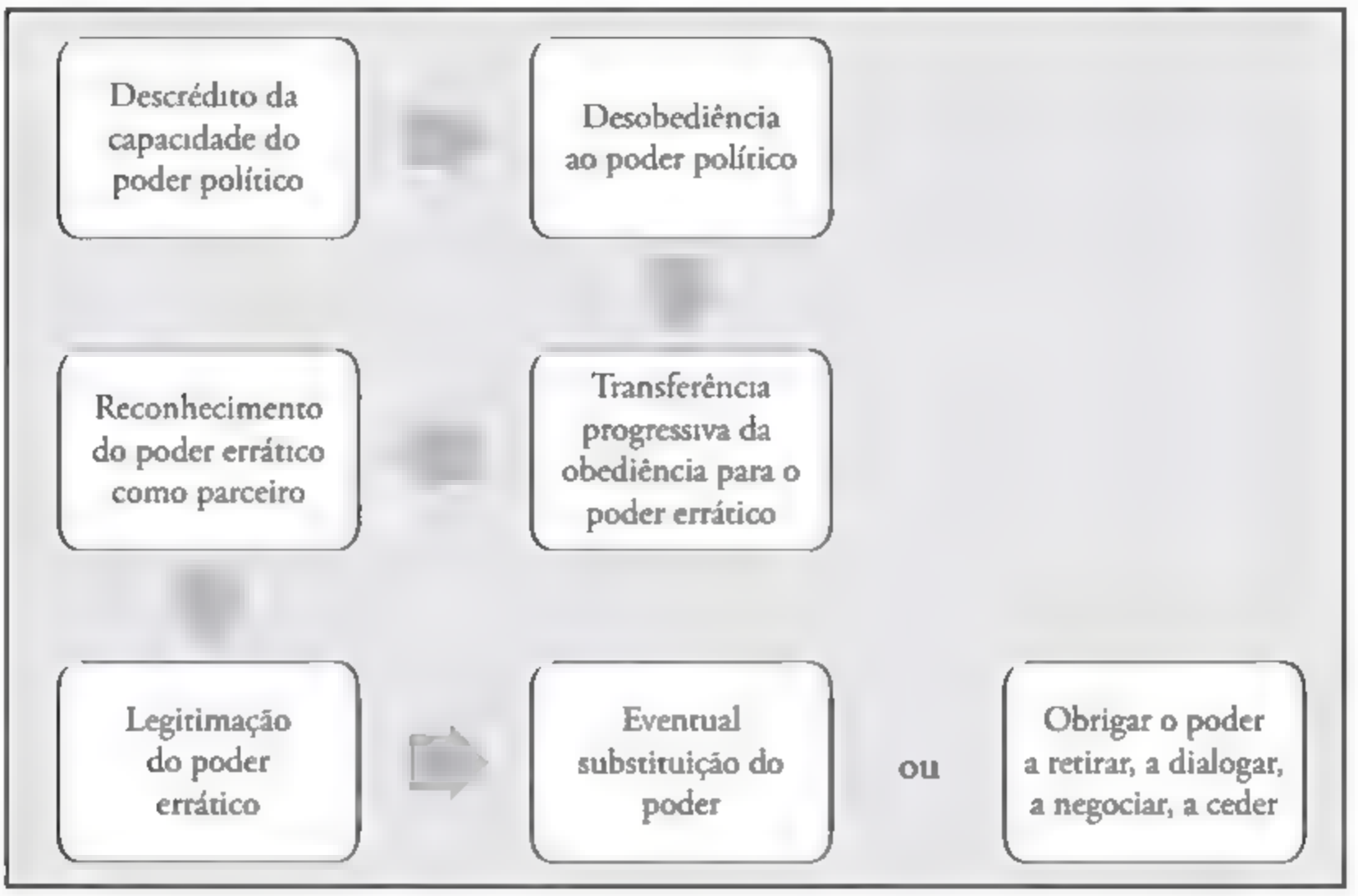
Figura 4. Acções de Apoio e Financiamento do Terrorismo



Fonte: esquema do autor.

Referiremos, em seguida, em esquema, o *Mecanismo de funcionamento geral do terrorismo*.

Figura 5. Mecanismo de funcionamento geral do terrorismo


Descrédito da capacidade do poder político
Desobediência ao poder político
Reconhecimento do poder errático como parceiro
Transferência progressiva da obediência para o poder errático
Legitimação do poder errático
Eventual substituição do poder
ou
Obrigar o poder a retirar, a dialogar, a negociar, a ceder

Fonte: esquema do autor.

O Ocidente capitalista generalizou a sociedade de consumo que se caracteriza pelos seguintes padrões de comportamento dominante.

Sociedade de Consumo

1. Vive do efémero e da novidade;
2. Vive do supérfluo e do desperdício;
3. Vive da liberdade individual
4. Vive da concorrência;
5. Vive da imagem;
6. Vive do relativismo de valores.

Cria, a nível da comunicação de massas, um paradoxo de muito difícil solução, face ao terrorismo em concreto:

a) Se informa largamente, auxilia objectivamente os propósitos terroristas;
b) Se não informa, censura e perde em todo o sentido material.

Todas as novas ideologias surgidas a partir do último quartel do século XX são contra a sociedade de consumo e favorecem mediata e imediatamente a subversão em várias modalidades.

Refiro designadamente as seguintes:

a) O Ecologismo e a Antiglobalização;
b) O Esquerdismo e o Neo-Esquerdismo; Anarquismo e nihilismo [10];
c) A Xenofobia e o Racismo;
d) Os Fundamentalismos Religiosos (protestante, judaico, islâmico, hindu, etc.);
e) Os Nacionalismos infra-estatais;
f) A desistência do sucesso individual (a fé numa causa substitui a fé em si próprio).

O desenvolvimento, na especialidade, destas e de outras ideologias pode ser seguida no meu manual "*Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*", 5.ª ed., ISCSP, 2009.

De um ponto de vista marxista, é muito interessante a obra de José Manuel Otero Novas, "*Fundamentalismos Enmascarados – Los Extremismos Hoy*" (Ariel, Barcelona, 2001) que ressalta a ingerência do poder judicial, da NATO, o fundamentalismo do Mercado e da Globalização, da nova extrema-direita na Europa, dos cristãos, dos imigrantes, etc.

Sobre o novo movimento sectário internacional, recomendo as obras da deputada espanhola Pilar Salarrullana, "*Las Sectas – Un Testimonio Vivo sobre los Mesías del Terror en España*", Ediciones Temas de Hoy (seis edições em 1990!) e, da mesma autora, "*Las Sectas Satanicas*".

Mais títulos acessíveis sobre este tema tão esquecido são:

a) Sandri, Dominique (1998), *No Rasto de Seitas e Sociedades Secretas*, 1.ª ed., ed. Europa-América.
b) Alaiz, Atilano, (1998), *A Sedução das Seitas*, 1.ª ed. port., Braga, Editorial A.O.
c) Bosch, Juan (1995), *Para Conhecer as Seitas – Panorâmica de uma Nova Religiosidade Marginal*, 1.ª ed. port., Gráfica de Coimbra, Lda.

---

10 Recomendo, como leitura inicial a obra de Kinna, Ruth (2005), *Anarchism, A Begginer's Guide*, 1.ª ed., Oxford, ed. One world.

3.2. A Internacionalização da Subversão Política

Não vou de novo voltar, neste local, à teoria geral da subversão política. Escrevi o suficiente sobre a mesma e remeto os interessados para as obras específicas em que a esse tema me refiro. Recordarei, tão-só, que a subversão política começa por se internacionalizar através da guerra. É a guerra total e a guerra geral, nos conceitos clássicos, que internacionalizam os efeitos políticos de um processo macrosubversivo. E foi, sobretudo, através da descolonização encetada em 1945, que, aliada aos efeitos da guerra fria e da política de blocos, se engendrou uma nova fórmula de internacionalização da subversão, conotada com poderosos interesses natureza económica, designadamente o comércio de armamento e a exploração das matérias-primas que constituíam as principais riquezas das antigas colónias. Para se perceber a dimensão deste processo, é fundamental conhecer os factos e a natureza dos processos de colonização moderna e os correspondentes processos de descolonização (e por isso recomendo uma leitura rápida, ao menos, de "*Colonização Moderna e Descolonização – Sumários para o estudo da sua História*"). Nunca foi suficientemente publicitada a articulação do conflito de blocos no âmbito da guerra fria, bem como das lutas anticoloniais e anti-imperialistas (passe a utilização dos termos, caros à facção marxista) com a produção, a comercialização clandestina e o contrabando de estupefacientes, designadamente no sentido dos países outrora colonizados, ou de ideologia marxista oficial, para os países do Primeiro Mundo. Aflorei a questão da China Popular na obra "*A Subversão do Estado*", fazendo sobretudo referência a um extenso relatório publicado sob o título "*A comunist plot to drug the World*". Entendendo-se a ideologia dominante da China comunista, que inclui, apesar de tudo, a herança do Império do Meio, percebe-se a natureza neomaquiavélica, leninista e mesmo vingativa do enorme empreendimento em causa, juntando o útil ao agradável, ou seja, o financiamento das acções subversivas no exterior com uma vingança, tipicamente chinesa, intemporal e paciente, contra a humilhação ocidental que, na fase final do império, sofreu das potências ocidentais, incluindo dos próprios Estados Unidos da América e que teve como expressão, na sequência da guerra dos Boxers, os tratados injustos ou desiguais e a colonização de partes do território chinês por várias potências do Ocidente. Se há momento da História em que se aplica com propriedade a expressão "vingança do chinês", este é, sem dúvida, um deles.

O terrorismo, também, a que fiz suficiente alusão do enquadramento em "*A Subversão do Estado*", passou ser a forma de fazer a guerra da parte dos fracos contra os poderosos. E quando muitos analistas incautos e cientistas do imediato se apressaram a decretar o fim das ideologias e o termo da História, eis que renasce das cinzas esta forma de combate subversivo com uma expressão nunca vista, passando a constituir uma das frentes senão a mais importante, da fase a que já se chamou de "a Terceira Guerra Mundial". Trata-se da actualização de

uma fórmula conhecida a uma situação avassaladora de "ideologia única" e de "imperialismo monopolar".

Concomitantemente com uma globalização da sociedade económico-financeira, temos o desenvolvimento da globalização do crime organizado, designadamente do crime económico, da associação criminosa transnacional, do branqueamento de capitais, da articulação da fraude aduaneira e fiscal com o investimento legítimo, da utilização de paraíso fiscais e de empresas *offshore,* da informática e das telecomunicações ultra-sofisticadas para a fuga ao controlo e a subversão do Estado formal que, como estrutura jurídica, mais do que política, se mantém preso a um enquadramento normativo intemporal, estático e incapaz de se adaptar, em tempo útil, à mudança permanente a que está sujeita a informalidade desta forma de subversão.

A este propósito, recomendo vivamente a leitura da obra "*O Inimigo sem rosto – fraude e corrupção em Portugal*", da autoria de Maria José Morgado e de José Vegar (ed. Participar, D. Quixote, Lisboa, 2003).

Por uns motivos ou por outros, muitos Estados da comunidade internacional se adaptaram ou acomodaram, de uma forma de tal maneira dependente, a certas formas de subversão que referi (narcotráfico, terrorismo, crime organizado de natureza económica, para citar alguns dos casos), que dificilmente podem ser desenquadrados de tal característica sem pôr em causa a sua estabilidade e a sua continuidade habituais.

Estamos numa nova fase da História em que a clandestinidade do crime organizado de outrora, e lembremos o caso das máfias italianas e da sua internacionalização a vários continentes no século passado, deu lugar à utilização, mais ou menos aberta, porque publicitada e conhecida, das estruturas públicas estatais para servir de plataforma de actuação e sede operacional, que já não apenas "santuário", desses sistemas de mecanismos e actuações, a todos os títulos ilegais, além de inadmissíveis em termos morais. Assiste-se, ainda, à utilização dos mecanismos da democracia representativa, ou, mais facilmente como é óbvio, do acesso ao poder do Estado, por via autocrática de agentes públicos, de políticos directamente ligados à própria organização subversiva e criminosa. A resposta institucional de contra-subversão tem tardado, em termos de eficácia e da adequação ao tempo e ao modo. Uma das razões mais importantes reside na dificuldade de distinguir interesses ideológicos essenciais defendidos pelos beneficiários dessa subversão e interesses ideológicos essenciais defendidos pelos outros a quem se pede que extingam a dita subversão. E havendo convergência de interesses, sobretudo no que toca à manutenção dos sistemas e dos aparelhos básicos que servem a uns e a outros, torna-se muito mais difícil isolar e atacar os prevaricadores. A solução passa por algum sacrifício, como sempre. E por isso iremos assistir a uma transformação do sistema, sacrificando uma parte dele para salvar a outra. Sempre foi assim.

3.3. Novas Ameaças: A Para-Subversão ou Subversão Indirecta

3.3.1. Questão Conceptual

Se a subversão for considerada como um ataque violento, insidioso contra uma ordem política e social estabelecida, visando a sua substituição a médio ou a longo prazo, por outra (Jorge Miranda, *in Enciclopédia Verbo*, vol. 17, pág. 751), entendido tal processo como ilegal, clandestinamente preparado e desenvolvido, politicamente orientado e motivado, parece ser incontornável a existência identificável de um agente subversivo, promotor, executante e causador do processo em apreço. Partindo das noções clássicas de subversão, assim é: o efeito (a subversão) decorre de uma causa (o subvertor).

Nos processos de subversão política, assim, é fácil identificar o agente de qualquer processo de subversão concreta. Não sendo raro, mesmo, identificar o próprio Estado como agente de subversão, quer se trate de Estados totalitários, ditatoriais e extremistas, quer se trate de Estados democráticos, pluralistas e afirmadamente personalistas.

Todavia, mostra-nos a História que o desencadear de um processo macrosubversivo de natureza e de efeitos políticos devastadores pode, por vezes, não ser imputável a um atacante insidioso, actuando ilegal e clandestinamente, politicamente orientado e, no entanto, verifica-se o efeito de substituição violenta da ordem política vigente e da sua legalidade instalada.

É evidente que certas causas de natureza catastrófica natural (grandes terramotos, ciclones, tsunamis, ou outros felizmente menos vulgares como colisões de meteoros de grandes dimensões e erupções vulcânicas devastadoras e, ainda, epidemias de graves proporções e mortalidade) não podem caber na noção de agente de subversão, constituindo ou podendo constituir, todavia, a causa desencadeadora e determinante de um processo subversivo político.

Imaginemos, agora, uma crise económica devastadora (o colapso do euro, por exemplo). Estaríamos perante uma situação semelhante: há causa do início de um processo subversivo, não existindo um agente subvertor.

Diferente é o caso da grave corrupção instalada no Estado e no "Estado-falhado". Qualquer dessas situações são imputáveis a uma sequência de acções e omissões humanas, politicamente conotadas e identificáveis, mas ainda assim configura-se um parentesco evidente entre um processo subversivo decorrente de tais situações e os anteriormente referenciados, ou seja, não é evidente (salvo por uma carambola maquiavélica do domínio da teoria da conspiração que sendo improvável não é impossível) a identificação de um atacante insidioso e violento, embora haja o efeito (o início de um processo subversivo).

Em qualquer dos casos, porém, o desenvolvimento material do processo destabilizador iniciado por tais vias carece de acções subversivas subsequentes, concertadas ou espontâneas, mais ou menos organizadas e direccionadas. Por via

da regra, as espontâneas e voluntaristas conduzem ao caos e ao reforço mediato de um poder político novo ou de uma via musculada do anterior. As organizadas, planeadas e dirigidas acabam numa substituição violenta da ordem política instituída.

Trata-se de um fenómeno que não pode, em boa doutrina, ficar de fora de uma teoria geral da subversão. Pela sua natureza, confirma um conjunto de fenómenos e de processos diferentes dos processos de subversão política (guerra, guerra civil, guerrilha rural e urbana, terrorismo, super-terrorismo), aparentados entre si pela característica genética de não se iniciarem pela vontade agressiva, planeada, insidiosa de um agente político, mas por uma causa exterior à política, de efeitos devastadores. São as novas ameaças a que estamos sujeitos.

Chamar-lhe-ei, a tal novo conjunto, de para-subversão ou de subversão indirecta, à falta de melhor designação.

A inexistência, como causa inicial, de um subvertor intencional, insidioso, clandestino e actuando na ilegalidade, não significa a sua inoperância mediata. Pelo contrário: o processo de subversão indirecta carece desse agente clássico numa fase subsequente ao momento da causa destabilizadora inicial, retomando-se, portanto, daí em diante, um figurino mais convencional do processo subversivo. A novidade está na natureza dessa ou dessas causas que provocam a ruptura inicial a partir da qual decorre a subversão.

Os seus processos são de uma actualidade gritante. Merecem, por isso mesmo, uma análise mais atenta e pormenorizada. Eis o que faremos seguidamente.

3.4. O Contra-Terrorismo

Rejeito a pertinência académica de separar o antiterrorismo (preventivo) do contraterrorismo (profiláctico), embora faça sentido a separação em termos operacionais, pois trata-se de acções e reacções de índole e natureza muito diversa. Utilizemos, como base, os quatro vectores estabelecidos pela União Europeia, no âmbito do contraterrorismo. Assim, teremos, num propósito de densificação de conteúdos, as seguintes acções:

a) *Prevenir*

a.1. Estabelecer sistemas de informações partilhados;
a.2. Resolver problemas sociais graves e de proporções regionais relevantes;
a.3. Estabelecer um pacto com os média;
a.4. Educar e envolver as populações na contra-subversão preventiva;
a.5. Controlar a imigração e promover a integração cultural;

a.6. Detectar comportamentos de risco e intervir (conhecer o perfil do terrorista ou do candidato);
a.7. Vigiar a internet.

b) *Proteger*

b.1. Mudar reiteradamente o modelo dos passaportes, vistos e documentação de identificação, tornando a contrafacção e falsificação cada vez mais difícil;
b.2. Vigiar as fronteiras externas da UE, a aviação civil, a navegação, o transporte de mercadorias e de pessoas.

c) *Perseguir* – Aprofundar a acção da Europol, da Eurojust, do TPI, dos acordos bilaterais de Estados para efeitos de segurança interna.

d) *Responder*

d.1. Preparar uma capacidade de retaliação escalonada e testar os mecanismos de prontidão;
d.2. Preparar sistemas de protecção civil, de gestão de crises e de catástrofes e minimizar os danos;
d.3. Manter activo e pronto um sistema progressivo de repressão terrorista interno e comunitário.

Figura 6. Estratégia da União Europeia no Combate ao Terrorismo

Prevenir	**Proteger**
• Estabelecer sistemas de informações partilhados; • Resolver problemas sociais graves e de proporções regionais relevantes; • Estabelecer um pacto com os média; • Educar e envolver as populações na contra-subversão preventiva; • Controlar a imigração e promover a integração cultural; • Detectar comportamentos de risco e intervir (conhecer o perfil do terrorista ou do candidato); • Vigiar a internet.	• Mudar reiteradamente o modelo dos passaportes, vistos e documentação de identificação, tornando a contrafacção e falsificação cada vez mais difícil; • Vigiar as fronteiras externas da UE, a aviação civil, a navegação, o transporte de mercadorias e de pessoas.

Perseguir	Responder
• Aprofundar a acção da Europol, da Eurojust, do TPI, dos acordos bilaterais de Estados para efeitos de segurança interna.	• Preparar uma capacidade de retaliação escalonada e testar os mecanismos de prontidão; • Preparar sistemas de protecção civil, de gestão de crises e de catástrofes e minimizar os danos; • Manter activo e pronto um sistema progressivo de repressão terrorista interno e comunitário.

Fonte: esquema do autor.

3.4.1. Recomendações Práticas

O autor Nicholas Fotion, na sua obra "*Terrorism – The New World Disorder*", propõe um conjunto de recomendações práticas de natureza antiterrorista que parecem conter algumas novidades interessantes. Resumirei, em seguida, os aspectos que considero menos redundantes em relação a outras obras da especialidade.

São eles os seguintes:

a) *Identificar os terroristas quer pessoal quer grupalmente.* Denunciá-los publicamente.
b) *Manter uma boa corte de infiltrados, conhecer a cultura dos terroristas por observação participante.*
c) *Não permitir baixar a moral da retaguarda.*

   c.1. Não deixar escalar os média;
   c.2. Não deixar resvalar o sistema político para a não-democracia;
   c.3. Não perder a confiança dos populares.

d) *Eliminar a relação terroristas-populações nos seus locais de acção.*

   d.1. Designadamente em guetos, escolas, mercados, áreas residenciais e produtivas;
   d.2. Explorar os excessos de repressão dos subvertores sobre os próprios apoiantes (com êxito na Tchechénia);
   d.3. Denunciar publicamente a corrupção dos subvertores e dos seus líderes (com êxito na Colômbia).

e) "*Militarizar*" *as populações civis em áreas de confronto directo e continuado.*

f) *A segurança é prioritária*, designadamente nos santuários e quase-santuários. As forças policiais devem ser treinadas militarmente para manterem o nível de segurança quando as forças armadas retirarem.
g) *Oferecer postos de trabalho às populações*. Criar condições especiais de investimento externo que origine postos de trabalho.
h) *Invadir pesadamente e retirar rapidamente* (*big footprint style*).
i) *Usar a Diplomacia sempre que possível.*
j) Cooperar com os aliados na vigilância transfronteiriça.
k) *Manter permanentemente vigilância de alto nível* nos aeroportos, centros estratégicos de poder, portos, pontes, fontes de energia, comunicações, etc.
l) *Educar as populações*, explicando os intentos dos subvertores e pô-las a colaborar com as autoridades. Explicar-lhes os mecanismos do medo e demonstrar-lhes as torturas dos mesmos.
m) *Prever os piores cenários*. É preciso prever, o mais cedo possível, a escalada dos terroristas até ao terrorismo nuclear, biológico, químico (aqui funciona a Lei de Murphy).
n) *Reduzir a dependência do petróleo* e dos combustíveis fósseis. O petróleo financia o terrorismo.

3.4.2. Para um Enquadramento Científico de uma Polícia de Proximidade

Hoje em dia, a prevenção é como se viu, prioritária quer no constante à criminalidade quer à subversão. Apresentam-se, sem seguida, alguns tópicos que, no entender do autor, devem balizar um enquadramento científico de polícia de proximidade indispensável a tais propósitos.

a) As instituições policiais portuguesas foram pensadas segundo um modelo tradicional, isto é, como "aparelhos repressivos" althusserianos. Esta sua formatação vem desde o tempo da monarquia constitucional e atravessou os vários regimes políticos até ao presente.
b) Em última análise, as instituições policiais devem a sua eficácia à expropriação da maior fatia da violência legítima, feita pelo Estado aos cidadãos. Este "contrato social" está legalizado e legitimado pelo governo da maioria dos regimes políticos democráticos liberais e pluralistas.
c) A omnipresença e exuberância desta função repressiva, em prejuízo de outras possíveis, em articulação com as inevitáveis decorrências de uma sociedade aberta como a actual, acentuaram, designadamente em Portugal, o divórcio entre as populações (mormente as urbanas) e as instituições policiais. A situação é evidente e tende a agravar-se.

d) A exiguidade de meios (falta de formação académica e técnica para funções alternativas, carência generalizada de meios logísticos, de meios didácticos, de meios de informação e de imagem) aliada à inércia de uma cultura dominante que favorece a manutenção do individualismo, da falta de educação cívica das populações e da desconfiança sobre o Estado, têm condenado tais instituições policiais a uma continuidade perniciosa que se agrava perante as consequências das migrações internas e internacionais.
e) Espontaneamente, desenvolveram-se em comunidades rurais e em pequenas comunidades urbanas, menos afectadas pela tendência para o anonimato geral e, portanto, mais sujeitas ao controlo social informal, fórmulas de interacção positiva entre as populações e a polícia, geradoras de grandes mais-valias no domínio da eficácia do serviço de segurança pública (menor recurso à repressão como método de condicionamento, cooperação pró-activa, maior colaboração e melhor desempenho no domínio da actualização permanente das informações de segurança pertinentes e, portanto, mais económica previsão e planeamento).
f) Antes de se lançarem projectos-piloto de "polícias de proximidade" é importante identificar, estudar, quantificar e modelar as "experiências naturais" de êxito confirmado quer ao nível das comunidades rurais quer ao nível das pequenas comunidades urbanas, de modo a enquadrar os modelos a experimentar, de forma científica, antropológica e sociologicamente fundamentada.
g) O conhecimento empírico sócio-antropológico das comunidades portuguesas permite a selecção fundada dos casos de êxito que constituam as bases de trabalho objectivo do grupo de missão.
h) O prolongamento da polícia de proximidade através da sociedade de informação pela via da "e-polícia" (como é paradigmático no caso do actual "Portal de Segurança" e "Queixa Electrónica").

O ISCSP e os seus antigos alunos têm produzido um conjunto de obras de referência neste domínio, das quais destaco:

a) Coronel Armando Carlos Alves – "*Em Busca de uma Sociologia da Polícia*";
b) Coronel Armando Carlos Alves - "*Introdução à Segurança*";
c) Intendente Doutor Pedro José Lopes Clemente "*Da Polícia de Ordem Pública*";
d) Intendente Doutor Pedro José Lopes Clemente - "*A Polícia em Portugal: Da Dimensão Política Contemporânea da Seguridade Pública*";
e) Subintendente Doutorando José Joaquim Antunes Fernandes "*Gestão de Crises: A Multidimensionalidade da Segurança na União Europeia*".

3.5. A Subversão Indirecta

A Subversão Directa inclui, portanto, todos os modelos em que a clandestinidade da conspiração, ou o secretismo da preparação da acção e a violência armada têm como objectivo primeiro, por via ilegal, derrubar o poder político vigente e a sua elite governante, alterando ou não as estruturas jurídicas, sociais, políticas e económicas.

Mas, como se disse, pode ser posta a questão de, sem se utilizar esses procedimentos, como início do processo de ruptura, se chegar a uma situação equivalente à conseguida pela subversão directa. Podemos, inclusivamente, identificar pelo menos quatro situações tipo que funcionam como causas de subversão política e que convirá olhar com alguma delonga mais. São elas o caso da Corrupção Estruturante do Estado, o caso dos "Estados Falhados" ou equivalente, o caso das situações de correntes de Catástrofes e o caso resultante do colapso económico e financeiro.

3.5.1. A Corrupção Estruturante do Estado

Não há nenhum Estado que não encontre no seu interior casos de corrupção. Não é disso que ora se trata. Neste ponto quer-se referir a circunstância de se instalar sistemática e duradouramente uma cultura e uma prática de corrupção transversal em relação às instâncias públicas, aos partidos políticos alternantes na gestão da coisa pública, na classe política, no mundo dos negócios, e uma promiscuidade permanente entre o interesse público e os interesses privados (e de privados) lesiva daquele em favor destes.

Uma questão prioritária é a de saber se a corrupção e a fraude fazem parte integrante do sistema jurídico, político, social e económico ou se são apenas uma grave patologia do mesmo.

Tratei deste tema no meu livro "*A Grande Mentira – Ensaio sobre a Ideologia e o Estado*", páginas 100 e seguintes. Valerá a pena transcrever o que então referi, a propósito, que se afigura de plena actualidade.

"*O crime transnacional ganha uma actualidade acrescida depois de 1989, data simbólica de referência para delimitar o início da nova fase a que se convencionou chamar de globalização e de pensamento único. A internet gerou todo um conjunto de crimes novos, designadamente burlas informáticas, que se vieram juntar às multiseculares práticas criminosas de suborno, corrupção activa e passiva, peculato, tráfico de influências, contrabando, fuga aos impostos, crimes aduaneiros, comércio de produtos e de actividades ilegais, designadamente de pornografia infantil, de estupefacientes e drogas, de armamento, de matérias-primas de natureza radioactiva, de órgãos bioló-*

gicos humanos, a extorsão de fundos, e todos estes ligados, de uma forma mais ou menos directa, à chamada lavagem de dinheiro ou branqueamento de capitais, uma vez que o objectivo destes crimes de colarinho branco é a obtenção, de forma rápida, clandestina e muito substancial, de proventos económicos.

E a estes poderíamos juntar fraudes e corrupção na área política, desportiva, administrativa pública, administrativa privada e ainda especificar as formas de tráfico de influências, de chantagem e um sem-fim de outras fórmulas criminosas por demais conhecidas, que cabem no âmbito do crime organizado. Todavia, a nova questão central tem sido a da globalização do crime organizado, ou seja, da extensão à escala cósmica mundial de práticas que se conceberam preferencialmente para o âmbito doméstico dos Estados.

Separei, como fica óbvio, o terrorismo de todos os outros crimes e práticas ilícitas referenciadas. E esse procedimento deve-se à consideração que tenho relativamente à natureza subversiva ou não dos fenómenos em apreço. Enquanto o terrorismo, em qualquer das suas variantes, é sempre uma prática de natureza subversiva, os restantes crimes e violações do Direito e da Moral, porque não dizê-lo também, não revestem necessariamente essa natureza. Não que não tenham efeitos perversos sobre as finanças públicas, o serviço público, entendido de uma forma genérica e ideal, a democracia política, a Liberdade, ou, sendo mais preciso, sobre os direitos liberdades e garantias dos cidadãos, a justiça social, fiscal e económica, e, portanto, contra a própria justificação do Estado, traduzida nos seus fins clássicos de defesa, de segurança, de justiça e de bem-estar económico e social. Mas esta questão deve pôr-se na mesma: serão estas práticas sistémicas ou subversivas?

A minha resposta opta pela primeira proposta, ou seja, que estas práticas ilícitas, ilegais e imorais, nasceram com o próprio Estado, desenvolveram-se sobretudo no Estado liberal e expandiram-se d forma exponencial com a internacionalização da economia nos século XIX e XX, sobretudo depois da Segunda Grande Guerra Mundial e, de uma forma ainda mais avassaladora e acelerada, a partir da crucial década de 80 do século passado. Diria até mais: se avaliarmos os efeitos colaterais de algumas destas práticas, mormente da lavagem de dinheiro e do branqueamento de capitais e os réditos produzidos pelos tráficos de armamento, de minerais, de drogas, de tabaco, de álcool, só para citar alguns dos casos, chegaremos facilmente à conclusão de que, apesar de defraudarem enormemente os Estados e as administrações públicas em direitos tributários de natureza fiscal e aduaneira, acabam por produzir efeitos de manutenção e desenvolvimento do próprio sistema capitalista e liberal, ao final do processo do branqueamento, com o investimento dos rendimentos produzidos em acções e empresas de natureza legal, geradoras de postos de trabalho, de impostos, estes efectivamente cobrados, fazendo aquecer ou desenvolver a própria Economia, gerando um conjunto de efeitos que são essenciais à manutenção, ao desenvolvimento e ao progresso da própria sociedade liberal e capitalista. Ou seja, não só não têm natu-

reza subversiva, tendo em conta os conceitos e as noções que desenvolvi sobre o tema, designadamente em 'A Subversão do Estado', já citada, como têm ainda, por paradoxo e para lá dos julgamentos ético e jurídicos passíveis, o efeito de sustentação e de promoção do próprio sistema. Daí resulta, sem dúvida, uma das grandes dificuldades que se põem ao poder judicial, à investigação criminal, ao aparelho judiciário, em suma: a erradicação de práticas que têm efeitos funcionais e sistémicos mas que são de natureza perversa e imoral, para lá da própria ilegalidade já referida. E esta funcionalidade é de tal modo verdadeira, que, em muitas das situações, mais ou menos graves, se instalou, em muitos países ditos democráticos e liberais, uma tolerância quase consuetudinária, relativamente a certas práticas usuais.

A omissão é uma forma de expressão ideológica. Quando ela se instala em termos culturais, representa uma ideologia dominante".

Ou seja, a corrupção e a fraude fazem parte genética do Estado contemporâneo, da mesma forma que os organismos humanos têm, em permanência, células degenerativas. A questão central é, pois, a da sua contenção em níveis que não o ponham em causa. A partir de certas proporções, tornam-se causa de subversão indirecta.

Um dos aspectos mais problemáticos que esta fórmula de subversão indirecta acarreta prende-se com a habituação social e cultural a níveis destruturantes de corrupção e fraude. Países em que as Máfias e os cartéis criminosos se instalaram historicamente são disso bons exemplos. E estamos, nestes casos, em situações de Estados falhados. Em momentos críticos (guerra, invasões, por exemplo), o próprio estado se articula com as organizações criminosas desta índole para alcançar os seus objectivos estratégicos prioritários [11].

3.5.2. O caso dos "Estados Falhados"

O conceito de "Estado falhado" é atribuído à politóloga e antiga Secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright, com tratamento académico. Trata-se de um Estado sem poder político relevante a nível interno e internacional, incapaz de se fazer obedecer em todo o território a que formalmente corresponde, confinado a redutos defensivos. O "Estado falhado" existe formalmente. Resulta, normalmente, de um processo de independência ou de descolonização e foi acolhido como sujeito de Direito Internacional Público. O governo oficial mantém um reconhecimento internacional suficiente, mas de facto partilha o poder e o mando com outras entidades informais que controlam suficiente-

[11] Recomendo vivamente a leitura da obra "*Atlas das Mafias*", de Fabrizio Maccaglia e Marie-Anne Matard-Bonucci, que tem como subtítulo "*Actores, Tráficos e Mercados da Criminalidade Organizada*".
Perante uma geopolítica tão evidente como a que é exposta nesta obra, uma parte das filosofias de pacotilha divulgadas a título de ciência perdem completamente o sentido e desabam pela raiz.

mente outras partes do território ou impedem que o governo oficial nelas exerça influência. As causas do "Estado falhado" são múltiplas: inviabilidade material, corrupção e incapacidade da classe dirigente, narcotráfico, fronteiras herdadas do colonialismo com subjacente crise entre tribalismos adversários irredutíveis, ingerências externas fracturantes, fundamentalismos e extremismos transnacionais, "santuários de guerrilha", organizações criminosas de grande dimensão, crise económica generalizada, incapacidade de prestação das instâncias públicas, carências agudas da população e assim por diante. Geralmente verifica-se uma confluência destes factores. A guerra civil intermitente, os genocídios, as acções terroristas, a pirataria e a insegurança geral são alguns dos efeitos mais frequentes de uma situação de "Estado falhado". Frequentemente gera-se um empate prolongado que arrasta as situações críticas pela incapacidade real de uma das partes exercer uma supremacia sobre as outras, situação que raramente é alheia a interferências externas. Muitas destas situações prolongam-se pela recusa dos poderes maiores na utilização de fórmulas consagradas na política internacional: divisão do "Estado falhado" em unidades menores, ingerência humanitária, embargos e sanções pesadas, concentração de acção diplomática, política e económica, tratados de protecção, neutralização do Estado ou ajuda direccionada.

Os "Estados falhados" só existem depois de processos de colonização, de descolonização e de imperialismo. Trata-se de um fenómeno novíssimo, com expressão internacional relevante, desde o século XX e sobretudo depois do final da Segunda Grande Guerra Mundial.

É certo que os Estados falhados têm características imputáveis às próprias sociedades políticas envolvidas. Mas algumas só aparentemente o são (e, em política, a aparência determina a realidade).

Vejamos em pormenor:

a) A incapacidade de exercício da autoridade dos governos sobre a generalidade do território;
b) A incapacidade da prestação dos serviços públicos inerentes à soberania e aos fins do Estado (Segurança, Justiça e Bem-estar);
c) A incapacidade de eliminar um sistema generalizado de desobediência civil;
d) A incapacidade de controlar as fronteiras do Estado;
e) A existência de zonas inacessíveis aos poderes públicos, "santuários" interiores, bases terroristas, zonas "libertadas", territórios de cartéis, onde a soberania do Estado respectivo não se exerce permanente e continuadamente.

Estas situações, tomadas a título genérico e exemplificativo, são sistematicamente atribuídas à desagregação e incapacidade das elites políticas (locais),

ao ódio histórico e violento que opõe grupos culturais, étnicos ou religiosos forçados a compartilhar um mesmo território, confrontando-se agressivamente e dando origem a genocídios, deslocação de populações, campos de refugiados geradores de crises sociais e económicas, a pandemias incontroláveis, à fome e à subnutrição, com os consequentes efeitos na pirâmide demográfica, provocando rupturas geracionais, processos de disforia, agravamento das desigualdades internas e geradoras de processos de causalidade circular.

Não raramente as culpas sobram para a incapacidade das elites e para o seu viés faccioso, não raras vezes ostensivo, diga-se, também, em abono de verdade.

A culpabilização de entidades exteriores só é assacada perante acções conjunturais directas, tais como:

a) Embargos e bloqueios;
b) Intervenções militares externas;
c) Dívida ao estrangeiro, insustentável e, portanto, em crescente agravamento;
d) Crises humanitárias vizinhas de impacto transnacional;
e) Subversão internacionalmente promovida e apoiada;
f) Manipulação dos preços das matérias-primas feitas por actores das bolsas internacionais, especulação e desregulação dos mercados a nível internacional.

Existe, todavia, uma responsabilidade directa que ultrapassa esta causalidade próxima e que se prende com as heranças coloniais, com o Direito Internacional Público, com a formatação da decisão internacional relevante e com a geopolítica dos interesses económicos. Sobre este tema, publiquei vários textos de que destaco "*Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*" e "*O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*".

Diferente questão é a dos Estados frágeis, usualmente semelhantes aos anteriores em termos históricos e sociais, mas exportadores de uma mais-valia estratégica (uma *comodity* ou um serviço), usualmente matérias-primas, com destaque para as energias fósseis. O equilíbrio (e, não raras vezes, o esplendor) destes Estados é, todavia, precário e a estabilidade do respectivo progresso e desenvolvimento periclitante.

Estando claramente estabelecida uma relação de dependência (centro-periferia numa lógica de Samir Amin, por exemplo), qualquer crise maior e exterior a nível do centro pode induzir uma ruptura a nível da periferia.

Curiosamente, um modelo em contraponto do "Estado falhado" tem sido do Estado autoritário que apresenta modelos de compromissos entre a democracia liberal formal e o totalitarismo moderno. O tema é muito bem tratado na obra colectiva editada sob a direcção de Olivier Dabène, Vincent Geisser e Gille

Massardier, intitulada "*Autoritarismes Démocratiques et Démocracies Autoritaires au XXIe Siècle*".

Sobre a Rússia contemporânea e a sua reestruturação segundo esse modelo, é interessante ler a obra de Michael Stuermer, "*Putin e o Despertar da Rússia*".

Na obra de Robert Kagan, "*O Regresso da História e o Fim dos Sonhos*", a leitura sobre o regresso da Rússia é interessante e concertável com a da obra anteriormente referida.

3.5.3. A Situação decorrente de Catástrofes Naturais

Sempre ocorreram catástrofes naturais de grandes proporções. A sua dimensão é potencialmente subversiva, se afectar a viabilidade da intervenção de socorro e levar ao colapso do poder político. As situações mais frequentes não o têm proporcionado felizmente (terramotos de alta intensidade, erupções vulcânicas, tsunamis, ciclones, epidemias, secas, inundações, chuvas torrenciais, por exemplo). Mas não há dúvida que a epidemia de gripe (chamada "espanhola" ou pneumónica), de 1918, se aliou à catástrofe (humanitária, económica, sanitária, social) provocada pela guerra de 1914-18 para dar origem a uma conflitualidade de que resultou a estruturação dos partidos de extrema-direita na Europa (1919) e a várias acções subversivas. Em Portugal irromperam frequentes sublevações militares e civis, designadamente a Revolta de Monsanto e a Monarquia do Norte. Mais recentemente foi evidente o caos que se instalou, a breve trecho em Nova Orleães depois da destruição provocada pelo ciclone *Cathrina* (2005) e no Haiti (2009), provocada pelo sismo de intensidade 8, na escala de Richter e no Paquistão pelas inundações e destruição calamitosa subsequente (2010). O caos só foi interrompido e debelado graças à intervenção das forças armadas. Seria interessante verificar se estas ocorrências configuram um faseamento – padrão. Aparentemente a sucessão de fases acontece com os seguintes eventos:

- 1.ª Fase: da causa catastrófica, (ocorrência da catástrofe e seu desenvolvimento material).
- 2.ª Fase: do caos com solidariedade espontânea e activa de sobreviventes.
- 3.ª Fase: do caos com pilhagens e mais violações de direitos. Os instrumentos usuais de repressão são insuficientes para repor da ordem pública. Chega o auxílio humanitário inicial. Paralelismo dos cenários. Insuficiência das acções de polícia.
- 4.ª Fase: Decretamento do recolher obrigatório. Intervenção das Forças Armadas. Progressiva diminuição das acções de busca e salvamento. Instalação de populações em campos alternativos.
- 5.ª Fase: Rescaldo. Demolições e reabilitação de emergência. Regresso progressivo à normalidade.

Por razões de conveniência laica, conviremos que as crises catastróficas se têm sucedido a um ritmo impressionante dando a impressão de uma revolta da natureza planetária.

As reservas (patrimoniais e humanas) operacionais têm permitido acudir razoavelmente a este ciclo de catástrofes naturais sucessivas. Mas a sua elasticidade não é ilimitada. A manter-se o ritmo de catástrofes naturais em concomitância com a manutenção de uma crise económica de gigantescas proporções internacionais, não pode ser distante o ponto de ruptura em que o auxílio de emergência seja forçado a reduzir, mais e mais, as suas prestações concretas, sobretudo ao nível da reparação de danos e prejuízos. A actualidade do cenário decorre, assim, da escassez previsível dos meios.

3.5.4. Subversão decorrente do Colapso Económico e Financeiro

O mundo esteve à beira do colapso económico e financeiro com a crise de 2008. As sombras dessa crise pairam ainda em todos. Países mais ou menos suspeitos de fraude financeira aproximaram-se da bancarrota como a Islândia e a Grécia e o descalabro só não se instalou porque a solidariedade colectiva (da União europeia, do FMI, e do Banco Mundial, por exemplo) acudiu a breve trecho evitando uma catástrofe financeira de proporções bíblicas. Ainda assim, permanece a suspeita fundada de que o colapso económico do Estado e o incumprimento geral de pagamentos e suas decorrências possam desencadear uma situação social e politicamente caótica de difícil contenção. O caos generalizado não é confundível com a revolução, nem com a guerra civil ou com a guerrilha embora lhe possa dar lugar, posteriormente. Mas numa situação de caos financeiro instala-se, desde logo, a pilhagem em larga escala, o furto e roubo generalizado que prosperam com a ausência de capacidade de resposta por parte das autoridade remanescentes, pouco seguras e menos convictas da sua retaguarda e do Estado de Direito. A indução de situações de crise económica foi cientificamente posta em causa em vários países da América Latina, por exemplo, como demonstra a vasta obra do politólogo brasileiro Prof. Doutor Moniz Bandeira, especialmente em "*A Fórmula para o Caos*" (Bandeira, 2009). Uma das técnicas mais interessantes na subversão da Economia de um Estado – alvo, consiste na introdução de moeda falsa em grandes quantidades e de boa qualidade de execução. É sabido que o Irão, utilizando equipamento fornecido pelos EUA ao regime do Xá Reza Pahlavi, fabricou, por sua vez, dólares falsos de tão boa qualidade que o governo norte-americano se viu forçado a aceitá-los numa primeira fase e a alterar as seguranças do seu sistema judiciário em segunda.

A perspectiva de colapso da zona euro que se vive, desde 2008, coloca muito seriamente o cenário de uma carambola de catástrofes económico-financeiras

nacionais que só por milagre não desencadeariam, por efeito das falências em massa, do desemprego incontrolável, da contestação social, do disparar da criminalidade violenta, uma situação de caos, de descredibilização transversal da classe política, dos poderes públicos que criam o ambiente propício ao caos e à subversão. Mais uma vez, a causa inicial deste processo não tem uma intervenção subversiva, uma premeditação processual visando o ataque insidioso e violento ao poder constituído. Mas abre-lhe decididamente o caminho.

Há paralelismo nos processos históricos dos modelos clássicos de subversão: não foi nem Trotsky nem Lenine quem preparou o ambiente que conduziu à revolução bolchevista de 1917. Limitaram-se a apanhar o comboio (num duplo sentido!) da História. Assim, como a revolução maoista de 1949 é mais tributária à invasão nipónica da Manchúria durante a guerra de 1939/45 do que as causas ideológicas de outra índole.

Esta razão histórica abre até uma interessante perspectiva de análise sistemática de tais circunstâncias nos mais diversos processos subversivos clássicos.

Leituras Complementares:

Alaiz, Atilano (1998), *A Sedução das Seitas*, Braga, Editorial A.O.

Alves, Armando Carlos (2010), *Introdução à Segurança*, Lisboa, Ed. Revista da GNR.

_____ (2008), *Em Busca de uma Sociologia da Polícia*, Lisboa, Ed. Revista da GNR.

Bauer, Alain Bauer e Raufer, Xavier (2003), *A Globalização do Terrorismo*, Lisboa, ed. Prefácio.

Bandeira, Luiz Alberto Moniz (2009), *Fórmula para o Caos – A CIA e o outro 11 de Setembro: a queda de Salvador Allende (1970-1973)*, *Tribuna.*

Boniface, Pascal e Védrine, Hubert (2010), *Atlas das Crises e Conflitos*, Lisboa, Plátano Editora.

Bosch, Juan (1995), *Para Conhecer as Seitas – Panorâmica de uma Nova Religiosidade Marginal*, 1.ª ed. port., Coimbra, Gráfica de Coimbra.

Chaliand, Gerard e Blin, Arnaud (2004), *Histoire du Terrorisme*, Paris, Bayard.

Clemente, Pedro José Lopes (2000), *A Polícia em Portugal: Da Dimensão Política Contemporânea da Seguridade Pública*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política, Lisboa, ISCSP-UTL.

_____ (1998), *Da Polícia de Ordem Pública*, Lisboa, Governo Civil de Lisboa.

Dabène, Olivier, Geisser, Vincent e Massardier, Gille (2008), *Autoritarismes Democratiques et Democracies Autoritaires au XXIe Siècle*, Paris, La Découverte.

Ebo, Isabel (2008), *A Geopolítica da Droga*, Lisboa, ISCSP.

Enzensberger, Hans Magnus (1998), *Perspectivas da Guerra Civil*, Lisboa, Relógio de Água.

Halliday, Fred (1999), *Revolution and World Politics – The Rise and the Fall of the Six Great Power*, London, Macmillan Press Ltd.

Kagan, Robert (2009), *O Regresso da História e o Fim dos Sonhos*, Lisboa, Casa das Letras.

Kinna, Ruth (2005), *Anarchism, A Begginer's Guide*, 1.ª ed. Oxford, ed. One world, Oxford.

L'heuillet, Hélène (2009), *Aux Sources du Terrorisme – De la Petite Guerre aux Attentas-Suicides*, Paris, Fayard.

Maccaglia, Fabrizio e Matard-Bonucci, Marie-Anne (2009), *Atlas des Mafias, Acteurs, Trafics et Marchés de la Criminalité Organisée*, Paris, Autrement.

Morgado, Maria José e Vegar, José (2003), *O Inimigo Sem Rosto – Fraude e Corrupção em Portugal*, Lisboa, Edição Participar, D. Quixote.

Mottu, Philipe Mottu (1996), *Revolution Politique et Revolution de l' Homme*, Lausanne, Editions L'Age d'Homme.

Novas, José Manuel Otero (2001), *Fundamentalismos Enmascarados – Los Extremismos Hoy*, Barcelona, Ariel.

Nye, Joseph S., Jr. (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria das História*, col. Trajectos, Lisboa, ed. Gradiva.

Oliveira, Hermes de Araújo de (1974), *O Assalto a África*, Famalicão, ed. Autor.

_____ (1971), *A Filosofia da Subversão e o Homem Novo*, Famalicão, ed. Autor.

_____ (1962), *Guerra Revolucionária*, Lisboa, ed. Ministério do Exército.

_____ (1959), "A Defesa de Moçambique à Luz da Guerra Revolucionária", *in Revista Militar*, Ano 11, n.º 12, págs. 749-789.

Parker, Noel (2001), *As Revoluções e a História*, col. Memórias do Mundo, Lisboa, Terras e Debates.

Penna, J.O. de Meira (1997), *O Espírito das Revoluções*, Rio de Janeiro, Faculdade da Cidade Editora.

Salarrulana, Pilar Salarrullana (1995), *Las Sectas Satanicas*, Madrid, Ediciones Temas de Hoy.

_____ (1990), *Las Sectas – Un Testimonio Vivo sobre los Mesías del Terror en España*, Madrid, Ediciones Temas de Hoy.

Sandri, Dominique (1998), *No Rasto de Seitas e Sociedades Secretas*, Mem-Martins, ed. Europa-América.

Stuermer, Michael (2009), *Putin e o Despertar da Rússia*, Lisboa, Editorial Presença.

Bibliografia do Capítulo:

Bandeira, Luís Carlos Moniz (2009), *A Fórmula para o Caos*, Minas Gerais, Tribuna.

Lara, António de Sousa (2009), *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, 5.ª edição revista e actualizada, Lisboa, ISCSP.

_____ (2009), *O Interesse Nacional, a Política Externa Portuguesa e as Ideologias*, Lisboa, Dislivro.

_____ (2007), *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, Coimbra, Ed. Almedina.

_____ (2004), *A Grande Mentira – Ensaio sobre a Ideologia e o Estado*, Lisboa, Hugin.

_____ (2002), *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, ISCSP.

_____ (1987), *A Subversão do Estado*, Lisboa, ISCSP.

Fotion, Nicholas (2007), *Terrorism – The New World Disorder*, New York, Continuum.

Miranda, Jorge, *in Enciclopédia Verbo*, vol.17, pág. 751.

Objectivos:

Descrever e interpretar o nascimento dos três Blocos da "Guerra Fria" e perceber a sua interdependência e correlações.

Síntese dos Temas Abordados:

Capítulo 4
Evolução Histórico-Política da Política de Blocos (1945-1989)

4.1. A Política de Blocos e Guerra Fria

Existe uma confusão sistemática, generalizada e pouco útil, nos domínios das Ciências Políticas e das Relações Internacionais, entre Guerra Fria e Política de Blocos, porque os seus processos coincidiram, em grande medida, nos principais actores, no espaço e no tempo. Mas há evidentemente grandes diferenças.

Destacaremos:

a) O facto de a "Guerra Fria" ter causado a "Política de Blocos" e não o contrário;
b) O facto dos agentes activos da "Guerra Fria" só parcialmente coincidirem com os da "Política de Blocos";
c) O facto de ter terminado no triénio 1989/1991 a "Política de Blocos" e menos obviamente a "Guerra Fria" [veja-se a continuação material da Doutrina MAD, a resistência russa à Iniciativa de Defesa Estratégica norte-americana, a permanência e reforço da NATO, o novo "czarismo democrático" de Vladimir Putin, com a ulterior colaboração de Dimitri Medvedev, a renovação da política bilateral russo-americana de limitação e modernização dos arsenais tácticos nucleares (Obama-Medvedev, 2010), a espionagem clandestina e a troca de espiões presos EUA-Rússia (Julho, 2010)].

Desse equívoco ressalta uma trágica desvalorização e um arquivamento histórico precoce da "Política de Blocos", e, portanto, a incapacidade de a ela recorrer para compreender o presente.

Ora, as grandes potências, de forma realista e tecnicamente maquiavélica, têm interesses permanentes e continuados, usando de doutrinas de justificação e de

sistemas políticos alternativos para as concretizar. Muda a aparência e mantém-se a essência.

Por isso mesmo, é, neste particular, fundamental:

a) Perceber as determinantes estratégicas das grandes-potências em apreço;
b) Perceber as alterações conjunturais, as soluções viáveis e os recursos disponíveis em cada época, autorizados e utilizados para cada uma delas;
c) Prospectivar os futuríveis, consequentemente.

Por manter toda a actualidade e pertinência, retomarei, então, as considerações feitas, há quase três décadas, sobre a "Política de Blocos" no contexto da Geografia da Subversão [12].

É coerente afirmar, em articulação com a perspectiva de fundo evolucionista geral que assumimos em relação à origem e natureza do Estado, que a política de blocos tem, para além de causas próximas – a vitoriosa revolução bolchevista de 1917 e a evolução da II Grande Guerra como as mais marcantes –, causas remotas. De entre as causas mais longínquas há que referir, em síntese, a tendência antiga para a constituição de uma direcção internacional efectiva e actuante.

Há que referir, também, o papel preponderante da Europa na modelação da civilização humana. Ideologicamente as componentes essenciais da política de blocos são de origem europeia quer em termos absolutos quer em termos de difusão cultural: desde o tipo estrutural de Estado, ao tipo de relações inter e intra-estatais, desde a ética do capitalismo e da liberdade até à filosofia da dialéctica e da revolução. E através desta oposição fundamental dos nossos dias, continuam legados diferentes da Europa em difusão para todo o Orbe, modificando culturas, substituindo instituições e padrões de conduta.

Convém, igualmente, referir que, em detrimento da leitura que privilegia excessivamente a importância relativa, para a política em apreço, das referenciadas causas próximas, grande parte deste conflito tem a ver com tradições históricas no sentido da conquista do poder hegemónico, por homens, grupos sociais ou Estados e vai prender-se com a aparência da justificação dissimuladora das ideologias, a derivação paretiana em suma, numa acção de camuflagem sobre as justificações factuais, de base residual, como diria Vilfredo Pareto, que motivam verdadeiramente os homens que estes constituem.

Não cabe no âmbito do presente trabalho, escrever uma História das Relações Internacionais até à fase da política de blocos da actualidade. Mas parece pertinente fazer ressaltar alguns dos aspectos mais significativos que historicamente antecederam tal conjuntura. Importa, sobretudo, mostrar a inevitabilidade do nascimento do conflito Leste-Oeste no final da 2.ª Grande Guerra, essência da política de blocos, e mostrar a progressão de uma constante política de expansio-

12 Como está em Lara, António de Sousa (1987), *A Subversão do Estado*, Lisboa, ISCSP-UTL, pág. 289 e seguintes, com algumas adaptações.

nismo internacionalista do mundo sovietizado em desfavor da influência externa dos países que compõem o Primeiro Mundo. O recuo do poderio primeiro-mundista não resulta, assim, apenas como obra do marxismo-leninismo militante. O alargamento excessivo do imperialismo soviético provocou uma ruptura de financiamento do sistema que lhe foi fatal.

4.2. Do Primeiro Mundo sitiante ao Primeiro Mundo sitiado

4.2.1. Natureza do Primeiro Mundo

O Primeiro Mundo é, por conseguinte, constituído, pode dizer-se genericamente sem grande distorção, pelos países de histórica economia capitalista (tendencialmente por economias de mercado), países que privilegiam a constituição de regimes políticos liberais, pluralistas, personalistas ou personalizantes, desde as origens da fisiocracia e do liberalismo.

Deles constitui potência-directora, mais ou menos efectiva, os Estados Unidos da América, uma vez que se trata da superpotência capitalista que serve de pólo a todos estes Estados, influenciando a sua vida interna e internacional e coordenando, internacionalmente, uma estratégia global. Esta posição de "charneira", ocupada pelos Estados Unidos da América é preponderantemente informal: não resulta forçosamente de tratados, de acordos, de actos de reconhecimento ou de ordenamentos jurídicos. Existe e a sua eficácia material não lhe advém tanto das relações jurídicas internacionais, por vezes inexistentes sob esta perspectiva concreta, mas de vinculações provocadas a partir de relações económicas internacionais, da internacionalização de solidariedades políticas grupais, de interesses materiais e espirituais colectivamente sentidos.

Politológica e sociologicamente é frequente falar-se de equilíbrio para referir a situação relativa das forças do Primeiro e do Segundo Mundos. Historicamente, porém, e desde a revolução de Outubro, e principalmente depois da 2.ª Grande Guerra, que não se vislumbra senão um retrocesso do Primeiro Mundo: todo o território do Segundo e Terceiro Mundos pertenceram, em passado próximo, à direcção política, económica, militar e administrativa de governos capitalistas. Grande parte dele era mesmo directamente controlado por governos de países integrantes do actual Primeiro Mundo.

Dois fenómenos político-ideológicos, desenvolvidos, no seguimento do desfecho da II Grande Guerra, provocaram, como é sabido, a actual situação, e que foram:

a) O avanço progressivo da bolchevização e da revolução socialista;
b) Os processos da descolonização e o desenvolvimento neutralista.

O Primeiro Mundo, assim chamado para evidenciar a circunstância da sua primogenitura em relação aos restantes congéneres, dificilmente se organizou em torno de uma liderança internacional mono-estatal. Os nacionalismos, doutrinários de formação, de base objectiva e subjectiva, e o princípio das nacionalidades, são reivindicados como legados seus, muito embora, enquanto fenómenos sociais se não possam atribuir como específicos deste universo restrito.

Quando se fala, em termos latos, de *"Civilização Ocidental"* e de *"legado político e social do Ocidente"* pretende-se identificar um conjunto de atitudes fundamentais erigidas em valores dominantes, uma atitude absoluta, uniforme e intolerante, também ela conheceu e conhece ora momentos de desencanto ora de espírito missionário, épocas de certeza ou de dissidência. No Primeiro Mundo, fora e dentro dos Estados que dão corpo, a alternativa é o modo de vida.

Importa, desta feita, fazer uma breve meditação sobre a evolução da política externa norte-americana, relacionando-a com a dos seus parceiros de geopolítica. Importa também que ela seja pensada com o enquadramento civilizacional que, afinal, a justifica.

Interessa, finalmente, atribuir a esta política conjunta os êxitos e os inêxitos que tenha provocado na sua vigência.

Eis as intenções das páginas que se vão seguir.

4.2.2. Ciclos da Política Externa Norte-Americana

4.2.2.1. Linhas Gerais da Política Externa Norte-Americana

Para compreender a política externa dos EUA é fundamental perceber a realidade sociológica interna desse país. Algumas características históricas são importantes para essa compreensão.

Etnicamente não há homogeneidade populacional. Por um lado existem as centenas de milhar de ameríndios, descendentes do remanescente populacional de um dos maiores genocídios da História. Estão, em grande medida, ocidentalizados, se bem que parte insista em preferir a continuidade de um tribalismo revivalista, circunscrito a "reservas".

Por outro lado contam-se as dezenas de milhões (cerca de 25 milhões) de descendentes de escravos negros africanos, importados através do tráfico, principalmente para comerciantes e plantadores extensivos dos Estados do Sul. Só há poucas gerações ganharam a sua alforria geral e irreversível mas foram desenraizados das suas terras e culturas nativas para adoptarem a cultura dos seus antigos donos.

A maioria branca está longe de ser homogénea. Mas culturalmente dominaram os padrões do imigrante cristão europeu, refugiado religioso, aventureiro, missionário, comerciante, soldado, mineiro, agricultor e criador de gado que

se lançou no desafio da exploração de um novo mundo e de uma nova vida [13]. Este grupo, heterogéneo, impôs, assim vários ideais dominantes à forma de vida norte-americana. Ressaltamos os seguintes:

a) *A liberdade individual,* como valor omnipresente na estrutura e funcionamento do Estado, na sua limitação, na organização económica, no desenvolvimento dos cultos religiosos e, em suma, na generalidade das relações sociais;
b) *A moral judaico cristã,* dominante veiculada e sustentada pelas sólidas confissões religiosas protestantes, pela Igreja católica e pelo judaísmo. Quer a ética protestante quer o semitismo contribuíram, como é sabido, de forma basilar, para o desenvolvimento do sistema capitalista;
c) *O desenvolvimento da cultura material* norte-americana, partindo do legado comum europeu (urbanismo, sistemas produtivo, militar, educativo, etc.).

A força centrípeta do processo de formação da Federação, desde a independência das treze colónias, verificada há pouco mais de dois séculos (em 1776), e o perfil dos fundadores da nacionalidade influenciaram, sem dúvida de forma definitiva, a proeminência desses ideais como valores centrais da nova cultura sintética [14].

Todo este sistema está, em certa medida, imbuído de contradições internas permanentes, com reflexo evidente na política externa do país. Ressaltaremos, como importantes, as seguintes:

a) O anticolonialismo doutrinário norte-americano, resultante da sua luta independentista setecentista em oposição à sua política expansionista factual resultante de intervenções militares de diplomacia e da internacionalização do capital financeiro no estrangeiro;
b) O nacionalismo isolacionista perante a vocação para a liderança internacional;
c) Os princípios da liberdade, igualmente e de não-discriminação em confronto com os conflitos de origem étnica e com a tendência para a plutocracia;
d) O sentido do pragmatismo e da *realpolitik* e o fundamento ético-religioso da sua cultura;
e) O evolucionismo histórico relativo e a sucessão alternativa de administração do Estado;
f) O primado do económico e a urgência do político.

---

13 Os "WASP – *White Anglo-Saxon Protestants*", constituíram e constituem ainda hoje um grupo de elite no "*melting pot*" norte-americano.

14 A própria língua determina irrecusáveis afinidades literárias e históricas. A genealogia dos "*founding fathers*" continua hoje, como ponto de referência da importância destas raízes culturais.

A estas características, acrescentaríamos, por significativas, mais as seguintes circunstâncias:

1. *A complexidade do processo de formulação e de execução da política externa norte-americana.* Esta complexidade resulta, para além, da magnitude dos problemas apresentados, quer qualitativa quer quantitativamente, da pluralidade de forças que concorrem como centros de decisão efectivos e não só formais, dessa mesma política externa. A democracia política liberal confere primordial influência à opinião pública americana em geral. Tal opinião pública veicula, frequentemente, sentimentos contraditórios, exprimindo interesses impossíveis de satisfazer simultaneamente: o nacionalismo "chauvinista", o anticomunismo radical e o pacifismo antibélico, por exemplo. A opinião pública é, ainda, afectável por "correias-de-transmissão" e pela influência que lhe era dirigida pela própria União Soviética e seus aliados, o que acontecia, obviamente, sem idêntica contrapartida no sentido inverso. O Presidente da Federação não dispõe de um poder tão lato como a Lei e o costume podem deixar sugerir. Está sujeito constitucionalmente a autorizações do Senado, designadamente em matérias financeiras, sendo-lhe coarctada parte importante da respectiva margem de manobra. Ele próprio está sujeito a pressões políticas vindas das origens mais diversas desde a do seu próprio partido político, às dos poderosos *lobbies* de índole heterogénea, até às dos grupos e pessoas que constituem o seu Governo, muito embora constitucionalmente dele dependa toda a hierarquia do executivo (Zorgbibe, 1984) [15]. Esta pluralidade de vectores de forças, a que está sujeita a decisão e a acção política do governo norte-americano contrasta com a estabilidade e continuidade, independentemente ampla, coesão acentuada e pequenês de conjunto a que estavam sujeitas as correspondentes decisões e acções soviéticas.
2. *A vantagem da iniciativa soviética.* Como será melhor explicado, a União Soviética deteve, em política internacional a iniciativa da acção, dentro de um plano estratégico de divulgadas linhas gerais de orientação. Essa acção estratégica foi, muito abreviadamente falando, caracterizada pelo expansionismo e pelo uso concreto das forças próprias e das fraquezas dos adversários. O Estado soviético e o sistema da comunidade socialista de Estados foi monista, transpersonalista, quase hermético à influência política dos mundos exteriores, cupulista, centralizado e autocrático. Tacticamente usufruiu dos efeitos vantajosos da primazia de iniciativa: a política externa

15 Charles Zorgbibe fala-nos "de grandes energias criadoras que deviam animar a diplomacia americana" por "negociações entre os diferentes departamentos do Executivo". Fala ainda da poderosa influência de certos grupos económicos, étnicos, sindicais e religiosos na formação e evolução da política concreta efectiva dos EUA. Convém notar a irrelevância da grande maioria das influências comparáveis, nos países sovietizados.

> norte-americana, para além das contingências referidas a que está sujeita, tem funcionado por reacção, sistematicamente. Além de não manter uma linha estratégica coerente e de fundo permanente, aceita certas premissas tácticas do adversário. Uma das cedências que mais comprometeu os resultados da política externa norte-americana foi ter concordado, tácita e por vezes expressamente, com a política de avanços geopolíticos, por factos consumados, da parte do seu historicamente mais vultoso adversário: a União Soviética.

É, por conseguinte, pertinente analisar, nas suas linhas necessariamente gerais, o desenvolvimento da política externa da potência directora do Primeiro Mundo, ressaltando as suas épocas de afirmação e de retracção, como elemento essencial para a compreensão da política do bloco socialista, para compreender a política externa da Rússia da era de Putin em diante.

4.2.2.2. O Expansionismo e o Isolacionismo Norte-Americano

Como definiu a análise do Prof. Adriano Moreira, a Federação norte-americana nasce sob o signo do republicanismo liberal de raiz francesa, do anticolonialismo independentista que assume para os colonos brancos a personalidade e reivindicações do nativo em oposição com os metropolitanos formais, figurino que é estimulado e promovido em todo o continente americano, sendo enformador das três dezenas de repúblicas que se independentizaram após as invasões napoleónicas da Península Ibérica. O projecto nacional, unificador das treze colónias litorais, vencedor da Guerra da Secessão, nasce marcado pelo património comum de luta pela resolução de problemas colectivos. "Também o critério económico teve a maior importância na experiência americana e, sempre que não foi possível proceder à redução dos grupos culturais ao tipo de vida considerado nacional, manifestou-se um fenómeno de segregação (...)" (Moreira, 1965:352).

A política externa em sentido amplo, da Federação tem oscilado, sistematicamente, de há dois séculos para cá, entre a vocação isolacionista, suspeitosa do benefício e da bondade de intervenções extra-continentais e consolidada pelo complexo de superioridade crescentemente fundamentável, ao qual já foi atribuído o sugestivo ápodo de síndroma do "Paraíso Perdido", e a tendência para a liderança, regional e global, envolvida pelo reconhecimento de supremacia geral de capacidades e de recursos que aos Estados Unidos acertadamente é prestado. Daí que se possa, com alguma simplificação, mas com inegável utilidade académica, falar de ciclos na política externa norte-americana, pela predominância mais evidente de uma ou de outra tendência na definição das relações exteriores em que este país está envolvido, numa posição qualificada.

A evolução territorial, demográfica, económica, militar e tecnológica dos EUA e a alteração das relações de força a nível internacional são vectores responsáveis

pela variação da apresentação da resposta – do *output* – norte-americano, dentro da premissa, que vimos seguindo, de que a sua política externa é caracterizada pelo permanente revisionismo e pela acção por reacção, mormente no século XX. Uma fórmula variante apresentaria a tendência para o isolacionismo como permanente, popular e endémica e a tendência para o intervencionismo como intermitente e elitista. Preferimos a formulação que se apresenta de seguida.

4.2.2.3. Das políticas do "Destino Manifesto" e da "Doutrina de Monroe", à "Contenção" e à "*Détènte*"

Segundo dados do primeiro censo decenal dos Estados Unidos da América, realizado em 1790, a população das treze colónias federadas rondava o total aproximado de quatro milhões de pessoas que ocupavam uma faixa litoral atlântica, numa largura de cerca de 250 quilómetros. Nos princípios do século XIX surge cada vez mais definida a vontade da conquista do Oeste às diversas tribos de ameríndios autóctones. A doutrina de suporte desta atitude e de tal desejo ganha um fundamento teológico e sentimental como, a designação que a consagrou deixa perceber: doutrina do "destino manifesto". Assim, parte importante da população norte-americana lança-se na conquista do território do *interland*, contíguo ao da referida faixa, até alcançar e colonizar as costas do Pacífico. Em cerca de um século a expansão americana avança cinco mil quilómetros para Ocidente.

Este movimento define uma das componentes fundamentais em termos posicionais da política exterior norte-americana, que é a de assunção da posição de estado-director ou hegemónico, regional ou continental.

Paralelamente, haviam aceite para a luta independentista toda a ajuda francesa, de Luís XVI, inimigo tradicional da Grã-Bretanha. Essa ajuda até à independência, traduziu-se, subsequentemente, numa aliança formal. Com a revolução de 1789 e o advento do terror, gera-se a discussão interna sobre as vantagens de permanecer ou não fiel a tal aliança. Os partidos formaram-se em torno das teses de dois importantes Secretários do Gabinete de George Washington Alexander Hamilton, do Tesouro, contrário à permanência na aliança e Thomas Jefferson, de Estado, a favor desta. George Washington arbitra bem esta contenda optando por uma hábil solução de neutralidade em relação às partes europeias, pondo termo, por essa via, ao referido pacto.

O "*discurso de adeus*" do Presidente Washington, de 17 de Setembro de 1796 [16], é uma peça doutrinária magistral, da qual se colhem proposições fundamentais que caracterizam a maneira norte-americana de estar no mundo.

São principais, de entre outras as seguintes:

---

16 Incluído na colectânea "*Os grandes debates da política exterior norte-americana*" org. por Ernest R. May, ed. Distribuidora Record Rio de Janeiro 1964, à pág. 32 e seguintes, que seguiremos.

a) *Unidade nacional:* A unidade do governo, base do sentimento nacional americano, "coluna mestra" da independência, da paz no estrangeiro, da prosperidade e da tão prezada liberdade, será o objectivo prioritário de ataque, aberto e dissimulado, dos inimigos internos e externos, pelo que deve ser defendida em todo o momento e permanentemente fortalecida.
b) *Democracia política e império da Constituição escrita:* "A base do nosso (dos EUA) sistema político é o direito do povo fazer e alterar a Constituição do seu governo. Mas a Constituição existente em qualquer época, até que seja modificada por uma acção explícita e autentica de todo o povo tem poder sagrado sobre todos".
c) *Rigidez constitucional:* "Um dos métodos de assalto poderá surgir sob a forma de alterações à Constituição, as quais roubem energia ao sistema, minando aquilo que não puderam derrubar directamente".
d) *Pressuposto ético:* "De todas as disposições e hábitos que levam à prosperidade política, a religião e a moralidade são os suportes indispensáveis". E em termos de política externa aconselha: "Agi com boa-fé e justiça para com todas as nações. Cultivai a paz e a harmonia com todos".
e) *Suporte económico do poder:* "Como uma importantíssima fonte de força e segurança, cortejai o crédito público. Um dos métodos de o preservar é usá-lo o mais comedidamente possível, evitando ocasiões de desgaste com o cultivo da paz mas não esquecendo que com desembolsos oportunos para preparar para o perigo, frequentemente evitam desembolsos muito maiores para o repelir".
f) *Neutralismo activo:* "A nossa (dos EUA) grande regra de conduta em relação às nações estrangeiras é, embora ampliando as nossas relações comerciais ter a menor conexão *política* possível com elas. Deixemos que os compromissos assumidos até agora sejam cumpridos de boa-fé. Mas paremos". E ainda: "A nossa verdadeira política é permanecer afastados de alianças permanentes com qualquer porção do mundo exterior (...) até onde nos acharmos livres para fazê-lo (...)". "(...) Poderemos confiar com segurança em alianças temporárias que se mostrarem necessárias nas emergências extraordinárias. A harmonia, o intercâmbio liberal com todas as nações são recomendadas pela política, pela humanidade e pelo interesse".

George Washington é, assim, o primeiro formulador da componente doutrinária do isolacionismo político americano que mais tarde seria parte da doutrina divulgada com o nome de outro não menos ilustre presidente: James Monroe.

A doutrina de Monroe é, de novo, uma doutrina de compromisso entre duas grandes correntes de opinião política que se formam em torno das guerras mantidas entre a Espanha e as suas colónias americanas, em rebelião independentista. Opunham-se as teses do senador Henry Clay e do Secretário de Estado

do Gabinete de Monroe, John Quincy Adams, filho do Presidente John Adams e futuro Presidente da Federação.

Clay propunha, em síntese, o seguinte:

a) Reconhecimento precoce dos governos rebeldes das colónias hispano-americanas e da sua independência, como Estados soberanos;
b) A criação de um sistema continental político-económico, no qual os EUA ocupariam a posição central, predominante, tirando daí grandes vantagens comerciais;
c) A desconsideração das posições assumidas pelos governos europeus (Santa Aliança) e do "Velho Mundo" em geral, mesmo com risco do corte das relações comerciais.

A tese de John Quincy Adams, não era essencialmente divergente mas propunha soluções diplomáticas diversas, que foram:

a) *Isolacionismo e não-intervenção:* A política dos EUA fora até então sempre a de respeitar "a independência das outras nações enquanto reafirma e mantém a sua própria", esquivando-se "de interferir nos negócios de outros, mesmo quando o conflito tem por causa os princípios aos quais ela tanto se apega";
"Onde quer que a bandeira da liberdade e da independência tenha sido ou venha a ser desfraldada lá estarão o seu coração, suas bênçãos e suas preces. Mas ela (a América) não irá ao estrangeiro à procura de monstros para destruir".
b) *Liberalismo político internacional:* "A máxima fundamental da sua política mudaria insensivelmente de *liberdade* para a força" (se se alistasse sob outras bandeiras que não a dos EUA). "Ela (a América do Norte) poderia tornar-se na ditadora do mundo mas não seria mais a governante do seu próprio espírito".

À tese de John Quincy Adams faltava o pragmatismo activo que o idealismo e a retórica não conseguiram substituir. Mas aconselhava uma hábil solução táctica que, evitando a guerra com os espanhóis, conseguia destes, em compensação da não-ingerência, uma posição favorável nas questões territoriais e de limites com os EUA, como afinal, veio a acontecer.

A doutrina de Monroe, definida expressamente em 2 de Dezembro de 1823, continha um compromisso entre a assunção para os EUA de uma posição tutelar relativamente ao seu continente e o isolacionismo político nesse mesmo espaço. Em certa medida, ao pretender concertar ambas as correntes, tirando delas os vectores fundamentais, harmoniza numa só teoria as teses e práticas anteriores do "Destino Manifesto" e as de George Washington, já referidas. São, desta feita, aspectos essenciais da Doutrina de Monroe, os seguintes pontos:

a) *Isolacionismo continental:* "Nas guerras entre potências europeias sobre assuntos que só lhes dizem respeito nunca participaremos (os norte-americanos) nem é conforme com a nossa política fazê-lo". E posteriormente acrescenta: "A nossa política em relação à Europa (...) permanece a mesma isto é não interferir nos assuntos internos de qualquer potência, considerar o governo *de facto* como o Governo legítimo nas nossas relações, cultivar relações amistosas com ele (...).
b) *Tutela da política continental americana:* "No que diz respeito aos movimentos neste hemisfério, nós lhes somos necessariamente mais ligados, por motivos obviamente claros a todos os observadores esclarecidos e imparciais" [17]. E explica: "É impossível que as potências aliadas (europeias) possam estender o seu sistema político a qualquer parte de quaisquer dos nossos continentes sem pôr em perigo a nossa paz e felicidade (...). É igualmente impossível, que possamos assistir a tal intervenção com indiferença". Concluindo coerentemente: "Com os governos que declararam a sua independência e que a mantêm (...) nós não podemos encarar qualquer intervenção com propósito de os oprimir ou de controlar de qualquer modo o seu destino, por parte de qualquer potência europeia, senão como uma manifestação de acto inamistoso para com os Estados Unidos...".

Todavia a vocação expansionista geopolítica dos norte-americanos não se enquadra liminarmente numa interpretação restritiva desta doutrina. A proclamação da República do Texas em 1836, seccionando-se do México e pretendendo a adesão à Federação proporciona a guerra com este país (1846-1848), saindo daquela ex-colónia espanhola para além do Texas, os territórios da Califórnia, Novo México e Arizona.

O Presidente James K. Polk deu cobertura institucional a esta interpretação extensiva da doutrina do "destino manifesto" [18], justificando pelo direito constitucional e internacional público a legitimidade das anexações produzidas, baseando-se em afirmações de índole histórica duramente contestadas por Abraham Lincoln, no Congresso.

Mas toda esta disputa era interamericana, como interamericana era também a contenda que opôs os Estados confederados esclavagistas do Sul aos fiéis à União americana, do Norte, desde 1861 e isso ficou patente nas instruções que Abraham Lincoln, presidente da União remete ao seu embaixador em Londres, mandando-o avisar o governo britânico, solicitado pela Confederação a prestar-

---

17 Nesta passagem é retomada a explicação da "doutrina do destino manifesto".

18 Segundo Patwant Singh em "*Le jeu des puissances em Asie*", Marabout Monde Moderne, ed. 1971, pág. 83, 84 e seguintes defende que esta tomada de posições de James K. Polk resulta, para além dos desejos de anexação do Texas e dos territórios do noroeste, das actividades aí desenvolvidas por ingleses, franceses e russos potencialmente perigosas para os desejos norte-americanos.

-lhe o seu reconhecimento internacional, de que tal acto de ingerência "atrairá sobre si as consequências tanto mediatas como imediatas (...)".

Garantida a solução doméstica da guerra civil, reafirmam-se os princípios e práticas tradicionais de isolacionismo continental e de "destino manifesto" dentro de um espaço geopolítico vedado à ingerência externa e crescentemente tutelado pelos EUA. Desta feita a guerra hispano-americana em 1898, pela qual Cuba fica independente [19], mas sob grande influência efectiva dos EUA, os quais ganham como colónias, à Espanha, Porto Rico e as Filipinas [20]. Advogaram a posição expansionista, para além do Presidente William Mckinley, Theodore Roosevelt, Vice-Presidente, no seu escrito de 1899 "*The Strenuos Life*". Os seus argumentos são de base sentimental e subjectiva. Vejam-se, exemplificativamente, os seguintes:

- "Três vezes mais feliz é a nação que tem uma história gloriosa. É muito melhor ter a coragem de fazer grandes coisas, conquistar triunfos gloriosos, embora ocasionalmente empanados por fracassos, do que enfileirar com os fracos de espírito que não gozam muito nem sofrem muito porque vivem na semiclaridade cinzenta que não conhece a derrota nem a vitória".
- "Não podemos, mesmo que quiséssemos, fazer o papel da China e nos contentarmos em apodrecer aos poucos num ócio ignóbil, dentro das nossas fronteiras sem nos interessarmos no que se passa além delas, mergulhadas num comercialismo rasteiro, sem cuidar de uma vida mais alta, a vida de aspirações de trabalho e de risco (...)".
- "Se quisermos ser realmente um grande povo devemos lutar para desempenhar um grande papel no mundo. Não podemos furtar-nos à resolução dos grandes problemas".
- "Não podemos permanecer quietos, amontoados dentro das nossas próprias fronteiras, sem nos importarmos com o que acontece além delas".
- "Devemos (...) apossar-nos dos pontos vantajosos que nos permitirão elevar a voz na decisão dos oceanos de Leste e Oeste".

---

19 Cuba é ocupada pelas forças armadas americanas por decisão do Presidente Theodore Roosevelt e esteve sob ocupação militar entre 1898 a 1902. De 1902 em diante Cuba constituiu se em República independente mas com uma força americana estacionada que a coberto da "emenda Platt" de 1902 podia intervir nos seus assuntos internos, o que vem a acontecer várias vezes entre 1925 e 1933. A última intervenção norte-americana em Cuba realiza-se em 1961 contra o regime pró-soviético de Castro (desembarque na baía dos Porcos) sendo mantida a base americana de Guantanamo.

20 Igualmente significativa é a posição norte-americana aquando da arbitragem a pedido da Venezuela em 1895 sobre as fronteiras com a colónia inglesa da Guiana. Os americanos não só favoreceram os venezuelanos na sua arbitragem como o seu Secretário de Estado aproveitou a ocasião para notificar o governo inglês nos seguintes termos: "Hoje em dia os Estados Unidos são praticamente soberanos neste continente e as suas decisões sobre assuntos confiados à sua mediação fazem lei" (vide Perkins, Dexter, *Hands Off A History of the Monroe Doctrine*, pág. 173 cit Pendle, George, *Historia da America Latina*, Ed Ulisseia, Lisboa, capítulo XIV).

Theodore Roosevelt, sucessor na Presidência após o assassínio de Mckinley em 1901 é, assim, um dos precursores, (com o já referido Henry Clay em 1820) da doutrina expansionista norte-americana. Roosevelt, eivado da lógica vencedora na conferência de Berlim, neo-mercantilista, via a grandeza das nações dependente do comércio externo e este, por sua vez, baseado numa forte marinha, comercial e de guerra, e num império colonial multifuncional [21]. As vozes opositoras, ressaltando a do candidato democrata à Presidência William Jennings Bryan, apegaram-se as teses de Washington, de Monroe e de Lincoln e tentaram demonstrar o puro comercialismo e economismo determinantes na lógica expansionista, anulando os argumentos civilizadores e missionários invocados.

A pouco e pouco se foram criando as condições subjectivas para que um novo ciclo da política externa norte-americana fosse lançado. A oportunidade surge ao Presidente democrático Woodrow Wilson, herdeiro da apetência intervencionista do seu antecessor.

Em 1917 entra na guerra ao lado dos aliados, em manifesta contradição com os princípios do isolacionismo neutralista dos primórdios da independência da União, sob o pretexto das transgressões germânicas às leis da guerra [22]. Em 1919, é ele quem idealiza e propõe a Sociedade das Nações (SDN) pela qual pensava obrigar o Velho Mundo aos princípios políticos americanos, o que consegue, em boa parte [23].

Ficou famosa a sua listagem de 14 pontos para uma nova ordem mundial.

---

21 Para além da intervenção cubana, Roosevelt promove outra atitude expansionista importante na questão do canal do Panamá. Em 1903 o presidente entende ser de oportunidade geopolítica fundamental a construção do canal e perante a recusa da República Colombiana de ceder ou arrendar o território em causa aos EUA, apoiam uma revolta independentista local, garantindo a constituição de uma nova república na zona, que por sua vez se apressa, por troca do reconhecimento internacional e de apoio económico e militar, à concessão da zona de construção e de passagem do canal Esta atitude foi erigida em doutrina complementar a "doutrina de Monroe" com a designação de "corolário de Roosevelt" ou de "política de bengala na mão", nos seguintes termos precisos: "No hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina de Monroe podia forçá-los, se bem que relutantemente, a intervir como força de política internacional em casos flagrantes de tais conflitos ou incapacidade". (Veja-se: Pendle, George – *História da América Latina*, cit. págs. 202 a 207.

22 Estava em causa o afundamento de navios comerciais pela frota de submarinos alemães tipo "U". O argumento definitivo foi trazido pela descodificação do celebre telegrama Zimmerman em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Kaiser para o seu plenipotenciário no México, no sentido de que se os EUA declarassem guerra à Alemanha, o México deveria atacar os EUA, com a promessa da devolução ao México dos Estados do Texas, Arizona e Novo México.

23 Destes princípios sobressaem a lógica democrática por oposição a tradição aristocrática, o princípio de autodeterminação dos povos por oposição ao colonialismo, a mediação, arbitragem e solução pacífica de conflitos por oposição à lógica klausewitziana. Por cima de todos avulta o seu projecto da Liga das Nações, antepassado indiscutível da actual ONU.

Mas o Congresso norte-americano, veiculando os sentimentos isolacionistas novamente predominantes [24] veta-lhe a ratificação do Tratado de Versailles, bem como recusa a admissão na SDN da Federação, ao arrepio das propostas do Presidente. A Rússia, bolchevisada desde 1917, vivia numa fase de consolidação revolucionária interna sem apresentar ameaça de monta para o resto do mundo e assim os EUA vão entrar num novo ciclo isolacionista (1919-1941).

Em termos de política externa norte-americana há, pois, que entender a dupla medida de tratamento relativamente aos interesses da Federação, se se tratar de questões interiores ao continente americano ou exteriores a ele.

O próprio presidente Wilson é, de tal atitude, exemplo ilustrativo ao advogar em comunicação ao Congresso, na celebre listagem dos 14 pontos, o direito à auto-determinação dos povos, com o prévio beneplácito formal de Lenine, referindo-se "às Nações e territórios cujos destinos tinham de ser reordenados numa via ou noutra, porque tinham sido alterados pela Guerra", considerando a Rússia uma unidade nacional com "oportunidade, sem constrangimento, para a determinação independente do seu próprio desenvolvimento político e da sua política nacional (...) sob instituições da sua própria escolha" [25], depois de ter afirmado o critério, de aplicação internacional americana, de rejeição de governos constituídos sem o assentimento dos governados, "sem a ordem baseada na lei e na consciência pública sem a sua aprovação". E considerando que "usurpações" do poder em contrário "ameaçavam mais do que qualquer outro facto a paz e o desenvolvimento da América (...) era intenção dos Estados Unidos desacreditarem e anularem tais usurpações onde quer que ocorressem" dentro do continente americano, como é óbvio.

Depois de Wilson, os presidentes Harding (republicano, 1921), Coolidge (republicano 1923), Hoover (republicano 1929) e parcialmente até o presidente Franklin Delano Roosevelt, prosseguiram uma política externa isolaccionista ou

---

24 É reconhecido como principal defensor das teses isolacionistas, ortodoxas o senador Henry Cabot Lodge, adepto das doutrinas de Washington, Hamilton Jefferson e Monroe, cuja opinião consegue ganhar a maioria dos votos.

25 Veja-se: Cunha, Norberto, *Politeia*, citando Sureda, A. Rigo (1973), *The right of self determination*, Leiden, a pág. 52, os pontos em questão eram o 6 º relativo a evacuação e autodeterminação da Rússia, o 10 º relativo à autodeterminação da Áustria-Hungria e o 12.º relativo aos povos sob o domínio turco Wilson define ainda outros princípios importantes a saber.

a) Liberdade contratual pública (1.º)
b) Liberdade permanente dos mares (2.º)
c) Liberdade e igualdade nas relações comerciais externas (3.º)
d) Redução de armamentos nacionais (4.º)
e) Reajustamento das reivindicações coloniais em que haja paridade de peso entre os interesses da população visada e as exigências do governo (5.º)
f) Formação de uma Sociedade Geral das Nações para garantir neutralmente a independência e integridade territorial dos Estados (6.º)

Os restantes pontos eram de índole geopolítica mais concreta.

seja aplicaram continuadamente a Doutrina de Monroe e o já aludido Corolário Roosevelt.

Franklin Delano Roosevelt tem de entrar em polémica com o seu antecessor, ex-presidente Herbert Hoover, sobre o envolvimento ou não na II Grande Guerra. De novo a oposição entre o último reduto de esperança da humanidade – "sede remanescente da liberdade no mundo", "santuário da paz" no dizer de Hoover – que deveria permanecer fora das contendas exteriores ao continente e em fase de pós-guerra ajudar à reconstrução das nações directamente atingidas, e a renovada vocação do Estado missionário obrigado a converter o mundo à sua maneira de estar.

Mas Franklin D. Roosevelt ainda em 1940, na campanha eleitoral presidencial, se solidarizara formalmente com a lógica dos seus imediatos antecessores garantindo ao eleitorado que "os soldados americanos nunca entrarão numa guerra fora das Américas excepto em caso de agressão externa".

Daí as interpretações, pelo menos logicamente fundadas, do consentimento presidencial no bombardeamento japonês à esquadra americana fundeada em Pearl Harbor, a 7 de Dezembro de 1941, como forma de obtenção de um argumento suficientemente mobilizador, à escala norte-americana, para demover a nação e calar a oposição da sólida posição isolacionista até então vigente.

Em termos intercontinentais americanos os EUA haviam, durante a administração deste Presidente, mudado o nome da fórmula de tutela sobre o seu "espaço vital". A política de intervenção pan-americana passa, assim, à designação de política de boa vizinhança (Conferência Interamericana de Montevideu em 1933) aceitando os EUA o princípio da não-ingerência nos assuntos internos. Três anos mais tarde, na Conferência de Buenos Aires, foi, promovida pelos EUA e aceite pelos presentes, a tese do funcionamento multilateral da Doutrina de Monroe, pelo qual "qualquer Estado americano consideraria a ameaça a algum Estado americano, como ameaça à sua própria integridade". Esta nova versão não só autorizava a imediata intervenção americana em caso de ameaça externa, como rebocava automaticamente para o campo americano as forças das restantes repúblicas signatárias, em caso de conflito contra os EUA, como efectivamente veio a acontecer depois de Pearl Harbor[26].

A vitória que os exércitos norte-americanos proporcionaram aos aliados, a supremacia que o monopólio do armamento nuclear, então experimentado no Japão, concedeu aos EUA, permitiram que no pós-guerra se consolidasse a vocação de cruzada norte-americana fora do seu próprio continente.

A circunstância de um inimigo comum, as potências do Eixo, cria uma aliança conjuntural, essencialmente contraditória, entre países de liberalismo político, de economia capitalista, e o crescentemente poderoso mas ainda novo império

---

26 Sobre a participação do Brasil na II Grande Guerra ao abrigo deste princípio pode lêr-se Dias, Demosthenes Oliveira (1969), *História da Civilização*, Colecção EJTI, Rio de Janeiro, págs. 356 e seguintes

dos sovietes. O abrandamento da pressão revolucionária ordenada por Estaline nos países capitalistas, seus aliados no combate aos regimes nazis e fascistas, cria naqueles um sentimento de mais confiança em relação aos comunistas internacionalistas, permitindo-lhes avanços geopolíticos consideráveis e apoiando-os logisticamente na expansão territorial da sua influência mundial.

Em certa medida com o presidente Truman regressava de novo a lógica de intervenção planetária, sugerida pelo seu antecessor Wilson, fazendo rodar o enfoque dominante da política externa norte-americana desde a tutela continental inter-americana para a contenção mundializada do avanço comunista.

A América Latina sofreu, assim, um certo abandono em favor do cerco geoestratégico dos países sovietizados, uma vez que se tornava mais urgente fortalecer o "crescente interior", capaz de barrar o avanço das potências do *heartland*, do que estruturar o "crescente exterior" onde aquela se insere.

"Em 1947 os Estados Unidos negociaram o primeiro de seus tratados de pós-guerra, de aliança defensiva com os Estados latino-americanos, conhecido como Tratado do Rio de Janeiro de Assistência Recíproca. (...) A cooperação económica dos Estados Unidos limitou-se à assistência técnica sob o 'ponto quatro' de Truman, à assistência militar e assistência sob empréstimo (...). A indiferença pela cooperação inter-americana na década do pós-guerra enfraqueceu a unidade hemisférica observada durante a Segunda Guerra Mundial" (Eugene, 1965:123-124).

Tendencialmente a afirmação norte-americana relativa à especialidade da solidariedade histórica e da reivindicada tutela sobre o continente, parece, desde então, continuada e permanente. Porém a sua efectivação contrasta pontualmente com a prática que vigorou até à II Grande Guerra. Os EUA manifestam, na segunda metade do século XX, uma política de dupla medida relativamente à sua doutrina hemisférica tradicional, fazendo contrastar medidas de força, de contenção ao avanço comunista, na América Latina (Aliança para o Progresso, bloqueio na crise dos mísseis soviéticos para Cuba, apoio ao derrube de Allende no Chile[27], intervenção na ilha de Granada por exemplo) com simultâneas cedências ao mesmo avanço pró-soviético (consolidação do regime pró-soviético em Cuba (desde 1959), desapoio a Somoza até à sua derrota pelos sandinistas na Nicarágua em 1979, concretização da retirada do Panamá, por exemplo).

Fora do continente americano, as conferências internacionais do fim da Guerra, marcam o início de um novo período de vivência externa dos EUA: o da delimitação e de manutenção das esferas de influência e o da política de blocos.

O prelúdio desta nova atitude das futuras superpotências nasce na conferência de Teerão (Dezembro de 1943) na qual os aliados Roosevelt e Churchill, querem tomar pulso aos desejos territoriais de Estaline, para após o desfecho do

---

[27] Apoio é claramente um *understatment*. Veja-se a este propósito Bandeira, Moniz, *Formula para o Caos*, ..

conflito. Estes desejos foram expressos e consagrados nas célebres conferências de Ialta (Fevereiro de 1945) e de Potsdam (Julho de 1945). Convém ressaltar que a "rápida progressão dos exércitos soviéticos foi consentida pelos aliados Ocidentais, apesar do pedido feito por Churchill a Truman, em 12 de Abril de 1945, para acelerar o avanço na frente Ocidental. Para além das concessões feitas em Ialta pretendia-se também reconhecer e premiar o esforço soviético na Guerra, ainda que com forte apoio norte-americano, recebido principalmente através de Murmansk" (Sacchetti, 1983:6). Era conhecida a sua antipatia em relação a Estaline e ao sovietismo [28], atitude que predomina nas conferências do fim da Guerra para, pela diplomacia, tentar salvaguardar os seus interesses principais: a defesa da Grã-Bretanha e o seu Império em relação ao avanço bolchevista [29].

F. D. Roosevelt é responsável político pelas vitórias conseguidas pelo Exército Vermelho, mormente pelo apoio material já referido e cujo montante, em termos abreviados é importante mencionar:

a) *Total em peso material* – 16 milhões de toneladas
b) *Total de navios transportadores* – mais de 2.000
c) *Camiões de diversos tipos* – 1500 aprox.
d) *Veículos de combate* – mais de 10.000
e) *Motocicletas* – mais de 30.000
f) *Viaturas de transporte de Artilharia* – 3.000 aprox.
g) *Locomotivas e carruagens de caminho de ferro*:
    g.1. *a vapor* – 2.000 aprox.
    g.2. *a diesel* – 50 aprox.
    g.3. *vagãos abertos* –10.000 aprox.
    g.4. *vagãos fechados* – 1.000 aprox.
    g.5. *vagãos cisternas* – 120 aprox.
h) *Gasolina* – 2.600.000 toneladas
i) *Uma fábrica de pneus* – de 20.000 operários

Quanto a viveres há a ressaltar:

a) *Carne de conserva* – 4.500.000 toneladas
b) *Açúcar, sal, margarina, "fatback"* – em quantidades indeterminadas

E ainda medicamentos e material médico, sobressalente e milhões de dólares em "provisões de administrações" (Conte, 1964:259).

28 Antes do conflito ter-se-ia referido a Estaline como "macaco sangrento" e à ideologia desse dizendo que "o bolchevismo não é uma doutrina política; é uma doença. Não é uma criação é uma infecção". Veja-se Conte, Arthur (1964), *Yalta – A partilha do Mundo*, Lisboa, ed. Livraria Bertrand, pág. 288.

29 Dentro da tradição anticolonialista americana, a defesa deste Império não ganhava, dos EUA e do seu Presidente, qualquer simpatia que, bem pelo contrário, a dedicava a desígnios nacionalistas de alguns dos líderes de territórios que o constituíam.

Sem este suporte gigantesco, Estaline não teria conseguido os êxitos militares que levou a cabo na Europa.

Roosevelt, no final do seu quarto mandato, corroído pela doença gravíssima que o viria a vitimar meses depois, chega a Ialta com a preocupação dominante de esmagar o nazismo [30] de abater o imperialismo nipónico, emblematicamente referenciado como o agente provocador activo do envolvimento norte-americano no conflito. Depois do castigo das potências agressoras é objecto fundamental para o Presidente dos EUA o estabelecimento de um sistema internacional que garantisse a paz na Europa e no Mundo, conforme se havia já discutido nas reuniões internacionais de Moscovo, Teerão (1943) e Dumbarton Oaks (1944).

Assim, para além do erro na avaliação dos desígnios principais de Estaline e dos bolcheviques, limitou-se a posição americana nesta negociação internacional, por um espírito de cedência pré-estabelecido, que visava objectivos perfeitamente ajustáveis às reivindicações soviéticas.

Essas cedências vão abranger duas áreas fundamentais: a geopolítica e a organização internacional. Da última delas, falaremos com mais detalhe em capítulo posterior, mas é sempre de realçar a paternidade estalinista do projecto de estrutura e de funções do Conselho de Segurança da ONU e do sistema de veto, pontos fulcrais de todo o sistema actual de direcção internacional. No que toca às exigências territoriais de Estaline, Roosevelt e a sua delegação entenderam-nas como uma medida de auto-protecção soviética: a criação de uma espécie de cordão sanitário que servisse de zona de amortecimento de conflitos, barreira de eventuais novas tentativas agressivas dos Estados capitalistas. Em suma foi apenas valorizada a verdadeira, mas parcial, perspectiva soviética de criar um conjunto de Estados-tampão contíguos às fronteiras da URSS, sem se dar a devida conta à lógica marxista-leninista do internacionalismo proletário e da necessária tendência para a destruição do capitalismo pelo seu socialismo próprio. Criou-se desta feita, o ambiente para uma gigantesca divisão do mundo em blocos. Vale a pena transcrever o texto que segue, a este propósito:

"A partilha é fácil", dissera Roosevelt. "Para a China o Extremo Oriente. O Pacífico para os Estados Unidos. A África e a Europa divididas entre a Rússia e a Grá-Bretanha... Espero que a intervenção russa não seja muito rude... Calculo que me vou entender melhor com Estaline que com Winston. Churchill é um

---

30 A urgência desta tarefa impunha-se a Roosevelt, pelo conhecimento dos progressos alemães no desenvolvimento da bomba atómica, pela devastação terrível e contínua que os mísseis V2 vinham provocando e pela vontade de evitar a todo o custo o maior derramamento de sangue de soldados norte-americanos no conflito Este último propósito leva-o a impor à Rússia a declaração de Guerra ao Japão e conduzirá Truman, mais tarde, ao holocausto de Hiroshima e Nagazaki, tudo com vista a evitar as 500.000 mortes previstas para a derrota, por meios convencionais, do Japão. Todavia existe a interpretação variante de que as experiências atómicas visavam acrescentar aos EUA uma suplementar capacidade negocial perante a URSS, em particular, o que parece menos discutível perante a conhecida disposição do Japão em negociar o cessar-fogo e a sua rendição desde o início do verão de 1945, pelo menos.

idealista. Estaline é um realista como eu. Portanto, um acordo entre nós, estabelecido em bases realistas, é natural... O que me preocupo, por me parecer improvável, é conseguir de Estaline o compromisso de não estender o seu domínio para lá de uma certa linha. Ele há-de querer, com certeza, receber a Finlândia, os Estados Bálticos, metade da Polónia e a Bessarábia. Não se trata de contrariar estes desejos de Estaline, que aliás, bem pode satisfazer pelos seus próprios meios. Mais vale consentir... Além disso, a população da Polónia Oriental deseja ser russa. Falta saber se Estaline ficará por aqui". (...) "É certo que os regimes comunistas vão alastrar de maneira considerável. Mas que fazer?" [31].

Estava, assim, aberto caminho para a expansão das revoluções socialistas suportadas pela intervenção directa da URSS e na ignorância ou no atropelo da vantagem das populações envolvidas.

O reconhecimento secreto de Roosevelt a Estaline, prometendo em troca da declaração soviética de guerra ao Japão, metade da Sacalina, das Ilhas Curilas, o controlo do Porto Dairen, da base de Porto Artur e dos caminhos-de-ferro do Este Chinês e da Manchúria, garantiam aos soviéticos ganhos geoestratégicos, da maior importância, a Oriente. Na conferência de Potsdam, Harry Truman e Churchill consentem na expansão da zona de influência soviética sobre a Bulgária e a Roménia, recusando-lhe, por exigência de Churchill, mandatos sobre a Líbia e sobre a Turquia. Mas nessa mesma ocasião é aceite pelos ocidentais a anexação soviética de Konigsberg e da Prússia Oriental.

Morto o inimigo comum – o Eixo – faltou, inevitavelmente, a base de sustentação da aliança que juntava superpotências de regimes políticos antagónicos. Surge a "Guerra Fria" com o pretexto formal da "crise de Berlim" no inverno de 1945, e da "guerra das moedas" [32], do bloqueio soviético às zonas ocidentais de Berlim que provocou a ponte aérea do General Clay, e o subsequente impedimento ocidental da exportação de carvão do Ruhr para Leste.

O intervencionismo norte-americano, que ficou conhecido por uma das suas facetas mais significativas, a contenção, envolve, na realidade três mecanismos fundamentais, concertados, a saber:

1. Política armamentista;
2. Política de desenvolvimento económico;
3. Política de cerco do mundo sovietizado.

[31] Declarações de Roosevelt a Mons. Spellman, Arcebispo de Nova Iorque, *in* Conte, Arthur, *Yalta, A Partilha do Mundo*, cit., págs. 127 e seguintes.

[32] Em Potsdam previra-se que a cidade de Berlim, encravada na zona soviética, seria dividida em zonas de ocupação – Declarara-se, ainda, a unidade económica da Alemanha, o que seria de difícil cumprimento por parte dos dois sistemas económicos em presença, totalmente diferentes em institutos e mecanismos.
A 18 de Junho de 1945 nas três zonas de economia capitalista é lançada a reforma monetaria, criando-se o *Neue Deutsch Mark*. A 24 de Junho de 1945 no sector soviético outra reforma diferente é operada, dando origem ao Marco Oriental. Daqui em diante as economias destas duas Alemanhas iriam distanciar-se progressivamente.

No que diz respeito às atitudes armamentistas, elas resultam, em primeiro lugar, do próprio envolvimento norte-americano na II Grande Guerra e das necessidades, nesse domínio, daí decorrentes.

Como notou o próprio Presidente Roosevelt em 1944 "ao término da guerra esta Nação terá o maior poder militar jamais possuído por qualquer outra nação da terra". Esta supremacia iria, desde então, constituir um elemento fundamental na política externa dos EUA e no "diálogo" das superpotências que desde então caracteriza a cena política internacional, embora com cambiantes de apresentação.

A primeira das versões desse "diálogo", resulta numa política de intimidação dos comunistas levada a cabo pelo Presidente Harry Truman, pela concretização da doutrina que ficou conhecida para a História com o seu próprio nome. Valerá, assim, a pena sintetizar encadeadamente as principais componentes da "doutrina Truman" com a certeza da íntima ligação funcional da política militar com a política económica e geoestratégica preconizadas. Vejamo-las fundamentadas no discurso presidencial:

1. Intervencionismo externo norte-americano
   "Também já demos a perceber claramente que não nos retiraremos para o isolamento. A nossa política será essa mesma durante (...) as próximas negociações". (...) "O nosso objectivo é a segurança colectiva para toda a humanidade" [33].

2. Defesa internacional dos valores fundamentais do modelo civilizacional liberal e capitalista
   "Tornamos claro a todas as nações que os Estados Unidos não concordam com acordos que se façam às custas dos princípios que consideramos vitais para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura" [34]. "Acredito que deva ser política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que estão resistindo à tentativa de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas" [35].

3. Manutenção de Forças Armadas fortes com intenções dissuasivas e pacíficas
   "Vivemos num mundo em que a força das nações amantes da paz é ainda o grande meio dissuasório da agressão. A estabilidade universal pode ser quebrada quando nações com grande responsabilidade negligenciam a

33 Mensagem ao Congresso sobre o Estado da União, 6 de Janeiro de 1947 – publicado nos "*Congressional Record*", 80.ª legislatura, 1.ª sessão, págs. 123 a 125.

34 *Idem, ibidem.*

35 Mensagem ao Congresso 12 de Março de 1947, *Congressional Record,* 80.ª legislatura, 1 ª sessão, págs. 535 a 537.

manutenção dos meios necessários ao cumprimento daqueles deveres". (...) "A capacidade estabilizadora do poderio militar norte-americano não deve ser reduzido até que as nossas esperanças se concretizem".

4. Assistência económico-financeira e militar aos países mais ameaçados por processos revolucionários marxistas-leninistas
"O colapso das instituições livres e a perda da independência seriam desastrosos não só para eles mas também para o mundo. (...) Se fracassarmos na nossa missão de auxiliar a Grécia e a Turquia nessa hora decisiva, os efeitos alcançarão profundamente todo o Ocidente com o Oriente" [36].
"A nossa grande preocupação com a recuperação da Europa existe, entretanto, porque ela é essencial à manutenção da civilização onde estão lançadas as raízes do modo de vida norte-americana (...) Um programa de recuperação da Europa depende de dois pontos essenciais para obter êxito. O primeiro é de que cada nação separadamente e todas as nações juntas empreendam uma acção vigorosa para se ajudarem a si mesmas. O segundo ponto fundamental é que se forneça bastante auxílio externo capaz de dar a margem de vitória ao programa de reconstrução" [37].

5. Cadeia de alianças defensivas político-militares
"Os acontecimentos deste século ensinaram-nos que não poderemos alcançar a paz sozinhos. (...) Para Oeste e Leste os oceanos não mais nos protegem do alcance da brutalidade e da agressão" [38]. "Devemos continuar a cooperar com a defesa comum das nações livres contra a agressão" [39].

A "doutrina Truman" materializa-se, desta feita, pela concertação da política de relançamento e apoio económico-financeiro e pela evolução expansiva da política de alianças.

A política de relançamento económico-financeiro historicamente já conhecida como "Plano Marshall" [40], severamente criticado pela URSS, na Confe-

---

36 Mensagem ao Congresso de 12 de Março de 1947. Truman pede ao Congresso que vote a verba, de um ano de àmbito, de 400 milhões de dolares para esse fim e que autorize o envio de pessoal militar e civil a pedido daqueles países.

37 Mensagem ao Congresso de 17 de Dezembro de 1947, *Congressional Record*, 80.ª legislatura, 1.ª sessão, págs. 11749 a 11754. Truman propõe ao Congresso uma verba global, para o referido projecto de reconstrução, de 17 milhões de dólares.

38 *Idem, ibidem*.

39 Mensagem sobre o Estado da União, de 4 de Janeiro de 1950, *Congressional Record*, 81 ª legislatura, 2 ª sessão, págs. 6 a 64.

40 O General George Marshall fora delegado do Presidente Truman à China, como observador da guerra civil e aconselha a não ingerência norte-americana na questão. Nomeado Secretário de Estado do Gabinete Truman, elabora e divulga em 1947 um plano de ajuda económica a países sofredores dos efeitos devastado-

rência de Paris[41], como uma ingerência imperialista norte-americana absolutamente dispensável, constituiu a base material do êxito dos "milagres económicos" da Alemanha de Oeste, França, Itália, Japão, fortalecendo, pela barreira de uma economia próspera, o avanço dos partidos comunistas e das hipóteses de subversão destes países, concretizando assim os previstos objectivos da contenção, permitiu, ainda, outros benefícios secundários relativamente aos EUA, pelo aumento de exportações norte-americanas que se produz em relação a tais países, desenvolvendo a indústria e o comércio americanos, que conheceram, então, uma fase de prosperidade extraordinária, criando, concomitantemente no eleitorado respectivo, a consciência da generosidade e do desinteresse da ajuda, empenhando-o na nova via de envolvimento externo[42]. Por outro lado criou dependências nas economias ajudadas relativamente à dos EUA, com particular ênfase para os países subdesenvolvidos da América Latina e da Ásia do Sudoeste, nos quais a ajuda concedida se não traduziu preponderantemente num desenvolvimento económico-social mas especialmente agravou desníveis sociais internos, geradores potenciais e efectivos de revoltas políticas[43].

A política de alianças referida, segue a lógica das formulações geopolíticas ocidentais, sobretudo das teses de Mackinder e de Spykman, cercando o *Heartland* dominado pela URSS por uma cadeia de pactos militares ocupando os crescentes interior e exterior, ou o *Rimland*, por países fiéis aos EUA.

É interessante alinhar os sucessivos pactos militares numa listagem sintética, fazendo ressaltar três aspectos fundamentais:

a) A presença constante dos EUA em todos eles, como potência directora;
b) A sucessão próxima no tempo, da sua celebração formal;

---

res da guerra de 39/45. O programa de recuperação europeia abrangeu 16 países de economia capitalista, e envolveu um total de 13 bilhões de dólares de investimento norte-americano.

41 Realizada entre 27 de Junho e 2 de Julho de 1947.

42 No caso de Israel quando do termo do mandato britânico sobre o território (1948) o apoio dado pelo Presidente Truman à criação do estado judaico e o empréstimo que concedeu, de um milhão de dólares, a Weissman, em 1949 justifica-se, em boa parte pela pressão da forte minoria judaica dos EUA nesse sentido e pelo ambiente internacional criado favorável à sua causa, depois de conhecidas e divulgadas as atrocidades cometidas pelo nazismo contra os judeus O valor estratégico de Israel, como aliado dos EUA no Nordeste Africano, só mais tarde se reforça.

43 Foi, todavia com a consciência da fidelidade destes países que os EUA promoveram a aprovação, na ONU, em 3 de Novembro de 1950, da resolução "União para a manutenção da Paz" que transferia para a Assembleia-Geral a decisão de certas matérias não resolvidas no Conselho de Segurança, protestando então a URSS, não sem fundamento, por inconstitucionalidade relativamente à Carta de S. Francisco. Cinco anos depois ocorria a Conferência de Bandung; depois do final da década de 50 o Terceiro Mundo constituído como alternativa à política de blocos, domina democraticamente a Assembleia-Geral da ONU e para lá traz a expressão do conflito Norte-Sul, factos que têm de ser considerados como reveses a curto prazo, para a política externa norte-americana.

c) A ocupação geopolítica das zonas de envolvimento do *heartland*, como ficou referido.

Tabela 1. Pactos Militares

Designação	Data	Países Membros	Motivação
T. Rio de Janeiro	2/Set./ 1947	Com todas as repúblicas da América Latina	Doutrina de Monroe
NATO	24/Agosto/ 1949	Bélgica, Canadá, Dinamarca, EUA, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal, RFA, Turquia, França, Grécia	Defesa da Europa Ocidental, e dos oceanos e mares contíguos
T. Filipinas	30/Agosto/ 1951	EUA – Filipinas	Evitar a avançada maoista
ANZUS	l/Setembro/ 1951	Austrália e Nova Zelândia e EUA	Defesa do Oceano Pacífico contra a expansão maoista e soviética
T. com a Coreia do Sul	l/Outubro/ 1953	EUA e Coreia do Sul	idem
SEATO	8/ Set./ 1954	Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Reino Unido e EUA	Contenção comunista no Sudoeste Asiático
T. Formosa	2/Dezembro/1954	República da China EUA	Evitar o avanço maoista
P. BAGDAD	5/Março/ 1959	GB, Irão, Paquistão, Turquia e EUA	Defesa do Golfo Pérsico
T. Japão	19/Janeiro/ 1960	EUA e Japão	Contenção da URSS
CENTO	1969	Irão, Paquistão, Turquia, GB e EUA	Substituição do P. de Bagdad depois da saída do Iraque

Fonte: esquema do autor

Convém, simultaneamente, ter presente a importância do avanço do marxismo-leninismo no mundo na década 1940/1950 e que origina o encadeamento de pactos referidos. Vejamos sinteticamente também o avanço comunista neste lapso de tempo:

Tabela 2. Avanço do marxismo-leninismo no mundo na década 1940/1950

País	Ano	Milhões de hab.	Área em Km²
Finlândia (parte)	1940	0,5	45,584
Estónia	1940	1,1	47,397
Letónia	1940	2,0	65,786
Lituânia	1940	3,0	55,685
Prússia	1945	1,2	13,986
Polónia (parte)	1945	11,8	181,040
Checoslováquia (parte)	1945	0,7	12,690
Roménia (parte)	1945	3,7	50,246
Jugoslávia	1945	22,3	255,804
Polónia	1945	26,5	311,720
Alemanha (parte)	1945	18,8	111,110
Bulgária	1946	7,2	472,414
Albânia	1946	1,2	27,530
Hungria	1947	9,8	92,986
Checoslováquia	1948	123	127,896
Roménia	1948	16,1	237,200
China Continental	1949	956,8	9,597,000

Fontes: Garcia, Fernando (1976), *Atlântico e Varsovia Dois Pactos*, Portugal, pág. 75 e Gem, Collins (1985), *Basic Facts-History, 1900/1980*, ed. Londres.

Outro elemento que nunca deve ser descurado na análise da política externa dos EUA é o da sua opinião pública.

No auge da "guerra fria" irrompeu nos EUA uma onda de perseguição anticomunista, promovida pelo Senador republicano do Estado do Wisconsin Joseph McCarthy e que ficou conhecida para o futuro com o nome de "MacCartismo". Esta onda de anticomunismo que teve larga expressão nos meios de comunicação social americana, demonstra a grandeza das infiltrações de agentes pró-soviéticos no aparelho de Estado norte-americano. Só no Departamento de Estado, 205 funcionários foram detectados como simpatizantes comunistas e 57 filiados no Partido Comunista dos EUA (Gem, 1985;168). Estas investigações levaram a várias depurações no funcionalismo federal e nas forças armadas até que o Senado põe fim à campanha, invocando excessos cometidos, em 1954.

Na década de 50 as forças comunistas fazem avançar a influência soviética em várias direcções.

Estaline morre em 1953 e seu sucessor Kruchtchev inicia um novo período na vida soviética que se estreia pela acusação dos inúmeros atropelos e crimes, come-

tidos pelo anterior líder bolchevista. Mas, nem por isso, o ímpeto expansionista soviético é refreado.

A guerra da Coreia, a guerra do Vietname, a invasão dos blindados soviéticos em Budapeste (Novembro de 1956) e a penetração no Próximo Oriente, a ingerência comunista no Laos, a vitória pró-soviética de Fidel Castro em Cuba (1959) são exemplos da dinâmica em apreço.

O General Dwight D. Eisenhower é eleito Presidente da União em 1953 [44], como candidato do Partido Republicano, muito em função do seu passado de heróico das campanhas do Norte de África, em 1942-1943 e da invasão da Normandia em 1944 e não tanto por ter impedido as forças armadas dos Aliados de tomarem, com primazia, as cidades de Berlim, Praga e Viena, dando essa tarefa ao Exército Vermelho. A sua administração denota uma vontade conciliatória relativamente à União Soviética, sem todavia pôr em causa a lógica fundamental do intervencionismo norte-americano. A "Doutrina Eisenhower" [45] então formulada (1957), é disso mesmo demonstrativa e "tem por objectivo impedir a progressão e influência soviética naquela parte do globo (o Médio Oriente)" (Esparteiro, 1960:117).

Em resumo a doutrina referida preconiza como mecanismos de contenção as seguintes atitudes, a saber:

a) Os EUA protegerão qualquer Estado do Médio Oriente, sujeito a qualquer tipo de agressão armada proveniente de qualquer país controlado pelo comunismo internacional, a pedido da nação agredida.
b) Os EUA prestarão auxílio económico e militar a qualquer país do Médio Oriente que sentisse a sua independência ameaçada.

E apesar do abandono formal desta doutrina em 1957 por ser entendida como contrária aos princípios do nacionalismo árabe (Gem, 1985:83) ela marca a preponderante atitude do Presidente Eisenhower, na senda da política de contenção anteriormente lançada. O seu "discurso de despedidas" [46] denota um novo andamento no intervencionismo externo, desta feita mais hesitante, mais contemporizador e conciliatório, mais apelante para a diplomacia e para o entendimento com o sovietismo. Dir-se-ia que Eisenhower se inclina para acolher a ideia de uma possível concertação de blocos, sugerida pela doutrina da coexistência pacífica que Kruchtchev se empenha, então, em desenvolver.

---

44 E permanecendo na Presidência até 1961.

45 O Secretário de Estado John Foster Dulles, antigo conselheiro especial do Presidente Truman, é o verdadeiro homem forte da contenção nesta administração. A contenção sob Dulles ganha uma iniciativa própria virada à libertação das "nações captivas do comunismo". Em todos os locais de maior fricção (Formosa, Alemanha, Egipto, Guatemala, etc.) promove a intervenção anticomunista activa directa e repressiva: o famoso "*rollback*".

46 Pronunciado em 17 de Janeiro de 1961.

Estrutura-se a ideia do condomínio mundial das superpotências, viciador das relações diplomáticas, das negociações, das instituições internacionais e do direito das gentes, atentório da independência dos Estados secundários, cimentador de associações regionais permanentes, promotor da guerra psicológica e da acção revolucionária.

O discurso de Eisenhower mostra [47] um compromisso hesitante entre a vontade de continuar a contenção dos comunistas, insubstituível perante o Primeiro Mundo, e a procura de uma nova situação de compromisso internacional que liberte os EUA das crescentes exigências do complexo militar-industrial. (É sua a frase: "Gastamos anualmente mais dólares com a segurança militar que a soma dos lucros líquidos de todas as empresas dos Estados Unidos"; e esta outra: "Nos conselhos de governo devemo-nos proteger contra a aceitação de influências desmedidas, solicitadas ou não, feitas pelo complexo militar-industrial. O potencial para um desastroso envolvimento do poder, deslocado, existe e poderá persistir" [48].

Apesar de antimaccartista convicto (o MacCartismo suicidou-se ao atacar frontalmente Eisenhower) e anti-racista, favorável ao sistema de integração racial acaba por, entregar a política externa a John Foster Dulles, conhecido pelo seu anticomunismo radical. A recusa de Eisenhower para o envolvimento maciço americano na Indochina, depois da queda de Dien-Bien-Fu, a aceitação de premissas de coexistência pacífica, com as conversações de Camp David em 1959 [49] mostram uma inflexão na lógica da Guerra Fria. Mantém-se todavia o espírito de "polícia do mundo" assumido desde a entrada americana na Guerra de 39/45, concretizada em intervenções activas nos inúmeros pontos de crise da esfera de influência capitalista: apoio aos guerrilheiros contra-revolucionários da Guatemala, que derrubam o Presidente Jacob Arbenz Guzman, devolvendo as terras expropriadas por este à United Fruit, na oposição às manobras francesas e britânicas na crise do canal do Suez em 1956, na intervenção na crise libanesa em 1958 e, mesmo na cubana em Abril de 1961, já com o seu sucessor no poder. Esta última (desastre da Baía dos Porcos) baseada num projecto elaborado pela CIA durante a administração Eisenhower, vem ainda na lógica não só da doutrina de Monroe, como da de contenção que referimos anteriormente. Uma meia vitória conseguiu, todavia John Fitzgerald Kennedy com o bem sucedido *ultimatum* à URSS aquando da crise dos mísseis soviéticos com destino a Cuba [50].

---

47 Sobre este assunto deve lêr-se – Vergnaud, Pierre (1958), "La Guerre Froide", *in Revue Générale de Droit Internacionale Public*, tomo 62, págs. 220 a 234.

48 Discurso de despedida, 17 de Janeiro de 1961 – *Public Papers of the President of the United Stats Dwight D. Eisenhower*, 1960-1961, GPO, 1961, págs. 1036-1040.

49 Levadas a cabo com o Secretário-Geral do PCUS Nikita Kruchtchev.

50 Desenrolada na sua fase mais crítica em Outubro de 1962.

Com Kennedy altera-se o estilo deixado por Eisenhower manifestando-se atitudes de contenção mais formais, com o envolvimento americano no Vietname e com a retoma das experiências nucleares em 1962 [51]. O seu discurso, repetindo os grandes valores permanentes da filosofia de Estado norte-americana, acompanhou essa atitude intervencionista. Dizia em 1961: "Façamos com que cada nação compreenda, quer ela nos queira mal quer bem, que pagaremos qualquer preço, que sustentaremos qualquer encargo, enfrentaremos qualquer adversário, auxiliaremos qualquer amigo, lutaremos contra qualquer inimigo para assegurar a sobrevivência e a vitória da liberdade.

Nós nos comprometemos a isso e a mais. Aos velhos aliados (...) nós hipotecamos a nossa lealdade de amigos fiéis. (...) Aos novos Estados, cuja entrada no rol das nações livres nós saudamos hipotecamos a nossa palavra de que não morrerá uma forma de domínio colonial simplesmente para ser substituída por uma tirania muito mais férrea (...).

Às repúblicas irmãs ao sul da nossa fronteira oferecemos algo especial: converter as nossas boas palavras em boas acções, numa nova aliança para o progresso (...). Façamos com que os nossos vizinhos saibam que nós estaremos com eles para nos opormos à agressão e à subversão em qualquer parte das Américas. E façamos com que qualquer outra nação saiba que este hemisfério pretende continuar a ser dono dos seus próprios domínios. (...) Finalmente, àquelas nações que se fazem nossos adversários, nós oferecemos não um penhor mas um pedido: que de ambos os lados comecemos de novo os esforços pela busca da paz, antes que as forças negras da destruição libertadas pela ciência venham engolir toda a humanidade numa auto-destruição planeada ou acidental" [52].

A "Aliança para o Progresso" de Kennedy era um retomar da antiga lógica de Monroe, do Corolário Wilson, da ajuda Truman através do plano Marshall.

A evocação da crise de Berlim no seu discurso de 25 de Setembro de 1961 à Assembleia-Geral da ONU foi entendido como saída para um acordo negociado com a URSS de Kruchtchev, numa das zonas de maior tensão entre os blocos na qual a posição americana era, localmente, muito desfavorável, e em que a defesa de posições morais, muito mais do que as materiais, podiam envolver riscos desproporcionados. Como notou Jean Schwoebel, o dilema que se poria numa circunstância de crise aos aliados, e aos EUA em especial, oscilava entre "uma capitulação vergonhosa, ou um conflito de proporções imprevisíveis" (Schwoebel,

---

51 Este expansionismo renascido é frequentemente atribuído a Robert McNamara e ao novo sistema organizacional e funcional que introduz no Pentágono, e à sua inclinação para favorecer um modelo intervencionista externo mais autónomo e activo. A "doutrina McNamara" reforça a autoridade presidencial sobre o sistema estratégico defensivo e inclui a tese da "resposta flexível e graduada" em caso de conflito. O atraso relativo americano, em face do armamento do Pacto de Varsóvia, envolve uma nova corrida armamentista, resultante num empate a nível mais elevado, de ambas as partes.

52 Veja-se o discurso de tomada de posse de 20 de Janeiro de 1961 – *Public Papers of the Presidents. John F Kennedy*, 1961, GPO, 1961, págs. 1 a 3.

1963:111). Esta situação, pôs, aos EUA a necessidade de negociar com os soviéticos e de empreender uma via de solução diplomática que evitasse um conflito por um motivo não considerado, em absoluto fundamental. Kennedy empreende tais negociações com Kruchtchev em Viena de Áustria, na sequência das já referidas conferências de Camp David. Por outro lado desafia a União Soviética a um entendimento para o desarmamento faseado e controlado, logrando apenas um acordo de princípio.

Assassinado em 22 de Novembro de 1963, em Dallas, é substituído pelo então vice-presidente Lyndon Baines Johnson. Internamente segue este, a política de Kennedy, de fazer aprovar legislação social favorável aos negros e às camadas de menos recursos. Externamente introduz [53] o conceito de *escalada* da guerra. Este conceito envolveu a retaliação a ataques ou a subversão provocados por forças comunistas ou afectas aos comunistas, com actos destrutivos progressivamente mais penosos. Desde 1965 o Presidente Johnson ordena o aumento do corpo expedicionário americano para cerca de meio milhão de efectivos.

Dentro do hemisfério americano prossegue a tutela implícita na "doutrina de Monroe", conseguindo firmar a posição americana no Panamá, depois das graves revoltas antiamericanas de 1964, negociando novos tratados relativos ao Canal, e operando um desembarque de tropas especiais (30.000 fuzileiros) para pôr cobro a uma guerra civil que se desenvolvia no sentido da vitória das forças da esquerda (1965). O envolvimento crescente no Vietname e estas intervenções na América Latina abrem campo ao desenvolvimento de maciças campanhas de contestação pacífica que o levam à renúncia do seu mandato, em 31 de Março de 1968. Sucede-lhe o antigo vice-presidente do General Eisenhower, e antigo congressista ligado à "comissão MacCartista" (de actividades antiamericanas) Richard Milhous Nixon. A sua política externa envolve uma profunda mudança táctica e pronuncia uma alteração no andamento da estratégia intervencionista norte-americana. Nixon fora eleito ao som do *slogan*: "negociações em vez de confrontações".

A doutrina Nixon vem contida no documento presidencial intitulado "A Política Externa dos EUA para os anos 70". A sua administração envereda, então, por novos caminhos alternativos que se concertam fundamentalmente numa original formulação da *détènte*. As principais soluções propostas e posteriormente levadas à prática [54] podem ser sintetizadas da seguinte forma:

---

53 De novo na história da política externa norte-americana, foi o ataque a forças navais americanas o motivo de uma alteração profunda no envolvimento militar dos EUA. Desta feita, tratou-se do torpedeamento do *destroyer* Maddox, em 1964, pelas forças norte-vietnamitas.

54 Henry Kissinger, influente consultor e conselheiro de política externa desde a administração Eisenhower, é tido como grande responsável na adopção das medidas principais que de seguida se enunciam, mormente a da saída do Vietname. Richard Nixon nomeia-o Secretário de Estado em Agosto de 1972.

1. Vietnamização da Guerra do Vietname, que consistia na retirada progressiva das forças armadas norte-americanas e na sua simultânea substituição por forças armadas sul-vietnamitas, treinadas e armadas pelos EUA [55].
2. Reformulação da política de contenção dos comunistas:

    2.1. Fornecimento da ajuda militar e técnica necessária a países ameaçados de subversão, pelos comunistas;
    2.2. Não envolvimento directo de contingentes militares combatentes nesses conflitos;
    2.3. Secundarização da ajuda económica em relação à ajuda militar [56].

3. Política de reequilíbrio da balança de pagamentos dos EUA (1971). Conseguida à custa de várias medidas de política económico-financeira (controlo de salários e de preços; desvalorização do dólar) que acarretaram maior impopularidade sobretudo a nível de países do Terceiro Mundo;
4. Novo ênfase à diplomacia e à negociação, como forma de compensar a força relativa perdida pela retirada americana o Vietname [57]. Neste domínio podem ser assinalados alguns êxitos relativos da administração Nixon: realização das conferências SALT I [58] em 1972, resolução da crise do Sinai, aproximação com a República Popular da China, visita à União Soviética e à República Popular da China, p. ex. desempenha, neste domínio, papel de crescente preponderância o Secretário de Estado Henry Kissinger.
5. Prioridade a acordos com a URSS, o que significa, entre outras leituras possíveis, que a coexistência pacífica passa pelo diálogo directo das superpotências e que as potências menores das esferas de influência de cada uma delas são avisadas de que a sua importância é relativa e de que a ajuda, no que toca aos EUA de sobremaneira, não é nem incondicional nem limitada. Em certa medida com Richard Nixon se enceta, da parte

[55] Esta solução permitia continuar a guerra sem os sacrifícios humanos, particularmente pelos norte-americanos depois sobretudo das campanhas pacifistas já referidas. O Senador Eugene McCarty referiu-se a esta política com particular acinte mas não sem fundo de verdade, como a política de "mudar a cor dos mortos".

[56] O Congresso decide, nesta conformidade, importantes cortes orçamentais nas rubricas de ajuda económica externa.

[57] Sobre este assunto veja-se: Gelb, Leslie e Lake, Anthony (1984), "Diplomacy Restored" *in Foreign Affairs American and the World*, págs. 467 e seg.

[58] Os acordos SALT I (1969-1972) relativos à limitação de sistemas defensivos de mísseis antibalísticos, cria o chamado equilíbrio do terror pela limitação equilibrada de certas forças suficientes para destruir a potência adversária, podendo apenas cada superpotência proteger duas zonas do seu território (uma delas a capital) por um sistema antimissil. A este sistema, base estratégica militar da dissuasão, se chamou MAD – *Mutual Assured Destruction*. A vulnerabilidade da generalidade da população e do património económico e material dum Estado pelas forças do outro, é o elemento fundamental desta nova relação Só com Ronald Reagan e com o anúncio da "Guerra das Estrelas" este entendimento conhecerá a sua discutibilidade entre as superpotências.

dos EUA, com o natural agrado soviético, uma política de apaziguamento ideológico, fazendo substituir o conflito Leste-Oeste por uma rivalidade de superpotências, como muito bem notou Norman Podhoretz. O equilíbrio de impotência, nesta conjuntura obrigava, assim, a restringir a importância e intervenção de qualquer outro país que, com os seus problemas ou actividades, prejudicasse a estabilidade periclitante, sujeitando as superpotências a um confronto directo.

6. Política triangular, que envolveu a aproximação com a República Popular da China, em 1971 e 1972, sem prévia consulta aos aliados tradicionais dos EUA na zona e com manifesto prejuízo dos interesses da República da China (Taiwan-Formosa) [59]. Tentava-se explorar a consolidação de um eixo Washington-Pequim-Moscovo, e tirar partido dos benefícios estratégicos dos do conflito sino-soviético [60].

O escândalo *Watergate*, leva Richard Nixon a pedir a demissão em 9 de Agosto de 1974 precedido da demissão do seu Vice-Presidente Spiro Agnew. Estava criado um facto político que havia de produzir, de novo, um sentimento de humilhação ao povo americano, prejudicando, uma vez mais (e não seria a última), a posição intervencionista externa referenciada.

A *realpolitik* de Nixon e de Kissinger mostra que, se por um lado os EUA não abandonaram a sua vocação para a intervenção na solução dos problemas políticos mundiais, por outro não estão dispostos a impor pela força, ou mesmo a sustentar, qualquer regime político apenas por eles qualificado de melhor.

Gerald Ford, sucede a Nixon que o havia designado em substituição de Spiro Agnew e entrega a continuidade da política externa ao Secretário de Estado Henry Kissinger [61]. Ford fica para a História como o primeiro presidente não sufragado

[59] Para além da normalização de relações diplomáticas com os EUA, importa sobretudo referir a substituição de Taiwan pela China Popular no Conselho de Segurança da ONU, desde 1971.

[60] A aproximação dos EUA à R.P. da China faz-se por concessões sucessivas, como foram a autorização para venda nos EUA de publicações maoistas, o aumento das vendas americanas de materiais não-estratégicos, facilidades portuárias para navios mercantes ao serviço da RPC, recomeço das conversações de Varsóvia, reconhecimento da RPC, pelo Canadá e pela Itália, aliados próximos dos EUA, sucessão de declarações oficiais norte-americanas a favor do reconhecimento da RPC, culminando com a do Secretário de Estado William Rogers em Dezembro de 1970 e com as propostas dos Senadores Mik Gravei e McGovern sobre a admissão da RPC, no Conselho de Segurança da ONU, em substituição da RC-Formosa-Taiwan. Nixon, em 1971, propõe ao Congresso a manutenção dos tratados americanos com a Formosa e a tese das "duas Chinas" ou seja da manutenção da Formosa na ONU e da admissão paralela da RPC.

[61] Henry Kissinger é colaborador muito próximo de Nelson Rockefeller, Vice-Presidente dos EUA designado em 19/12/1974 e irmão de David Rockefeller presidente do Chase Manhattan Bank e presidente da Comissão Trilateral, defensores gerais do capitalismo americano e dos interesses de grandes grupos multinacionais. Carter foi nomeado em 1975 membro da referida Comissão. A decisão de Carter de manter Henry Kissinger no controlo da política externa e a adopção da política de direitos humanos sempre defendida por Nelson Rockefeller como político, não são decisões exteriores ao influente grupo político referenciado.

dos Estados Unidos da América. A sua escolha é feita sobretudo em função do respectivo passado político, prestigiado e pouco susceptível de contestação. Estas circunstâncias reforçam a importância do papel do Secretário de Estado Henry Kissinger cuja intervenção no termo da "Guerra Fria" é de tal modo fundamental que lhe merece [62] a atribuição *ex aequo* com o norte-vietnamita Le Duc-Tou do discutível galardão internacional "Prémio Nobel da Paz", no ano de 1973.

Na sua obra "*American Foreign Policy*" (Kissinger, 1971), que resume vários estudos seus de docência universitária e de doutrina sobre política internacional, mostra uma abordagem de pendor técnico-científico desta problemática, ressaltando os aspectos institucionais na perspectiva da eficiência dos mecanismos da política externa e longínquo de todas as abordagens de base subjectiva e missionária, manifestadas por administrações precedentes, optando, portanto, por um novo enfoque pragmático que coloca a ideologia num plano secundário.

A parte dedicada aos princípios centrais da política externa americana, desenvolve várias asserções que merecem ser referenciadas. São elas, em resumo:

1. *Tese da decadência da era das superpotências.* Pela razão da mudança acelerada dos elementos essenciais do ambiente internacional, da multiplicação de novos países, da participação dos mais pequenos poderes nos assuntos internacionais, da aceleração da transmissão das ideias, da capacidade técnica que os participantes na ordem internacional possuem para se afectar reciprocamente e do alcance dos seus objectivos. A revolução científica é causa de insegurança pela superação de limites técnicos para o exercício do poder. O conflito ideológico fez com que "as lealdades políticas deixem de coincidir com as fronteiras políticas".
2. *Tese do fim da bipolarização.* Começa por notar que, das grandes potências anteriores à 1.ª Grande Guerra só restam a URSS e os EUA como detentores, em pleno, de extraordinário poderio militar. O equilíbrio da bipolarização estabelecida entre elas é, nesta perspectiva, precário e inflexível a novos reajustamentos. Sob esta bipolarização se perdera a perspectiva dos diversos matizes posicionais, sobretudo a dos países menores. A bipolarização tende para manter a preponderância, nas áreas respectivas, das superpotências e exagerar a segurança perante o adversário. Porém esta bipolarização militar não evita a multipolarização política e a existência de novas formas de pressão. "A multipolaridade política impossibilita impor um patrão americano". "É difícil traduzir a capacidade de destruição a

62 Muito embora a sua principal intervenção se relacione com a saída dos EUA do Vietname, celebrando o que então se chamou uma "paz honrosa", igualmente importante foi o seu papel como mediador do cessar-fogo na guerra israelo-árabe em 1973.

uma ameaça plausível inclusive contra países que não possuem meios de represália" [63].

3. *Tese de interioridade do equilíbrio do poder.* "Todas as mudanças realmente fundamentais no equilíbrio do poder se deram *dentro* dos limites territoriais dos Estados soberanos". (...) "No Estado moderno, a segurança nacional está chamada a ser uma questão interna sujeita a enormes discrepâncias". "Assim qualquer que seja a opção – a prossecução da corrida armamentista ou o controlo dos mesmos – torna-se essencial à definição de um novo enfoque da política norte-americana de segurança interna".
4. *Tese da nova natureza das alianças.* "Para que as alianças sejam efectivas têm que possuir quatro condições:

   a) Um objectivo comum, geralmente a defesa contra um perigo comum;
   b) Um grau de política articulada, suficiente, ao menos, para definir o *casus belli;*
   c) Alguns meios técnicos de cooperação em caso de se decidir uma acção comum;
   d) Um castigo para a não cooperação (...)".

   Considera, de seguida que no sistema de alianças desenvolvidas pelos EUA só na NATO se cumpriram estas condições, basicamente por faltar fora dela uma concepção de interesses comuns, e um desejo de apoio mútuo. "A SEATO e a CENTO converteram-se em organismos moribundos como instrumentos de acção colectiva". Sugere o abandono da relação de tutela, fonte de "ilusões e omnisciência" para se "forjar uma unidade com medidas de carácter político". Propõe, assim, uma mudança de perspectiva, "uma distribuição mais equitativa das responsabilidades" sujeita a dois novos requisitos prévios:

   a) Consenso básico na análise da situação internacional, pelo menos no que toca à Europa;
   b) Convicção de que os Estados Unidos não podem nem estão dispostos a assumir sozinhos toda a carga de responsabilidades na defesa de valores e interesses colectivos.

   Conclui que "as nações cooperam mais para alcançar objectivos comuns do que por ter uma obrigação legal de o fazer".
5. *Tese da industrialização e da legitimidade ético-politica* como barreiras ao comunismo, verifica que nos países industrializados o comunismo não

63 Curiosamente Henry Kissinger, como Secretário de Estado, desenvolveu um tipo de diplomacia directa, sem grandes preocupações de consensos de aliados, que o identifica como bilateralista. Por exemplo sua aproximação com a RPC, descurou grandemente a opinião dos seus aliados tradicionais da região, designadamente a do Japão e da Formosa.

logrou êxito efectivo. Considera que o comunismo pode trazer aos países subdesenvolvidos "uma legitimidade para os sacrifícios relacionados intimamente com a formação de capital" e que o "leninismo tem o atractivo de trazer uma solução teórica para a detenção do poder", concluindo que o objectivo dos EUA "deveria ser elaborar um consenso moral capaz de fazer um mundo pluralista criativo em vez de um mundo destrutivo".

A *nova détènte* das administrações Nixon e Ford segue como fica patente, a lógica do pensamento de Henry Kissinger, não sem uma grande sucessão de graves questões internacionais, entremeada por alguns êxitos diplomáticos que já se enunciaram.

As principais crises desta nova *détènte* foram, em resumo [64]:

a) Guerra no Médio Oriente;
b) Crise do petróleo;
c) Crise das pescas (URSS contra países ocidentais);
d) Malogro inicial da Conferência de Segurança e Cooperação Europeias (Helsínquia);
e) Malogro da Conferência de Desarmamento e Limitação de Armamento Nuclear;
f) Recusa do Congresso de atribuir à URSS o tratamento de nação mais favorecida;
g) Visita de Nixon a Moscovo sem assinatura de qualquer acordo, designadamente o previsto sobre limitação de armamento nuclear;
h) Rebentamento da questão de Chipre – crise entre a Grécia e a Turquia, países da NATO;
i) Deterioração das relações com a URSS em favor da melhoria das relações com a China maoista;
j) Suspensão (Outubro de 1974) das exportações de trigo para a URSS;
k) Encontro meramente formal e inconsequente entre Ford e Brejnev, em Vladivostok.

A Conferência de Helsínquia (de Segurança e Cooperação Europeias), que decorreu entre 22 de Novembro de 1972 e 1 de Outubro de 1975, permitida pela filosofia da *nova détènte,* consagra formalmente as conquistas marxistas-leninistas na Europa, pela magra contrapartida da aceitação soviética de negociar a limitação de armamentos atómicos (SALT) e a redução de tropas soviético-americanas estacionadas na Europa, desde o final da Guerra de 39/45. Outra delgada contrapartida, valorizada excessivamente pelos países do Primeiro Mundo, resulta da

64 Veja-se nosso estudo policop. *A Política de Blocos*, pág 315 e seguintes Poder-se-ia considerar a continuidade da "política triangular" por Carter como mais um elemento de agravamento das relações americano-soviéticas, muito embora as declarações presidenciais de desagravo neste âmbito e a persistência deste nos objectivos comerciais e culturais da aproximação sino-americana.

inclusão, na acta final da Conferência, de um conjunto de direitos, liberdades e garantias que a serem desrespeitados pelos países sovietizados, os poriam, eventualmente, em pior posição perante a opinião pública mundial.

Visto a alguma distância temporal, a Conferência de Helsínquia trouxe como escambo efectivo, o reconhecimento formal pelo Ocidente do Segundo Mundo sob a tutela soviética, em troca de uma declaração de princípios (mais concretamente da aceitação de negociar princípios e da aceitação de reconhecer direitos, liberdades e garantias primeiro-mundistas) cujas vantagens efectivas se traduziram no reconhecimento, útil mesmo aos marxistas-leninistas, dos dissidentes e do seu posicionamento oposicionista e, mediatamente, a formulação implícita do não-cumprimento dos direitos liberdades e garantias, por parte dos signatários orientais [65].

Mas a principal consequência da adopção das doutrinas de Kissinger foram o reforço do isolacionismo norte-americano que proporcionou, por sua vez, uma notável fase de reforço expansionista, ao marxismo-leninismo pró-soviético, durante parte importante da administração do Presidente Jimmy Carter.

Carter é eleito com base na afirmação do empreendimento da política de Direitos do Homem, entregando a continuidade dos negócios estrangeiros a Henry Kissinger.

O seu mandato deve ser considerado um novo período de reforço do isolacionismo. Curiosamente usa o mesmo tipo de afirmação com a que Franklin D. Roosevelt se candidatara para o seu terceiro mandato, em 1940: "Afirma que não intervirá, militarmente, nos assuntos internos doutros países se a segurança dos Estados Unidos não for ameaçada" (Wizniter, 1977:141). Simbólica mas efectivamente atribuiu uma amnistia "plena e inteira aos que se recusaram a combater no Vietname e não se apresentaram ao centro de recrutamento" (Wizniter, 1977:145).

Vejamos, assim, alguns dos eventos ocorridos durante a sua administração e cujo desenvolvimento prova o não-intervencionismo predominante da sua política:

a) Desapoio da Rodésia e da África do Sul. Não reconhecimento da eleição e do governo do bispo Abel Muzurewa;
b) Reconhecimento e estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China em 1/1/1979, Carter anuncia que os EUA só reconhecerão uma China e que Taiwan faz parte integrante dessa China. Corte de relações diplomáticas EUA-Formosa, com protesto enérgico desta e demissão do respectivo Ministério dos Negócios Estrangeiros (Fim da tese

65 Um ganho estratégico, de eventual utilidade, diz respeito aos acordos relativos às medidas de prevenção de uma confrontação de origem acidental e involuntária entre os signatários de ideologia adversa.

das "duas Chinas" pela adopção da tese de Pequim. Continuação da política triangular) [66];

c) Não intervenção relativamente à presença cubana em Angola. Apoio financeiro autorizado a regimes pró-soviéticos em África, designadamente nas antigas províncias ultramarinas portuguesas;
d) Desapoio ao Xá da Pérsia. Expulsão deste com a queda da monarquia. O Irão abandona o CENTO em 7/2/1979. Proclamada a República Islâmica do Irão que é reconhecida no mesmo dia (12/2/1979) por países marxistas (URSS, Líbia, Paquistão, Síria, etc.) e pelos EUA, declarando-se prontos a negociar com o novo Governo;
e) Desapoio a Somoza até à sua derrota pelos guerrilheiros sandinistas da Nicarágua, em Junho de 1979. Os EUA exigiram a demissão de Somoza e impuseram ao Egipto o boicote de armamento e de combustível ao Governo deste;
f) Reconhecimento da nação palestiniana e suas reivindicações;
g) Desapoio do governo de minoria branca da África do Sul. Condenação do *apartheid* e apoio a um regime de maioria negra;
h) Concretização da invasão do Afeganistão para apoio do governo pró-soviético saído do golpe de Estado que derrubou a monarquia em 1973;
i) Continuação da retirada americana do Panamá;
j) Desenvolvimento da segunda crise de Cuba com o envio soviético de vários milhares de soldados de tropas especiais, com a designação de "conselheiros técnico-militares", tendo este facto como represália simbólica o desembarque de *marines* na base americana em Cuba e a deslocação de uma força naval dos EUA para águas vizinhas;
k) Rebentamento da crise de Teerão: na primeira semana de Novembro de 1977 manifestantes iranianos invadem a embaixada americana e prendem cerca de 70 funcionários, agredindo o pessoal militar de segurança. Os EUA

66 A continuação da "política triangular" com Carter só tangencialmente coincide com a levada a cabo por Nixon e Ford, durante a direcção chinesa de Mao-Tsé-Tung, ou no período da sua doença final, de Chu-Eu-Lai. Com a morte de Mao em 1976 e a subida de Teng-Hsiao-Ping a Secretário-geral do Partido Comunista da China, inicia-se o equivalente à destalinização soviética – a desmaoização – com a adopção de uma nova política económica e cultural chamada genericamente "política de porta aberta", que se materializa de facto como uma anti-revolução cultural. Entre outras medidas são assumidas as seguintes reformas fundamentais:

a) Descentralização da economia e abertura às regras de mercado e da sociedade de consumo;
b) Descolectivização da agricultura;
c) Legalização de parte do comércio privado, de empresas de serviços e de indústria;
d) Incentivos personalizados à produtividade e eficiência no trabalho;
e) Abertura à imprensa e literatura estrangeiras (imprensa filmada, escrita e falada),
f) Reforma da legislação principal;
g) Reforma do sistema de ensino, mormente o universitário;
h) Depurações de maoistas no aparelho de Estado, conforme Zagorie, Daniel S., "Chinas Quiet Revolution", *in Foreign Affairs* Spring 1984, pág. 874 e seguintes.

manifestam-se oficialmente com um protesto. A população americana reage directamente: sindicatos boicotam navios dirigidos ao Irão, estudantes espancam colegas iranianos, etc. Os EUA recorrem oficialmente à mediação de Yasser Arafat e dos seus conselheiros da OLP. O *raid* aéreo para libertar os reféns resulta num estrondoso desastre no qual morreram nove soldados americanos (24/25 de Abril de 1978);

l) Invasão do Cambodja (pró-Chinês) por forças do Vietname apoiadas pela URSS (em 7, 8 e 9 de Janeiro de 1979). Protesto do delegado cambojano na ONU, Príncipe Norodom Sihanouk, que apela ao apoio americano. Desenvolvimento da guerrilha dos *Khmer* vermelhos como retaliação, retirando depois;

m) Acordo nas negociações SALT II (*Strategic Arms Limitation Talks*). O Senado dos EUA recusa-se a ratificar o acordo estabelecido.

O Presidente James Earl Carter conta, para a História, com um êxito evidente em política externa: os acordos de Camp David, de 1978, para resolver a crise palestiniana entre o Egipto de Sadat e o Israel de Begin. O *neo-isolacionismo* de Carter criou ambiente para um extraordinário avanço das forças pró-soviéticas no mundo. Só muito tarde compreende os efeitos de empolar o conflito Norte-Sul em prejuízo do conflito Leste-Oeste. Em 1979, depois da invasão soviética do Afeganistão, toma algumas medidas de inversão da política que havia assumido até então. As medidas principais que nesse sentido toma, foram as seguintes (Podhoretz, 1980:447):

a) Definição da doutrina Carter; que refere que "qualquer tentativa para controlar a região do Golfo Pérsico (seria) entendida como um assalto aos interesses vitais dos EUA (e seria) repelida pelo uso de todos os meios necessários incluindo o uso da força militar";
b) Desapoio ao governo comunista da Nicarágua;
c) Apresenta uma proposta de aumento de 5% no orçamento da Defesa, para gastos militares [67];
d) Retira, do Senado, o texto do acordo SALT II, cuja ratificação pedira, manifestando assim o seu desinteresse pelo controlo de armamento;
e) Suspende as exportações de cereais para a URSS, reduzindo-lhe os privilégios de pesca concedidos;
f) Este esforço, todavia, era tardio e insuficiente.

A opinião pública norte-americana traumatizada, ainda, com o "síndroma do Vietname" e com o escândalo Watergate, humilhada com a crise dos reféns do Irão, receosa do expansionismo soviético, fora e dentro do próprio espaço vital

[67] Em 1976 havia anunciado que iria propor o corte de 5 bilhões de dólares no orçamento da Defesa. Mas já na própria campanha eleitoral não voltaria a insistir, a sério, neste tema.

americano, vê em Reagan uma esperança quer de nova contenção do comunismo quer da defesa dos valores tradicionais do americanismo.

Ronald Reagan é, por conseguinte, eleito em 1980 sob o signo de um discurso duramente anticomunista prenunciador de nova contenção, sob o revigoramento do nacionalismo americano [68] e das promessas neo-missionárias de base ideológica. Em certa medida anunciava-se o fim, iniciado a bem dizer no termo do mandato de Carter, de uma época de isolacionismo factual predominante ou, de outra forma dito, de intervencionismo residual passivo.

O discurso das suas duas campanhas e mandatos são em boa medida distintos: o primeiro é duro e virulento, o segundo mais cauteloso e ambíguo, mas em ambos se verificam denominadores comuns, como sejam a exaltação nacionalista, a excitação do conflito Leste-Oeste, o ataque frontal à URSS em termos ideológicos e políticos, a promoção do modelo americano de desenvolvimento para o Terceiro Mundo, o revigoramento das Forças Armadas e do seu prestígio interno, o proposto de rearmamentismo de dissuasão, o apelo às virtudes tradicionais americanas, a preocupação latente de fundamento ético e religioso das suas teses.

Sem se pretender uma enunciação exaustiva das determinações discursivas de Ronald Reagan convém anotar as seguintes intenções fundamentais, durante os seus mandatos:

a) *Quanto à Europa:* Rejeição de "qualquer interpretação do acordo de Ialta que sugira o consentimento para dividir a Europa em esferas de influência" [69]; condenação da instalação do "gasoduto siberiano" em cooperação euro-soviética como processos de dependência e de euro-finlandização. Manutenção dos mais de 300.000 efectivos militares em território europeu.

b) *Quanto à URSS:* Aplicação e reforço de sanções económicas, tecnológicas e alimentares [70], em virtude do expansionismo agressivo soviético levado a cabo na Polónia [71] e no Afeganistão [72] em especial [73], substituição de uma linguagem

---

68 O chamado "novo patriotismo".

69 Discurso de Agosto de 1984.

70 Em 30 de Dezembro de 1981 e em 18 de Junho de 1982 Em Agosto de 1983 foram levantadas os embargos às exportações cerealíferas americanas entre outros Em 1 de Setembro de 1984 foram encerrados os escritórios da Aeroflot nos EUA.

71 A normalização soviética da Polónia tem progredido paulatina mas seguramente. Em Julho de 1985 o "Parlamento" polaco aprova uma nova lei sindical para abolir o pluralismo. Daí em diante só pode existir legalmente um sindicato por unidade produtiva. A morte do Padre Papieluslco reacendeu uma indignação anti-soviética na opinião pública geral do primeiro mundo.

72 Como é conhecido publicamente, a guerra de ocupação soviética no Afeganistão, contra a resistência popular organizada, utilizou técnicas militares proibidas pelo Direito Internacional Público como sejam o uso de armamento químico e biológico.

73 Estes conflitos são seleccionados por terem maior impacto junto da opinião pública, interna e internacional. As pressões soviéticas no Paquistão e no Irão são menos evidentes; o apoio cubano em Angola e o seu

contundente anti-soviética e de uma retoma verbal da política do *rollback* de Foster Dulles, característica do primeiro mandato, por uma linguagem mais cordata e de apelo à *détènte*, típica da época de Nixon. Há, ainda a referir a instalação conseguida dos mísseis americanos de médio alcance na Europa em 1983, apesar da enorme campanha de opinião pública lançada pela URSS no Ocidente.

O compasso de espera, criado pelo executivo de Reagan, no resfriamento das relações bilaterais com a URSS, designadamente no domínio das conversações para a limitação de armamento estratégico visava a criação de condições concretas para a superação do novo *gap* favorável a Moscovo, na relação de forças dessa índole.

c) *Quanto à América Latina*, a administração Reagan seguiu duas linhas de força concertadas e tradicionalmente não desenvolvidas em articulação: a tutela intervencionista norte-americana no hemisfério e o apoio activo pela implantação e restauração dos regimes democráticos na zona.

Assim, por um lado, ordena, em 25 de Outubro de 1983, a invasão[74] da República de Granada, ilha independente fronteira à Venezuela, onde uma junta militar de esquerda, havendo tomado o poder, solicitou o apoio de Cuba para a construção de uma base aérea. Os EUA consideraram então, que se impunha a intervenção, uma vez que esta nova situação criava um desequilíbrio na zona a favor da URSS.

Quanto ao regime marxista da Nicarágua e perante a abertura dos seus portos ao fornecimento de armamento soviético e de apoio cubano, Ronald Reagan debate-se com o veto do Congresso à proposta de ajuda americana à guerrilha anti-sandinista. Entretanto, e apesar de advertências de Reagan, continuam os fornecimentos por via da Nicarágua à guerrilha de El Salvador[75].

Por outro lado preocupa-se com a democratização e liberalização dos regimes políticos e económicos da América Latina. Como nota o Secretário de Estado George Schultz, em seis anos implantaram-se na América Latina várias democracias onde antes havia ditaduras, designadamente na Argentina, Bolívia, Equador, Honduras, Panamá, Peru, Salvador, Granada, Brasil, Uruguai e, em transição, na

reforço é uma intervenção indirecta; outras intervenções soviéticas são mais antigas e menos mobilizadoras em termos emocionais, como sejam os casos do Laos, Cambodja, Iémen do Sul e Etiópia. O Vietname toca no complexo emotivo da opinião pública, de efeito isolacionista. A Nicarágua foi um processo que ocorreu dentro do espaço vital americano pelo que segue outro tipo de lógica, que merece referência separada O abate do avião civil sul-coreano em 1 de Setembro de 1983, não sendo uma acção expansionista, foi um incidente suficientemente agressivo para desenvolver nos mundos não sovietizados campanhas de repúdio e de oposição manifesta.

74 Na força invasora estavam incluídos para além dos duzentos fuzileiros americanos, contingentes simbólicos de seis pequenos Estados das Caraíbas.

75 O escândalo "Irangate-Contras", a que adiante faremos referência, envolvia uma fórmula de ultrapassagem do impasse criado pelo referido "veto".

Guatemala. Ou seja, em 1979, um terço da população da América Latina vivia em democracia, em 1985, noventa por cento dessa população vivia sob regime democrático (Schultz, 1985:706).

d) *Quanto ao Médio e Extremo Oriente e Zona do Pacífico,* a administração Reagan enfrenta problemas de menor gravidade, dos quais sobressaem, todavia, a contestação de esquerda guerrilheira antigovernamental nas Filipinas, a presença americana na Coreia do Sul e as relações nipo-americanas e as crises do Cambodja e Afeganistão [76].

A importância estratégica das bases americanas de Clark Field e Subic Bay nas Filipinas, não deixaram de crescer, no que toca à presença americana do Oceano Pacífico, mas a instabilidade no arquipélago não foi diminuída pelo facto da vitória eleitoral significativa, conseguida pelo Presidente Ferdinando Marcos, em 1984. A guerrilha comunista do "Novo Exército do Povo" conheceu crescentes apoios em meios rurais e aumentou as acções terroristas, a que o Governo respondeu militarmente.

Os EUA pressionaram o seu velho aliado Presidente Marcos à abertura do regime forte, como condição para a manutenção do apoio respectivo. A democratização prevista pode fazer alterar a relação de predominância dos EUA neste país [77].

Na Coreia do Sul a presença oficial americana, datando de 1945, conta no final da guerra fria com cerca de 40.000 efectivos [78]. A Coreia do Norte, pró-soviética manteve a pressão sobre o Sul com vista à mobilização dos EUA nessa frente. A situação de impasse tem-se mantido na zona até à actualidade.

No que concerne ao Japão, a sua ameaça relativamente aos EUA é de índole comercial, já que um estatuto de relativa auto-neutralização se manteve desde a aprovação da actual Constituição em 1946.

A defesa do Japão está cometida aos EUA, pelo Tratado de Segurança nipo-americano de 1960. A agressividade competitiva da oferta japonesa, em grande parte devida à produtividade impar que o seu sistema social e sindical permite, tem, com êxito, conseguido conquistar mercados potencialmente americanos, designadamente no domínio das indústrias de electrónica, automóvel, construção naval e química, apesar da dependência japonesa do exterior no que toca a matérias-primas. A recente "normalização" das relações sino-japonesas e a assinatura de acordos de cooperação em vários domínios de competitividade nipó-

76 Veja-se: *Far Eastern Economic Review* 17/5/1984 – *Exclusiv interview* – US President Ronald Reagan – "*My Pacific Aims*".

77 Numa reviravolta espectacular, o Presidente Ronald Reagan, após a confusão do escrutínio eleitoral de Fevereiro de 1986, em que Marcos e Corazón Aquino reivindicaram simultaneamente a vitória, transferiu o seu apoio do primeiro, a quem prometeu asilo político, para a segunda, não sem que protestos da União Soviética se fizessem sentir contra uma classificada ingerência dos EUA nos assuntos internos deste arquipélago, soberano à face do Direito Internacional Público.

78 A Guerra da Coreia (1950-1953) matou e feriu 1.200.000 pessoas, das quais um terço adstritos ao Sul.

nica foi teórica e não alterou a expressão da aproximação americana em relação à República Popular da China.

As pressões principais da administração de Reagan relativamente ao Japão tinham em vista a internacionalização e revalorização do *yen*, a limitação de exportações para os EUA e a abertura e liberalização dos mercados internos japoneses às exportações norte-americanas.

No que respeita ao Cambodja, invadido pelos vietnamitas pró-soviéticos entre 1977 e 1979, que expulsaram o governo Khmer, o qual, passou à guerrilha de libertação, os esforços norte-americanos evidenciam um apoio moral e político à coligação Khmer e aos grupos não-comunistas de resistência e uma desmotivação para intervir mais directa e activamente o que se justifica, em parte, quer pela vontade de deixar à RPC um papel mais activo na área em questão, quer pelo "síndroma da guerra do Vietname" ainda presente e actuante na opinião pública americana.

No que respeita ao Afeganistão a posição americana é relativamente semelhante à anteriormente referida, isto é, o apoio dado à resistência afegã na sua luta de libertação perante a invasão soviética [79] é predominantemente diplomático, político e humanitário [80].

Uma interpretação possível para esta atitude americana é a de recusa à confrontação directa com a URSS, por parte da administração dos EUA, na sequência da lógica da *détènte* posterior a Nixon. E é inegável, por outro lado, que, para além do problema humano, o envolvimento soviético directo no Afeganistão, ao mesmo tempo que abre uma nova frente de combate à URSS, tem efeitos similares ao envolvimento americano no Vietname, designadamente patenteando, perante a opinião pública do Primeiro e Terceiros Mundos, os desígnios expansionistas e agressivos dos soviéticos, interessando em certa medida como argumento irrecusável para o prosseguimento de uma política armamentista, de contenção e de tutela à administração norte-americana.

e) *Quanto à China,* em especial, Ronald Reagan adopta uma preliminar posição de anticarterismo, de anticomunismo abrangente, incluindo a RPC, condenando a administração dos seus antecessores no abandono da Formosa, fiel e tradicional amigo dos EUA, por troca do apoio de um país marxista-leninista, de passado de luta antiamericana. Mas ciente do valor estratégico da "política triangular", mormente na contenção, asiática e terceiro-mundista, ao expansionismo da URSS, assume, em campanha eleitoral, a tese primitiva das "duas Chinas", isto é, da continuidade das relações com a RPC e a retoma das relações

---

79 A invasão soviética faz-se em 1979 a coberto do apelo do governo pró-soviético de Cabul nesse sentido Convém referir que a situação tem o seu início com o derrube da monarquia em 1973 e com os conflitos internos entre comunistas e fundamentalistas islâmicos, tribalmente baseados.

80 Especialmente pelo acolhimento e protecção dados aos refugiados afegãos no Paquistão.

diplomáticas e militares com a Formosa[81]. O futuro Presidente George Bush, do mesmo modo, defendera publicamente a tese da indignidade da original e histórica atitude norte-americana de renúncia em tempo de paz, a um tratado de aliança com um país amigo sem benefícios correspondentes.

Por outro lado, nos primeiros anos do primeiro mandato presidencial de Reagan, assiste-se a uma reaproximação da RPC relativamente a Moscovo, abrandando-se o conflito ideológico sino-soviético e celebrando-se acordos de índole militar (redução equilibrada de efectivos militares de defesa fronteiriça), económica, cultural e tecnológica. Este apaziguamento e nova cooperação é justificável, prioritariamente, pelas necessidades concretas requeridas para o desenvolvimento da anunciada política das quatro modernizações de Teng-Hsiao-Ping[82] e pela ameaça para os soviéticos a continuidade do conflito sino-soviético podia trazer em termos de reforço das relações RPC-EUA.

O próprio Congresso dos EUA, perante esta modificação geral de relações, ressalva a posição intervencionista americana na zona, fazendo substituir o revogado Tratado de defesa militar com a Formosa, pelo então aprovado "Taiwan Relations Act", pelo qual, se continuavam, para as administrações americanas, as obrigações de vigilância, tutela e apoio material do arquipélago e da sua zona. No segundo comunicado conjunto sobre a Formosa, de 17 de Agosto de 1982, são reafirmados os propósitos chineses, de considerar a ilha território integrante da China e de manter a intenção da sua reunificação pacífica (com garantias de autonomia ampla no domínio económico, financeiro, social e militar) e americano, de ratificar tais intenções bem como de afirmar a intenção reducionista de venda de armamento ao Governo daquele território. Paralelamente a administração Reagan concede à RPC uma crescente ajuda militar[83] ao mesmo tempo que se desenvolvem trocas comerciais e o intercâmbio de visitas de alto-nível[84]. Daqui o nascimento da tese pós-maoista designada por "dois sistemas, um só país".

Um certo impasse se criou nas relações sino-americanas o qual tem como entraves principais, de um lado, a aproximação sino-soviética, comprometedora

81 Declarações de de Ronald Reagan, em 13 e 20 de Janeiro de 1980, como candidato às eleições presidenciais corroboradas várias outras vezes no decorrer da campanha em questão.

82 Como já se referiu, esta política abrangendo as áreas prioritárias da Indústria, Agricultura, Ciência e Defesa, põe termo à revolução cultural e ao maoismo, enquanto ideologia de vida, na RPC. As insuficiências criadoras do maoismo em termos materiais e as gravosas condições de existência da gigantesca população chinesa continental determinaram uma viragem cuja dimensão e resultados são, ainda hoje, difíceis de entender.

83 Concretizada, exemplificativamente, na venda de helicópteros militares (Julho de 1984), cooperação no âmbito do treino militar (Outubro de 1934), venda de equipamento sofisticado para combate anti-submarino (Janeiro de 1985).

84 Visita de Zao-Zi-lang aos EUA e Ronald Reagan à RPC, em 1984.

da eficiência da "política triangular" e, de outro, a "Questão de Taiwan" e a continuidade prática de apoio americano ao Kuomitang.

Como elementos acessórios dessas relações intervieram o apoio crescente americano à Tailândia, sua aliada militar, em paralelo com a crescente dependência desta relativamente à China, em virtude do conflito entre a Tailândia e o Vietname e a presença do grande contingente americano na Coreia do Sul, condenado formalmente pela RPC, mas desejado como força de equilíbrio ao expansionismo soviético na zona.

f) *Quanto à África do Sul,* último regime capitalista de vulto estrategicamente significativo na África Negra, a administração Reagan desenvolve, desde cedo, uma política diplomática *antiapartheid*, prudentemente condenatória de tal regime racial, de forma a satisfazer parcialmente os grupos de pressão anti-racistas americanos, os países e grupos terceiro-mundistas mais favoráveis aos EUA, o Congresso dos EUA, mais fortemente *antiapartheid* de que o Executivo e, ainda o próprio Governo sul-africano, comprador tradicional de mercados americanos. Perante o problema da autodeterminação da Namíbia, a presente e crescente pressão soviética-cubana em Angola, a relação coexistencial, resultante dos acordos de N'Komati, entre os Governos sul-africano e moçambicano, as ameaças socializantes a médio prazo do Governo do Zimbabwe e a deterioração social interna resultante dos confrontos raciais do Verão de 1985, é compreensível a tomada de medidas emblemáticas de sanção económica contra a África do Sul, justificadamente mais dirigidas a acalmar o maior radicalismo dominante no Senado do que a apoiar a sua condenação primitiva de *antiapartheid*. Aliás a tomada desta atitude contraria afirmações prévias de Reagan de sentido exactamente contrário.

No que respeita à intervenção cubana e segundo-mundista em Angola, cujo termo foi considerado como condição necessária, pela África do Sul, para a autodeterminação da Namíbia, a posição do Presidente Reagan primou pela condenação de tal *statu quo* angolano e pelo desejo de apoio aos guerrilheiros da UNITA de Jonas Malheiro Savimbi, designadamente em termos financeiros e de material bélico, o que o Congresso dos EUA vetou, por sucessivas vezes.

Finda a "Guerra Fria", o Presidente Jonas Savimbi passou a ser incómodo. Diz-se que o uso do seu telemóvel permitiu a sua eliminação, facto que conduziu à "reconciliação nacional" angolana e ao período de esplendor de crescimento e investimento em Angola, sob a presidência de Eduardo dos Santos.

g) *Quanto ao armamento,* promove a denúncia, inicial e prática, dos acordos SALT e consequente termo da doutrina MAD [85] a eles subjacente, substituindo-a

[85] A doutrina MAD ("*Mutual Assured Destruction*"), filosofia básica dos acordos SALT, radica na lógica genérica da possibilidade recíproca da destruição nuclear indiscriminada do adversário, sem selecção de alvos nem meios. A brutalidade dos estragos tornariam aos blocos inaceitável o recurso a tal armamento. Daí a dissuasão nuclear.

pela doutrina das *Star Wars* isto é da construção de um vasto sistema defensivo antimíssil que inutilize o primeiro ataque inimigo [86].

Na nova dissuasão, isto é no rearmamento norte-americano, para forçar a URSS à negociação e à aceitação de condições menos vantajosas do que as dos acordos SALT I e II gasta a vultosa soma de oitocentos biliões de dólares em quatro anos (1980-1984) (Leslie e Lake, 1984:474) [87].

Outro ponto importante, como vitória para a administração em apreço, é o que se prende com a instalação de mísseis americanos de médio alcance na Europa.

h) *Quanto à moral interna*, prossegue uma tentativa de restauração da auto-confiança, da moral da população norte-americana pelo desenvolvimento de um "novo patriotismo" que fez apelo aos símbolos nacionais, ao elogio das virtudes históricas da maneira americana de estar no Mundo, na exaltação das Forças Armadas e da sua missão. Esta moral renovada é considerada uma componente estratégica tão decisiva com o equilíbrio de armamentos pois concede ou não a vontade indispensável da sua utilização em caso de necessidade. Retoma do espírito missionário intervencionista dos EUA relativamente às zonas de maior risco de subversão, com o propósito de garantir a liberdade e a democracia [88]. Paralelamente retoma a tese da prioridade e supremacia dos interesses e dos meios norte-americanos na orientação da política externa [89].

[86] A insistência do Presidente Reagan no programa "IDS" ("guerra das estrelas") e a firmeza soviética nas suas posições contra este novo sistema defensivo estratégico, que genericamente se englobam na recusa à "militarização do espaço", apesar do seu próprio envolvimento num programa ao norte-americano, foi acompanhada da imediata reacção dos governos francês (socialista) e britânico (conservador), com acusação de retorno, por parte dos EUA, à clássica "doutrina de Monroe", vendo, tais aliados norte-americanos, na hipótese de adopção desta nova doutrina pelas duas superpotências, a desadequação táctica e estrategica dos seus próprios arsenais nucleares, a médio prazo Teve, ainda, este relacionamento, como resultado, a inconsequência da Cimeira de Genebra de Novembro de 1985, cujo impasse foi expressamente reconhecido, posteriormente por Mikhail Gorbatchev. Este *dossier* teve avanços e recuos, mas perpassou as Administrações Bush (Pai), Clinton, Bush (Filho) e Obama.

[87] A atitude da administração Reagan parece, mais uma vez equivoca neste domínio pois ao mesmo tempo que se rearma nos níveis referidos se desmantela unilateralmente uma importante parte das forças estratégicas norte-americanas sem qualquer contrapartida ou equivalência soviética.
Assim "os submarinos Polaris, cuja construção custou bilhões de dólares, foram desmantelados. Muitos dos ICBMs (Intercontinental Balistic Missils) foram desactivados e destruídos (...) Acresce que os gastos relativos à defesa foram reduzidos a níveis inferiores aos da própria administração Carter, pois enquanto este último tinha pedido a fabricação de 200 mísseis MX, Reagan quis apenas 100, dos quais só 21 foram aprovados, segundo declarações de Howard Phillips presidente da organização de direita "Conservative Caucus" *in Boletim das 15 TFPs*, Ano I, n.º 5, pág. 9.

[88] O êxito da campanha em Granada tem como contrapeso a derrota e retirada da expedição de "marines" para o Líbano.

[89] Bem patente no seu *slogan* de campanha para o segundo mandato "A América está primeiro". A saída dos EUA da UNESCO e a implementação do projecto defensivo "*Star Wars*" são exemplos desta primazia, muito embora tenham sido interpretados como cedências à tendência isolacionista norte-americana

O *raid* americano contra a Líbia, levado a cabo em Abril de 1986, com o bombardeamento de bases terroristas no sul e da própria residência do coronel Khadaffi, não pode apenas ser visto como medida de retaliação contra os atentados apoiados pelo poder político líbio [90] contra cidadãos norte-americanos [91].

Trata-se de mais uma atitude de afirmação da vocação tutelar e missionária dos EUA na sua tradicional esfera de influência, recolocando as médias potências, nela envolvidas, na sua posição de secundariedade perante os EUA, e reforçando, nos cidadãos norte-americanos, a confiança na força e na eficiência da sua superpotência democrática.

Ronald Reagan apresentou-se como líder da resistência ao expansionismo marxista-leninista em geral (soviético, chinês, cubano ou destes derivado) e manteve uma linguagem consentânea com esse propósito, mormente durante o seu primeiro mandato [92].

Vítima de fortes abalos físicos pessoais (atentado de que sai baleado, intervenções cirúrgicas devido a um tumor intestinal) e de entraves do Congresso, quer para apoios e intervenções militares externas, quer de pressões para a assunção de certas atitudes de política internacional, a sua administração volta-se progressivamente para a valorização dos êxitos económico-financeiros da conjuntura interna americana [93], consolando-se com a ideia de que exteriormente se defenderam os interesses americanos e se dissuadiram os adversários do uso da força militar, sem que a política exterior americana se tivesse convertido numa "política isolacionista ou de culpa, mas de acção para um compromisso cativo" segundo as palavras de George Shultz.

Em certa medida há uma duplicidade entre o *rollback* verbal anticomunista desta administração e a *détènte* factual que progressivamente se recupera. Grandes problemas internacionais antiocidentais provocados pelo expansionismo soviético, existente em 1979, prosseguiam volvidos vários anos: Afeganistão, Angola, Cambodja, Namíbia, Nicarágua, Paquistão, Polónia e Salvador entre outros já referenciados são exemplos desta situação [94].

Como medidas efectivas de contenção e mesmo de *rollback,* pela positiva, podem enunciar-se, como êxitos emblemáticos para a administração Reagan até

90 A cronologia das acções terroristas apoiadas pela Líbia de Março de 1984 a Abril de 1986 pode ser analisada na edição de 24/4/1986 do jornal "*Semanário*", pág. 4.

91 A retaliação perpetrada pelas forças norte-americanas durante a crise do Golfo, de Outubro de 1987, contra ataques iranianos, tem de novo a justificação da defesa de interesses norte-americanos. Sobre este ponto deve ver-se o que ficou dito quanto à doutrina Carter.

92 A URSS e o marxismo-leninismo são identificados como "foco do Mal no Mundo", "bizarro capítulo da História da humanidade" ou "império do demónio", a título de exemplo.

93 Por virtude de uma política expansionista, apesar do agravamento da dívida externa americana.

94 A retirada americana do Líbano em Fevereiro de 1984 e a impotência abstencionista na guerra Irão-Iraque podem ser consideradas crises de resultado negativo para a administração Reagan. Veja-se: "*Foreign Affairs*" – *America and the World* 1984.

1985, a instalação na Europa dos mísseis INF americanos, de médio alcance [95] e a recuperação da Ilha de Granada para o regime liberal e capitalista.

O desenvolvimento e início de funcionamento do programa defensivo estratégico popularizado com o nome "Guerra das Estrelas" [96] pode programar a alteração da doutrina estratégica básica da dissuasão Leste-Oeste (MAD) vigente desde os acordos SALT, e criou uma base de força negocial mais favorável para novas cimeiras sovieto-americanas formalmente dirigidas a propósitos de desarmamento e de regulamentação do equilíbrio bipolar. Finalmente, registem-se três incidentes de vulto que igualmente contribuíram para a manutenção da aludida duplicidade de política: o rebentamento do escândalo "Irangate-Contras" (venda secreta de armamento americano ao Irão e desvio dos lucros para financiamento dos "contras" da Nicarágua, a negociação com a União Soviética da opção zero-zero, para os mísseis de médio alcance, sediados em território europeu e, por outro lado, a decisão presidencial de ultrapassar os limites dos acordos SALT 2, no que toca aos bombardeiros B52.

4.2.3. Desviacionismos do Primeiro Mundo

Ficou patente, no número anterior, ser a característica essencial do Primeiro Mundo, a vivência da liberdade. A aceitação do pluralismo, mais do que uma atitude de cosmética, é um valor constitutivo das sociedades politicamente liberais e capitalistas. A solidariedade que se estabelece em termos internacionais, baseada nesse pressuposto inalienável, é, por conseguinte, mais orgânica do que mecânica, apesar da unidade que as semelhanças produzem. É também, como resultou do exposto, uma atitude defensiva, baseada em interesses comummente sentidos e atacados, globalmente numa perspectiva aniquiladora total, por uma alternativa geopolítica radical [97]. Mas a variação de posicionamentos que a potência directora tem assumido, fruto das novas realidades conjunturais e das novas abordagens dessas realidades, aliada a idêntico fenómeno, produzido nas situações e decisões políticas das componentes periféricas de tal sistema, produz movimentos objectiva e subjectivamente centrífugos em relação à solidariedade estratégica, primeiramente definida e referenciada.

Três grandes fenómenos desviacionistas podem ser trazidos à colação, na medida em que, enfraquecendo a unidade do Primeiro Mundo, contribuíram e contribuem para um divisionismo interno desse conjunto. Assim e ainda sem

95 Dos tipos "Cruise" e "Pershing II", como é sabido.

96 Tecnicamente referida como "*Strategic Defense Initiative*" O primeiro ensaio ASAT deste programa foi levado a cabo contra um satélite desactivado em 13 de Setembro de 1985.

97 Curiosamente finda oficialmente a "guerra fria", o ataque global foi substituído, a breve trecho por outros agentes a antiglobalização, o fundamentalismo antiocidental, o neo-esquerdismo sul-americano, para lá dos sobreviventes do 2.º Mundo (Cuba, Coreia do Norte, por exemplo).

saída formal do bloco em apreço, mas não sem rupturas objectivas, menores mas determináveis, poder-se-ão referir os casos da *unidade autonomista europeia* e da *concorrência económica do Japão.* Com ruptura consumada e globalmente irreversível, aí sim, numa atitude claramente menos favorável quando não hostil, aos interesses gerais do Primeiro Mundo, está a autorização, estruturação e funcionamento do Terceiro Mundo e da sua política de neutralismo de dupla medida.

Não cabe no âmbito do presente estudo historiar cada um destes desviacionismo em pormenor. Resumidamente adiantar-se-ão apenas alguns comentários de enquadramento e referência.

Quanto ao desviacionismo europeu[98] convém referir o diferente significado geopolítico que têm os projectos unificadores do continente anteriores e posteriores à instalação do marxismo-leninismo. De raízes imperiais romanas, romano-germânicas e teocráticas, a unidade europeia moderna, como projecto, colhe raízes nas proposições do Duque de Sully e do Abade de Saint-Pierre (séc. XVIII), e dos filósofos da Revolução Francesa, Condorcet, Benjamin Constant, Saint-Simon, Augusto Comte, Proudhon, entre outros imaginadores de um sistema mais igualitário, mais justo, mais fraterno e, por conseguinte, mais pacífico.

A cultura seria o grande motor, dessa unidade, para outros tantos pensadores e escritores, como Novalis, Victor Hugo, Osvald Spengler, P. Valery ou de Madariaga. Pelo prisma federativo e democrático, do Conde de Kalergi (1924), ou de Aristides Briand (1929-1930) ou pelo imperial e hegemónico, de Adolfo Hitler (2.º quartel do séc. XX) a unificação europeia é arvorada em grande projecto de pacificação do maior centro efectivo de macro-conflitos da História.

A divisão ideológico-política da Europa é obra das grandes potências no final da Guerra de 39/45, assim como é obra sua o desenvolvimento separado das respectivas esferas de influência. Para ambas as superpotências reestruturar e fazer a sua Europa, significa a criação de uma sólida barreira-tampão, um sólido cordão sanitário, relativamente aos desígnios expansionistas do adversário, esquema que podia, além de auto-financiado a médio prazo, virtualmente produzir alguns dos efeitos economicamente benéficos para uma metrópole que facultavam, até então, os impérios coloniais. Acresce dizer que o consenso das superpotências no desencadeamento do fenómeno da descolonização, para além dos justificativos de ordem filosófico-política e ético-política de fácil enunciado, radica no interesse comum do enfraquecimento económico que tal macro-processo provocaria, nos Estados europeus que, quase em exclusivo, detinham o estatuto metropolitano, como, por outro lado, abriria, privilegiadamente a potências sem passado colonial de vulto, com patrocínio descolonizador e com meios, de diversa índole, para a oferta de ajuda, mercados económicos e políticos que permitiriam novas

98 Veja-se: "*Política de Blocos*", edição policop., AAISCSPU, capítulo 3.º.

saídas, até então vedadas ou muito dificultadas, para a exportação de mercadorias e de influência. Foi o que, em resumo, aconteceu.

À Europa restava aceitar condições. A seu tempo referiremos o caso da Europa de Leste. A remanescente Europa, para Ocidente, restaurada pelo Plano Marshall, protegeu-se militarmente pela NATO. Posta a trabalhar em comum pelos EUA, através da Organização Europeia de Cooperação Económica (1948) a quem foi confiado o encargo de distribuir as verbas americanas, como de coordenar as relações económicas dos dezassete países que a constituíam, a Europa de Oeste aproxima-se e estrutura-se:

- Em 17 de Março de 1948 é firmado o tratado defensivo "União Ocidental";
- Em 4 de Agosto de 1949 é estabelecido o "Pacto do Atlântico";
- Em 5 de Maio de 1949, depois do Congresso de Haia como sua consequência [99], nasce o Conselho da Europa;
- Em 9 de Maio de 1950 é criada a Comunidade Económica do Carvão e do Aço [100];
- Em 19 de Setembro de 1950 é criada a União Europeia de Pagamentos;
- Em 27 de Maio de 1952 surge a criação da comunidade Europeia de Defesa [101];
- Em 23 de Outubro de 1954, nasce a União da Europa Ocidental;
- Em 25 de Março de 1958, nasce de facto após um ano de criação jurídica, a Comunidade Económica Europeia bem como a Comunidade Europeia de Energia Atómica;
- Em Janeiro de 1960 entra em funcionamento a EFTA – Associação Europeia do Comércio Livre;
- Em 21 de Fevereiro de 1966, a França retira as suas forças da NATO, lançando-se num projecto autónomo de constituição de um arsenal atómico [102], nascendo a tese gaulista da *Force de Frappe*;
- Em 1968, na sequência de reuniões periódicas dos ministros da defesa dos países europeus da NATO, surge oficiosamente o Eurogrupo, marcando a sua autonomização decisória de conjunto;
- Em 22 de Janeiro de 1972, a CEE é alargada à Dinamarca, Islândia e Reino Unido;
- Em 1979 é eleito o Parlamento Europeu por sufrágio universal;

---

[99] Como outras consequências deste Congresso nascem, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Este Congresso tem como grande precursor e inspirador doutrinário – Jean Monnet.

[100] Sob projecto de Robert Schuman. Trata-se da primeira organização supranacional europeia.

[101] Também de carácter supranacional.

[102] Esta atitude da França do General De Gaulle é a primeira significativa ruptura na solidariedade primeiro-mundista, como a referimos. O projecto do General visava o aprofundamento da autonomização da Europa em relação aos EUA.

- Em 1981, a Grécia é admitida na CEE;
- Em 1985 foi assinado o tratado de adesão à CEE de Portugal e de Espanha, cujo ingresso formal se efectua em 1 de Janeiro de 1986;
- A 30 de Março de 1995, a Suécia, a Finlândia e a Áustria passam a integrar a União Europeia (UE), formalmente criada pelo Tratado de Maastricht (1993);
- Em 2004, a UE conheceu o seu maior alargamento até então, com a adesão de Malta, Chipre, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia [103], República Checa, Eslováquia [104] e Hungria;
- Em 1 de Janeiro de 2007, a Roménia e a Bulgária tornaram-se os mais novos membros da UE.

Em suma, a Europa capitalista e politicamente liberal, estrutura-se e coordena sectores importantes da sua política, sem contudo pôr em causa as nacionalidades existentes.

Conflitos, de base nacionalista, cultural e religiosa, vão, objectiva e subjectivamente, em direcção contrária à da federação que animou muitas das referidas realizações: conflitos etno-linguísticos e históricos opõem na Bélgica flamengos e *valois*, em Espanha bascos a castelhanos, galegos, andaluzes, catalães...; no Reino Unido irlandeses do Norte, escoceses, galeses e ingleses; em Itália o norte e o sul. Mesmo onde não existem conflitos activos há divergências culturais e administrativas marcantes como nas quatro zonas linguísticas da Suíça, nos Estados da Alemanha Federal, nas regiões autónomas de Portugal democrático. Em termos de opções económicas a unidade faz-se, paralelamente na CEE e na EFTA por caminhos separados e diferentes. A penetração das economias europeias do Oeste por capitais extra-europeus, torna-a dependente de lógicas exteriores também. Militarmente há, no Ocidente europeu posicionamentos diversos: a Europa Ocidental dos neutros (e neutralizados) (Áustria, Finlândia, Suécia e Suíça) e a Europa Ocidental da NATO (os países do Euro-grupo). A "autofinlandização" afecta, por motivos diferentes, diferentemente vários destes países. Variam as fidelidades e as dependências extraeuropeias. A Europa de Oeste sobrevive sem grande apetência a desempenhar qualquer papel determinante na cena política mundial. Vive ensimesmada pelos seus problemas, com uma população cada vez mais envelhecida, cumprindo satisfatoriamente a missão principal para que foi reestruturada no final dos anos quarenta: pelo capitalismo e democracia restaurados, conter o avanço bolchevista e apoiar a continuidade do capitalismo e da democracia no mundo. A presença americana, pela NATO, pelos mais de 300.000 efectivos militares estacionados nesta parte da Europa e pelos mísseis de médio alcance (Pershing II e Cruise) estacionados no seu território, desempenha idêntica função pela via militar, empenhando directamente os EUA na zona.

[103] A Polónia aderiu à NATO em Março de 1999, juntamente com a República Checa e a Hungria.

[104] Em Março de 2004, a Eslováquia é admitida na NATO, assim como a Roménia e a Bulgária.

A Europa do Oeste procura, à custa de grandes debates doutrinários, uma aproximação institucional que permita uma maior concertação de políticas sectoriais. A política de defesa e a política de negócios estrangeiros serão sectores da já então previsível articulação conjunta, num modelo de tipo confederativo europeu. Não parece que, só por si, essa alteração, possa alterar substancialmente o relacionamento primeiro mundista. O único perigo, para este, resulta no desenvolvimento da "finlandização" de tal conjunto, o que corresponde a uma das preocupações fundamentais prioritárias da própria URSS, no período da Guerra Fria.

No que respeita ao Japão, depois de uma época imperialista de expansionismo missionário, de base mitico-religiosa (contra a China em 1894, Manchúria em 1931 e na "zona da co-prosperidade oriental" de Haushoffer, durante a II Grande Guerra, conducente ao holocausto de Hiroshima e Nagasaki) o Japão renasceu para o Mundo, com um novo sistema de capitalismo moderno, de democracia liberal e uma quase neutralidade que resulta do texto constitucional [105], em certa medida contrariado pela manutenção de forças militares de 250.000 efectivos com propósitos defensivos e, sobretudo, pela aliança defensiva nipo-americana de 1951 e 1960.

Com Nixon, como se referiu, nasce uma nova fase de isolacionismo que para o Japão corresponde ao desenvolvimento de uma "política multilateral activa" para usar a expressão de Charles Zorgbibe: manutenção da aliança com os EUA, normalização das relações com a RPC, e com outros países vizinhos, em especial.

Nos anos 80 o Japão, com novo entorse à filosofia pacifista do seu texto constitucional, autoriza-se a manter armamento nuclear táctico. A economia japonesa, apesar de profundamente vulnerável pela dependência em matérias-primas, mostra-se, em períodos de normalidade de fornecimentos destas, extremamente competitiva, sobretudo relativamente aos mercados de predomínio americano tradicional: EUA, Europa, e mais recentemente RPC e Coreia do Sul.

Muitos comentadores e políticos interrogam-se, por isso mesmo, se o acesso do Japão ao nível das superpotências económicas não significaria, consequentemente, a adopção de uma nova postura de liderança geopolítica.

Mas, tal como acontece com a Europa, concorrência económica interna e multipolaridade política não significa forçosamente o ocaso do Primeiro Mundo nem o termo da liderança norte-americana. Mas podem significar uma variação substancial nas inter-relações dos sócios do bloco em apreço e, por consequência, na sua política conjunta, quer de eficácia interna quer externa. Mas qualquer dos parceiros dos EUA é vulnerável em aspectos fundamentais e insuperáveis. A sua autonomia relativa e ascensão na partilha do poder primeiro-mundista podia significar um novo tipo de isolacionismo americano que reforçasse a bipolari-

---

[105] Na Constituição de 1947, o artigo 9 refere a renúncia do Japão ao direito de fazer guerra (*jus belli*) e consequentemente, a manutenção de forças armadas com tal propósito eventual.

zação do poder internacional numa base de auto-suficiência estratégica. Desde Kissinger que elementos desta lógica foram-se estabelecendo. Para o Segundo Mundo a diversidade no adversário parecia uma conquista. Mas eis que chegou o colapso de 1989/91.

4.2.4. A independência do Terceiro Mundo

A descolonização moderna resultou, em grande medida, de um acordo estabelecido entre as grandes potências nas conferências de preparação da paz, no final da II Grande Guerra. Apesar de divergirem nos fundamentos ideológicos do anticolonialismo, URSS e EUA concertaram-se, contra os desejos e interesses dos governos das potências menores, vitoriosas ou não, na abertura de um macro-processo político que haveria de mais do que triplicar os sujeitos de direito internacional público de capacidade plena. Como se referiu, já desde o ano de 1956 que os países do Terceiro Mundo detêm a maioria de votos na ONU, controlando democraticamente a Assembleia-Geral, elegendo o seu Secretário-Geral a quem cometem poderes e tarefas especiais, em concorrência material com o poder do Conselho de Segurança, e, controlam Agências especializadas, grandemente financiadas por países industrializados. O Terceiro Mundo nasceu contra o Primeiro Mundo. Apesar do seu expressado neutralismo, do não-alinhamento, da tentativa de definição de uma linha própria, autónoma e descomprometida, do conflito Leste-Oeste, a postura do Terceiro Mundo é de dupla medida, perante os restantes dois blocos.

Todos os países do Terceiro Mundo têm um passado de antigas colónias relativamente ao Primeiro Mundo, e quase que exclusivamente, da sua componente europeia. As suas fronteiras, a estrutura da sua economia, as suas línguas oficiais, as suas estruturas urbanísticas e mesmo culturais em geral, são fortemente influenciadas pela decisão europeia. Muitas dessas estruturas denotam a lógica hegemónica e mercantilista que presidiu à constituição ou reconstituição de impérios coloniais: a dependência ao serviço do engrandecimento das metrópoles. Foram desenvolvidos investimentos em culturas agrícolas extensivas e na exploração de matérias-primas minerais, cuja transformação se faria fora desses territórios.

Acresce, ainda, referir todo o passado de esclavagismo, de posse, uso, comércio e tráfico de milhões de indivíduos de cor, praticado pelos colonizadores europeus, quantas vezes com o apoio das autoridades públicas do próprio Estado. Importantes minorias étnicas, situações de descriminação racial de consequências conflituosa ou emblemática, são resultado desta política de mão-de-obra escrava, do seu cativeiro e da sua transferência forçada.

Estas situações em ligação com o desenvolvimento de revoltas emancipalistas e autonomistas, criaram um contencioso acumulado contra as potências metropolitanas, que se generaliza como processo global, por simpatia, ao estruturar-se a solidariedade dos novos países nascidos no pós-guerra.

Da aposta soviética nos ditames marxistas leninistas, relativos à necessidade de aliar as lutas coloniais antimetropolitanas às lutas das classes proletárias, desenvolvidas nessas mesmas metrópoles [106], da crença norte-americana na bondade do princípio anticolonial, e dos efeitos mais ou menos espontâneos da liberdade em direcção à sociedade de abundância pela iniciativa privada, nasceu a institucionalização jurídica do direito à auto-determinação dos povos e das nações que progressivamente evoluiu para a quase obrigação de independência dos territórios coloniais, de administração europeia predominante.

O nacionalismo de projecto, superador do tribalismo e das divergências étnicas, o pacifismo defensivo, as solidariedades regionais e hemisféricas e o desenvolvimento de uma atitude socializante, e formalmente neutralista perante o conflito Leste-Oeste, favoreceu a prática de um não-alinhamento de dupla medida, francamente mais favorável ao bloco de Leste que, aliás, não detinha um passado referenciável de domínio colonial no hemisfério Sul.

A teoria [107] de que os Estados neutralistas estariam em melhor posição para receber ajuda económica, da parte de ambos os outros blocos, nem em tese promove uma pretensa equidistância, já pela existência de outras potências importantes, exteriores a esses blocos, que se empenham na conquista de benefícios de diversa índole, a retirar da cooperação com tais países [108], já pela diferente natureza dos modelos de cooperação capitalista e soviético, não só nos métodos, mas, sobretudo, nos objectivos específicos. Para os EUA, a descolonização significou prioritariamente a abertura de novos mercados, fornecedores de matérias-primas, de mão-de-obra barata, de dividendos e importadores de maquinaria, tecnologia e de produtos acabados, dentro de um esquema de comércio internacional por eles controlados e mediante a internacionalização, do capital financeiro e do sistema de empresas multi-nacionais. Para os soviéticos a cooperação económica com o Terceiro Mundo é sobretudo um instrumento de controlo político.

Com o apoio americano, saíram, por conseguinte, da órbita de países europeus capitalistas, integrantes do Primeiro Mundo, territórios imensos que, acedendo à independência, só marginal e raramente favorecem interesses essenciais de tal superpotência. O processo de descolonização autorizado para o império ultramarino de Portugal, constitui, desta perspectiva, a melhor prova. Mas a independência do Magrebe colonial francês e britânico, e das colónias destes países na África Negra ou no Oriente, forneceram mais reforços objectivos à geopolítica do expansionismo marxista-leninista do que continuaram os valores e interesses, essenciais e dominantes, do Primeiro Mundo. Os últimos e simultâneos herdeiros,

106 Como bem nota Botzaris, Alejandro, em "África e o Comunismo", *in Estudos Políticos e Sociais*, n.º 27, vol I, pág 19 Lenine referira o objectivo estratégico de "transformar os países coloniais de reserva das forças do mundo capitalista em reservas das forças do mundo comunista".

107 Defendida, por exemplo, em Lefevre, Ernest N (1962), "*Neutralism and non-alignment*", Washington Center of Foreign Policy Research, New York.

108 Caso da Suécia neutral e capitalista, ou da RPChina marxista-leninista desviacionista.

da Conferência de Bandung, com prestígio e liderança hemisférica foram dois marxistas-leninistas confessos: Fidel Castro e Josip Broz Tito. Antes deles todos os líderes do não-alinhamento abraçaram convicções socialistas: Nehru, Nasser, Sukarno, Chu-Eu-Lai, Boumedienne, N'Krumah e Amílcar Cabral, como os mais conhecidos.

Este assunto foi tratado com sequência na minha obra "*Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*", já citado. Como se comprovou pelo colapso da Política de Blocos, o Terceiro Mundo não tinha sustentação interna e desapareceu como entidade política e geopolítica depois de 1989.

4.2.5. Principais Teses Geopolíticas Europeias e Norte-Americanas [109]

A Geopolítica não pode, hoje, ser considerada mais do que o estudo da Política Internacional, tomando como vector fundamental condicionante o meio físico.

O objectivo deste ramo do conhecimento "pode ser influenciar os políticos tentado encaminhá-los a favor de uma determinada linha de acção. Em suma a especulação geopolítica tanto pode servir os fins de pura análise como fins de propaganda e de orientação política" (Sprout, s/d:319).

Exactamente porque a Geopolítica condicionou e pode condicionar a actuação política dos governos nas relações internacionais e ainda porque ela nos faculta uma determinada análise sobre essas mesmas relações, passaremos a esquematizar o pensamento das principais doutrinas que neste campo se revelaram mais materializáveis e que, pelas razões apontadas, directamente se liguem com os assuntos que ora tratamos.

Do professor germânico Friedrich Ratzel (1844-1904) e da sua principal obra "*Politische Geographie*" ficaram os conceitos de espaço (*raum*) de posição (*lage*), de sentido do espaço (*raumsinn*) e de espaço vital (*lebensraum*). Este último conceito, apesar de ter sido uma das molas ideológicas do expansionismo nazi, é o fundamento implícito da política de esferas de influência e da de blocos. A "teoria dos espaços" de Ratzel, tem hoje, sobretudo, interesse histórico, mas a sua obra, marcada por um determinismo radical, logrou produzir duas grandes reacções que se constituíram em escolas alternativas: a de pleno entusiasmo e de continuação, das escolas *ecológica, determinista,* e *neo-determinista* (de que foram autores destacados Hellen Zemple, Arnold Toynbee, Thomas Buchel, Desmoulins, Huntington, Wheeler, Mills, Griffith Taylor e Spate entre outros) ou a de

[109] Veja-se: *Política de Blocos*, cit pág. 3-19 e seguintes, da nossa autoria. Este número baseia-se não só na bibliografia citada, como nos apontamentos das lições de Geopolitica Tropical do nosso prezado mestre Dr. Políbio Fernando Amaro Valente de Almeida, e, em resumo apenas trata de alguns aspectos tidos por mais pertinentes para o presente estudo.

contestação e de formulação de teses alternativas, na *escola possibilista* (onde sobressaíram Vidal de la Blache, Spykman e Orlando Ribeiro).

A escola alemã de geopolítica, seguindo Ratzel, tem como grande impulsionador o professor Rudolf Kjellen (1864-1922). Os seus postulados demonstram um fundo organicista e determinista. Tentam justificar o colonialismo, o expansionismo como consequências naturais da vida dos Estados, o que hoje é rejeitado liminarmente. Mas teve o mérito de ser o padrinho desta ciência.

O General Karl Haushofer é, sem dúvida, o grande dirigente da Geopolítica alemã na fase posterior à de Kjellen, como figura de proa da Escola de Munique-Heidelberga. Para além das distorções impostas à escola pelo III Reich, ficaram teses que continuaram a teoria ratzeliana do espaço vital, pela tese, mais elaborada, denominada das "pan-regiões" ou dos "grandes espaços". A sua ideia principal era a de dividir o mundo em quatro grandes áreas geograficamente compensadas e auto-suficientes. Cada uma destas seria comandada por um estado-director: a Pan-América pelos EUA, a Euráfrica pela Alemanha, a Pan-Rússia pela URSS e a Zona da Co-prosperidade Oriental, pelo Japão.

Com esta divisão do Mundo, era suposto evitarem-se as guerras usuais entre os Estados. Acabou por corresponder, em parte, à realidade política internacional da época da II Grande Guerra.

Outro geopolítico alemão, Dix, autor de uma outra "*Geografia Política*", tende para considerar os factores de comunicação, os económicos e os culturais como preponderantes condicionamentos da política, tendo como fundo o meio geográfico onde esses fenómenos se desenvolvem. Da sua obra ressaltam duas contribuições fundamentais para a Geopolítica ocidental e que são a "Teoria sobre as tendências que caracterizam o processo dos Estados e dos povos" e a "Teoria da classificação dos Estados segundo um critério geográfico-político". Na primeira, onde se identificaram as tendências fundamentais do expansionismo, Dix refere que o avanço dos Estados e dos povos segue a linha de menor resistência, rege-se pela aspiração de domínio da totalidade de uma bacia hidrográfica, ou pela obtenção de uma ou várias saídas para o mar, segue o controlo das costas dianteiras das já dominadas, ou pelo desejo de dominar o cruzamento das grandes rotas terrestres, ou ainda resulta da aspiração dos Estados quanto à expansão do território sob seu controlo e do desejo de unidade nacional entre fronteiras históricas ou naturais. Pela segunda demonstra como os Estados com superprodução financeira ou os carentes de suplemento apoiado manifestam uma mais acentuada tendência expansionista.

A Geopolítica ganha corpo, nos EUA, sobretudo em virtude dos êxitos militares apoiados pelos especialistas desta área científica, muito embora vários autores, com destaque para G. Salcedo y Ortega [110], serem de parecer não se dever falar de uma escola de geopolítica norte-americana, uma vez que os seus

[110] *In* "*Geopolítica e Geoestratégia*", vol. I, ed. policop. AAISCSPU, ed. 1965.

autores partem para os seus estudos, de perspectivas diferentes, sem unidade doutrinária, ao contrário do que acontece na escola alemã. Nos EUA a Geopolítica desenvolve-se para fundamentar a defesa de uma esfera de influência pluralista e personalista.

O almirante Alfred T. Mahan é um dos pais da Geopolítica americana. A sua obra principal "*The Influence of Sea Power upon History*" tornou-se obrigatória nas marinhas dos EUA, Grã-Bretanha, Alemanha e Japão. A sua preocupação dominante foi a de demonstrar a excelência do poder marítimo e de justificar a possibilidade militar das potências da *zona insular* (Ilhas britânicas, Japão e Américas) por fortalecimento e articulação de um poder marítimo conjunto, pelo controlo de territórios coloniais situados estrategicamente, fora dessa zona, com grande aptidão militar e económica, pelo desenvolvimento de uma vasta rede de portos, de preferência instalados em penínsulas para o controlo dos mares adjacentes, pelo fortalecimento da marinha mercante e pelo reforço da própria autoridade governamental.

Este poder poder-se-ia opor, com eficácia, segundo Mahan, à Zona Transcontinental, área de poder terrestre de enormes proporções e contiguidade, cujos limites a norte eram a Calote Glaciar Árctica, a sul as cadeias montanhosas e desérticas da Ásia Central, a leste o Japão, exclusive, a oeste a Europa, que constituía a zona continental marítima, e as zonas costeiras do sul, sudoeste e leste asiático. O almirante Mahan foi um determinista mitigado.

Para além de factores físicos do Estado, que qualificava de determinantes, como a posição geográfica, a configuração física, a extensão do território, considerava muito importantes vários factores humanos e sociais, como o quantitativo demográfico, o carácter nacional, isto é a aptidão comercial de um povo bem como as qualidades e atitudes perante a vida, por ele demonstradas quer em conjunto quer na definição do tipo do seu cidadão médio. O carácter de governo era factor igualmente importante, para este autor, uma vez que os governos democráticos demonstraram ser menos propícios à expansão do que os governos autoritários. A desvalorização dos pequenos países, como centros de poder mundial é um corolário das teses de Mahan, aceite pelo modelo intervencionista do pós-guerra de 1934/45. Sir Alford John Mackinder (1861-1947), apesar de cidadão britânico, é integrável nesta escola, pela importância que as suas teses lograram assumir na política externa dos EUA. Professor da Escola de Geografia da Universidade de Oxford desde 1889, este autor realiza uma memorável análise da História da Europa num período de mais de mil anos (entre os séculos V e XVI), concluindo que "a civilização europeia é, em sentido real, o resultado da luta secular contra a invasão asiática" [111]. Os denominadores comuns dessas invasões foram, em breve resumo:

[111] "*Mackinder*" – texto policop. e compilado pela AAISCSPU, pág. 3.

a) O seu sentido direccional leste-oeste, passando entre os Urais e o Mar Cáspio;
b) A sua origem na planície russa (Mongólia, Manchúria, Kikizes);
c) A sua rápida mobilidade (povos nómadas montados);
d) O facto de o combate e a resistência serem ineficazes, uma vez que os invasores permaneciam na Europa, miscigenando-se com os autóctones.

Segundo este autor, só no século XVI, com os descobrimentos marítimos, se abriram novas frentes aos referidos povos invasores (na Índia, na China e no Japão), diminuindo, assim, a pressão sobre a Europa. No centro desta expansão imperial estava o ducado de Moscóvia que gozava de preponderância sobre uma vasta planície de amplas zonas contíguas, ocupando uma área inacessível, a invasões oriundas das regiões costeiras. Era o "*pivot* geográfico da História" uma vez que condicionada a evolução histórica da Europa.

O mundo para Mackinder, é compartimentável em várias áreas geopolíticas, cuja definição variou, no tempo, com a alteração das possibilidades estratégicas.

O *pivot* geográfico da História era a terra coração ou *Heartland*, com cerca de 21 milhões de milhas quadradas em 1919 [112], composto pelo *great lowland*, planícies do norte, centro oeste desse território, que produzia a autarcia alimentar, e pelo *tableland* zona de meseta (altiplanicie), com elevações, que incluía o Irão e o Afeganistão, a sul. O crescente interior constituía uma zona contígua ao *Heartland* a Leste Sul e Oeste, incluindo o *coastland* europeu e o *coastland* monçónico, de grande densidade populacional, acessível ao poder marítimo, com aptidão agrícola grande, mas vulnerável relativamente ao *Heartland*. O crescente exterior, inclui o continente americano, a África negra, a Austrália e o Japão, territórios sem contiguidade geográfica, auto-suficientes, e dificilmente acessíveis ao poder terrestre do *Heartland*.

A definição destas zonas varia no pormenor: em 1904 a Grá-Bretanha faz parte do crescente exterior, em 1919 é transferida para o crescente interior; a Arábia ou faz parte do crescente interior ou é zona independente. O próprio *Heartland* varia de tamanho: em 1943 reduz-se a um quadrado com 4.000 Km de lado. A preocupação principal deste geopolítico era a de evitar que a potência que controlasse o *Heartland*, concretamente a URSS, se aliasse a um país de poder marítimo como fosse a Alemanha.

As teorias de Mackinder produziram vários efeitos de diversa índole, em termos de política internacional, dos quais destacaremos os seguintes:

a) A criação de "estados-tampão" que evitassem a invasão da Alemanha pela Rússia e vice-versa, como veio a acontecer em Versailles em 1919;

[112] Na sua obra "*Democritic Ideals and Reality*".

b) O alerta do Ocidente sobre o facto de que a existência do poder aéreo não modifica totalmente a estratégia, pois este só tem grande capacidade destrutiva e não possibilidades de ocupação efectiva e durável;
c) A demonstração de que o *Heartland* tem uma zona central, inocupável pelo exterior, com carácter de permanência. Essa zona ficava ao Norte de Arai e a Sudoeste dos Montes Urais, na estepe dos Kikizes. Foi, aliás, o local escolhido pelos soviéticos para a instalação do seu parque industrial principal, incluindo a indústria de guerra, como adiante voltaremos a referir;
d) A identificação da alternativa, restante ao Ocidente, de cercar o *Heartland*, ocupando os crescentes interior e exterior, bem como ocupando o *Middland Ocean* (o Atlântico Norte, o Báltico, o Árctico e o Mediterrâneo); e) A demonstração da existência de um *Heartland do Sul, o* grande promontório africano ao sul do Saara, com grandes rios que atravessam a altiplanície, correndo depois, rapidamente para o mar. Era uma zona potencialmente auto-suficiente e constituía a segunda melhor posição estratégica defensiva do mundo.

Vários defeitos se apontam às teses de Mackinder, designadamente:

a) O facto de ter usado o "mapa-mundi" de projecção Mercator em vez de projecções azimutais equidistantes, sobrevalorizando, desta forma, o *Heartland*;
b) O facto de ter ignorado as reais capacidades do poder aéreo;
c) O facto de ter subvalorizado a importância geopolítica da América;
d) O facto de ter subvalorizado as potencialidades geopolíticas da China;
e) O facto de ter subvalorizado as potencialidades político-militares do poder aéreo.

Mas as suas teses tiveram a maior importância na política de alianças, de que são potência-charneira os EUA, promovida após o início da guerra fria.

O aviador refugiado russo Alexander Seversky, autor da obra "*A intervenção do poder aéreo na vitória*" (1942) é, visionariamente, o primeiro geopolítico a dar relevo suficiente ao que denominou por "frente aérea" dos EUA, considerando o domínio dessa frente como necessário para uma vitória deste país.

É da sua autoria a tese que preconiza que os EUA deveriam construir grandes bombardeiros capazes de atingir a Europa e a Ásia, podendo assim prescindir das bases avançadas nesses continentes. É dele, igualmente a previsão de que as futuras guerras seriam de mísseis teleguiados e de posições entre continentes e não de movimento como a que decorria então.

O Professor Renner, outro teórico do poder aéreo, preocupa-se em ajustar as teses de Mackinder a este novo poder. Assim, em 1944, num longo artigo editado pela revista *Coles*, demonstra que tal poder havia introduzido as seguintes modificações geopolíticas no mundo:

a) Abriu e tornou vulnerável o flanco do Árctico à Euroásia;
b) Tornou facilmente transponíveis os poios e os desertos; Aproximou os continentes, alterando os termos da relação espaço-tempo

Conclui que uma solução para a paz duradoura no mundo teria de concertar, em termos de aliança (de "triângulo" segundo a sua expressão), as três grandes potências EUA, URSS e China.

No ano seguinte era apresentado, por Estaline e aceite pelos aliados o projecto do Conselho de Segurança onde estas potências têm assento permanente e direito de veto [113].

Renner tinha ainda um projecto de reordenação geopolítica da Europa, prevendo o agrupamento de vários estados, dando origem a novos *estados sintéticos* e, ainda abolindo outros.

O Coronel Beukenna, conselheiro de política externa da presidência dos EUA, celebrizou-se por ter sido um dos principais impulsionadores da *concepção defensiva activa.* Segundo ele, os EUA deveriam seguir uma política fortemente intervencionista, desenvolvida directamente e nos próprios locais onde se desenrolassem os conflitos.

O Professor Spykman é autor de uma obra intitulada "*America's Stategy in World of Politics*" (1942) onde propõe várias directrizes, designadamente:

a) Uma política de intervencionismo externo para os EUA, dobrando os estados mais débeis e enfrentando os mais fortes;
b) O controlo do crescente interior e exterior (tese do *Rimland).*

O *"Rimland"* [114] de Spykman corresponde ao crescente interior de Mackinder, embora alargado. A sua doutrina visava uma intervenção activa americana nessa área, com prioridade para a intervenção em relação a outros estados eventualmente mais próximos, quer geográficos quer politicamente, no sentido de conter a avançada pró-soviética. As teorias em questão materializaram-se na cadeia de pactos militares em que os EUA intervêm, coligando-se com cerca de quatro dezenas e meia de países.

Outro geopolítico americano, Cohen, vem secundar as teses anteriormente referenciadas, mas propondo uma restrição nas zonas de intervenção, uma vez que seria desgastante uma acção de controlo permanente de toda a área do *Rimland.* Deveriam, contudo, os EUA estar presentes, em duas zonas de cinturão, desse mesmo *Rimland,* com vista à manutenção da política de contenção do expansionismo soviético: os *"shatterbelts".*

Os *"shatterbelts",* são, pois, regiões geoestratégicas pertencentes ao *Rimland* e com as seguintes características peculiares:

---

[113] A política triangular de Nixon e Kissinger tem grandes afinidades com esta doutrina geopolítica.

[114] O que pode ser traduzido por "terra de orla".

a) São dois cinturões flexíveis, formados por estados com conflitos quase permanentes;
b) As grandes potências têm, nessas zonas, interesses contraditórios, pelo desejo de controlo de posição estratégica das mesmas e pelas produções minerais aí existentes;
c) São zonas onde os EUA deverão ter uma política conciliadora e poderão fazer eventuais recuos em caso de ameaça de generalização do conflito. O apoio ocidental a partes beligerantes nessas áreas, deverá ser prestado indirectamente;
d) Nas restantes áreas do *Rimland* e nas do crescente exterior o Primeiro Mundo e, em especial, os EUA deverão a todo o custo intervir, económica, política e militarmente, mesmo com risco de generalização do conflito.

Os dois *"shatterbelts"* definidos por Cohen são o do Médio Oriente e o do Sudoeste Asiático. Foi, também, este geopolítico um dos principais doutrinadores da inflexão da política externa norte-americana, no que respeitou à intervenção na guerra do Vietname.

Muitas destas concepções mantêm, ainda hoje a sua validade.

Mas a política externa dos Estados não depende, sempre e fundamentalmente, de teorias de base científica. No Ocidente as políticas evoluem principalmente por uma vectorialização de interesses conjunturais, o que dificulta a definição de uma coerência estratégica. A centralização e rarefacção de centros de decisão política nos países socialistas permitem viabilizar, com maior eficiência, uma linha estratégica e uma ideologia de Estado. Mas, apesar de tudo, o meio físico, é hoje ainda um factor profundamente condicionante dessas mesmas políticas.

4.3. O Segundo Mundo

4.3.1. Caracterização genérica

Por Segundo Mundo entende-se o bloco de países de Leste que tiveram como afinidade principal a de professarem, como ideologia oficial de Estado, o marxismo-leninismo. Compunha-se por um conjunto de países geograficamente contíguos, cuja economia se caracterizava pela direcção unificada, central e autoritária, e cuja sociedade se regia pela forte planificação centralizada e de aplicação obrigatória para os diversos sectores que a compõem. Segundo a referida ideologia oficial e em coerência com ela, funcionava de direito e de facto o sistema de apropriação generalizada dos instrumentos de produção mais importantes.

Militarmente, funcionava como instrumento de coligação preponderante, o conhecido "Pacto de Varsóvia", do qual era potência-directora a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Tido como resposta ao aparecimento da NATO, como já fizemos referência, o Pacto de Varsóvia foi a estrutura repressiva central do Segundo Mundo visando, simultaneamente, satisfazer uma função de efeito externo ao mesmo – a força colectiva do bloco como suporte da ideologia por ele propagada e como fundamento de uma grande capacidade internacional de negociação, persuasão, influência e de pressão – e uma função interna a esse universo político – condicionante da hierarquização do poder, das condutas dos estados membros e em suma, garante da integridade e da continuidade do modelo económico, político e social vigente no espaço já conquistado.

Outros pactos de menor significado político se criaram [115], estruturando internamente o Segundo Mundo, como sejam o COMECON, "criado como resposta à OECE (Moreira, 1965:176) coordenador das actividades económicas dos países membros e o COMINFORM, coordenador das suas actividades políticas relacionadas com a informação.

A nível do Estado marxista-leninista, e a título referido como transitório até à concretização da formalmente desejada generalização do socialismo na Orbe, foi criado o sovietismo como modelo estrutural capaz de servir tal propósito fundamental, sem que, todavia, este sistema político seja determinado pela ideologia dominante. A transitoriedade invocada, apesar de indefinida, aliada à concomitante promessa do definhamento do Estado, finda a luta de classes, por falta de função deste enquanto instrumento opressor de classe, e portanto ao serviço de uma ideologia sobre outras, permitiram o fortalecimento da ditadura em nome do proletariado.

Constrói-se, assim, um sistema formalmente colegial, multi-escalonado, e, na prática, baseado no poder discricionário, na burocracia e no elitismo, privilegiador de uma minoria que ronda, segundo sucessivas informações oficiais os 6% da população, no caso da União Soviética.

Todos os Estados do Segundo Mundo funcionaram factualmente, quando não mesmo formalmente, com um sistema de partido único, depositário e portador da ideologia oficial do Estado e tutelar em relação ao mesmo e às actividades das pessoas e dos grupos que o integravam.

Uma estrutura paralela, do partido em relação ao Estado, permite um controlo mais eficaz deste por aquele. Do "centralismo democrático" [116] funciona mais a obrigatoriedade das decisões dos órgãos superiores sobre as instâncias inferiores de que a electividade representativa dos órgãos colegiais do Estado ou a sua transferência à fiscalização geral a exercer teoricamente pelo povo em geral.

[115] Existiam formalizados entre a URSS e a generalidade dos países que compunham o bloco em referência, tratados bilaterais repetitivos dos propósitos e finalidades do Pacto de Varsóvia mas que não eram sujeitos ao anunciado compromisso de imediata dissolução em caso de extinção da NATO A duplicação da estrutura era, assim, um reforço de garantia à sua continuidade ao mesmo tempo que reforçava a ligação à potência-directora.

[116] Enunciado pela primeira vez em 1903 por Lenine em "*Que fazer?*".

E é a partir deste quadro concreto de existência e de consciência que o Segundo Mundo empreendeu as suas relações com o exterior, defendendo e fortalecendo as suas conquistas, políticas e geopolíticas, ao mesmo tempo que repetiu, sob diversas apresentações, a intransigência da sua ideologia dominante.

4.3.1.1. Características essenciais da Vivência Ideológica da Ortodoxia Segundo-Mundista

Nunca a forma apresentada das estruturas políticas, aquilo que poderíamos chamar de "estrutura aparente" parafraseando os primeiros estruturalistas, coincide, em qualquer conjuntura político-social humana, com a realidade dos factos, ou na mesma lógica de nomenclatura a "estrutura latente". A não ser em proporções pouco significativas de identificação perfeita entre o *sein* e o *sollen*, entre o "ser" e o "dever ser", entre a "realidade" e a "virtualidade", há um afastamento mais ou menos perceptível, qualquer que seja o regime político-social, entre essas duas ordens da política.

Não será pois excepção o caso da ortodoxia segundo-mundista. Todavia consequência da natureza transpersonalista, monista e missionária do Estado, do regime e da política, nesta situação, este afastamento, embora frequentemente óbvio, foi sistematicamente justificado, e funcionalmente integrado em termos sistémicos.

A ideologia oficial do regime assentava numa lógica de auto-justificação hedonista: tudo aquilo que servir os interesses do regime, do socialismo marxista-leninista e do seu progresso no mundo era justo; tudo o que prejudicar seria injusto. Evidentemente que este sistema necessita permanentemente de um aferidor, mais do que uma doutrina que permita, aliás, com recurso a maior ou menor habilidade discursiva, justificar o que quer que seja.

O aferidor da ortodoxia geral era, sem dúvida, a União Soviética, como potência-directora da grande esfera de influência segundo mundista e como estado-primaz do socialismo marxista-leninista no mundo.

E esta vivência ideológica difere nas épocas históricas, diverge no espaço, distingue-se das constituições, das leis ordinárias e diverge nos graus do seu cumprimento. A hermeticidade do Segundo Mundo, a distorção veiculada interna e externamente pelos meios de propaganda, o distanciamento polifacetado do sistema em relação a outros, e a sua durabilidade e estabilidade afirmaram-no também, interna e externamente, como quase inevitável.

Uma das características da vivência ideológica soviética foi o profundo conservadorismo de soluções. O sistema, na sua eficiência, integridade e operacionalidade, não se coadunou com mutações essenciais [117]. Apesar de conseguir uma

[117] Barrington-Moore, sociólogo norte-americano refere com grande pertinência a este respeito que o regime soviético resulta da combinação de três princípios fundamentais; o tradicional o racional e o terrorista.

muito suficiente generalização de respostas – de *outputs* – correspondentes a uma multiplicidade de situações com que se achou permanentemente confrontado, em si e para si, o regime não mudou, nem podia mudar essencialmente. Interessa, por conseguinte, perceber algumas das determinantes concretas que caracterizaram a sua vivência ideológica.

A) O fim do estado de revolução

A época de Lenine é marcada pela revolução do Estado. O novo regime, por este iniciado, molda-se na direcção de Estaline, cuja reabilitação pareceu recente propósito de dirigentes soviéticos da actualidade. Em boa verdade o desenvolvimento geral do regime soviético deve-lhe em muito. O emprego da violência nas actuações forçou o acatamento das novas estruturas económicas, militares e sociais, constitui por assim dizer, o encerramento do processo revolucionário soviético interno. Cumprida esta fase histórica, em que o regime ganha a sua inércia própria, criando a sua estabilidade, abre-se uma outra, de continuidade interna e de expansão externa iniciada no pós-guerra e desenvolvida por Kruchtchev e por Brejnev. Correspondendo a esta nova fase desinteressam os métodos repressivos primários e abre-se a porta à destalinização confirmada pelo XX Congresso do PCUS. Mais uma vez a dialéctica histórica do marxismo que servira para justificar a subversão leninista e a repressão revolucionária estalinista é chamada, desta feita, para fundamentar a burocratização das épocas kruchtcheviana e brejneviana. A essência ideológica permanente é afirmada agora por outros mecanismos. A indiscutibilidade dos dirigentes do Estado segue assegurada pela burocracia e pela omnipresença da supremacia do Partido, dando conteúdo concreto à doutrina do "centralismo democrático", a negociação internacional, a propaganda ideológica, a força potencial, a subversão mediata, continuam o expansionismo geopolítico-ideológico em sequência às mais óbvias intervenções do Exército Vermelho, no decurso da guerra fria.

A estabilização interna deste regime passou, para além da alteração de métodos a que a destalinização deu corpo, pela elevação do nível de vida. De facto a abertura lenta ao consumismo e a melhoria lenta das condições de existência das populações sob o sovietismo, para além do desvio de atenções que permite em relação ao mundo político, assegura a introdução, já então sobejamente comprovada, de novos estímulos sociais e económicos positivos, compatíveis, se não mesmo agravantes, da massificação social pretendida e de efeitos consolidadores do sistema. A hermeticidade do Segundo Mundo desempenhou aqui um papel complementar fundamental: fechada a possibilidade da comparação franca do regime e das suas condições reais de existência com soluções exteriores ao

Numa primeira fase revolucionária o último destes foi preponderante. Posteriormente, os dois primeiros substituíram-no progressivamente reforçando-se.

mesmo, sobra, como padrão comparativo óbvio, o permitido pelo factor tempo na evolução do mesmo sistema. E, comparativamente com épocas transactas os povos sob o sovietismo passaram a viver melhor.

O abandono do vanguardismo revolucionário activo trouxe nova fonte de estabilidade política, desta feita, confirmando a justeza da doutrina marxista-leninista e também paretiana relativa ao princípio de que as massas populares deixadas a si próprias reagem conservadoramente isto é defendem a continuidade da solução vigente.

A assunção oficiosa da existência de uma minoria intelectual activamente dissidente do regime, serve propósitos propagandísticos internos e externos, da mesma forma que as percentagens oficiais de votantes favoráveis à ortodoxia do regime, que superando geralmente os 95% de votos positivos, nunca atingem a totalidade do eleitorado.

A incompreensão que a China maoista manifestou perante esta viragem no processo soviético não traduziu senão um desfasamento de estádio de desenvolvimento entre os respectivos processos políticos. A China pró-maoista encetou com Hua-Kuo-Feng, o seu próprio processo de desmaoização, como referiremos adiante.

Trata-se, em suma, de uma certa alteração de prioridades, substancialmente significativas; mas está em causa, antes do mais uma mudança de estilos, onde a ruptura se torna, por vezes, evidente.

Longe de se tratar do fim do regime, esta renovação produziu, na República Popular da China, um efeito revigorante que garante a própria continuidade. Mas está prisioneiro das contradições insanáveis em que se envolveu.

B) A monopartidocracia absoluta

Finda, pois, a fase revolucionária, mantidos os objectivos essenciais, houve que fazer transitar o poder da "ponta das baionetas" para outro instrumento que se mostrasse igualmente eficiente, mas mais adequado às características da nova fase. E assim chegou a altura da predominância da minoria integrante do aparelho partidário único, chegou o tempo dos *apparatchiki* ou funcionários administrativos permanentes do Partido Comunista da União Soviética, ou dos Partidos Comunistas afins, em países do Segundo Mundo. Todas as instâncias da vida soviética haviam de submeter-se ao complicado aparelho monopartidário, composto por cerca de 6% da população. Esta minoria constitui, sem dúvida, uma nova categoria social classificável na lógica da teoria de estratificação social não marxista como uma verdadeira nova classe social dominante [118]. Em certa

[118] O que impediu de classificar esta nova categoria social, aos teóricos marxistas, como *classe social* residiu única e simplesmente no facto de não serem estes "*apparatchiki*" detentores da propriedade dos instrumentos de produção Toda a teoria das classes sociais radica, dentro da teoria marxista, nas relações de

medida o governo de Estaline [119]constitui um atraso neste monopólio partidocrático, relativamente ao governo de Lenine [120], substituindo uma certa colegialidade de decisões do Comité Político em que Lenine pontificava, sobretudo devido ao seu prestígio e génio pessoais, pela ditadura férrea do Secretário Geral do PCUS. As perseguições e depurações por ele movidas contra opositores e rivais, reais ou potenciais, levaram-no a recear ao partido as imunidades que Lenine lhe conferira, de tipo semelhante às dos parlamentares em democracias ocidentais, permitindo, assim, à política de actuar indiscriminadamente sob as suas ordens. Nikita Sergueievitch Kruchtchev é o restaurador da predominância partidária, da direcção colegial do *Praesidium* [121], do Comité Central, da reabilitação dos *apparatchiki* pelo seu antecessor, e que sucumbe, tardia e compulsivamente, pela mesma lógica, às mãos dos mesmos colegas do *Praesidium* que o quiseram promover como representante e ter como ditador. Leonid Brejnev tal como Yuri Andropov, Konstantin Chernenko são a continuidade da predominância dos homens do aparelho partidário. Mas, nesta nova etapa, diferentemente do que acontecia na *crise* revolucionária leninista, a predominância do partido é acompanhada pela supremacia da burocracia.

Todo o sistema político soviético, foi formalmente constituído por órgãos colegiais que segregavam instâncias igualmente colegiais de nível superior, hierarquizadas em esquema de tipo piramidal e moldado pelo Partido Comunista que, em exclusivo, controlava toda a vida na URSS. Sistemas idênticos existiram e existem em países socialistas marxistas-leninistas que decalcaram o figurino russo.

A monopartidocracia absoluta resultou, coerentemente, da lógica doutrinária do marxismo-leninismo. Destruídas oficialmente as relações de produção e de propriedade do capitalismo, desaparecem, oficialmente também, os sustentáculos materiais das classes sociais antagónicas e iniciam-se as condições materiais, mediante as substitutivas relações de produção e de propriedade socialistas, para o desaparecimento das classes sociais da conjuntura capitalista, isto é, em termos amplos, da burguesia e do proletariado. Todavia até à universalização prevista do socialismo deverão os estados socialistas reforçar a ditadura proletária, conduzida pela vanguarda única do operariado e seus aliados naturais que é o Partido Comunista. Se subsiste no sistema socialista uma classe dominante, proletarizada, tida como única justa, não se encontra motivo formal nem fundamento

propriedade e de produção. Sendo o Estado o detentor desses meios de produção deixou de haver classes, no socialismo, o que para outras análises não-marxistas é inaceitável, uma vez que a estratificação social não depende nem exclusiva nem predominantemente do factor de posicionamento perante a titularidade dos instrumentos de produção nem perante a produção.

[119] De seu nome verdadeiro Yossui Vissarionovitch Djugashvilli.

[120] Verdadeiramente chamado Vladimir Ilitch Ulianov.

[121] Posteriormente designado "Politburo".

para que se lhe não entregue em regime de exclusividade absoluta, a governação do Estado.

Nenhum Estado socialista contradita, na teoria ou na prática, estes princípios básicos da governação marxista-leninista, nem tampouco as pretende fazer evoluir para qualquer outra fórmula que ponha em causa o monopólio da detenção e exercício do poder político. A questão da monopartidocracia comunista é, pois, uma questão assente, definitiva e impassível de negociação nos países do Segundo Mundo. A progressiva confusão do Partido Comunista com o Estado soviético é um corolário natural determinado pelo exercício do poder. Daí a impossibilidade histórica de regenerar o sistema pela via reformista.

Tal simbiose Estado/Partido não resulta imediatamente da doutrina oficialmente aceite mas adequa-se a ela coerentemente. O monismo presidente reflecte-se, consequentemente, em todos os níveis da estrutura e da acção política. É rejeitado o direito de tendência como instituto formal. Na prática funcionam divergências, alargadas por vezes a correntes, interiores ao partido e às instâncias do Poder, mas marcadas sempre pelo carácter pessoal. E as concorrências, por vezes acesas que entre estas se manifestam, nunca têm expressão pública formal nem exterior à categoria dos *apparatchiki*, ressalvado o caso dos "dissidentes" a que noutro local aludimos.

A ideia de corporizar a vaga tese de Marx da ditadura do proletariado da fase de transição socialista na monopartidocracia absoluta, decorre, sobretudo, da prática de poder discricionário do partido bolchevista depois da revolução de Outubro e a que Lenine deu formulação doutrinária. O *monopólio de interpretação,* que na expressão feliz de Raymond Aron, é atribuído ao Partido Comunista, é corolário lógico da representação, única justa, assumida pelo mesmo em relação ao proletariado, antes da revolução socialista, ou aos trabalhadores, depois desta concretizada.

A tese estalinista do reforço do Estado socialista até ao momento projectado da superação do capitalismo na Orbe não é senão uma camuflagem derivativa, dialética, para o encobrimento do fenómeno real da consolidação do partido comunista no poder no Estado socialista.

A era kruchtcheviana de tolerância interna pela integridade física dos divergentes partidários e de neutralização dinâmica das tendências manifestadas no seio do PCUS, reforçando a colegialidade das decisões e a partilha do Poder pela classe política soviética, trouxe um novo contributo para o reforço do sistema e para uma auto-sustentação da continuidade da fórmula pós-estalinista de governação. Daí em diante, mais do que nunca, o Partido Comunista se afirmou na sede do Poder político como seu detentor exclusivo.

C) A característica missionária da revolução e o partido único

É igualmente questão pacífica, fechada à negociação, que foi de aceitação genérica no Segundo Mundo e de coerência doutrinária absoluta, a atribuição do cometimento da revolução ao partido único do Estado. Os partidos comunistas no Poder têm como missão inalienável e permanente a de fazer avançar o processo histórico pela transformação progressiva da própria sociedade socialista no sentido do comunismo e pela promoção da revolução ou da transformação em direcção ao socialismo das sociedades não-socialistas exteriores. A esta missão suprema tudo se subordina. Daí que a ilegalidade e a inconstitucionalidade da acção do Poder e do Partido dele detentor, na prossecução destes objectivos, esteja sempre justificada. Se a lei ou a Constituição impedem ou entravam, ainda que momentaneamente, o prosseguimento do processo histórico do socialismo, são injustas e desadequadas como instrumentos e deverão ser desrespeitadas, se necessário for, num primeiro momento e posteriormente adequadas aqueles propósitos. E sendo o Partido o julgador competente da bondade das soluções, dos instrumentos e das oportunidades, dentro deste quadro existencial, todas as estruturas do Estado estão marcadas pelas características da precariedade, da sobrevivência e da potencial corrupção em relação aos ditames do Partido Comunista, manifestados através do seu aparelho estatal em nome dos objectas do socialismo e em conformidade com os interesses oficiais dos trabalhadores. O Estado socialista, em especial as instituições directamente repressivas do seu aparelho, designadamente as de âmbito policial são exteriores à alçada da lei e das instâncias judiciárias, o que decorre coerentemente da natureza, constituição e finalidades do poder político e da sua titularidade. A distinção formalmente mantida a nível constitucional entre o Estado e o Partido tem obviamente uma intenção de diversão externa. Como nota Raymond Aron "o partido não quer renunciar à sua doutrina da revolução mundial, é pois, necessário que o Estado soviético, em teoria, se distinga radicalmente do partido, o qual, esse sim, está animado de ambições ideológicas de expansão" (Aron, 1968:429). Daí que os Estados soviéticos possam ter desenvolvido e desenvolvam, de facto, uma política externa contraditória à praticada pelos respectivos partidos comunistas, no mesmo momento histórico. Kruchtchev grande empreendedor da *détènte* em nome do Estado soviético, nunca, como dirigente do PCUS abdicou das teses conducentes à mundialização do socialismo marxista-leninista e à destruição da sociedade politicamente liberal e capitalista. Nesta medida a ideologia comunista viveu de um equívoco de interpretação externa, resultante de uma dualidade de posições aparentemente distintas mas de facto complementares na optimização do mesmo projecto político.

D) O complexo monopartidocrático soviético

O caso da URSS servirá, mais uma vez, de bom exemplo para ilustrar o complexo de estruturas formais e informais, de práticas, de tensões e de implicações que dão corpo e vida à monopartidocracia dos países socialistas do Segundo Mundo, uma vez que encerra o figurino modelar de todas as idênticas estruturas, no seio desse bloco.

Duas tradições governativas, se digladiam nas sucessivas governações soviéticas, para a partilha da supremacia do poder partidário e, por via dele, na predominância no poder de Estado: por um lado a tradição leninista da colegialidade mitigada, dando maior relevo ao Comité Político e às várias sensibilidades pessoalizadas, nele representadas; por outro a herança estalinista da preponderância do Secretário-geral na condução do Partido Comunista e na direcção do Estado, nas suas políticas interna e externa.

Digamos que estas duas tendências estão para a governação soviética como as do isolacionismo e a do intervencionismo externo estão para a política exterior norte-americana: vivem em permanente tensão dialética.

Kruchtchev foi, por assim dizer, o dirigente da nova síntese governativa soviética: sobrepõe o poder do partido ao das outras instâncias do Estado, reforça o poder decisivo do Comité Central, apoia o compromisso da solução não repressiva dos conflitos futuros no seio da elite dirigente, apoia-se nos *apparatchiki*, ou seja, no estrato dos burocratas superiores do partido, da notabilidade dos secretários de que ele era o número um. Por outras palavras, afirma a sua superioridade através do reforço de poder dos órgãos colegiais superiores do Partido e do Estado – Comité Central e *Praesidium* – que mais tarde o haveriam de depor sob a fórmula eufemística da aposentação. Mas a tensão dialéctica entre essas duas sedes do Poder manter-se-iam daí em diante. Brejnev é a continuação desse sistema que privilegia os *apparatchiki*, os quadros do aparelho partidário, os administradores da revolução. Os seus sucessores são-no, ainda por maioria de razão. Daí a renovada importância das estruturas partidárias de enquadramento sociopolítico: grupos de *pioneiros* para a adolescência, *komsomols* para a juventude, associações estudantis, recreativas, turísticas, culturais, desportivas, sindicatos únicos, uniões de artistas e de intelectuais, células de base territorial hierarquizadas, rurais, aldeãs, citadinas, distritais, regionais, territoriais, células de base laboral em todos os ramos e actividades incluindo o sector dito cooperativo e as Forças Armadas e Policiais. Estas centenas de milhar de células abrangem a generalidade da população do Estado, enquadrando-a e controlando-a permanentemente. Os quadros administrativos permanentes, desta estrutura, os já referidos *apparatchiki*, constituem, em boa lógica, a classe política do sovietismo, de onde são recrutados os nossos dirigentes superiores do Estado. Os *apparatchiki* em número de cerca de 4 dezenas de milhar, tinham à sua frente uma carreira política cujos escalões finais são o Comité Central do PCUS e o seu Secretário-

-geral, bem como o Politburo. A cada elevação de *status* político, corresponde a inerente elevação de benefícios económicos e de acesso a privilégios de crescente raridade e custo.

O totalitarismo monopartidocrático decorrente de todo este complexo estrutural hierarquizado, tem acolhimento constitucional, uma vez que para além de entidade directora de todas as actividades dos trabalhadores, constitucionalmente consagrada, cabe ao Partido Comunista, directamente ou através das estruturas partidárias de enquadramento sóciopolítico já referidas, o direito exclusivo de propositura de candidaturas ao preenchimento de cargas electivos.

Os serviços partidários de agitação e propaganda comunistas – *Agitprop* – completam o enquadramento psico-social do cidadão soviético impelindo-o à ortodoxia de atitudes e desencorajando-o de reagir contrariamente.

Os lugares de chefia nos departamentos de produção agrícola, industrial ou de serviços, uma vez que em economia socialista de tipo soviético não existem empresas, pertencem por direito, tácita e praticamente reconhecido, aos membros do Partido. A oficialidade das Forças Armadas e as organizações policiais, são preferencialmente reservadas a filiados no Partido Comunista.

Verifica-se, ainda, tendência para uma relativa transmissibilidade deste *status* em virtude de relações de parentesco com membros da camada social de privilegiados já referida. Casos proeminentes, como os de parentes altamente colocados no aparelho de Estado-partidário, pelo próximo parentesco com recentes secretários gerais do PCUS, permitem exemplos ilustrativos deste fenómeno que aliás sociologicamente se baseia na regra universalizada de o parentesco desempenhar um papel de instrumento político efectivo. Curiosamente, nos Estados marxistas-leninistas remanescentes no século XXI, o fenómeno adquire o formato dinástico, como, por exemplo, na Coreia do Norte, Cuba e, menos ortodoxamente, na Líbia.

E) Distorções atribuídas à sociedade monopartidocratizada de tipo soviético

O conceito de distorção social só pode ser utilizado, com todas as reservas quanto ao subjectivismo de julgamentos, por aferição com os valores que numa sociedade se proclamem e aceitem como modelares e de que se reclame como fundamentos da sua própria natureza. Nos países de regime marxista-leninista este propósito ganha redobrada dificuldade, uma vez que o Estado, a ideologia oficialmente defendida e o comportamento social não está balizado pela moral, por regras de Direito Natural ou por Princípios Gerais de Direito, mas tão só por uma firme subordinação à consolidação e avanço da revolução socialista, das suas conquistas, na interpretação oficial – de que a última instância no Segundo Mundo foi o PCUS – superiormente definida. Esta situação relativiza princípios e actuações. Não há, pois, valores absolutos na acepção ocidental da expressão, acolhida da tradição religiosa judaico-cristã. Todavia é pertinente inventariar

um conjunto de características classificáveis como degenerativas à luz da normalidade soviética informalmente auto-aceite, e que marcam a sociedade onde o marxismo-leninismo é ideologia de Estado.

Tentaremos, assim, sintetizar as informações que, mais uma vez sobre a URSS, nos são fornecidas por escritores dela originários e que procuraram países do Primeiro Mundo para aí continuarem a sua vida.

Nesta perspectiva, e ressalvada a subjectividade que este método envolve, diríamos que são atribuídas à sociedade final de tipo soviético as seguintes distorções:

a) Coarctação das mais elementares liberdades a nível individual pelo permanente controlo exercido pelos mecanismos político-partidários afectos à segurança do Estado;
b) Desvalorização dos conceitos e da realidade da responsabilidade individual, do espírito de empresa individual, de procura do risco individual, de inovação pessoal, em favor do intervencionismo generalizado do Estado em todos os domínios da Vida;
c) Dificultação, exceptuando o caso dos privilegiados, por via burocrática, do acesso e concretização dos meios de satisfação dos interesses e necessidades individuais, como forma de manipulação e de desmotivação da generalidade da população;
d) Tolerância informal em relação ao abuso do consumo do álcool, em certas circunstâncias ao consumo de drogas ditas leves [122] (!);
e) Tolerância informal em relação à baixa produtividade no trabalho;
f) Ostensiva discriminação laboral em relação à Mulher, a quem são atribuídas tarefas das mais penosas e menos prestigiadas, designadamente na agricultura, pecuária, obras públicas e saneamento, além das tarefas domésticas;
g) Fixação dos não-privilegiados aos seus locais de trabalho e de residência (sistema de *propiska* ou de registo do domicílio);
h) Utilização dos trabalhos forçados de detidos, de soldados e de mão-de-obra feminina, com deslocações sazonais de contingentes em regime de pseudo-voluntariado;
i) Anulação efectiva das liberdades e direitos cívicos, designadamente dos direitos de livre deslocação, livre expressão e de livre associação e de culto religioso, entre outros;

[122] Segundo um relatório da Academia das Ciências da URSS distribuído para a imprensa Ocidental pela Agência Franoe-Press (pub. p. ex. "*O Dia*" de 28/12/84 pág. 24) "um em cada seis soviéticos nasce débil ou atingido de uma tara heriditária resultante do alcoolismo" ( ) "A URSS contava em 1980 com quarenta milhões de alcoólicos" (...) "O vodka mata anualmente (na URSS) um milhão de soviéticos" ( ) "O consumo de vodka foi sempre aumentando na URSS, passando de menos de 5 litros, em 1952, para 30 litros, em 1983, por indivíduo e por ano"(..) "A venda de vodka rendia anualmente ao Estado soviético 45 000 milhões de rublos" (...) "Nove décimos daqueles que se submetem pela primeira vez a uma cura de desintoxicação têm menos de 15 anos e um terço são crianças que ainda não completaram 10 anos"

j) Condicionamento e massificação da consciência social, através dos aparelhos repressivos e ideológicos, funcionando em regime de sintonia e de monopólio político-partidário;
k) Militarização da repressão física brutal [123] designadamente mediante organismos especializados dotados de amplos poderes de intervenção (como sejam a KGB, a Milícia, campos de trabalhos forçados, campos de concentração, e os centros de curas psiquiátricas e de reeducação para indivíduos tidos por socialmente patológicos);
l) Mobilização militar generalizada da população para prestação de serviço activo e permanência na situação de mobilizável até avançadas idades;
m) Sistema de abertura ao acesso e usufruto de crescentes privilégios em função do *status* partidário e da hierarquia política individual.

Atribuem-se ainda, à referida sociedade, entre outras, as seguintes características:

a) Burocratização generalizada da sociedade pela intervenção omnipresente de administração político-partidária em todos os sectores da vida colectiva [124];

[123] Segundo Soljenitsin o aparelho repressivo comunista soviético fez cerca de 60 milhões de vítimas, não incluindo os mortos em conflitos bélicos.
Existe publicado em português, edições Europa-América, a obra "*Guia da URSS*" da autoria de Avraham Shifrin, que elenca os campos de trabalhos forçados, centros de internamento psiquiátrico e os métodos repressivos neles utilizados na União Soviética e bem assim a sua implantação geográfica, dados históricos e estatísticos. O fenómeno de militarização das sociedades de tipo soviético pode ser entendido numa dupla perspectiva, isto é, num sentido puramente literal que é aquele a que o texto se refere numa acepção sociologica e sistémica com que pode ser qualificado, à semelhança do que faz Michel Collinet (*in* "*O Homem e os sistemas Administrativos*") ao dizer que é possivel qualificar "a sociedade soviética como uma sociedade funcional fechada, uma reprodução gigantesca das classicas sociedades militares "com uma administração autoritária de tipo paternalista, incumbindo-se de velar por todos os aspectos da vida do cidadão, designadamente pela optimização do seu rendimento social sobre a utilização do terror pelo Partido Soviético designadamente ao abrigo do Código Penal, ou através dos tribunais administrativos e ainda pela transferência forçada de populações perseguições a membros do partido, utilização de campos de concentração pelo sovietismo pode ler-se ARON, Raymond (1965), "*Democracia e Totalitarismo*", cap. XIV, *in Ideologia e Terror*, na ed. Francesa Gallimard, a pág. 265 e seguintes.
Particularmente importante é também a observação feita por ENCAUSSE, Hélène Carrère d' (1983), *Le Grand Frere*, ed. Flammarion, pág. 263 sobre a função *interna* de controlo exercida pelo Pacto de Varsóvia em relação aos aliados da URSS.

[124] Numa fórmula particularmente feliz Jean-Joseph Marchand (*in* "*Oligarquia e Burocracia*") traduz esta omnipresença do Estado dizendo que este se transformou em "camada dominante", a qual, ao comprometer a generalidade da população, pode merecer o nome de "oligarquia". Nesta linha crítica segue também Bruno Rizzi (*in* "La Buraeucratisation du Monde") com a sua tese sobre o Estado-patrão socialista, utilizado por uma classe privilegiada para dirigir económica, política, militar, em suma, globalmente os destinos do país. Trotsky, por seu lado, reconhecendo o mesmo fenómeno, sugere que tal nova classe se apossa do Estado "como se este fosse propriedade privada" (*in* "*Encore une fois l'URSS et sa Défense*"), tese que Bruno Rizzi igualmente aceita *in* "*La propriété de classe*".

b) Privação às massas, de comparticipação na formação da vontade política e no poder de Estado especialmente do período de destalinização;
c) Veiculação da ideologia dogmatizada permanentemente efectuada através de todos os meios de comunicação social e ainda mediante as várias instituições educacionais, científicas e de enquadramento social em geral [125];
d) Mobilização permanente dos indivíduos para tarefas concretas de interesse político-partidário, designadamente de controlo sobre terceiros;
e) Desinformação geral da população sobre os acontecimentos internos de grande significado político;
f) Desinformação geral da população sobre as realidades exteriores ao país e ao bloco-socialista;
g) Coacção sobre a generalidade da população para que a acção, ao nível individual, se concerte no projecto político-partidário do Estado, independentemente de quaisquer preocupações do seu ajustamento relativamente às concepções pessoais;
h) Promoção e utilização de um amplo sistema de recompensas honoríficas, como forma de substituição de outras recompensas materiais, como meio de satisfação da vaidade individual e como forma de marcação do *status* individual, da respectiva carreira e futuro;
i) Controlo permanente do indivíduo através das células das colectividades elementares em que se ache inserido;
j) Estímulo e encorajamento ao sistema de bajulação dos superiores hierárquicos, do espírito de servilismo e da delação;
k) Tendência para a hereditariedade do *status* social e dos seus *status* parcelares;
l) Progressiva destruição do campesinato como categoria social, pelo reagrupamento forçado dos seus integrantes em cidades com urbanismo de tipo industrial, quebrando laços tradicionais com a terra e o contacto multigeracional;
m) Manutenção das baixíssimas condições de nível de vida nas populações do interior, designadamente no aspecto alimentar;
n) Perseguição e controlo das confissões religiosas e dos crentes activos.

---

[125] Uma das características mais importantes da ideologia soviética é a da dogmatização da sua axiomática doutrinária. Num primeiro momento há que reconhecer que acabaram os formuladores de doutrina definitiva e essencial. Marx, Engels e Lenine, para a ortodoxia soviética são os grandes doutrinadores primitivos, pais da teoria ideologica, profetas do materialismo histórico. Depois vêm apóstolos de segunda importância doutrinária, que se limitam a interpretar o *corpus* original erigido com uma unidade ético-filosófico-política indiscutível. Constituem, em certa medida, como que os teólogos do Marxismo-Leninismo, sem autonomia para inovar no domínio da principologia essencial, mas com competência para desenvolver o maior número possível de ilações, de corolários, que essa principiologia possa permitir. Todavia, como nota ironicamente K. Shumacher "se Karl Marx voltasse a viver, estudaria o Estado, em vez de estudar "O Capital".

F) A burocracia de tipo soviético

Um dos fenómenos que o visitante do Primeiro Mundo constataria, ao visitar um país do bloco socialista seria a frequente existência de enormes filas de pessoas aguardando vez de ingresso em armazéns de venda a retalho, ou outros estabelecimentos de venda de bens ou de serviços, designadamente de saúde e sociais. O fenómeno, mais uma vez se ressalta, não abrange a camada dos privilegiados. Teve, segundo Alexandre Zinoviev (Zinoviev, 1981:63), como principais motivos a carência e insuficiência de bens de consumo para a procura existente, resultantes de um sistema económico que privilegia a indústria pesada, aos investimentos em indústria de bens de consumo, e, sobretudo, o "princípio muito profundo da sociedade comunista: os cidadãos ordinários devem procurar tudo com as maiores dificuldades ou nada terem, pois neste caso, uma população é mais fácil de manipular. Esta é a razão porque, na sociedade soviética, tudo é tornado difícil aos que não são privilegiados" (Zinoviev, 1981:63). De facto, se o cidadão vulgar tivesse de recorrer a toda a família disponível para, depois do horário de emprego, os mobilizar para conseguir satisfazer os consumos normais do mesmo agregado, não restaria muito tempo útil para criticar, reunir ou mesmo para pensar, levando-o a não discutir o sistema instituído e a seguir em conformidade com os seus preceitos. A própria dificuldade de aquisição de bens e serviços, com um vislumbre de êxito final, mostrava-se desmobilizadora em relação a uma população que foi enculturada, em grande parte, nos parâmetros do sovietismo e que, apresentava como características historicamente atribuídas uma grande docilidade ao comando e uma grande capacidade de sacrifício.

A primeira característica, pois, da burocracia do tipo soviético é a da sua intenção política de controlo social: manter o conformismo seguidista das massas populares pelo isolamento desenraizador do indivíduo, complementado pela disciplina permanente a que este é sujeito.

O sovietismo, como é óbvio, não inventou a burocracia. Acolheu toda uma dinâmica de processos do regime czarista que aperfeiçoou e ampliou, na medida do intervencionismo do Estado soviético, isto é, estendendo a sua influência à generalidade dos sectores da vida social. Daí a sua preponderância e omnipresença: quanto menos liberal é o Estado, maior é o peso relativo da sua burocracia. Esta é, assim, a sua grande característica. Finalmente caracteriza a burocracia de tipo soviético, a alteração fásica normal dos processos revolucionários. Kafka respondeu, no início da década de 20, a este propósito, à pergunta sobre se acreditava numa maior expansão da revolução russa, da seguinte forma:

"Quanto mais uma inundação se expande, mais superficial e mais turva se torna a água. A revolução evapora-se e então só resta a vasa de uma nova burocracia" (AaVv, 1976:129). Apesar de criticada por Marx "a falta de espírito" da administração política e de, como refere Georges Lapassade, "ter elaborado uma teoria do Estado" que implica uma crítica da burocracia enquanto consequência

derivada" (AaVv, 1976:18) o Estado socialista modelado por Lenine e, mais tarde, por Estaline e por outros políticos marxistas-leninistas, é um aparelho gigantesco amplamente burocratizado em que essa natureza é elemento essencial da própria continuidade e da sua eficácia, não obstante prosseguir, em tese, o discurso que distingue o Estado soviético, histórica e transitoriamente justificado, da burocracia, qual subproduto negativo e degenerado, decorrente de uma má administração daquele. É de difícil apreciação o afastamento real verificado nos países de tipo soviético entre o nível da degeneração burocrática aceite e desejada pelo sistema político como instrumento de controlo social e o da disfuncionalidade burocrática não desejada. É todavia fácil compreender que esse afastamento seja maior ao nível do discurso ideológico do que ao da realidade da vontade política efectiva. Por outro lado, temos ainda por verdadeiro que o burocratismo se adapta, com facilidade, ao perfil dominante nos países em questão, de negação da responsabilidade, risco e criatividade individuais [126], a que já fizemos alusão, uma vez que "o burocratismo implica uma alienação das pessoas nas funções e das funções no aparelho" e que "as burocracias políticas elaboram e difundem uma ortodoxia ideológica cuja rigidez dogmática é reflexo do seu sistema de poder" (Lapassade, 1976:25). Por outro lado, a inexistência de corpos intermédios independentes, de índole associativa e de funcionamento democrático, bem como a minimização das relações sociais horizontais do mesmo tipo, para usar as expressões de Michel Collinet, reduzem a uma expressão irrelevante o sistema de compensação antiburocrático, fechando de certa forma, o ciclo vicioso.

Muito embora a pertinência das críticas de Trotsky, de Rosa Luxemburgo ou de Freud contra a inexistência de *feedback* na comunicação, no seio do burocratismo, na transformação dos militantes em educandos políticos, a maturidade é ajuizada, pelos mentores do regime, mediante fórmulas quase iniciáticas. O Sistema consolidou-se: quer dizer, então, que o burocratismo preenche, aqui, mais duas funções vitais ao regime de tipo soviético: o de manutenção da sua natureza específica e o da manutenção de sua continuidade, na boa lógica weberiana, percebendo-se que a burocracia "tende a perseverar no seu ser", designadamente através da sua renovação por cooptação. Pelo triunfo do burocratismo na organização do Partido único e do respectivo Estado de tipo soviético, se entende a crescente supremacia da "nova" categoria social predominante dos *apparatchiki*: são eles os funcionários permanentes titulares e usufrutuários do aparelho, ou seja os burocratas na acepção plena da palavra.

Como bem compreendeu Simone Weil, Marx, "se bem que tenha assistido à separação da propriedade e da função na empresa capitalista, não perguntou a si próprio se a função administrativa, na medida em que é permanente, não poderia independentemente de qualquer monopólio da propriedade, dar nascimento a uma nova classe" (Weil, 1976:93).

[126] Apontados em linguagem burocratusta de "espontaneísmo", voluntarismo" ou "anarquismo"

Esta nova classe, com todos os seus privilégios a que faremos referência noutros locais, não é considerada enquanto tal, senão como uma parte da fracção da *inteligentsia*, em virtude da lógica da determinante das relações de produção e de propriedade.

Os teóricos marxistas, Marx ele próprio, Lenine e Trotsky desenvolvem a tese da aliança e instrumentalização da burocracia pela "classe dominante". Todavia no Estado de tipo soviético dá-se mais do que isso: a burocracia, assume, ela própria, a situação de dominância na fase pós-revolucionária, ou no dizer de Nora Mitrani, dá-se "uma passagem da decisão política às mãos dos burocratas" (Mitrani, 1976:98). A comunidade de interesses de diversa índole, desta categoria, aliada à afinidade funcional dos seus membros, leva a criação natural de um espírito de corpo e a uma solidariedade de tipo mecânico ou seja por semelhança. Este elemento subjectivo da categoria social em questão gera, em *feedback* uma identificação e autonomização progressiva da dita categoria social, um condicionamento progressivo do acesso à mesma, uma estruturação interna crescente, uma ritualização de comportamentos, uma certa tendência para a crescente endogamia e hereditariedade de *status*, uma resistência, como conjunto, às pressões exteriores, exercidas pela restante sociedade. Cria-se, por assim dizer, uma consciência de tipo corporativo, que evolui no sentido da consciência de tipo *classe social* ou, mesmo, na análise exagerada e emotiva, mas expressiva, de Trotsky, de tipo *casta*, se bem que sociologicamente esta comparação não possa ser entendida no rigor dos conceitos da teoria da estratificação social, por ser de intenção de crítica política. Tal camada social dominante, ocupa estavelmente o topo de uma pirâmide social com camadas sociais nitidamente diferenciadas pelo seu nível de vida, privilégios ou prestígio, a título de exemplo, rigorosamente contrária à ideia de uniformidade social que a fórmula teórica oficial da sociedade sem classes socialista deixa perceber.

Esta realidade social dos países de tipo soviético teve, entre outras consequências, a de, pela prática, deitar por terra parte substancial da teoria das classes sociais do materialismo histórico e dialéctico, designadamente pondo em causa o seu determinismo absoluto relativamente à formação, quer das classes, quer da consciência social e de classe, a partir, exclusiva e directamente, das relações de propriedade e de produção, ou, insistindo nesta explicação, dando fundamento à qualificação de capitalismo de Estado ao sovietismo, em que a classe possidente de facto é a burocracia, a qual, detendo o Estado, distribui a si própria a mais importante parte da mais-valia por ele monopolizada.

O comentário de M. Weber (Naville, 1976:193-197) sobre a natureza da ambiguidade e das contradições que esta situação cria, mormente a da "impossibilidade orgânica" de a burocracia se tornar uma "classe exploradora autónoma" perante a omnipresença dos perigos para um sistema de um ressurgimento do capitalismo, as quais provocam crises contínuas no seio daquela classe, mostra a

racionalidade das mesmas, fundamentada nomeadamente na "irresponsabilidade entre a direcção burocrática da economia e a socialização total desta".

A justificação da impossibilidade da inexistência de classes sociais em sociedades tecnologicamente desenvolvidas, negando, portanto o estrito determinismo economicista do marxismo-leninismo, não cabendo no âmbito do presente trabalho, merece um novo entendimento académico.

G) Diversidade teórico-prática na política soviética

Em nenhum sistema político conhecido a realidade dos factos da vida política coincide, em absoluto, com a virtualidade das leis, designadamente com a própria Constituição, nem com os supremos desígnios afirmados pela classe dirigente nesse mesmo sistema. Nesta medida o sovietismo não é propriamente uma excepção. Mas constituiu, isso sim, uma variante muito peculiar, uma vez que tal não coincidência assumiu proporções bem mais pronunciadas e de frequência muito maior relativamente ao que sucede nos regimes pluralistas e personalistas. Raymond Aron coloca, a nosso ver, bem o problema das "ficções constitucionais" na realidade soviética (Aron, 1968:243 e sgs.). Interrogando-se sobre a razão deste procedimento, depois de fornecer dele exuberantes exemplos, conclui ficar este a dever-se a uma conjunção de razões, designadamente e em síntese, a:

a) Teatralização de legitimidade eleitoral visando a opinião pública de países do Primeiro e Terceiro Mundos;
b) Sugestão, para efeitos exteriores, de que o Partido Comunista e o Estado soviético são entidades distintas tendo em vista o não comprometimento das relações com outros Estados não socialistas, podendo ambas as referidas entidades manter discursos políticos não-coincidentes e mesmo opostos, circunstancialmente;
c) Enquadramento psicológico das populações soviéticas, transmitindo-lhe uma proporção exagerada e inconfirmável do apoio popular;
d) Manutenção do equívoco, com efeitos de propaganda interna e externa, sobre a adesão do regime soviético a mecanismos democráticos formais.

Justificação importante deste fenómeno reside, ainda, na própria natureza do regime soviético. A existência de uma prática que torna possível o entendimento interno, sobre os interesses do Partido Comunista e entre os seus dirigentes, é determinante para a definição da fórmula política conjunturalmente aceite como obrigatória. A sua não coincidência com o corpo normativo de enquadramento do Estado e do Partido é um pormenor que, não causando qualquer problema de maior a essa definição, quer interna quer externamente, pode bem ser explicado pela dialéctica da própria História, em que a doutrina oficial do Estado se baseia. Finalmente a continuidade desta mistificação cria uma habituação ao sistema,

desmotivando oposições. O esquema mental próprio do sovietismo é radicalmente diverso do das ideologias politicamente liberais contemporâneas. O seu transpersonalismo, colectivismo, monismo e materialismo dominantes sujeitam a verdade e muitos dos valores de base ética determinantes para a Civilização Ocidental, às contingências da estabilidade do sistema, a interesses dos grupos sociais dominantes e a capacidades de actuação da sua parte. E como noutro local ficou referido, esta atitude é perfeitamente ortodoxa dentro da doutrina do marxismo-leninismo, que não as determinando expressamente, as admite sem entorse.

Seguindo Raymond Aron, as fórmulas oficiais da ditadura do proletariado e do centralismo democrático servem de cobertura e justificação aos abusos dos dirigentes soviéticos. Mas mesmo que a justificação seja insuficiente, resta sempre a via, de precedente leninista (Aron, 1968:260), do sacrifício da letra e da doutrina pelas necessidades da ocasião, justificando-se dialecticamente *a posteriori* a nova fórmula.

O marxismo, como doutrina política, permite várias interpretações e concretizações ideológicas, o que, aliás, acontece com a generalidade das teorias e doutrinas políticas e sociais, bem como com credos religiosos. O sovietismo constitui em certa medida uma "família" dessas interpretações que guardou para si uma margem de ductibilidade auto-definida, de forma a permitir a cobertura ideológica aposteriorística, como já ficou referido. A este propósito há que referir o efectivo desdém que o sovietismo nutria pela componente doutrinária da ideologia, enquanto corpo de princípios, e a sua permanente disponibilidade para a adequar às necessidades concretas do Estado e dos seus detentores. O contra-senso aparente de considerar uma ideologia marxista ortodoxa pré-definida, sacrificável em nome de novos interesses conjunturais de um Estado marxista e da sua classe dirigente, pressupondo uma ideologia marxista subjacente, justificando tal sacrifício *a posteriori* mediante a elasticidade abrangente que a inicial doutrina marxista permite, só pode ser compreendido pela eficácia indesmentível que este processo demonstrou, como instrumento de poder. A crença dos governantes soviéticos na sua ideologia não é, deste modo, tanto dirigida à essência dos seus princípios, mas sobretudo à capacidade operacional que esta permite, como estrutura instrumental. Os limites da flexibilidade de tal mecanismo foram os limites da sua própria integridade e eficiência. O fanatismo que os dirigentes soviéticos lhe dedicaram consistira em grande parte na exteriorização consagrativa da operacionalidade a seu favor deste sistema e a consciência da sua dependência fundamental em relação ao mesmo.

H) A permanência e a continuidade do sistema soviético

Um erro grave foi cometido em análises feitas no Ocidente sobre o sistema soviético, qual seja o do etnocentrismo, isto é, o de julgar a sociedade e o Estado soviético através dos parâmetros válidos para os países não marxistas.

Entre o sistema básico de estruturação e de funcionamento dos Estados capitalistas e o dos Estados socialistas, há diferenças de essência, irredutíveis.

Os Estados capitalistas do Primeiro Mundo tendem, por vocação, para a liberdade e para a concorrência internas. São abertos e flexíveis à mudança social. Conforme ficou referido a regra dominante da alternância democrática provoca a renovação das elites políticas, a alteração dos programas e a transformação de metodologias, o que se opõe radicalmente ao sistema de tipo soviético. "O Estado soviético e o partido formam um sólido baluarte contra a mudança (...). É uma pesada burocracia, envolvida por uma ideologia embrutecedora e administrado por carreiristas, cujos pervertidos interesses são a manutenção do *status quo* talvez permitindo ocasionalmente, apenas a mudança suficiente para atenuar as forças de descontentamento. Só lideres fortes afectaram esta inércia predominante: Estaline pelo terror, Kruchtchev pelo ataque de surpresa" (Hyland, 1985:801).

O sovietismo e os seus métodos foram instalados por Lenine, incluindo o uso do terror a que Estaline fez apelo. A fase estalinista do poder excessivamente personalizado, em prejuízo de uma certa colegialidade dos notáveis do Partido, marcou um estilo limite ao qual se contrapõe o da referida colegialidade predominante, da *nomenklatura* da época pré e pós estalinista. A divulgação do "relatório secreto" contra Estaline, feita por Kruchtchev, em 25 de Fevereiro de 1956, ao XX Congresso do PCUS, [127] marca o princípio da destalinização que, apesar de reforçar a tendência da colegialidade já mencionada, não impediu a assunção, por Kruchtchev de actividades marcadas pelo voluntarismo pessoal. "A era de Brejnev não foi um tempo de mudança" (Hyland, 1985:801). Pelo contrário, traduziu-se numa fase de consolidação da vertente conservadora do Partido e do Estado soviético, de que são sintomas, nas visões acertadas de William G. Hyland, e de Hélène Carrère d'Encausse (Carrère d'Encausse, 1982:40 e sgs.), os seguintes factores:

a) Duração prolongada de lideranças e sua inalterabilidade; estabilização da sede interna do poder e definição do seu funcionamento;
b) Reparação moral do PCUS [128] supremacia do Partido no poder soviético;

[127] Existe, deste relatório, uma tradução em português com o título: *Estaline o Tirano*, J. Cardoso, Lisboa, ed. livraria Renascença, impressa no ano de 1956.

[128] A reparação moral do PCUS passa, evidentemente, pelo reforço da *nomenklatura* contra o dirigismo individual dos Secretários-Gerais. Esta colegialidade determinante tem óbvia expressão durante os prolongados momentos de doença dos Secretários-Gerais do PCUS, designadamente de Brejnev, nos últimos anos do seu exercício e de Andropov durante quase o meio ano final do seu mandato. Acolhemos aqui a

c) Afirmação do conflito com a República Popular da China [129];
d) Rearmamento da URSS;
e) Transformação da URSS numa superpotência mundial;
f) Valorização do carreirismo e da hierarquia pela veteranidade [130] no Partido.

Leonid Brejnev é, portanto, o homem do aparelho que reforça a engrenagem. Tanto quanto as cambiantes são permitidas nos países soviéticos, ele representa o antiestaline dentro do *establishment*.

A sua morte, em Novembro de 1982, abre um período de sucessões quase interinas, que alguns kreminólogos pretendem ver terminado com a designação, em Março de 1985, de Mikhail Sergeyevich Gorbachev para Secretário-Geral do PCUS. Yuri Andropov, Secretário-Geral do PCUS entre Novembro de 1982 e Fevereiro de 1984, representa a velha guarda do conservadorismo soviético [131].

O seu prestígio e solidez políticos advieram-lhe, em boa parte, do posto de chefia da organização dos serviços secretos da União Soviética, desempenhado entre 1967 e 1982, bem como das intervenções decisivas, aquando das movimentações anti-soviéticas de Budapeste em 1956 e em Praga no ano de 1968. A sua curta era ficou marcada pelas campanhas promovidas, com o empenho da KGB, contra a corrupção, contra a espionagem e a subversão internas. Reforça-se a perseguição aos dissidentes, aos nacionalistas e às confissões religiosas e promovem-se os representantes da chamada linha dura: Fedorchuk, Aliyev, Chebrikov entre outros.

Konstantin Tchernenko constituiu um sucessor sem surpresas, uma vez que havia sido o herdeiro designado por Leonid Brejnev para o cargo de Secretário-geral do PCUS. A sua sucessão mediata vem confirmar a linha conservadora, dita dura, dos seus predecessores. Valerá a pena, sumariamente, realizar uma

leitura de Hélène Carrere d'Encausse que entende que a inexistência de esforços para dissimular a doença do Secretário-Geral Andropov foi intencionalmente virada para a demonstração da capacidade da máquina política, apta a funcionar na perfeição sem dirigente no sentido material da expressão. A *nomenklatura* terá demonstrado, assim, ao Mundo, "o declínio da fase de poder pessoal na URSS e a eficácia da máquina colectiva". Sobre este assunto deve lêr-se: Carrère d'Encausse, Hélène (1984), "C'est la revanche des protégés de Brejnev" *in Paris Match* 24/Fev., pág. 32 e segs.

[129] Apesar da aproximação entre esses dois países levada a cabo por Teng-Xiao-Ping, domínios de cooperação económica, tecnológica, educacional e mesmo militar.

[130] Demonstradas, por exemplo, faseamento escalonado das sucessões dos Secretários-Gerais do PCUS até a plenitude da capacidade de exercício do poder e na transformação do *Politburo* em quase governo efectivo da URSS.

[131] Existe publicado em português pelas Edições "Avante", na colecção "Paz e Socialismo", um volume (vol. I) de "*Discursos e Artigos*" deste Secretário-Geral do PCUS.

análise sobre os traços predominantes dos seus discursos e artigos divulgados como mais significativos [132].

Assim, dos discursos e artigos divulgados, cuja autoria é oficialmente atribuída a Tchernenko, relativos ao período 1973-1984, dois grandes temas ocupam lugar predominante. Pode-los-emos sintetizar sob as seguintes epígrafes:

a) "A estratégia leninista da paz em acção", a reafirmação das doutrinas leninista da coexistência pacífica e da "soberania limitada" de Brejnev, com particular atenção para a Europa;
b) A actuação leninista no passado e no presente. A actualidade do estilo leninista para as relações do Partido (internas e externas). Papel dirigente do PCUS relativamente ao Estado soviético nas novas condições do chamado socialismo desenvolvido, no trabalho ideológico e político a nível de massas.

Estes dois temas predominantes demonstram a continuidade da era brejneviana. O cuidado posto na separação de funções entre Estados soviéticos, empenhado na Paz nas relações com os outros Estados e o Partido Comunista, fortalecido na direcção do Estado soviético, mas empenhado na doutrinação e na actuação políticas a nível de massas é uma das "pedras-de-toque" do novo discurso e da nova maneira de estar soviética depois da destalinização [133]. As citações e referências bibliográficas nos seus discursos e artigos dizem respeito, quase que exclusivamente, a obras de Lenine e de Brejnev. O texto mais citado de Leonid Brejnev é precisamente, a sua obra intitulada "Pela Via Leninista".

Todo este sistema de direcção política colegial e de reforço da linha dura e dos seus propósitos políticos e estratégicos trouxe o agravamento das condições económicas de produção e de comercialização soviética que, segundo o léxico e a interpretação capitalista ganha o nome de estagnação.

Esta estagnação é uma herança das épocas brejneviana e mesmo kruchtcheviana. As componentes da referida situação estão ligadas às seguintes características da vida económica soviética:

a) Excessiva planificação central, coerciva, burocratizada e anti-inovadora;

[132] Na mesma colecção "Paz e Socialismo" existe um volume, o n.º V, com o mesmo título genérico do referido na nota anterior.

[133] Referência, exemplificativa, ao Partido. "A força da influência da ideologia comunista está na fidelidade do partido à teoria revolucionária, na clareza das posições de classe, na firmeza conceptual e na disciplina metodológica do pensamento" (Tchernenko, K., ob. cit., pág. 328); referência, exemplificativa, ao Estado soviético: "A União Soviética continuará a praticar uma política de paz, de desanuviamento e de amizade entre os povos, lutará activamente pelo fim da corrida aos armamentos, antes de mais, aos armamentos nucleares" (id. pág. 345). Não são discursos contraditórios nem incompatíveis, mas desenvolvem estilos e vectores marcadamente distintos. Esta duplicidade, cujo objectivo já explicamos, é a característica a que nos referimos.

b) Diminuta área de actuação deixada à iniciativa empresarial particular;
c) Baixa produtividade laboral;
d) Opção prioritária orçamental por industriais militares e pesada;
e) Ineficiência na oferta de bens de consumo;
f) Ineficiência das redes de distribuição e comercialização de produtos;
g) Má qualidade de produtos de consumo por inexistência de eficaz controlo de qualidade, de concorrência e por escassez de oferta;
h) Existência de grande recurso ao sistema de economia paralela;
i) Comparação, desfavorável para os soviéticos, com situações de países satelitizados da URSS.

Apesar da natural dificuldade de modificação deste sistema, já pela mentalidade dominante, já pela grandeza e enraizamento do mesmo na sociedade soviética, os Secretários-Gerais do PCUS da época pós-brejneviana, referiram publicamente a necessidade de um relançamento da economia, criticando a sua letargia e insuficiência. Particularmente ríspida foi a crítica apresentada por Yuri Vladimirovich Andropov junto do Comité Central do Partido, pouco mais de uma semana após a sua eleição, ao referir que "o principal índice de eficácia da economia, a produtividade do trabalho, cresce a ritmos que não nos podem satisfazer" e repetindo Tchernenko "há ainda bastantes administradores da Economia que citando de bom grado Leonid Ilich de que a *economia deve ser económica* pouco fazem na prática para a resolução desta tarefa".

Os apelos constantes dos Secretários-Gerais da chamada "linha dura" relativamente ao aumento da eficiência da Economia, esconde, obviamente, o silêncio cúmplice com os crescentes gastos nas Forças Armadas e com sectores do Estado ligados à estratégia internacional soviética [134].

Tchernenko, Secretário do Comité Central da área brejneviana, chefe de delegações soviéticas a congressos de partidos comunistas (Grécia em 1978, Cuba em 1980, França em 1982), acompanhante de Brejnev à conferência de Helsínquia (1975) e mandatário em Viena de Áustria (1979) para a assinatura do protocolo final das conferências SALT II, foi um burocrata ligado à administração do aparelho do PCUS. Faltando-lhe apoio junto da componente político-militar do regime não podia realizar alterações, no plano orçamental, que a prejudicassem. Seguidor e delfim de Brejnev, vai colocar o seu empenho na continuidade das linhas mestras por ele traçadas [135].

[134] O afastamento do Marechal Nikolai Ogarkov teve, por conseguinte, menos a ver com o conteúdo das suas declarações críticas contra a ineficiência da Economia e, consequentemente, contra a estagnação do progresso militar da URSS, com as quais estavam de acordo a generalidade dos membros do *Politburo*, e mais a ver com o reforço da "linha dura" promotora da "continuidade" ou seja do conservadorismo brejneviano.

[135] Sobre este assunto pode ler-se, na imprensa diária portuguesa, o comentário do vespertino "*Diário de Lisboa*", n.º 21.381, de 13 de Fevereiro de 1984.

A "continuidade" soviética teve sempre duas determinantes globais principais e que são:

a) A natureza e a formação dos dirigentes do *Politburo*, do Secretariado e do Comité Central que controlam os lugares da chefia decisiva da União Soviética;
b) A situação de impasse favorável que se estabeleceu na cena política internacional desde a adopção da política dita da coexistência pacífica, pela utilização das tácticas, diplomáticas e subversivas, características do chamado "desanuviamento Leste-Oeste".

A sobrevivência desta "continuidade" não esteve, desta feita, dependente dos resultados concretos que produz, por demais demonstrados como sólidos, politicamente progressivos e globalmente favoráveis aos países do Pacto de Varsóvia, mas da resolução do dilema que se estabelece entre uma Economia desmotivada e ineficaz, de difícil e arriscada transformação estrutural e funcional e os crescentes gastos solicitados pela concorrência com o bloco capitalista (no domínio do armamento e da exploração espacial, por exemplo) e com a China pela necessidade de apoio e de intervenção a novas frentes pró-soviéticas, abertas no Terceiro Mundo, e conservação de anteriores (Afeganistão, Angola, Coreia do Norte, Cambodja, Cuba, Etiópia, Iraque, Síria, Vietname) e pelos investimentos que a defesa internacional da imagem soviética obrigam.

A retoma insistente do tema do "desanuviamento" e da nova *détènte* foi mais um compasso de espera táctico que visa, como sempre, ganhar tempo e impedir o agravamento notório do atraso soviético em domínios estratégicos, considerados fundamentais.

Sociologicamente a continuidade a que nos vimos referindo, apresenta algumas características interessantes quanto à composição e natureza da cúpula da elite governante soviética. Assim deverão ser observados os seguintes fenómenos:

a) *A gerontocracia*, uma vez que a média de idades dessa categoria de dirigentes foi sempre superior aos 65 anos, chegando a aproximar-se dos 70 anos;
b) *A androcracia*, uma vez que só indivíduos do sexo masculino desempenharam funções decisivas nessa categoria;
c) *A predominância eslava*, uma vez que a proporção de dirigentes desta categoria étnica, originários russos, tem sido superior à de 52% que é a percentagem dos nacionais russos no âmbito da URSS [136];

[136] Segundo Ford, Robert A. D. *in Foreign Affairs*, Verão 1984, pág. 1139 verifica-se um declínio da proporção de russos e eslavos em favor de asiáticos centrais. Refere, ainda, os problemas étnicos de índole racista que se continuam a verificar no seio da sociedade soviética designadamente contra judeus, islâmicos e asiáticos centrais não eslavos.

d) *A origem socialmente modesta,* uma vez que predominam neste nível de dirigentes políticos, indivíduos provenientes de camadas sociais de pequeno *status* social, no geral médio-baixo.

Finalmente, há que atentar no argumento do antigo embaixador americano em Moscovo Robert A. D. Ford [137] sobre a impossibilidade de alterar os cerca de 100 mil funcionários superiores do PCUS – os "*Small Party bosses all over the country*" – que Brejnev fortaleceu decisivamente e nos quais predominam sentimentos de forte nacionalismo e de "chauvinismo" soviético, de importância posicional pessoal e de conservadorismo activo. Estas circunstâncias concorreram para o imobilismo da conjuntura interna soviética, apesar da pressão provocada pela insuficiência da sua Economia e da eventual afirmação de uma nova liderança suprema a nível dos órgãos centrais do poder.

O XXVII Congresso do PCUS (Fevereiro, Março de 1986) marca o início da era de Gorbatchev. Para além duma purga vultosa, operada a nível da *nomenklatura* soviética, método tradicional de rejuvenescimento da classe dirigente desta superpotência, e da denúncia da "corrupção", "voluntarismo", e de outros vícios das administrações precedentes, o que parece, do mesmo modo, uma prática sistemática, em ocasiões similares, inicia uma nova era de reforço do leninismo, de consolidação da tecnocracia e da liberalização possível da Economia, quer como resposta à necessidade de modernização da produção e da distribuição, que a concorrência internacional determina, quer como saída para o consumismo, de uma sociedade de crescentes poupanças não aplicáveis, a nível individual e familiar, que insiste, como condição de sobrevivência, na manutenção do centralismo político e da repressão institucional.

Mikhail Gorbatchev propôs, para esta modernização económica, um pacote de medidas liberalizantes, das quais se destacam as seguintes (*O Jornal*, 1986:36):

a) Reforço do sistema bancário e de crédito, considerado essencial para o autofinanciamento real das unidades produtivas;
b) Revisão do sistema de preços de vendas a retalho, adaptando-os de forma a "reflectirem o grau em que os produtos satisfazem as necessidades da sociedade e a procura dos consumidores";
c) Criação de uma relação directa entre salários pagos pelas fábricas e os lucros das vendas dos produtos, a fim de conseguir uma melhoria da qualidade dos bens de consumo;
d) Melhoria das condições de utilização dos recursos naturais e humanos;
e) Progressão da utilização mais racional das estatísticas.

Todos estes estímulos e medidas de relançamento económico, para além das de fundo ético, como sejam as já tradicionais de combate à corrupção e ao alco-

[137] Vide ob. cit., pág. 1133 e segs.

olismo, longe de demonstrarem um abrandamento do regime político soviético, significam um reforço da sua pureza [138].

O recurso ao apoio popular por via da *Glasnost*, em oposição ao bloqueio burocrático oposto à *Perestroika*, provocou a ruptura e o colapso do sistema.

4.3.2. Os Avanços da Política Externa do Segundo Mundo

Com a "Revolução de Outubro" de 1917 nasce o primeiro país marxista-leninista da História da Humanidade. As prioridades de Lenine foram, como é bom recordar, a consolidação da revolução, a saída da Rússia do conflito mundial e a promoção da reestruturação e reorganização, interna e revolucionária, do Estado. Este período de consolidação e isolacionismo culmina com a intervenção soviética na celebração do Tratado de Rapallo em 1922. Como consequência deste, opera-se a colaboração económica e militar entre a Rússia soviética e a Alemanha, em cuja desejada revolução marxista, punham, teóricos e políticos, tantas esperanças. Quasi concomitantemente o Estado soviético é reconhecido internacionalmente, primeiro no âmbito do Pacto Briand-Kellog. Em 1925 estabelece a URSS relações diplomáticas com duas dezenas e meia de estados capitalistas; em 1933, o Presidente norte-americano Roosevelt promove o intercâmbio diplomático entre os dois estados e no ano seguinte o primeiro estado socialista da História participa na direcção internacional como membro da SDN.

A morte de Lenine, em 1929, abre uma tremenda luta sucessória de que sai vencedor José Estaline, depois de pesados conflitos internos, a que se seguiu uma época de depurações e de intransigente perseguição política.

Como consequência deste processo reforça-se a ditadura com a concentração de excepcionais poderes nas mãos de Estaline, que os usa na afirmação da sua chefia.

Com a eminência de nova guerra e comungando da necessidade de evitar confrontações recíprocas, a Alemanha hitleriana e a URSS estalinista celebram o pacto de não-agressão "Molotov-Ribbentrop". A Polónia, anulada do mapa enquanto Estado soberano, é repartida entre os referidos países signatários.

A reviravolta na orientação soviética que a colocou ao lado das potências capitalistas ocidentais, na conclusão da II Grande Guerra, contra as potências do Eixo e a subsequente vitória sobre estas, projecta a URSS para plano privilegiado, em vista do empreendimento de alargamento das fronteiras do território de ideologia oficial marxista-leninista. Envolveram-se, a partir de então, várias soberanias distintas, sobre as quais se passa a exercer a influência e a tutela política, militar e económica dos bolchevistas.

---

[138] Veja-se a recuperação das figuras e obras de Lenine e de Trotsky no decurso da *perestroika* e *glasnost* de Gorbatchev.

A ONU, ao invés do que acontece com a SDN, passaria a reger a comunidade internacional consagrando as reivindicações soviéticas estalinistas. Ficava garantida a participação heterogénea das grandes potências a nível internacional, garantindo aos países mais fortes e vencedores um estatuto privilegiado. Estava igualmente consagrada uma estrutura suficientemente atractiva e minimamente eficaz, disponível para um concerto internacional de nações predominantemente individualistas, concebida de forma a impedir o seu posterior descomprometimento ou desinteresse e evitando assim um consequente malogro.

Estava, por outro lado, garantida através do mecanismo de veto bem como da estrutura e do modo de funcionamento previsto para o Conselho de Segurança, a ineficácia da mesma instância na solução de previsíveis crises internacionais, envolvendo antagonismos político-ideológicos, sempre que tanto fosse do interesse da União Soviética.

Ficavam, finalmente, salvaguardadas as esferas de influência das superpotências contratantes, estabelecidas pelos acordos das conferências de Ialta e de Potsdam, os seus espaços-vitais, bem como as zonas de neutralidade ou de relativa indiferença. Na perspectiva soviética estavam criadas condições satisfatórias para o prosseguimento da revolução internacionalista, cuja concretização lhe serve de propósito. E para tanto, era necessária tarefa, a adequação de um novo modelo de política externa que pudesse ser susceptível de se adaptar à novidade permanente das situações concretas, sem entorses ostensivos aos princípios doutrinários do marxismo-leninismo. E foram as circunstâncias concretas da evolução política da conjuntura internacional em que a URSS se viu envolvida, que proporcionaram, geralmente como justificações apostriorísticas, a exaltação de pontos específicos da doutrina do materialismo histórico. Estas novas formulações e actuações apostriorísticas, a exaltação de pontos específicos da doutrina-leninista, constituem, de facto, o âmago da discórdia com países, partidos, movimentos e indivíduos que, reivindicando a fidelidade aos mesmos princípios originais, se encontram, na actuação política concreta, em situação de desacordo, dissidência ou mesmo de confronto com a "pátria-mãe do socialismo universal". E porque, para além das evidências e das divergências, este sistema de acção e de justificação produziu dividendos positivos para a União Soviética, não tendo esta grande solução alternativa, continuou a ser empreendido, apesar dessas divergências, até ao fim.

Aparentemente rígida porque quase dogmática a política subversiva empreendida externamente pela União Soviética, mostrou-se, antes de mais, profundamente pragmática e realista, aproveitando todas as realidades, movimentos e potencialidades em seu favor, numa perspectiva de integração a nível dos resultados concretos alcançados.

Grande parte da subversão internacional, empreendida ou não, sob o beneplácito ostensivo da URSS, harmonizou-se objectivamente com os interesses do internacionalismo revolucionário soviético. E não era imperioso que cada instrumento nesta concertação funcionasse na capacidade plena das suas potenciali-

dades virtuais. Interessou sim, que a soma algébrica dos serviços prestados pelas diversas componentes destes movimentos, conduzissem a um avanço, cauteloso, mas firme, nas conquistas em favor do domínio internacional do socialismo marxista-leninista. Tanto foi, aliás, a vida do materialismo histórico e dialéctico no século XX.

4.3.3. Caracterização Geral da Política Externa da URSS

4.3.3.1. Importância desta Caracterização

De potência directora do Segundo Mundo, primaz do socialismo marxista universal, o figurino soviético, importa particularmente referenciar no âmbito do estudo sobre a vida e natureza do bloco em apreço, já pelo modelo genérico que determinou sobre os restantes parceiros geopolíticos da sua influência directa e predominante, já pelas consequências que originou fora dessa esfera de influência.

Muitos dos seus princípios e da sua axiomática foram consagrados no Direito Internacional Público contemporâneo. A "história do presente" não pode ser feita sem ter em conta esta realidade fundamental.

A análise, de âmbito doutrinário, sobre a expansão do processo revolucionário universal, passa obrigatoriamente pelo estudo das determinações e orientações principais que conduziram à política externa da União Soviética e que estruturaram a acção concertada dos países marxistas-leninistas. Deter-nos-emos, por isso mesmo, sobre o assunto, com algum pormenor.

4.3.3.2. Características Gerais da Política Externa da URSS

Inventariamos como três, as principais características gerais da clássica política externa soviética, tendo sobretudo em atenção a sua comparação com a dos países que possuem enquadramentos jurídico-políticos baseados na lógica do pluralismo político.

São elas a *centralização,* a *rigidez* e a *coerência interna.*

Por centralização entenda-se a concentração restritiva da capacidade de decisão efectiva nestes domínios da actividade política. De facto, coube ao Secretário-Geral do PCUS, coadjuvado por alguns membros do *Politburo*, a competência efectiva para a decisão em matérias de política externa. Esta concentração de funções e do mando efectivo correspondente, era reforçada pela inexistência de controlo e fiscalização parlamentares, no esquema constitucional soviético, ao contrário do que acontece nos países de liberalismo político enformante do Estado.

A característica da rigidez resulta da obrigatória obediência da política externa à doutrina oficial do marxismo-leninismo. Esteve cometida, na URSS, a comissões técnicas especializadas, a missão de assegurar a fidelidade e a conformidade dos projectos de diplomas legais e das medidas políticas potenciais à ideologia do Estado e, bem assim, a de fundamentar doutrinariamente as decisões empreendidas preparando outras. Dentro desta orientação essencial a política externa soviética regeu-se por dez princípios básicos que posteriormente se enunciarão.

Finalmente, vem a característica da coerência interna. Toda a política externa da antiga URSS tem uma lógica própria e uma continuidade, ao contrário do que se passar no Primeiro Mundo onde, por força da regra da alternância do poder, a característica geral é a do revisionismo sistemático.

A cada executivo corresponde, no sistema ocidental, um tipo de política externa diferente e, por vezes, contraditório, de anteriores.

No Segundo Mundo, apesar do materialismo histórico e dialéctico e em consequência dele, formou-se uma convicção oficialmente segura na inevitabilidade do socialismo mundial e na eficiência do sistema socialista para o conseguir. Daí o formalismo e publicidade que se dedicava à divulgação de propósitos e de métodos, sistemática e fielmente usados e repetidos.

Finalmente, acresce referir que a premência de conjunturas críticas internacionais, forçou, na sua perspectiva e interesses, a União Soviética, à tomada de atitudes inovadoras e aparentemente descobertas da protecção doutrinária, ortodoxa e pré-determinada. Nesses casos à urgência da actuação eficiente sucedeu a fundamentação ideológica, fazendo ressaltar, por vezes, das passagens mais recônditas das obras dos formuladores oficiais da ideologia de Estado, a justificação indispensável à coerência interna das actuações.

Do projecto internacionalista do marxismo-leninismo há que ressaltar como determinantes permanentes, a prossecução de objectivos geopolíticos que se traduziam, resumidamente, no alargamento metódico da esfera de influência de hegemonia soviética, em detrimento dos espaços de fidelidade neutralista e liberal. Perante este magno propósito, cuja temporalidade não estava estabelecida nem pareceu preocupação dominante, os métodos eram avaliados pela instrumentabilidade e eficiência, e ditados pela oportunidade.

A tarefa da fundamentação doutrinária resulta, sobretudo, em mais uma técnica, permanente, mas de complemento. Desde a sua produção, à sua afirmação e divulgação foram utilizados os métodos cientificamente provados como capazes de satisfazer suficientemente a opinião pública massificada. E o êxito de soluções aparentemente primárias para certa elite e intelectualidade não predominante determinou, no esquema soviético, a continuidade da sua utilização. Em certa medida é razoável dizer-se que o socialismo comunista entendeu e utilizou as potencialidades da tradição como mecanismo de acção social.

4.3.3.3. Dez Princípios da Política Externa Soviética

Particularmente eloquente é, na sequência de quanto acabamos de referir, o "*Curso de Direito Internacional*" editado, em seis volumes, pela Academia das Ciências da URSS [139].

São aí considerados princípios básicos da política externa soviética os dez seguintes:

1. Princípio da coexistência pacífica;
2. Princípio do respeito pela soberania;
3. Princípio da igualdade de direitos do Estado;
4. Princípio da não-agressão;
5. Princípio da solução pacífica dos conflitos internacionais;
6. Princípio de não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados;
7. Princípio de auto determinação dos povos e das nações;
8. Princípio do respeito pelos direitos do Homem;
9. Princípio do respeito pelas obrigações internacionais;
10. Princípio do desarmamento.

A leitura interpretativa que os países marxistas realizavam do conteúdo destes princípios foi, todavia, muito diversa da que é realizada por ideologias que aceitam e propugnam o personalismo e o pluralismo como valores primários e essenciais. Segundo a interpretação marxista a aplicabilidade destes princípios, bem como o seu conteúdo concreto varia consoante o tipo de Estado em relação.

Assim, e no que toca a este particularmente importante aspecto, podem verificar-se três situações distintas, modelares e, portanto, susceptíveis de tratamentos heterogéneos e que são:

a) A relação envolver pelo menos um país socialista do Segundo Mundo e um país capitalista;
b) A relação envolver pelo menos dois países socialistas do bloco de Leste;
c) A relação envolver pelo menos um país socialista do Segundo Mundo e um país do Terceiro Mundo ou neutralista.

Alínea a)

No que concerne à primeira das situações referidas, a aplicação dos princípios em apreço aproxima-se da que resulta da interpretação ocidental. Todavia, existe a ressalva da solidariedade activa e internacionalista relativamente aos Partidos Comunistas que nesses países capitalistas lutem pela "revolução socialista", solidariedade sobejamente afirmada nos sucessivos Congressos do PCUS ou de partidos comunistas do Segundo Mundo.

[139] As referências que se fazem com base nesta obra respeitam à edição de 1967/1969.

Conhecido é, igualmente, o apoio que a União Soviética prestou a esses partidos congéneres usando, de forma legal e descoberta, de agrupamentos artísticos de inegável qualidade e prestígio em digressão sistemática pelo Ocidente, como instrumento de propaganda soviética, bem como de financiamento de actividades de interesse e dividendos políticos.

Fica, pois, aparente, uma intenção de apoio activo aos Partidos Comunistas do Primeiro Mundo, utilizando todas as permissividades do liberalismo pluralista do Ocidente e, até ao limite, ditado pela salvaguarda da expressão formal dos princípios referidos. Simultaneamente uma ampla rede de informações, articulada com a diplomacia oficial marxista, acreditada nesses países, actuava infringindo não raras vezes os princípios internacionalmente aceites neste domínio, provocando frequentes declarações de suspeita e de retirada de confiança a agentes de Estados do Segundo Mundo, usando a figura da *persona non grata,* o Governo e o Estado de residência.

Alínea b)

No que respeita à hipótese envolvendo pelo menos dois países socialistas pertencentes ao bloco do Leste, as relações mútuas foram regidas pela doutrina do chamado "internacionalismo proletário e socialista" e pela doutrina consequente desta, da "soberania limitada" ou ainda "doutrina Brejnev". Qualquer uma delas pressupõe a existência de um *direito internacional socialista* regionalizado ao Segundo Mundo, partindo do princípio doutrinário e praticamente verificável, de que a URSS, como primaz do socialismo marxista, "exerce uma função de Estado director" e "intérprete suprema do interesse geral" (Moreira, 1982:164).

Torna-se, assim, de particular importância para o entendimento da política externa soviética e análise mais atenta sobre as duas doutrinas fundamentais que a modelavam: por um lado a *doutrina da coexistência pacífica* e por outro a *doutrina da soberania limitada,* ambas intimamente relacionadas, como veremos seguidamente.

4.3.4. A Doutrina Soviética da Coexistência Pacífica

4.3.4.1. Origens Históricas desta Doutrina [140]

Após a revolução de Outubro de 1917, Lenine desejoso de cimentar a revolução soviética na Rússia, como tarefa prioritária, apresenta o seu projecto de

[140] Existe publicado em português uma colectânea de textos de V. I. Lenine com o título genérico "*Sobre a coexistência pacífica*", Biblioteca do Socialismo Científico – Editorial Estampa.
Trata-se de um conjunto de discursos em congressos, entrevistas concedidas a jornalistas ocidentais, informes, projectos de resolução e cartas com especial incidência para o período do final da I Grande Guerra e

"Decreto da Paz" com vista ao armistício que poria termo à I Grande Guerra. Esse projecto votado no então reunido II Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, consagrava um conjunto de princípios gerais que passaram a reger a política externa do primeiro país marxista-leninista do mundo. Proclamava-se, em primeiro lugar, o *princípio do pacifismo* que era formalmente aclarado como sendo a consagração da paz duradoura, o *princípio do impedimento de que as nações débeis fossem partilhadas pelas nações ricas,* o *princípio do repúdio pelas anexações,* conquistas de territórios alheios e invasões, o *princípio do repúdio pelas indemnizações* e o da renúncia à diplomacia secreta. Como prova de coerência e exemplo, a Rússia soviética começou por anular todas as cláusulas secretas estabelecidas em tratados celebrados pelos anteriores Governos czarista e provisório.

Esta proposta visava, desde logo, por um lado, acolher a boa vontade internacional de pequenas e médias potências a quem não seriam antipáticas a maioria destas proposições e, por outro dificultar as reacções activas contra a própria Rússia soviética, por parte das grandes potências capitalistas. Não será de estranhar a recusa que os Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França e Alemanha manifestaram em relação à proposta feita pelo governo soviético, relativa ao referido "Decreto de Paz". Mas se o tratado de tréguas entre a Rússia e a Alemanha representou inegavelmente uma vitória da diplomacia de Lenine, a *Entente,* estabelecida entre a França, a Grã-Bretanha, o Japão e os Estados Unidos da América davam corpo à prevista reacção activa anti-soviética quer pelo fomento dos "governos" pró-czaristas que propunham tentar a contra-revolução, quer pelas invasões promovidas, em 1918, pela Grã-Bretanha, Estados Unidos e Japão, ao território soviético.

O Congresso dos Sovietes reunido em 5 de Dezembro de 1919, volta, por isso, a acolher uma disposição sobre política externa, da autoria de Lenine, em que se declarava desejar a Rússia soviética viver em paz com todos os povos e orientar todas as suas energias para a edificação interna do novo regime. Esta política acabaria por vingar prontamente, pois em finais do ano seguinte (21/11/1920), Lenine declararia que não existia apenas uma trégua, mas sim uma nova fase na qual conquistara para o seu país o "direito fundamental à existência internacional dentro da rede de estados capitalistas", encetando, desde então, programas com vista ao desenvolvimento das relações económicas recíprocas. E apesar dos temores expressos no VIII Congresso dos Sovietes, então reunido, sobre a eventualidade do reavivamento da guerra contra a Rússia por parte dos países capitalistas, pela situação para eles inadmissível, da existência da República soviética, aberrante no seio da comunidade internacional de então, em Março de 1921 se celebra um acordo comercial soviético-britânico e, em Janeiro de 1922, a Conferência de Cannes, que

anos subsequentes. O prefacio, de autor anónimo, constitui um bom resumo-síntese do conteúdo da obra, sob o ponto de vista marxista-leninista.

reúne o Conselho Superior da *Entente,* decide convocar a Rússia para uma conferência económica e financeira internacional.

A coexistência pacífica cimentava-se, na prática, baseada no interesse dos países capitalistas dominantes, imbuídos das velhas lógicas mercantilista e fisiocrática, pelo ouro e matérias-primas russos, e na correspondente fraqueza soviética, isolada, carente de apoio externo para levar a cabo a auto-imposta tarefa prioritária da consolidação do socialismo num só país, mas teoricamente disciplinada, autoritariamente dirigida e pacientemente crente na inevitabilidade histórica de uma futura melhor ocasião para a expansão geopolítica do seu modelo.

Esta determinação e habilidade permitiam a Lenine a arrogância de afirmar, numa entrevista concedida em 1921, o seguinte: "Que os capitalistas norte-americanos não nos toquem. Nós não lhes tocaremos. Estamos inclusivamente dispostos a pagar-lhes com ouro as máquinas, as ferramentas, etc., úteis para o transporte e para a produção. E não só com ouro mas também com matérias-primas".

A coexistência pacífica nascida como táctica política na situação de maior fraqueza, acabará por ser transformada em componente fundamental e omnipresente para a neutralização efectiva dos países capitalistas, mormente em relação aos interesses soviéticos imediatos. Daí se dever falar na existência de uma táctica geral de paz marxista-leninista.

Como disse Lenine: "primeiramente toda a guerra é uma continuação da política do tempo de paz, somente que por outros meios; em segundo lugar as concessões que acordamos, que somos forçados a acordar, são uma continuação da guerra, sob uma forma diferente e por meios diferentes" (Lenine, 1961:432). A este assunto voltaremos com mais pormenor.

4.3.4.2. Fundamentos Ideológicos da Doutrina Soviética da Coexistência Pacífica

A doutrina soviética da coexistência pacífica radica doutrinariamente na *"teoria dos compromissos"* de V. I. Lenine.

Ele próprio faculta um suficiente conceito de compromisso ao dizer: "Em política chama-se compromisso ao abandono de certas reivindicações, devido a um acordo com outro partido", (entenda-se aqui outra ideologia) [141].

A ideia que as pessoas habitualmente fazem dos bolcheviques (...) é a de que os bolcheviques nunca aceitam qualquer compromisso com quem quer que seja (...).

Esta ideia não corresponde à realidade. Engels tinha razão quando (...) sublinhava a sua declaração: *não aos compromissos* não é mais do que uma frase, dizia, porque frequentemente acontece que as circunstâncias *impõem fatalmente* [142]

---

[141] Nota do autor.

[142] O itálico é nosso

compromissos a um partido em luta e é absurdo renunciar para todo o sempre à aceitação do pagamento duma dívida a prestações" (Lenine, s/d:333).

Esta ideia é explicitada em "A doença infantil do comunismo: o radicalismo de esquerda" (Lenine, 1980:92-93) com a distinção dos tipos fundamentais de compromissos. Se por um lado os *"compromissos impostos por condições objectivas,* de fraqueza e esgotamento dos anticapitalistas em luta, justifica razoavelmente um adiamento da mesma luta para ocasião posterior mais favorável, são completamente inadmissíveis, nesta perspectiva, os *"compromissos dos traidores"* fundados no baixo egoísmo, na cobardia, no desejo de agradar aos capitalistas, na falta de firmeza diante de ameaças, exortações, em esmolas ou mesmo em lisonjas vindas da parte contrária.

Ora o caso vertente cabe manifestamente no primeiro dos tipos enunciados.

E, quanto à aplicação desta orientação, Lenine começa por afirmar a inexistência de uma fórmula única. "Naturalmente que em política onde por vezes se trata de relações extremamente complexas – *nacionais e internacionais* [143] – entre as classes e os partidos, numerosos casos se apresentarão (...). Querer encontrar uma receita, ou uma regra geral (...), boa para todos os casos é absurdo" (Lenine, 1980:92-93).

A análise casuística deve, essa sim, ser orientada, por dois parâmetros muito diferentes e que são a determinação do caminho justo, o que na ideologia marxista-leninista deixa pouca margem para subjectividade, e a regra de não dar vantagem ao inimigo.

Citando Lenine, de novo: "Aceitar o combate quando ele é manifestamente vantajoso para o inimigo e não para nós, é um crime; e aqueles que não sabem manobrar, entrar em acordos e compromissos para evitar um combate que se apresente desvantajoso não valem nada como dirigentes políticos da classe operária" (Lenine, 1977:103).

Esta, talvez, a súmula essencial que Lenine deixou para resumir a mensagem principal de tal doutrina.

4.3.4.3. Divulgação Internacional desta Doutrina

Sem procurar uma enumeração exaustiva, verificamos que este princípio doutrinário surge incorporado em inúmeras fontes formais de Direito Internacional Público desde 1954. Está contido num comunicado sino-indiano (28/6/1954) e numa declaração sino-soviética (12/10/1954) desta época.

Em 1955, é incorporado como princípio de direito internacional socialista, incluído na Declaração final da Conferência de Bandung (Afro-Asiática) e nas convenções que a URSS celebra com a Índia e com a Birmânia. Com Kruchtchev no poder e por ocasião do XX Congresso do PCUS em 1956, esta doutrina é

[143] O itálico é nosso.

apresentada aos estados capitalistas e incluída em sucessivas convenções estabelecidas entre a URSS e alguns deles, designadamente nas convenções soviético-inglesa, soviético-belga e soviético-francesa.

Em 1957 passa a pertencer à axiomática e vocabulário corrente da ONU, integrando, geralmente, a partir de então, os textos de declarações e convenções internacionais integradas para além de outros países do Primeiro ou do Terceiro Mundo, pela União Soviética. Interessa, pois, saber qual o conteúdo final que a União Soviética dá a esta tão particularmente relevante doutrina.

4.3.4.4. Conteúdo Final desta Doutrina na Perspectiva Soviética

Para a análise dos pontos mais significativos do conteúdo final da doutrina da coexistência pacífica na perspectiva soviética, socorrer-nos-emos do tratado de "*Direito Internacional Público: Problemas Teóricos*" da autoria de Grigori I. Tunkin, Conselheiro jurídico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS [144].

Em fidelidade à doutrina leninista dos compromissos, o autor começa por levantar a clássica questão da existência de regimes sociais diametralmente opostos em contradição permanente, sem que contudo se desenvolva a luta sem quartel, pressupostamente, da promoção dos países socialistas. A argumentação de Tunkin assenta, em primeiro lugar, no entendimento ortodoxo de que, embora os traços fundamentais da política dos estados sejam definidos, em última análise, pela estrutura económica da sociedade e pela estrutura social do Estado, de que, embora existam fundamentalmente duas grandes políticas opostas, a nível das relações políticas internacionais, devido ao diferente carácter sócioeconómico da política de governos socialistas e de capitalistas, há que recordar, seguindo Frederich Engels, que a estrutura económica da sociedade e a natureza de classe do Estado são *factores essenciais* mas não *determinantes únicas* da política dos governos.

Concretamente, nas relações internacionais, considera Tunkin existirem factores específicos como os *da internacionalização da vida económica* e da *divisão internacional do trabalho*, ambos como grandes reflexos do desenvolvimento das forças de produção e o aprofundamento e alargamento da divisão internacional da produção, do consumo, ciência, técnica e assim por diante. Este alargamento, gerador de novas formas específicas de relacionamento internacional, cria o fundamento de novo Direito Internacional, como também cria o fundamento da coexistência pacífica.

Nota-lhe, todavia, Grigori Tunkin, vários riscos, quais sejam a crença idealista na reconciliação de sistemas opostos, ou na convergência progressiva desses mesmos sistemas ou no apaziguamento ideológico, em suma.

---

[144] A primeira edição russa é de 1962, a segunda de 1970. Seguimos a edição francesa, de Paris, Pedow, 1965.

E postos estes de parte, por irrealistas, fundamenta a doutrina nos seguintes aspectos de actualidade no século XX:

a) Numa época de internacionalização da economia mundial, a luta de classes deve assumir também uma forma superior ou seja, situa-se ao nível dos Estados;
b) O poderio atómico das potências em questão, usado numa guerra nuclear pode, em poucos minutos, devastar territórios imensos, matar centenas de milhões de homens e destruir todo o património da cultura humana (facto a que aludiu expressamente a declaração da Conferência Mundial dos Partidos Comunistas reunida em Moscovo em 1970). Ou seja, a luta a empreender entre Estados tem de prosseguir por meios *não militares* pois é do interesse de todos que o contrário não suceda;
c) Uma grande maioria dos Estados socialistas apoiava decididamente esta doutrina face ao mundo capitalista;
d) Muitos dos mais recentes Estados saídos dos processos de descolonização apoiam esta política por verem nela a possibilidade de, mantendo a sua independência, cooperarem com todos os países, designadamente com os mais industrializados;
e) As classes operárias dos países capitalistas não apoiavam uma política de agressividade internacional, designadamente entre os seus próprios Estados;
f) A política de coexistência pacífica não é universalmente aplicável (este item é particularmente significativo e decorre da Doutrina da Soberania Limitada);
g) A coexistência pacífica é uma doutrina para tempos de transição, ou seja para o período que, na óptica marxista-leninista, medeia entre a Revolução de Outubro de 1917 em que o socialismo se implantou num Estado, até ao momento do desaparecimento do capitalismo da face da Terra, decorrendo esta convicção da tese marxista-leninista da evitabilidade evolutiva da vida dos povos em direcção ao Socialismo.

Segundo os tratadistas soviéticos referidos, a "coexistência pacífica" tem um antecedente e paralelo doutrinário qualificável como de origem burguesa e que é o direito dos povos disporem dos seus próprios destinos, já consignado, a título de exemplo, no Tratado de Versailles de 1919 e na carta da ONU de 1945.

Todavia, quer esta figura quer, como referimos, a da coexistência pacífica, não são aplicáveis nas inter-relações dos países da comunidade socialista, aplicando-se em sua vez, os princípios decorrentes do internacionalismo proletário.

4.3.5. O Internacionalismo Proletário e a Doutrina da Soberania Limitada

4.3.5.1. O Internacionalismo Proletário

O internacionalismo proletário nasce como o apelo mobilizador com que Marx e Engels encerram o seu *"Manifesto do Partido Comunista"*: Proletários de todos os países, uni-vos.

Engels escreveria ainda que "os proletários têm em todos os países os mesmos interesses, o mesmo inimigo e aguarda-os a mesma luta; a massa proletária, já por força da sua natureza está livre dos preconceitos nacionais. (...) Somente os proletários são capazes de eliminar o isolamento nacional, somente o proletariado que desperta pode estabelecer a fraternidade entre diferentes nações" (Engels, 1975:590). Karl Marx exclamaria para a História que *"os trabalhadores não têm pátria"*.

A Liga dos Justos, depois rebaptizada de Liga dos Comunistas, com a participação crescente de Marx e Engels, projecta e promove a Associação Internacional dos Trabalhadores, ou I Internacional que ganha, por sucessivas adesões de outros movimentos, grande influência no mundo laboral. A Comuna de Paris de 1871 é um resultado concreto dessa política internacionalista e revolucionária, quer pela acção directa que desenvolveu integrando originários dos mais diversos países quer pelos apoios, sindicais e políticos, internacionais que suscitou. E a sua destruição longe de se ter constituído em desalento e desânimo para os comunistas, converteu-se, depois de pouco tempo, em bandeira e em estímulo, o que o martírio sempre exacerba em lutadores que vêm morrer companheiros seus no combate por qualquer causa mais ou menos interiorizada.

Todavia com a criação da II Internacional em 1889, a social-democracia divide o movimento revolucionário comunista retirando-lhe muitos dos seus apoios.

A Internacional Comunista conheceu, todavia, novo vigor pelo apoio geopolítico fundamental que significou a conquista da Rússia pelo marxismo-leninismo.

Da mesma forma a social-democracia, pela via eleitoral, entra na área do poder e do controlo da governação em importantes países da Europa. E à medida que se assiste ao fenómeno do aburguesamento progressivo do operariado, mormente no hemisfério norte, se nota o crescente poderio de novas associações laborais internacionais que, assumindo a velha filosofia do *trade-unionism* britânico, não querem pôr em causa o capitalismo, nem o Estado, nem sequer as move uma intolerante ideologia de luta de classes: querem defender-se de perseguições, conquistar aumentos salariais, ver reduzidos horários de trabalho, assegurar melhores carreiras profissionais, obter melhores condições de segurança e comodidade no emprego, na assistência social familiar, na doença e na reforma.

Transformam-se, como grandes *lobbies,* em grupos de pressão articulados a partidos políticos de maior peso eleitoral, para melhor conseguirem a concreti-

zação dos indicados objectivos. O êxito desta política e a participação dos seus dirigentes na governação e no poder estatal leva-os, abandonados os propósitos da superação do Estado liberal e do capitalismo, a combater abertamente os marxistas-leninistas e o seu movimento sindical que consideram obvia "correia de transmissão" da política internacionalista de raiz soviética.

Em suma, o socialismo reformado e reformista, mercê da sua participação na governação do Estado capitalista, moderniza-o tornando-o cada vez menos vulnerável às críticas e embates do comunismo. "Com efeito, o sindicalismo (social-democrata) desempenhou como que uma força de ordem, canalizando e disciplinando os descontentamentos, limitando-os a objectivos imediatamente realizáveis, trabalhando contra a revolução violenta, não querendo a maioria dos dirigentes sindicalistas ir mais longe do que os governos" (Lefranc, 1971:41).

O "reformismo" social-democrata tornara-se, como movimento de massas contra-revolucionário, num poderoso sustentáculo do Estado pluralista ocidental. O internacionalismo operário e laboral que residualmente manifesta, longe de se associar à lógica subversiva marxista, conduz o Estado capitalista liberal a novas fórmulas de existência que, satisfazendo muitas das reivindicações do sindicalismo revolucionário, o desnutrem de conteúdo aliciante, isolando os seus propósitos "políticos residuais".

Por outro lado, o sindicalismo revolucionário de raiz anarquista, ganha, nos séculos XIX e XX, expressão considerável.

Enraizando-se nas teorias de Fourier, Proudhon, Bakunine, Kropotkine, Max Stirner, Jean Grave, Pelloutier, entre outros, vai movimentar importantes massas operárias para greves, boicotes e sabotagens, na mira de que, por sucessivas greves gerais, o seu instrumento revolucionário por excelência, destrua o Estado e o Capitalismo, dando lugar a uma nova sociedade fraterna, igualitária, libertária e autogestionária.

Em frequentes conflitos sociais de maior dimensão o socialismo anarquista enveredou pela luta armada. Disso é exemplo exuberante o sucedido na Guerra Civil de Espanha.

O internacionalismo proletário consegue, todavia, movimentos de unidade em torno de objectivos de recusa comum. Assim, durante os mais significativos conflitos que assolaram o mundo no século passado e em princípios do actual, foi relativamente fácil fazer convergir diferentes tendências laborais internacionalizadas para a assunção de atitudes antimilitaristas activas.

O nacionalismo antiliberal que vinga na primeira metade do século XX assume, via de regra, o corporativismo de Estado, originando novas rupturas no internacionalismo operário e na capacidade de actuação do sindicalismo revolucionário.

Os sindicatos nos países de ideologia oficial marxista-leninista são, como é sabido, únicos, ligados ao partido único que controla o Estado, e têm funções de controlo dos trabalhadores e da sua produção. Uma vez que foi oficialmente

proclamado nesses países, o fim do capitalismo, das classes sociais antagónicas e da luta de classes, não há motivo para que o sindicato desempenhe uma função reivindicativa e contestatária contra o governo que oficialmente encarna os interesses dos trabalhadores e há, por outro lado, toda a justificação para que este desenvolva uma acção de controlo, sobre os sindicatos e sobre a produção, com vista a assegurar que se cumpra a política unitária oficial do Estado e ainda evitar qualquer sabotagem por abstencionismo ou por reacção em contrário.

Além desta função de enquadramento e controlo, o sindicato nos países marxistas-leninistas desempenha ainda uma importante missão de difusão ideológica complementar.

O X Congresso do PCUS atribuiu-lhes, expressamente, a missão de "desenvolver a cultura política, ideológica e cultural dos seus membros". Os sindicatos têm sido, aliás, em diversos países do Segundo Mundo, a área preferida de actuação para os desviacionistas que pretendem fazer evoluir os regimes soviéticos para outras fórmulas de convivência sóciopolítica. Aconteceu assim na Checoslováquia de Dubcek até 1968, na Polónia de Gomulka até 1971, na Roménia de Ceausesku, ou de novo na Polónia, com a ilegalizada, mas nem por isso anulada, central sindical "Solidariedade", cujo líder, Lech Walesa, acabaria por ser eleito democraticamente Presidente da República.

Este divisionismo é, ainda hoje, aliás, uma característica iniludível do sindicalismo mundial e constitui uma forte barreira em relação ao internacionalismo operário marxista-leninista. Ao lado da Federação Sindical Mundial, de preponderância comunista ortodoxa, surge, em 1949 a CISL a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, politicamente liberal, pluralista, personalista e democrática, mais unida externamente pelo seu anticomunismo e anti-sovietismo institucionais do que por uma total coerência interna de pensamento e acção, e, em 1968, a CMT remodelando a antiga Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, basicamente liberal, humanista, jusnaturalista antiestatizante.

Muitos sindicatos do Primeiro Mundo, designadamente os norte-americanos, tornam-se, eles próprios, capitalistas e investidores. Aí o operariado, aburguesando-se, defende as democracias liberais e os seus partidos moderados; o movimento marxista-leninista ortodoxo e os partidos que o representam têm uma representação muito minoritária em termos de efectivos e de votação eleitoral, as dissidências "reformistas" e "esquerdistas" assumem proporções de peso, em certas épocas, a nível da juventude e de uma certa camada de intelectualidade.

O internacionalismo proletário necessita, perante o desespero de que Marcuse é arauto contundente, de uma actualização adaptativa: passa a internacionalismo socialista, deixando de fora todos os indivíduos, grupos, instituições e estados que assim não forem classificados pela "Pátria-Mãe" do socialismo. Aliás, o leninismo já de si consiste, em grande parte, na aplicação da doutrina de Marx e Engels à prática e, nessa medida envolve uma interpretação e pragmatismo que outras correntes ideológicas, oriundas do marxismo não quiseram aceitar.

Portanto o "novo" internacionalismo socialista, que nas suas bases filosóficas mantém a axiomática das do internacionalismo proletário primitivo, confinou-se a um novo tipo de universo preferencial que é o da *comunidade socialista mundial* – composto pelos partidos membros das organizações internacionais comunistas e pelos seus associados. Em particular assumiu uma expressão de grande relevo nas relações entre os Estados marxistas-leninistas aos quais era reconhecida plena soberania pela comunidade internacional como seus sujeitos de plena capacidade, se bem que nas suas inter-relações funcionasse o princípio da soberania limitada.

Interessa pois, com maior detalhe, examinar o conteúdo desta determinante doutrina soviética.

4.3.5.2. A Actualidade Final da Doutrina do Internacionalismo Proletário e Socialista

A doutrina do internacionalismo proletário ganhou uma evidente actualidade política como solução para a ambiguidade política manifestada pelos países do Segundo Mundo que, por um lado, produziam afirmações solenes, designadamente nos tratados reciprocamente celebrados, de salvaguarda do princípio da não intervenção nos assuntos internos dos outros estados e, por outro, intervinham abertamente em assuntos internos de outros estados socialistas em nome da ajuda fraterna.

O caso mais flagrante e, por isso mesmo, mais emblemático para o resto do Mundo, terá sido o da intervenção militar de forças do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia em 21 de Agosto de 1968, pondo termo ao processo de liberalização político-social que passou à História com o sugestivo nome de "Primavera de Praga".

A explicação doutrinária oficiosa, de maior significado político na definição do conteúdo actual da ideologia do marxismo-leninismo ortodoxo foi coincidente, nas suas diversas apresentações [145]: Há dois conceitos diferentes de soberania, a soberania dos países capitalistas e dos países terceiro-mundistas não socialistas, que é entendida classicamente com todos os seus atributos e capacidades, classicamente definidas pelos seus tratadistas, e a dos países socialistas quando entendida relativamente aos mesmos, que constitui o modelo da soberania limitada. Há, por isso, na perspectiva marxista-leninista, dois direitos internacionais públicos decorrentes desses dois estatutos modelarmente diferentes: o Direito Internacional Público Geral à luz do qual se pautam todas as relações internacionais que extravasem as possíveis entre Estados socialistas e o Direito Internacional Socialista, enquadrador destas últimas.

[145] Reportamo-nos às obras de Tunkin, G., Ouchakov, N. e Levin, D.

A doutrina da soberania limitada surge enunciada oficiosamente em 26 de Setembro de 1968 no *Moskovskaia Pravda* num artigo sob a assinatura de Sergei Kovalev. Partindo do princípio de que a política interna e externa de Alexandre Dubceck e da sua equipa conduziriam inevitavelmente a uma contra-revolução, a solução surge sob a forma de doutrina. Afirma-se, aí, a dado passo: *"Nenhuma decisão do povo de um país socialista pode prejudicar quer o socialismo do seu próprio país quer os interesses fundamentais dos outros países socialistas"* [146].

E nessa mesma altura, o perdurantemente influente Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS Andrei Gromyko declarava, sobre a intervenção em apreço, que o princípio da inviolabilidade das fronteiras da comunidade socialista tinha sido posto em causa e tanto justificava a atitude tomada.

Leonid Brejnev praticamente oficializa esta tese no discurso que pronunciou em 25 de Novembro de 1968 no decurso do V Congresso do Partido Operário Polaco, ao confirmar que os países socialistas são *livres de* fixar a direcção do seu desenvolvimento, *sob a condição de que esse processo não atente contra os inte*resses fundamentais do socialismo.

A discussão desta tese suscitou, aliás, diversas posições cujas intenções subjectivas não cabe aqui apreciar. A aprovação incondicional da República Democrática da Alemanha, ou da Bulgária, contrastaram, todavia, com as discretas reservas anunciadas pela Hungria e pela Polónia, e de sobremaneira com os entraves firmes apresentados pelos delegados de partidos comunistas europeus, designadamente do espanhol e do italiano. Maior reacção já tinha, aliás, sido produzida pela Roménia que foi o único membro do Pacto de Varsóvia a não participar nas manobras militares que depuseram o governo checoslovaco, a faltar de Março de 1968 a Novembro de 1968 a todas as reuniões do referido pacto e a reagir com vigor a esta intervenção militar.

A República Popular da China, desenvolveu a partir daí, uma nova e intensa crítica à União Soviética, fundamentada na doutrina e na prática da soberania limitada que, então, passou a qualificar abertamente de "social-imperalismo".

Apesar de tudo, o internacionalismo proletário e socialista, é oficialmente proclamado, no XXV Congresso do PCUS, como "um dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo", "arma poderosa e provada" dos partidos comunistas e do movimento operário em geral, sendo "a defesa do internacionalismo proletário um dever sagrado de cada marxista-leninista" (Konstantinov, 1976:31).

Leonid T. Brejnev forneceu, na Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, levada a cabo em Junho de 1976 em Berlim, uma noção ampla do internacionalismo socialista moderno, ao mesmo tempo que tecia vigorosas críticas aos que duvidavam ou renegavam a sua actualidade ou, ainda, aqueles que o esvaziavam de conteúdo prático: "Internacionalismo proletário é a solidariedade da classe operária e dos comunistas de todos os países na luta

[146] O itálico é nosso.

pelos objectivos comuns, a sua solidariedade com a luta dos povos pela libertação nacional e o progresso social, a cooperação voluntária dos partidos irmãos com a rigorosa observância da igualdade de direitos e da independência de cada um". (Konstantinov, 1976:10).

E se o voluntarismo da cooperação referida, a igualdade de direitos de cada um e a sua independência dificilmente resistem à evidência dos factos, não deixa de ser significativa a transposição do internacionalismo do nível social classista inicial, para o internacionalismo partidário, com evidente secundarização, por omissão, do papel dos Estados onde tais partidos e povos operam.

De certa forma se dá, então, uma folga ao *eurocomunismo,* ao reconhecer aos partidos comunistas europeus a sua independência soberana, a não ingerência nos assuntos internos alheios e a "liberdade de escolha das diferentes vias na luta pelas transformações sociais progressistas e pelo socialismo" (Konstantinov, 1976:11) ao mesmo tempo que se condena o *nacionalismo* como "uma arma venenosa da reacção na luta contra o socialismo mundial e o movimento de libertação nacional" (Konstantinov, 1976:12). Esta doutrina foi, em suma, brilhantemente sintetizada pelo académico soviético Topornin da seguinte forma: é o desenvolvimento da ditadura do proletariado em formação internacional. Vejamos pois quais as fontes doutrinárias que a fundamentam.

A) Fontes

Esta nova leitura do internacionalismo proletário foi afirmada e reafirmada em quase todas as conferências de representantes dos partidos comunistas e operários, mormente as restritas aos partidos do Segundo Mundo [147], votada nos Congressos desses mesmos partidos, com particular relevo para o já referido XXV Congresso do PCUS de 1977, incluídos "em importantíssimos actos legislativos dos Estados socialistas" (como) "por exemplo na Constituição da República Popular da Bulgária, aprovada em Maio de 1971" (Konstantinov, 1976:33).

As novas relações que este internacionalismo proporcionou aos países do Segundo Mundo, para oficialmente se estruturarem na base da sincera amizade, do respeito mútuo, da cooperação fraterna, da assistência mútua e da rigorosa observância da independência nacional e da soberania estatal "dos estados grandes e pequenos" (Konstantinov, 1976:33) abrindo campo à recíproca fiscalização de ortodoxias, à intervenção directiva e correctiva da União Soviética, como primaz do socialismo marxista-leninista, à coesão tutelada da esfera de influência soviética e à continuidade da sua eficaz acção externa.

Esta primazia de tutela fez parte integrante da doutrina do internacionalismo socialista, como o proclamaram precursoramente Georgi Domitrov, no já longínquo ano de 1937, e o reafirmaram, nas décadas de 70 e 80, os secretários-

[147] Como sejam as de 1957, 1960 e 1969.

-gerais dos Partidos Comunistas satélites mais fiéis a Moscovo, designadamente os búlgaro, alemão oriental e checoslovaco, bem como os de outros exteriores ao Segundo Mundo, mas de inegável ortodoxia, como o do PC dos EUA.

Tal atitude dá continuidade à interpretação estalinista de 1927 sobre a atitude internacionalista, colmatando divergências tendenciais no seio da III Internacional: "É internacionalista aquele que sem restrição, sem hesitação e sem condição está pronto a apoiar a União Soviética" (Meray, 1966:10). Mao-Tsé-Tung glosaria esta posição, ainda em fase de fidelidade expectante, dizendo que: "O campo socialista deve ter uma cabeça e esta cabeça é a União Soviética; os Partidos Comunistas e os Partidos Operários do Mundo têm necessidade de uma cabeça e essa cabeça é o Partido Comunista da União Soviética" (Meray, 1966:41).

Em suma, o princípio ganhou uma importante e multifacetada consagração jurídica e doutrinária; o seu conteúdo é preciso e a sua aplicação ficou provada.

Vejamos pois, quais as suas principais determinações.

B) Principais linhas de força do internacionalismo proletário e socialista na actualidade

Em primeiro lugar, o internacionalismo afecta as relações entre os Estados socialistas. Para tanto, há que superar o patriotismo de base nacional, substituindo-o por um novo pró-sentimento: o "patriotismo socialista" alargado às fronteiras da comunidade socialista de estados, de tal modo que ambos os conceitos – patriotismo socialista e internacionalismo socialista – se fundam numa só realidade. Por outro lado, ao abandonar-se a designação "proletário" pela de "socialista", vai permitir-se que todos os não proletários possam ser abrangidos, sem problema maior, pela mesma relação. O vínculo que permite verificar a aplicabilidade pessoal deste princípio é o da pertença a um dos países ou dos partidos ortodoxos da comunidade socialista: uma figura que colhe semelhanças com o instituto da nacionalidade ou com o cânone da comunhão eclesial.

Veio finalmente a concretizar-se oficialmente a ideia de Leonid Brejnev sobre o novo sentimento de patriotismo, explícito há vários anos atrás, na interpretação de que "na sociedade socialista (...) o sentimento de patriotismo ultrapassa as fronteiras traçadas pela pertinência nacional e adquire um novo conteúdo" (Brejnev, 1977:33). Depois acresce referir que o internacionalismo socialista é declarado como *"a ideologia científica marxista-leninista* da comunidade de interesses e objectivos da classe operária de diferentes nações (...) a *política e a ampla prática social* no campo da edificação estatal, económica e cultural (...) (e) são os *princípios morais* dos sentimentos de igualdade, respeito mútuo, fraternidade e amizade dos povos" (Konstantinov, 1976:42).

Na tríplice configuração apresentada, esta doutrina política e ética, não admite alternativa para o universo a que se destina e nessa medida é a própria expressão

de uma ideologia totalitária. À sua direita estão o *revisionismo* e o *nacionalismo burguês;* à sua esquerda o *esquerdismo, doença infantil do comunismo.*

Daqui decorre, como consequência forçosa, que os princípios soviéticos já enunciados, relativos ao respeito pela soberania nacional e estatal, a não ingerência nos assuntos internos de outros estados e partidos da comunidade socialista, estão subordinados ao princípio maior da "solidariedade internacional, da ajuda mútua de camaradas e do apoio na edificação do socialismo e do comunismo, na luta contra o imperialismo e a reacção" (Konstantinov, 1976:45).

Como referiu Lenine a este respeito, "a unidade da táctica internacional do movimento comunista e operário de todos os países requer não a supressão da diversidade, não a eliminação das diferenças nacionais, o que é um sonho insensato do momento actual, mas uma utilização dos princípios fundamentais do comunismo (o Poder soviético e a ditadura do proletariado) que modifique correctamente estes princípios nas particularidades, que os adapte e os empregue correctamente às diferenças nacionais e estatais" (Lenine, 1980:77).

Esta concepção parte implicitamente da lógica provada de que o exercício continuado de uma determinada soberania sobre uma determinada colectividade, fixa num determinado território, tende a formar sobre eles um novo sentimento nacional, crescentemente consolidável, substitutivo, com o decurso de gerações, dos diversificados sentimentos nacionais ou tribais pré-existentes [148].

Foi aliás, nesta base, que o próprio marxismo-leninismo apoiou movimentos nacionalistas de esquerda emanados das mais recentes independências verificadas no Terceiro Mundo, pelo desmembramento progressivo dos antigos impérios coloniais. E, nesta substituição, há uma alteração de padrões de comportamento, de valores e de elementos culturais, onde intervêm a predominância da filosofia oficial do Estado, mais facilmente divulgada por intermédio do controlo exclusivo do partido único sobre os aparelhos ideológicos desse mesmo Estado.

Com o novo pró-sentimento oficial de patriotismo internacionalista socialista, não há assuntos que possam desinteressar ou estar vedados aos membros que pertencem à já definida comunidade. Todos interessam a todos. E nessa medida, e na da defesa dos interesses da edificação do socialismo e do comunismo em tal domínio, se limitam correlativamente as soberanias e as autonomias institucionais.

No esquema do evolucionismo determinista que caracteriza o materialismo histórico e dialéctico, esta nova fase, qualitativamente diferente, desactualizadora da família gentílica, da tribo, da etnia ou da nação, comunidades históricas humanas pertencentes a outras formações sociais mais atrasadas, explicar-se-ia como consequência das novas relações de produção socialistas, da mesma forma como se projecta pôr o Estado em definhamento progressivo pelas idea-

[148] Tal como foi pensado fazer para criar novos "Estados-nação" com as colónias e se quer que aconteça na União Europeia. O malogro dos primeiros exemplos coloniais não augura nada de bom ao processo de criação da "Nação" europeia.

lizadas relações de produção do comunismo e pelo estádio de desenvolvimento que então atingissem as forças produtivas. E na lógica paciente do leninismo a fase internacionalista em apreço pressupõe uma fase pueril "do florescimento completo das nações outrora oprimidas" (Konstantinov, 1976:70). Essa era a fase já considerada ultrapassada pela União Soviética no seu processo histórico, no final da década de 80, mas é, e ainda, dentro desta lógica, *mutatis mutandis*, a que atravessariam países do Terceiro Mundo.

A internacionalização da vida económica e dos seus circuitos, no âmbito dos países da comunidade socialista, operaria determinantemente na passagem para esta nova fase do internacionalismo socialista. Dentro da lógica do materialismo histórico e dialéctico a comunidade socialista de Estados está para o socialismo, assim como a família gentílica está para a sociedade primitiva, a tribo para o esclavagismo, a etnia para o feudalismo e a nação para o capitalismo. O evolucionismo determinista, a que em outro local se alude, é característica essencial do "porvir histórico" para esta ideologia. Daí que se entenda ser "necessário assinalar que o sistema mundial do socialismo (seja) não só um resultado natural, mas também uma *fase inevitável* do desenvolvimento da sociedade humana" (Konstantinov, 1976:87).

Toda esta filosofia fundamenta a tese brejneviana da soberania limitada. Necessária se torna, pois, a sua apreciação.

C) A "doutrina Brejnev"

A "doutrina Brejnev" não existiu com este nome senão fora da ortodoxia marxista-leninista, uma vez que se entende ser apenas uma vivificação, na conjuntura vertente, das teses leninistas do internacionalismo proletário, da coexistência pacífica, e de toda a teoria do Estado de Marx, Engels e Lenine. A sua formulação fica a dever-se, em primeiro lugar à necessidade de justificar perante o mundo socialista, bem como perante a restante comunidade internacional, a intervenção do Pacto de Varsóvia, no termo da "Primavera de Praga". É tido como seu principal formulador, o especialista soviético de doutrina marxista Kovalev, que desenvolveu, aprofundadamente, a teoria dos conteúdos diversificados dos conceitos de soberania em relação com as ideologias básicas dos Estados. Leonid Brejnev adoptaria posteriormente, esta doutrina, emprestando-lhe o seu nome. Em termos de aplicação a doutrina em questão considera três situações fundamentais a saber:

a) *A situação de relação* país socialista – país socialista;
b) *A situação de relação* país socialista – país capitalista;
c) *A situação de relação* país socialista – país do Terceiro Mundo (não socialista).

Esta última situação é ainda passível de conter dois casos-tipo e que são:

c.1) *A situação de relação* país socialista – país do Terceiro Mundo sob administração colonial;
c.2) *A situação de relação* país socialista – país do Terceiro Mundo independente e não-socialista.

No primeiro caso funcionava, em pleno, o princípio do internacionalismo socialista, que, na prática, se traduz na limitação da soberania na medida em que ela signifique "o direito ilimitado do povo (...) de dispor ele próprio do seu destino, de eleger livremente o regime social a forma de governo e os seus dirigentes"(Konstantinov, 1976:189-190). Esta soberania é limitada ordinariamente pela solidariedade que implicam as relações económicas socialistas a que já se fez referência, e, extraordinariamente, sempre que estejam postas em causa, por forças internas ou externas, as conquistas do socialismo nessa comunidade em geral e local específico em particular. Incluem-se, neste caso, eventuais agressões exteriores ao bloco, violações das fronteiras dos Estados do sistema socialista e quaisquer movimentações de índole contra revolucionária no seu seio, a primazia do direito de iniciativa, na superação destas situações anómalas ao sistema, cabe, em primeira mão, às autoridades do Estado socialista em questão, o qual poderá solicitar a intervenção das forças de outros países da comunidade socialista os quais, independentemente deste pedido e mesmo na falta dele, estão constituídos na obrigação recíproca de intervirem, sempre que tanto se mostre necessário, para impedir a consumação de quaisquer dos aludidos processos, degenerescentes na perspectiva marxista-leninista. Esta era, todavia uma actuação de segunda instância, como declarou Leonid T. Brejnev ao frisar "que uma acção como a ajuda militar a um país irmão a fim de frustrar a ameaça ao regime socialista é uma medida extraordinária, forçada, que só pode ser provocada pelas acções directas dos inimigos do socialismo dentro do país e no exterior" (Brejnev, 1977:33).

Pelo que fica dito, cabia à União Soviética, pela primazia de potência-mãe do socialismo universal e directora em relação ao Segundo Mundo, um reforço no exercício desta fiscalização tutelar.

O direito de cada Estado e partido da comunidade socialista de construir a sua própria via de socialismo, adaptada às condições reais e concretas da sua existência, regra aceite pelo marxismo-leninismo desde sempre, está limitado pelas obrigações recíprocas a que aludimos.

Em suma: na ordem jurídica socialista marxista-leninista não há lugar para o conceito de soberania plena, nem para o de capacidade jurídica plena. Não se trata, todavia, de uma confederação de estados, de um sistema de protectorado ou de qualquer figura clássica do direito constitucional ou internacional público. Trata-se, de facto, de uma nova estrutura de poder que, para *fora* do seu âmbito,

usufrui dos atributos das soberanias plenas formais dos seus componentes e, *para dentro,* permite a preponderância da componente mais forte na direcção de todo o conjunto em nome de uma axiomática intolerante e, como qualquer ideologia, em última análise, indemonstrável.

Na prática, começara o processo de destruição dos diversos Estados integrantes da comunidade socialista para a realização de um novo grande estado socialista mundial. Conheceu, ainda, o Segundo Mundo, diversos tipos de desviacionismos com diferentes desfechos e consequências a que aludiremos mais adiante. Todavia, é de notar que casos houve em que o processo se consumou pela ruptura e sucessiva saída do bloco e, apesar de mantidas as relações socialistas económico-sociais, o sistema soviético de governo e a ideologia oficial de base marxista-leninista, a proscrição da comunidade socialista sobreveio.

No segundo caso referido, funcionam formalmente os princípios da não-ingerência dos assuntos internos dos outros estados soberanos e todos os restantes constantes da Carta das Nações Unidas, interpretadas à luz do Direito Internacional Público aceite pelos países capitalistas. Todavia, permanece o apoio internacionalista à classe operária e ao povo que nesse país se revoltar contra a ordem instituída, pela sua superação, na mira do alcance de uma sociedade socialista, sob a direcção da vanguarda ortodoxa que é o partido comunista ou operário, reconhecido como fidedigno pela comunidade socialista.

Conforme se disse anteriormente, a coexistência pacífica não se aplica, segundo a doutrina vertente, à luta dos revolucionários ortodoxos contra as classes dominantes no poder (designadamente a chamada burguesia) pela conquista desse poder nos países capitalistas. Quer dizer, respeita-se formalmente o Estado capitalista, sem se abdicar do apoio concreto à sua subversão. Nesta medida há que promover a *estratégia de paz* que significa em relação à doutrina soviética uma táctica de paralisia do mundo capitalista e politicamente liberal na sua agressividade anticomunista activa. Esta táctica utiliza vários instrumentos concretos, entre outros a ONU, as conferências internacionais sobre o desarmamento e limitação de armamento sofisticado e a promoção do pacifismo. Adiante voltaremos a este assunto.

Relativamente aos países do Terceiro Mundo sob dependência colonial, o princípio é o do apoio dos movimentos guerrilheiros autóctones na subversão orientada do sistema colonial e no seu combate para a irradiação da administração colonizadora.

Trata-se, mais uma vez, da aplicação duma doutrina leninista à actualidade e à agenda da segunda metade do século XX: a *doutrina sobre as revoluções de libertação nacional.* Sobre ela nos debruçaremos com maior detalhe.

Quanto às relações com países do Terceiro Mundo já independentes, funcionam formalmente os princípios internacionais que pautam as relações com os países capitalistas, sendo contudo a solidariedade internacionalista manifestada em relação ao movimento guerrilheiro vitorioso que se constituir

em vanguarda progressista e, eventualmente, marxista-leninista, geralmente em regime de ditadura mono-partidária, com vista a estabelecer nesses países vias de desenvolvimento não-capitalistas, precursoras do considerado inevitável estádio socialista. Esta solidariedade seria, antes de mais, corporizada na maciça exportação de tropas de enquadramento com a designação de *conselheiros militares,* bem como, de material bélico correspondente. O apodado auxílio económico materializa-se em grande medida, em produtos manufacturados e em bens de equipamento para a agricultura e, menos, para a indústria, criando, assim, uma dependência económico-financeira, tecnológica e de componentes desses novos Estados em relação ao Segundo Mundo. Atendendo a que o marxismo-leninismo considera que o capitalismo no mundo atravessa agora a sua fase final, na qual as potências com esse regime se tornam *imperialistas,* toda a intervenção destas num conflito entre países do Terceiro Mundo é classificada de *agressão imperialista.* Em circunstâncias tais, como foram das intervenções dos EUA no Vietname e na Coreia ou de Israel no Egipto ou na Síria, a título de exemplo, os países do bloco de Leste constituem-se no dever de secundar activamente a parte conflituante com a das forças afectas ao modelo ocidental, dentro da sua estratégia anticapitalista mundializada.

D) O alargamento da comunidade socialista com países oriundos do Terceiro Mundo

Depois de uma primeira fase da evolução geopolítica do comunismo, caracterizada pela implantação e fortalecimento do regime soviético marxista-leninista num só país e de uma segunda, subsequente ao fim da Grande Guerra de 1939--1945, caracterizada pelas vitórias dos exércitos vermelhos impulsionados pelos soviéticos, nos países europeus contíguos à União Soviética, surge uma terceira fase de expansão do Segundo Mundo, por incorporação de países histórica, económica, social e estruturalmente diferentes que são caracterizáveis genericamente como países terceiro-mundistas.

Verifica-se, assim, um certo entorse da prática geopolítica em relação à ortodoxia da doutrina do materialismo histórico e dialéctica que previa, por evolucionismo determinante, mais próxima a sucessão para o estádio socialista de países que tivessem atingido o cume das contradições do capitalismo ou seja os países altamente industrializados da Europa. Todavia a China torna-se socialista em 1949, com o patrocínio evidente dos soviéticos. E apesar do desviacionismo desta e do conflito sino-soviético, a que em outro local faremos alusão, esta incorporação geopolítica de que a Mongólia Exterior é fruto, abre precedente e constitui testa-de-ponte para a incorporação de outros países do Terceiro Mundo do Sudoeste asiático no referido bloco, em sucessão de penosas guerras de desgaste. As vitórias conseguidas no Vietname do Norte, no Laos, no Cambodja no Iémen do Sul permitiram o alinhamento destes pelo diapasão marxista-leninista, com

a reforçada vantagem de poderem ser contados duplamente em termos políticos internacionais: quer como neófitos no Segundo Mundo, quer como originais no terceiro.

Uma segunda linha de penetração soviética visa os povos da nação árabe. E se no Egipto de Sadat se verificou um revés nas relações com a URSS, esse foi compensado pela solidariedade activa manifestada pela Líbia de Arafat e pela OLP.

Cuba, igualmente considerada como integrante da comunidade socialista e do conjunto terceiro-mundista, é uma dispendiosa testa-de-ponte para a exportação de um modelo subversivo adaptável à América Latina, cujas concretizações diversas chegam a ser apoiadas localmente pela própria União Soviética, como aconteceu mais recentemente com Granada e com a Nicarágua.

O facto da América Latina ter sido considerada pelas administrações norte-americanas, como área de espaço-vital, dentro da sua esfera de influências, tem permitido sucessivos inêxitos de processos revolucionários marxistas em curso neste sub-continente, de que foram porventura expoente emblemático os do Brasil de Jânio Quadros e João Goulart e do Chile de Salvador Allende. E com a insistência subversiva nesta área especial, para além do desgaste económico, político e militar que provocou nas administrações americanas, serviu ao sovietismo de bandeira propagandística para agitação dos movimentos pacifistas, autonomistas em geral, e antiamericanos, nas zonas periféricas da esfera de influência norte-americana, quer entendidas numa perspectiva geopolítica, quer dentro de uma lógica de movimentação de massas e de opinião pública. Numa estratégia de isolamento progressivo dos EUA dentro da sua esfera de influência e em relação ao Terceiro Mundo interessou de sobremaneira, a abertura sistemática de novas frentes de conflito que obriguem à intervenção militar americana. Cuba, primeira república socialista do hemisfério ocidental vem desempenhando, nesse domínio, um papel muito importante já como modelo revolucionário viabilizador, já como testa-de-ponte para o continente americano. Existiram, por conseguinte, até ao final da "Guerra Fria", países cuja situação na divisão clássica dos três mundos foi equívoca.

Reivindicados como países enveredados pela via socialista, como o Afeganistão, Angola, Argélia, o Benim, a Birmânia, o Congo, a Etiópia, a Guiné, o Iémen, o Madagáscar, a Síria, a Tanzânia, a par de Cuba, integrante formal da comunidade socialista, permaneceram como membros de pleno direito das instâncias estruturais do Terceiro Mundo criado como alternativa ao conflito entre o capitalismo e o socialismo.

A duplicidade aproveitou politicamente, de sobremaneira, à comunidade socialista de Estados.

E) A doutrina soviética sobre as "revoluções de libertação nacional"

E.1.) O aparecimento desta doutrina

O marxismo-leninismo teorizou muito especialmente para a Europa e para os estados europeizados. Só marginalmente se refere as colónias, obviamente desconhecendo a hipótese em certa medida alternativa que o Terceiro Mundo viria a representar. A lógica evolucionista determinante do materialismo histórico e dialéctico levou a olhar com maior interesse para os países industriais onde a "questão social" se desenvolvia acesamente do que a teorizar sobre zonas do globo que praticamente nem classe operária tinham. E sem classe operária, na boa lógica marxista, não há vanguarda, não há revolução socialista e não há ditadura proletária. Todavia, as descolonizações inglesa e francesa, sobretudo, multiplicaram depois de 1945 o número de estados da comunidade internacional. Estados tecnologicamente atrasados, carentes de investimentos, de tecnologia, de quadros, convulsivos na sua adaptação ao novo estatuto de independência, inseguros no modelo a adoptar e na evolução a empreender. Esta debilidade dos novos países saídos da descolonização, foi aproveitada pelo marxismo-leninismo para a expansão da sua presença no mundo. E a urgência das situações levou a que, a prática se adiantasse à teoria. E, tal como a doutrina da soberania limitada (ou doutrina de Brejnev) sucedeu justificativamente ao fim da "Primavera de Praga" assim a doutrina sobre "as revoluções de libertação nacional" veio depois das intervenções soviéticas nos novos estados do hemisfério sul.

Mais uma vez se sentiu a necessidade, coerentemente considerada insuperável, de justificar *a posteriori*, doutrinariamente, a ortodoxia de políticas de facto aconselhadas pela favorável conjuntura internacional.

Mas, ao invés do que acontece para a doutrina da soberania limitada, justificável a partir da tese do internacionalismo socialista, há uma lacuna de teorização para estes casos nos formuladores do marxismo que só ocasional e marginalmente se referem ao assunto. Assim, se por um lado fica mais campo aberto para a maleabilização da doutrina do enunciado propósito justificativo, menos fidedignidade a liga ao corpo doutrinário central e original do marxismo-leninismo.

E.2.) Principais proposições da doutrina sobre as "revoluções de libertação nacional"

As principais contribuições de Marx e Engels para este tipo de problemática teórica podem resumir-se, exemplificativamente, em poucas linhas: uma condenação do domínio britânico na Índia, focalizado sobre o aspecto da concorrência que a indústria maquinizada do algodão promoveu à fiação manual, eliminando-a, uma condenação do genocídio perpetrado por ocidentais europeus em busca do

ouro e da prata nas Américas, correspondente condenação da escravatura negra africana, o apoio à insurreição dos autóctones argelinos, opiniões na sua maioria colhidas de artigos de jornal da pena desses filósofos políticos.

Basicamente, a teoria em apreço será, assim, classificável como sendo de inspiração marxista mas não de autoria marxista. V. T. Lenine fornece grande parte do fundamento teórico desta doutrina com a sua obra "O imperialismo, grau supremo do capitalismo", editada pela primeira vez em Abril de 1917. Neste livro, Lenine prossegue a lógica evolucionista histórica do marxismo, considerando que o capitalismo tende inevitavelmente a evoluir, por contradições sistemáticas, até à sua fase superior, na qual se torna imperialista, expansionista e belicista. Esta interpretação, que encontra o seu fundamento remoto nas teses e práticas dos mercantilistas e do liberalismo económico, na medida em que apelam para o desenvolvimento da exploração colonial pelas metrópoles, assenta mais moderadamente nas concepções de Hobson sobre o imperialismo, como, aliás, admite o próprio Lenine.

Esta internacionalização da acção do capitalismo traria, segundo Lenine, entre outras, como consequência, a afinidade e a ligação entre os processos revolucionários socialistas do Globo com as lutas emancipalistas coloniais, porquanto "a revolução social só poderá realizar-se na unidade da guerra civil do proletariado contra a burguesia dos países desenvolvidos e de uma série inteira de movimentos democráticos e revolucionários, designadamente de libertação nacional, das nações subdesenvolvidas atrasadas e oprimidas" (Lenine, 1961:112).

É evidente que, devido à mútua dependência, especialmente económica mas diversificada por todos os restantes sectores da vida do Estado, estabelecida organicamente entre as metrópoles e os seus impérios ultramarinos, a simultaneidade dos conflitos num e noutro lado, favorecem, simultânea e reciprocamente o respectivo agravamento de crises económicas e sociais em cada um, facilitando o caminho, por enfraquecimento de ambas as partes e por divisão de frentes de combate em área de outra tutela geopolítica, para a instauração da situação socialista ou socializantes.

O faseamento qualitativo da revolução socialista, nestes casos, segundo Lenine, deve conter três momentos fundamentais e que são:

a) *insurreição e guerras revolucionárias de raiz nacional,* designadamente as de tipo emancipalista já mencionadas;
b) *insurreição social de classes,* opondo todos os grupos sociais descontentes com o capitalismo, contra a classe dominante em todo o território em questão;
c) *unificação de ambos os conflitos,* para a revolução socialista final.

É também significativa a evolução do grupo social central ao qual se faz apelo como principal força motriz do processo revolucionário: da formulação marxista-

-engelsiana de *operário,* ou *proletário industrial* passa-se para a formulação leninista de *trabalhador,* obviamente mais abrangente. Mais recentemente ainda e tendo em conta não só as transformações sociais operadas no mundo capitalista, de que a mais significativa para este aspecto é a do aburguesamento progressivo da classe operária, como também a favorabilidade do novo campo de revolução socializante que o Terceiro Mundo demonstrou, onde o proletariado é socialmente insignificante, se alargou, novamente, na doutrina soviética, este vocativo da base social de apoio, falando-se agora dos *povos oprimidos e explorados.*

Ampliando-se o conceito adapta-se a ideologia às realidades novas das situações sociais do Primeiro e do Terceiro Mundos.

Uma segunda proposição desta doutrina leninista resultou da omnipresente condição de primaz do socialismo, assumida pela URSS e consistiu na necessidade de ligação das revoluções emancipalistas à mais ampla luta do sovietismo contra a sociedade capitalista. Esta ligação é formulada por Lenine como uma condição *sine qua non:* o êxito dessas revoluções e a sua continuidade dependem da integração das mesmas na estratégia anti-imperialista soviética [149].

E do acerto destas considerações é particularmente exuberante o exemplo do caso português: a ligação das lutas emancipalistas ao processo revolucionário metropolitano e os êxitos concomitantes, em cada território, de processos revolucionários e socializantes com todas as suas consequências sociais, económicas, políticas e estratégicas.

O direito à autodeterminação nacional, na concepção leninista, não é senão uma etapa necessária na senda da instauração do socialismo, dentro do faseamento já referido. Significa ainda, na lógica do marxismo-leninismo, a assunção do estatuto jurídico de estado soberano por parte de antigas dependências coloniais dificultante da intervenção dos países capitalistas, reforçante da maioria terceira mundista na ONU, gerada, por via da cooperação tecnológica, económica e militar de novos apoios logísticos importantes.

Daí o interesse que a URSS colocou na incorporação do princípio de autodeterminação dos povos, pelo direito internacional formulado na sequência do termo da II Grande Guerra.

Contudo, a União Soviética não apoiava, na prática, indiscriminadamente, todos os processos emancipalistas mesmo que de base nacional. A justeza dos mesmos passa pelo crivo da orientação política que os anima: se são contra o capitalismo e contra o imperialismo que lhe é atribuído, são boas e de apoiar, se são a favor do capitalismo são de recusar, por mais efectivas que sejam as bases culturais e históricas dessa movimentação autonomista. Por isso, exemplificativamente, foram animadas pelos soviéticos as lutas palestinianas para a independência de um Estado respectivo e, por outro lado, são atacadas as formações de

---

[149] Este propósito pode ler-se: Lenine, V. I. (1980), *Obras Escolhidas em 3 tomos*, Edições Avante, Lisboa, tomo III, págs. 210-217.

Estados independentes de base histórica e culturalmente autónoma e definida, porque essas independências contam com o apoio de países preponderantes da NATO ou porque as mesmas possam vir a servir os interesses destes, no ponto de vista económico ou militar. Estão neste caso entre outros, os processos do Katanga no Congo, do Biafra na Nigéria, dos Kurdos no Iraque, das tribos negras do sul no Sudão, da Eritreia na Etiópia, do Bengala Oriental no Paquistão, e, *mutatis mutandis*, do Tibete na China, da Nova Guiné na Indonésia Ocidental.

Uma última proposição engloba um projecto soviético de modelo de desenvolvimento político, social, económico e militar. É conhecido pelos nomes de *via de desenvolvimento não-capitalista* ou mais simplesmente como via de *desenvolvimento socialista.*

A ele referiremos ao estudar comparativamente os modelos de desenvolvimento propostos para o Terceiro Mundo.

4.3.5.3. Os desviacionismos do Segundo Mundo

A) Enquadramento introdutório

Particularmente problemáticos foram, para a rigidez do sovietismo internacionalista, os movimentos e atitudes desviacionistas que no seu seio se radicavam e cujo impacto, quer a nível interno da comunidade socialista quer externo, não pode ser iludido. Em termos doutrinários houve sempre um fundamento explicativo: tratavam-se basicamente de convulsões resultantes da evolução dialéctica dos Estados socialistas, fomentadas pelas potências capitalistas desejosas de ver destruído o bloco socialista e as suas conquistas e apoiadas internamente em aliados, objectivos e subjectivos, do imperialismo. É útil repetir que na prática ideológica do marxismo-leninismo todas as atitudes não coincidentes com a formulação actualizada da ortodoxia doutrinária soviética são sempre redutíveis à má qualificação de revisionistas nas suas duas grandes modalidades: reaccionarismo *contra-revolucionário* ou *reformismo,* se tal atitude se situar à direita do projecto oficial, e de *esquerdismo* se se situar à sua esquerda. A fluidez destes epítetos e a subjectividade da sua atribuição, e as consequências geralmente penosas resultantes da sua atribuição, a entidades situadas no seio da comunidade socialista, completam a capacidade coercivamente desmotivadora que se pretendeu atribuir a este mecanismo de sanção ideológica. E, como qualquer sanção tem, para além da função ocasional de reparação, uma função permanente de dissuasão preventiva.

O desviacionismo em relação ao mundo marxista-leninista constituia sempre retrocesso. Fundamentalmente, ele consagrava uma desobediência em relação a Moscovo e, nessa medida, concretizava uma disfuncionalidade em todo o sistema socialista. Avivando o nacionalismo, e rancores nacionalistas, reforçando eventu-

almente autonomias de Estados socialistas, contraria sempre o internacionalismo dominante. Externamente, é contraproducente em termos de imagem, já pelo descontentamento que o processo revela, já pelas consequências repressivas, a diversos níveis, que suscita o processo desviacionista, mais ou menos radical e restará sempre uma cicatriz em relação ao bloco de Leste e à História.

B) Tipologia dos processos desviacionistas do Segundo Mundo

Sem pretender historiar os processos desviacionistas do Segundo Mundo, afigura-se pertinente uma breve referência relativa à caracterização classificativa dos mesmos, aludindo, subsequentemente, aos aspectos mais significativos de cada caso concreto, como pontuação da reversibilidade endémica a que o sistema socialista esteve sujeito, a afirmação dos Estados e das nações contra o internacionalismo centralizado, foi uma constante na vida do Segundo Mundo. Podemos classificar os principais desviacionismos do bloco socialista em três categorias:

a) Com ruptura e consequente saída do bloco;
b) Com ruptura, sem posterior saída do bloco; e
c) Conflito interno ao bloco, sem ruptura.

No primeiro caso estarão os exemplos da República Popular da China, da Jugoslávia e da Albânia, no segundo os da Polónia, Checoslováquia e da Hungria, no terceiro a Roménia e a Polónia, de novo, são exemplos a destacar.

Sinteticamente referimos alguns dos passos mais significativos dos processos históricos referidos.

B.1.) O desviacionismo chinês

B.1.1.) O Significado do desviacionismo chinês

A ruptura com a República Popular da China assumiu um significado especial por múltiplas razões. Em primeiro lugar, em virtude do apoio soviético inicial promovido em favor da vitória do exército vermelho maoista e na esperança depositada neste alargamento do mundo bolchevista; em segundo, pela dimensão da China no contexto mundial. Esta dimensão tem a ver não só com factores geográficos, demográficos e políticos mas também com uma herança histórico-cultural que não deve ser minimizada. É significativa também pelos efeitos divisionistas que operou nos movimentos marxistas-leninistas a nível mundial, pelos conflitos bélicos continuados com a União Soviética, desenvolvidos a nível insular e fronteiriço, pela concorrência com esta potência pela liderança dos movimentos terceiro-mundistas, designadamente a nível de movimentos emancipalistas e de grupos guerrilheiros. Em termos de balança internacional de poder introduz um

novo arranjo de forças permitindo a componente norte-americana o desenvolvimento de uma política triangular.

B.1.2.) Momentos mais significativos do desviacionismo chinês

O desviacionismo chinês funda as suas motivações políticas próximas mais de duas décadas antes da revolução maoista vitoriosa, quando Estaline impõe a Mao-Tsé-Tung, no ano de 1927, uma orientação de coligação – a "coalisão" – com o Kuomitang, partido nacionalista republicano da direita chinesa. Este, herdeiro da república de 1920, à sombra da qual surge o referido Partido Comunista Chinês (1921), move-lhe dura perseguição obrigando-o a refugiar-se no norte rural. Tal contacto com a ruralidade e com o campesinato, socialmente predominante na estrutura sócioeconómica chinesa, leva Mao a desenvolver a táctica e a doutrina da comuna camponesa em paralelo com as do soviete urbano de Lenine e de Estaline. Em 1930, Mao edita "*A Nova Democracia*", onde desenvolve a tese da necessária aliança operária, camponesa e burguesa num mesmo governo para a prioritária derrota do expansionismo nipónico. Esta obra, dentro da ortodoxa filosofia marxista-leninista do respeito pelas etapas sucessivas de combate, subordinando a sua sucessão às prioridades e às possibilidades materiais concretas, propunha uma trégua ao Kuomitang para a derrota de um invasor e inimigo histórico comum. Só em 1945, capitulando o Japão, surge a segunda guerra civil que culmina com a revolução de 1949 que dá a vitória maoista no continente chinês e o refúgio de Tchang-Kai-Chek e dos seus partidários na Ilha Formosa (Taiwan) e arquipélagos anexos, mantendo a prévia designação de "República da China". Esta prolongada resistência antinipónica permite a Mao o desenvolvimento de técnicas subversivas de guerrilha que irá teorizar, posteriormente, formulando um importante equipamento de subversão internacional, Neste modelo novo há, também, grande área de inovação em relação à clássica doutrina marxista-leninista.

Os desentendimentos sino-soviéticos tomaram lugar teórico passada a euforia solidária da vitória vermelha. Entraram em confronto as teses estalinistas da primazia da industrialização pesada contra a prioridade maoista em relação à agricultura e indústria ligeira. Com o agravamento desta querela surgiu uma cadeia de conflitos fronteiriços, com as reivindicações soviéticas sobre as fronteiras russas do tempo do império czarista e sobre territórios costeiros russos do tempo do império czarista e sobre território sino-soviéticos de 1968/69 na fronteira junto do rio Oussuri onde morrem muitos milhares de pessoas.

O célebre XX Congresso do PCUS, em 1956, veio acicatar o referido conflito. Nikita Kruchtchev promoveu a "destalinização", começando por denunciar inúmeras atrocidades cometidas pela política do seu antecessor, atitude que a China maoista reputa de "revisionismo de direita", mantendo a sua fidelidade ao acréscimo estalinista da política marxista-leninista. A concorrência activa pela

liderança dos países e movimento terceiro-mundista é outra grande questão de divisão sino-soviética.

Mais recentemente, a doutrina Brejnev relativa, particularmente, à limitação da soberania dos países da comunidade socialista e consagrante, na prática, da tutela soviética sobre a sua esfera de influência alarga o afastamento que já separava os dois maiores Estados marxistas-leninistas do mundo. Estas divergências têm reflexo, a partir de 1960, ano da ruptura ideológica sino-soviética, nos inúmeros partidos marxista-leninistas do mundo que nessa altura se cindem em duas grandes fidelidades: Moscovo e Pequim.

Curiosamente, uma das razões próximas desta cisão tem ponto de partida na aliança sino-soviética de 14 de Fevereiro de 1950. Esta aliança consagra, entre outros aspectos, os seguintes (Lara, 1983:13-17):

a) a comunidade ideológica e política na base do internacionalismo activo dos países socialistas;
b) o apoio militar e económico efectivo, designadamente soviético contra novas ameaças nipónicas;
c) a resolução das questões fronteiriças já referidas;
d) a concertação na luta anticapitalista e anti-imperialista.

Deste tratado resultaram algumas vantagens concretas para a China de Mao, designadamente a possibilidade de apoio às guerrilhas da Coreia e do Vietname, abrindo-lhe caminho à participação nas conferências de Bandung e do Cairo, a diminuição da pressão russa nas fronteiras continentais comuns, a resolução favorável da questão do caminho-de-ferro de Changchum, a realização de campanhas mistas no Sin Kiang e na Manchúria, mais tarde a devolução do Porto Arthur conquistado pelo Czar Nicolau II.

A Manchúria reunia, na altura da revolução maoista, cerca de metade da indústria moderna da China e era cobiçada pela União Soviética para a articulação das suas estruturas com as da economia siberiana.

Em termos soviéticos, a aliança mostrava-se particularmente atractiva, pois, em termos geopolíticos, ganhava para o marxismo-leninismo a quarta parte da humanidade e um território imenso que fazia recuar o cerco dos Estados Unidos para o Pacífico Ocidental, permitindo simultaneamente, uma aliança empenhada na irradiação da presença ocidental do Sueste Asiático. Porém a China Popular esperava da União Soviética um lugar destacado na revolução dos países dessa área, onde a sua influência tradicional sempre se fizera sentir e, a partir daí, na projecção do seu modelo revolucionário para os países subdesenvolvidos, facto que não veio a acontecer. Da mesma forma o auxílio económico da URSS cedo se mostrou insuficiente para o desenvolvimento agrícola e industrial chinês, para a sua modernização tecnológica e trazia, como contrapartida a crescente influência das economias dos restantes países socialistas, em especial da URSS. Cresciam as

pressões para o ingresso da China Popular no COMECON, com consequente perda de capacidade de afirmação da própria independência económica. Os armamento e tecnologia prometidos à China em 1957, como pagamento do seu apoio a Kruchtchev, nunca seriam satisfeitos. A República da China (Formosa ou Taiwan) continuava a representar a totalidade da China na ONU e em outros organismos internacionais, sem solução alternativa à vista.

Desinteressante a coligação, na perspectiva chinesa, por trazer mais limitações do que benefícios, deu lugar ao desentendimento. A questão ideológica é apenas o *leitmotiv* para a justificação do conflito entre duas potências rivais e concorrentes ao lugar cimeiro da subversão internacional do Estado. Vale a pena, todavia, sumariar as principais razões que, de parte a parte, foram formalmente invocadas para justificar o conflito nas duas posições. Eram estas as principais críticas maoistas ao regime soviético [150]:

a) Instalação de um sistema económico de capitalismo de Estado, ao invés de um modo de produção socialista;
b) Manutenção de relações de produção injustas de tipo capitalista e alheamento coercivo dos trabalhadores na gestão das empresas respectivas;
c) Esbanjamento de investimento na elevação do nível de vida das populações da URSS, aburguesando-as numa sociedade cada vez mais consumista;
d) Desinteresse no auxílio internacionalista aos países socialistas com maiores problemas, prementes na sua resolução;
e) Criação de uma política de conciliação com o imperialismo capitalista (espírito de *détènte*);
f) Estabelecimento de compromissos internacionais com países "imperialistas", "revisionistas" e "reaccionários";
g) Crítica ao estalinismo feita sem uma análise global e ponderada da política de Estaline, cujas linhas fundamentais consideraram justas e cujos aspectos positivos não são tomados em conta;
h) Estabelecimento de uma tutela opressiva sobre os restantes países da comunidade socialista seus aliados (doutrina Brejnev qualificada pelo maoismo como de "social-imperialismo");
i) Abandono dos países emancipados do colonialismo ou em vias de emancipação a soluções classificadas como de "neo-capitalismo".

Do ponto de vista soviético os principais vícios do maoismo sintetizavam-se no seguinte elenco:

a) Criação de uma nova doutrina que grosseiramente corrompe o materialismo histórico e dialéctico, adaptada ao "chauvinismo" chinês;

[150] Baseamo-nos nas obras seguintes: Meray, Tibor (1966), *La Rupture Moscou-Pekin*, Paris, ed. Robert Lafont; Fejto, François (1973), *O Conflito China-URSS*, 2 vols, Mem Martins, Pub. Europa América; e em Lara, António de Sousa, *Política de Blocos*, policop., Lisboa, AAISCSPU.

b) Atitude basicamente subjectivista e voluntarista na compreensão da História e na orientação da Política;
c) Política de culto da personalidade e de quase endeusamento do chefe do Partido, Mao-Tsé-Tung, em detrimento de uma política de massas e de valorização das conquistas e dos resultados colectivos;
d) Prosseguimento de uma política de igualitarismo económico-social baseado no nivelamento de miséria distorcedora das determinantes do marxismo-leninismo;
e) Separação da ordem política (superstrutural) da ordem do económico (infra-estrutural), com a consequente corrupção do materialismo histórico e dialéctico;
f) Atitude divisionista a nível do movimento socialista internacional em contradição aberta com os princípios dimanados do internacionalismo operário e socialista;
g) Anti-sovietismo preferencial, envolvendo alianças objectivas com o capitalismo e imperialismo capitalista para combater a União Soviética e os seus aliados;
h) Promoção de uma política de provocação ao imperialismo capitalista, recusando a coexistência pacífica, o princípio do desarmamento, e o evitar de um novo conflito mundial de consequências catastróficas.

Já referimos a aproximação dos EUA à RP da China, por concessões sucessivas dos primeiros à segunda e, posteriormente, pelo encetamento do processo de desmaoização da China continental, com significativas reformas estruturais, a que aludimos.

Particularmente contundentes foram as palavras dedicadas a Mao-Tsé-Tung, no decurso das cerimónias comemorativas dos 65 anos do PCC, pelo Secretário-Geral do mesmo, Hu-Jao-Bang. Nelas se considera a revolução cultural de 1966-1976 uma catástrofe em que pelo menos 34 mil pessoas foram mortas e centenas de milhar perseguidas, tudo resultando numa catástrofe para o partido e para o Estado [151].

B.2.) O desviacionismo jugoslavo

A dissidência manifestada pela República Socialista Federativa da Jugoslávia era mais gravosa, em relação ao Segundo Mundo, no domínio das teses do que no das realidades.

Fundada mais num projecto de poder pessoal – o de Josip Broz Tito, – do que num projecto nacionalista intransigente, a que faltaria, ainda hoje unidade étnica e cultural de base, o modelo jugoslavo apresenta, de facto e de direito, uma

[151] Veja-se "*Diário de Notícias*", n.º 42.838, de 2/7/1986, pág. 24.

variante institucional ao socialismo marxista-leninista. O papel da Jugoslávia socialista e do seu chefe e fundador, no campo internacional, assume particular significado no *Movimento dos Não-Alinhados*, uma das componentes políticas mais importantes do Terceiro Mundo.

Geográfica, histórica, religiosa e culturalmente a Jugoslávia – etimologicamente terra dos eslavos do sul – era heterogénea. Compunham-na antigos reinos independentes, o Montenegro, a Sérvia, a Macedónia e outros territórios autónomos adjacentes – a Eslováquia, a Croácia, a Dalmácia, a Bósnia e a Herzegovina que tinham como principal ponto de contacto de passado comum a sujeição a poderes externos, dominados que foram pelos Império Romano, por Bizâncio, pelo Império Turco, pelo Império Austro-Húngaro e pelo III Reich Alemão. Sobre o conjunto prevalece, internamente, a influência dominante da Sérvia, cuja dinastia real – Kareogeorge – se consagraria em todos os restantes territórios. Pelo Pacto de Corfu (20 de Julho de 1917), é criado o Reino da Sérvia-Eslovénia e Croácia, a que se juntam os restantes Estados, em Novembro de 1918.

O Governo do primeiro-ministro Stojanovic empreendeu uma política de aliança com o Eixo (Tratados celebrados com a Itália em Março de 1938, com a Alemanha em Outubro de 1938 e em Março de 1941). Com a operação "Barba Ruiva" que a Alemanha nazi promove para a invasão da Rússia, é usado o direito de passagem pelas tropas de Hitler o que leva ao conflito governamental, à invasão, à rendição jugoslava, à ocupação alemã e ao desmembramento do Estado.

A resistência *partisan* aos invasores era chefiada, formalmente, pelo General Mihailovich do exército real jugoslavo, do qual divergia o grupo resistente comandado por Josip Broz Tito, já então secretário-geral do Partido Comunista da Jugoslávia [152] que associava a guerrilha de libertação à intenção revolucionária marxista-leninista, desenvolvendo intensas campanhas doutrinárias junto dos *partisans* e das aldeias já libertadas, maioritariamente não-comunistas, onde decidiu instalar comités de tipo bolchevique. Externamente, os Aliados, incluindo a União Soviética, pressionaram o entendimento entre os dois movimentos de resistência. Porém, Tito imprimiu ao seu grupo a intenção de derrubar não só os alemães ocupantes como também os nacionalistas jugoslavos que acusava de pactuantes com os nazis. No final da Guerra de 39/45, Estaline cede aos ocidentais a tutela, em termos de esfera de influência, sobre a Jugoslávia.

Apadrinhado por Churchill e com a aquiescência de Roosevelt, que preferia, apesar de tudo, um desmembramento do Estado, foi prevista a manutenção da monarquia na Jugoslávia na pessoa do Rei Pedro II, no exílio em Londres e a constituição de um governo misto de comunistas e de nacionalistas fiéis ao Rei, que, na consagrada presença legislativa suprema de uma Assembleia Antifascista de Libertação Nacional, controlada pelos comunistas e integrando antigos parla-

---

[152] Segundo o "*Guia do Terceiro Mundo*", Ed. Tricontinental Editora, Lda. vol. 1980, pág. 158, Tito foi fundador e secretário da "Liga Comunista da Jugoslávia".

mentares comprovadamente antinazis, deveria preparar eleições gerais democráticas.

E, apesar da força predominante das várias centenas de milhar de guerrilheiros titistas, Estaline pressionou sempre no sentido da liberalização da solução política subsequente: eleição verdadeiramente democráticas [153] que tiveram lugar em Novembro de 1945. Mas ficara para o novo presidente e futuro marechal Tito a recordação amarga da posição soviética na Conferência de Ialta, bem como a lembrança das manobras evasivas e pouco claras consequentemente tomadas na Conferência de Potsdam [154] que só lograram algum êxito diplomático pelos desentendimentos entre Truman e Churchill e pelo espírito de troca de influências que presidiu a estas conferências geopolíticas. O desinteresse ocidental pela Polónia fora pago pelo desinteresse imediato dos soviéticos pela França; do mesmo modo se projectava novo escambo: o desinteresse ocidental pela Jugoslávia contra o dos soviéticos pela Grécia. Este foi o espírito de Ialta.

A ruptura ideológica consagrou o desentendimento entre Tito e os dirigentes do Kremlin. Com a condenação dos abusos soviéticos por parte da Jugoslávia, Estaline determinou a expulsão desta do Kominform em 1948. Em contrapartida, começaram as depurações no partido, nas forças armadas e na administração jugoslava, dos elementos estalinistas.

O "titismo", ou modelo jugoslavo, enveredaria por uma nova versão de institucionalização do socialismo marxista: o socialismo auto-gestionário – cooperativismo gerido pelos trabalhadores. Politicamente, reproduziu um sistema análogo ao dos outros países soviéticos, caracterizado pelo monismo partidário, pelo transpersonalismo materialista e pela ditadura do partido marxista sobre as outras instâncias da vida social, económica, política e cultural, muito embora formalmente esteja consagrado o direito de tendência no seio do Partido, desde que esta não travasse a actuação da via dominante.

O estatuto de Estado neutral permitiu-lhe posição privilegiada em relação aos países do Terceiro Mundo, participando, como impulsionador, no movimento dos países não-alinhados. Ainda, recentemente, na Conferência de Havana, o marechal Tito, pouco antes da sua morte, se mostrou mais uma vez, como grande dinamizador do chamado "Grupo dos 77" que acolhe esses tantos países em vias de desenvolvimento e vocacionados para uma via não-alinhada de cooperação internacional.

Após a morte de Estaline, e com a "abertura" kruchtcheviana desde 1953, houve nova aproximação jugoslava em relação países do Segundo Mundo, com o restabelecimento de relações diplomáticas e a participação, com estatuto de

[153] Os números variam em várias obras de diversas tendências políticas entre 200 mil e 800 mil. Sobre este assunto deve ler-se: Conte, Arthur (1964), *Yalta, A partilha do Mundo*, Lisboa, Bertrand, págs 172-178, 370, 382.

[154] Veja-se sobre este aspecto: Hentsch, Guy (1967), *Staline Négociateur*, Paris, Ed. La Baconnière-Neuchâtel, págs. 204-206.

observador qualificado, nas cimeiras dos Estados e dos partidos marxistas--leninistas respectivos. Tanto não impediu, contudo, a continuação da política de não-alinhamento sucessivamente reafirmada. A primeira Conferência dos Chefes de Estado dos países não-alinhados, celebrou-se de 1 a 6 de Setembro em Belgrado. São de destacar o apoio dado à República Popular da China e a Mao-Tsé-Tung, depois do conflito sino-soviético, a condenação feita, aquando da intervenção em Fraga, contra a liberalização de Alexandre Dubceck em 1968, a negociação e assinatura, em 1967, com a CEE de um acordo de bases de desenvolvimento e cooperação, o caloroso acolhimento de Tito a Hua-Guo-Feng na sua visita oficial a Belgrado em 1978 e a reafirmação solene dos princípios do não-alinhamento.

Noutra obra dedicaremos atenção às linhas mestras da doutrina de Tito relativamente a guerrilha *partisan*, como variante histórica e funcional deste tipo de guerra subversiva.

A implosão da Jugoslávia depois do fim da "Guerra Fria" mostra o artificialismo da sua formulação, que só se mantinha pela existência de uma tirânica ditadura.

B.3.) O desviacionismo albanês

Antigo reino ilírico (séc. IV), colonizado pelos Gregos, pelos Romanos, pelo Império Bizantino (séc. VI), pelos eslavos (séc. IX) e anexado ao Império Búlgaro pelo Reino da Sérvia, pelo Império Otomano (séc. XV) a Albânia só conhece a sua independência no ano de 1912 finda a Guerra dos Balcãs, confirmada através da Conferência de Londres (1913) com o apoio do Império Austro--húngaro. Já principiado independentemente, é ocupado pelos exércitos aliados durante a I Grande Guerra, finda a qual retoma a sua independência. Em 1925 Ahmed Bey Zogu, chefe hereditário do distrito de Mat, implanta a República com o apoio jugoslavo. Até 1928, governa os, destinos albaneses como presidente, fazendo, então, proclamar a Monarquia assumindo a coroa como Rei Zog I Skanderbey III (Carpenter, 1976:2-4). Na Segunda Grande Guerra, a Albânia é reocupada, desta feita pelas potências do Eixo: em 1939 consuma-se a ocupação pelas tropas fascistas italianas que a unem à Coroa de Itália. Posteriormente sucedem as tropas nazis alemãs cuja ocupação dura até 1944. Entretanto a resistência guerrilheira é liderada pelo dirigente comunista coronel Enver Hoxha (Carpenter, 1976:4), que em 1946, apoiado por Estaline, assume o poder na então recém-criada República Popular da Albânia. Em 1955 adere ao Pacto de Varsóvia, mas recusa-se, no XX Congresso do PCUS (1956), a secundar a destalinização kruchtcheviana. A partir de 1949 apoia crescentemente Pequim e a política de Mao-Tsé-Tung, em detrimento de Moscovo. No deflagrar do conflito sino-soviético (1960), agrava as relações com Moscovo, estreitando o seu apoio a Mao. Em 1961, fruto desta atitude, a URSS corta relações diplomáticas com

a Albânia que, por sua vez, abandona as reuniões do Pacto de Varsóvia. Só em 1958, aquando da invasão da Checoslováquia, abandona definitivamente o Pacto de Varsóvia, consumando formalmente a ruptura no Bloco. Desde 1974 resfriam as relações com a China Maoista, sendo cortada a ajuda chinesa a partir de então (1974/1975). Nessa mesma altura, a Albânia recusa convites abertos e insistentes de Brejnev e da URSS para reatamento de relações diplomáticas. Em 1975 é o único país europeu que recusa participar na Conferência de Helsínquia relativa às questões da segurança e relacionamento europeu da fase de pós-*détènte*. Em 1976, quer no VII Congresso do Partido do Trabalho da Albânia quer a Assembleia do Povo Albanês, constituinte nesse mesmo ano, retomam as críticas à URSS, proclamando novo plano e nova constituição subordinada à ortodoxia estalinista. Digamos, pois, que o caso do desviacionismo albanês mantém características particulares, uma vez que, na sequência da ruptura e saída do bloco, o país se ensimesmou, reafirmando o modelo estalinista, fechando-se ao mundo socialista, mantendo relações diplomáticas e comerciais com países quer do Primeiro Mundo (Alemanha Federal, Canadá, Grécia, Itália) quer do Segundo Mundo (Alemanha Democrática, Checoslováquia, Hungria, Roménia) quer não-alinhados (China, Jugoslávia) sem que tanto signifique qualquer cedência em relação à linha adaptada, como mostram as sucessivas purgas operadas no Partido ou no Exército contra inimigos internos e traidores ao sistema.

Em todo o caso, depois da morte do dirigente histórico Enver Hoxha (1987), surgiram indícios de uma normalização albanesa com os países do Pacto de Varsóvia. O primeiro passo internacionalmente relevante foi a campanha de descrédito lançada contra Hoxha, denunciando as suas continuadas e secretíssimas práticas homossexuais.

A Albânia conheceu um dos processos mais lentos de Ocidentalização, findos o Pacto de Varsóvia e a URSS.

B.4.) O desviacionismo checoslovaco

A Checoslováquia englobava basicamente duas grandes nacionalidades a dos checos e a dos eslovacos, de origem eslava. Dominadas pelos romanos, sublevadas pelos francos (séc. VII) cristianizados por Carlos Magno (séc. VIII), formaram no séc. IX o reino da Morávia. Este é subjugado pelos húngaros (séc. X), depois pelos germanos (séc. X) em sistema de vassalagem feudal. Em finais do séc. XII é criado o reino da Boémia sucedendo-se violentamente as dinastias reinantes, na omnipresente preponderância da influência germânica, o que origina uma série multissecular de lutas étnico-político-religiosas que fazem enraizar o sentimento nacional checo. A reforma e a contra-reforma agravam estes conflitos.

Permanecem estes países, cerca de dois séculos como parte do Império dos Habesburgos até que, no final da I Grande Guerra, em 1918, pela derrota do Império Austro-Húngaro é conseguida sob a fórmula da república liberal, a inde-

pendência. Baseados na minoria étnica de origem germânica dos sudetas que a partir do início da década de 30 afirma o direito de se juntar ao Reich alemão e nos tratados de aliança celebrados pelos checos com a França e com a URSS, os nazis conseguem por cedência política conjunta da França e da Inglaterra, no Pacto de Munique de 1938, a anexação da dita região.

O Presidente Eduardo Benés parte para Londres onde controla o governo no exílio até 1945/46, quando reassume a presidência, sendo reeleito para o cargo. Entretanto os soviéticos, baseados no tratado de amizade celebrado com o governo no exílio em 1943, invadem a Checoslováquia expulsando os nazis em 1945.

Das eleições de 1946, em paralelo com a já aludida reeleição de Benés, sai partido maioritário o comunista liderado por Clemente Gottwald, com 38% dos votos, o que o leva a formar governo de coligação com elementos não-comunistas. Estes tomam posição contrária a intervenção soviética na Polónia e as crescentes influências na Checoslováquia e demitem-se nesse mesmo ano, juntamente com o Presidente Benés. Sem oposição e com expressas ameaças soviéticas de intervenção do Exército Vermelho, os comunistas tomam conta do poder em exclusivo. Nessa mesma altura começam as depurações no Estado e no Partido, impondo uma ortodoxia de tipo estalinista de plena fidelidade a Moscovo. Em 1955 a Checoslováquia adere formalmente ao Pacto de Varsóvia e apesar da "destalinização" kruchtcheviana a linha dura vai prolongar-se até à subida ao governo e a 1.º secretário do Partido Comunista de Alexandre Dubcek que, sob a presidência complacente de Svoboda, inicia a destalinização na Checoslováquia sob o lema do *"socialismo de rosto humano"*. A URSS fazendo-se secundar por outros países mais ortodoxos do Pacto de Varsóvia intimam Dubcek a pôr termo a este processo que qualificam de contra-revolucionário e revisionista. Na sequência da recusa deste é invadida a Checoslováquia por forças conjuntas do Pacto de Varsóvia, em Agosto desse mesmo ano, pondo termo à fase de liberalização conhecida para a História como a "Primavera de Praga" [155].

Esta atitude levou, conforme se referiu, à pronta afirmação da doutrina Brejnev da soberania limitada dos Estados socialistas nas suas inter-relações, baseada na doutrina do internacionalismo proletário e socialista. Em Abril do ano seguinte Dubcek e os seus seguidores são substituídos no *Praesidium* do Partido Comunista e na direcção do Estado, sendo o mesmo, em 1970, demitido do referido partido e bem assim do posto de embaixador na Turquia em que entretanto havia sido colocado. Opera-se nessa ocasião uma depuração em larga escala que atinge milhares de "dissidentes", em grande parte intelectuais. Gustav Husak novo primeiro secretário desde 1969 fiel à ortodoxia soviética, é reeleito em 1971 e em 1975 para secretário-geral do Partido, Presidente da Frente Nacional e Presidente

---

[155] Estimam-se em 70 mortos e em 1000 feridos o montante global das baixas resultantes desta operação. Veja-se "*A Guerra no Mundo depois de 1945*", ed. Verbo 1983, pág. 318

da República. O movimento dos "dissidentes" checoslovacos prossegue, apesar de tudo.

Em Janeiro de 1917, é divulgada na imprensa ocidental a "Carta 77" de protesto desses "dissidentes", relativamente ao desrespeito pelos direitos humanos neste país. Perante as exigências destes, de libertação de presos políticos, seguem-se novas prisões contra os apoiantes de tal manifesto. Calcula-se que as depurações movidas por Husak contra os "revisionistas" do Partido tenham atingido cerca de 1/5 dos filiados.

Apesar de sufocado o movimento de liberalização que previsivelmente levaria a Checoslováquia a um distanciamento da URSS e da correspondente tutela soviética, verificou-se, indiscutivelmente, uma grande situação de ruptura que grandes inconvenientes trouxe à URSS designadamente a nível dos partidos comunistas europeus, relativamente à opinião pública e eleitorado, tendo servido de fundamento a movimentos afirmadamente marxistas para se distanciarem da influência soviética.

Estão, neste caso, os "euro-comunistas" e os "maoistas", embora em atitudes de sentido oposto. Estes últimos desenvolvem, na sequência da intervenção da URSS no termo da "Primavera de Praga", a teoria de que esta potência se tornara "social-imperialista" e, por conseguinte, inimigo preferencial.

Todavia, apesar da ruptura, a Checoslováquia regressou à normalidade suficiente que a ortodoxia soviética determina.

A descompressão provocada pelo fim do Pacto de Varsóvia e da URSS promoveu a cisão da Checoslováquia em dois Estados, ambos integrantes das solidariedades institucionais do Ocidente.

B.5.) O desviacionismo romeno

No início do séc. II, o Imperador Trajano conquista a Dácia, integrando-a no Império Romano. No séc. III, esta zona é abandonada às invasões bárbaras dos Hunos, Godos, Eslavos e sobretudo Mongóis. O território é repartido em inúmeros pequenos estados sob a suserania mongol que dura até ao séc. XIII. Nesta época, constituem-se os principados de Moldávia e Valáquia que sobrevivem em conflito com os húngaros ocupantes da Transilvânia. Formalmente independentes desde o séc. XIV os principados de Moldávia e Valáquia dependem politicamente do Império Otomano até ao séc. XIX. De 1711 a 1811, foram mesmo governados por delegação deste e por intermédio de príncipes gregos ou *hospodars* (Carpenter, 1976:209). Em 1828, os principados foram ocupados pela Rússia, na sequência da guerra com os Turcos, criando uma situação de dupla tutela: a suzerania otomana contra o protectorado russo de facto decorrente, segundo estes, da situação estabelecida a partir do tratado de "Kutchuk-Kaihar--Zhi" de 1774.

Em 1829, os dois principados conseguiram, após um movimento revoltoso, conquistar maior autonomia dentro do Império Otomano.

Napoleão III é o verdadeiro promotor da unificação dos dois principados, união protegida pelo tratado de Paris de 1858 que os coloca sob garantia das grandes potências, na sequência das eleições de 1857 favoráveis a tal união. Em 1859, Alexandre Ioan Cuza é eleito príncipe conjunto, situação reconhecida pelo império turco sob cuja autoridade permaneceriam formalmente até 1878 quando a independência lhes é concedida pelo tratado de Berlim (Carpenter, 1976:209). Entretanto, desde 1866, o príncipe Cuza que havia sido forçado a abdicar, dera lugar a nova dinastia na pessoa de Carol I da casa principesca alemã de Hohenzollern-Siegmaringen (Louda, 1981:286 e sgs.) que com maior facilidade vê das potências europeias a sua elevação e a do seu novo Estado adoptivo à categoria de reino independente. Seguem-se tumultuosos anos de alterações territoriais significativas. Destacaremos, em resumo, as seguintes:

a) A anexação de Drobudja na sequência da aliança com a Rússia e no conflito desta com os turcos em 1877-1878;
b) A união à Roménia da Bucovina (até então austríaca) da Transilvânia (até então húngara) e da Bessarábia (até então russa) na sequência da I Grande Guerra, em que a Roménia combate ao lado dos Aliados;
c) A secessão territorial no decurso da II Grande Guerra, entregando à Rússia a Bessarábia e a Bucovina (1940) devolvendo igualmente a Transilvânia à Hungria (1940), na sequência do pacto Germano-soviético de 1939 (Ribbentropp-Molotov).

No que respeita ao processo político-ideológico romeno há vários passos significativos a referir e que são:

a) a instauração da monarquia liberal já mencionada;
b) a destruição militar pela Roménia do regime pró-comunista húngaro de Béla Kun em 1919;
c) a instauração de um regime para-fascista em 1938 e a entrada na guerra da Roménia ao lado das potências do Eixo;
d) a invasão da Roménia pelas forças nazis e a imediata declaração de guerra desta à URSS na sequência da Alemanha (1941);
e) a invasão soviética em 1944 e a viragem da Roménia para o lado dos Aliados; o estabelecimento de um governo pró-comunista;
f) queda da Roménia, nas conferências de Ialta e de Potsdam para a esfera de influência soviética;
g) a proclamação de "República Popular Romena" em 1947 pela maioria pró-comunista na Assembleia Nacional;

h) a constituição de um partido único – PRT – por fusão dos partidos social-democrata e comunista (1948), dentro de um quadro constitucional de tipo soviético (1948).

Dessa altura em diante começa uma fase de estabilização da Roménia em relação à URSS que muda de expressão em meados da década de 1950. Sem nunca formalizar uma ruptura aberta com o bloco de Leste, a Roménia assume uma cadeia de posições não-ortodoxas que permitem avaliar uma contínua atitude de divergência política

São factos fundamentais para este entendimento os seguidamente enunciados:

a) estreitamento de relações com a China maoista;
b) neutralidade por omissão de condenação de Israel no decurso da guerra israelo-árabe de 1967;
c) estabelecimento de relações diplomáticas com a República Federal Alemã sem consulta da URSS;
d) excepcional ausência na participação conjunta das forças invasoras do Pacto de Varsóvia para pôr termo à "Primavera de Praga"; reacção vigorosa contra esta intervenção; falta a todas as reuniões do Pacto de Varsóvia de Maio a Novembro de 1968;
e) recepção apoteótica de lideres maoistas (p. ex. Chu-En-Lai em 1967), e dos lideres do Primeiro Mundo (p. ex. De Gaulle em 1968, Nixon em 1970);
f) condenação em 1971 de toda a intervenção nos assuntos internos de qualquer partido comunista, reafirmação do direito de cada partido comunista fixar a sua linha política em função das condições concretas do seu país;
g) identidade de atitudes de Nicolae Ceausescu com partidos euro-comunistas, em matérias de política internacional;
h) não identificação com a URSS na condenação da China maoista ou do maoismo, na sequência do conflito sino-soviético;
i) criação do cargo de Presidente da República na revisão constitucional de 1974 que o separa do cargo e das funções de Primeiro-Ministro;
j) participação no grupo dos 77 na ONU (grupo dos países não-alinhados);
k) abolição formal da censura em 1977 pela transferência da responsabilidade para os dirigentes das instituições com informação externa;
l) protesto pela invasão do Cambodja pelas forças pró-soviéticas do Vietname, embora condenando o regime de Col-Pot; condenação da ingerência estrangeira em geral e da vietnamita em especial;
m) discordância pública em 1978 e em 1979 em relação à URSS sobre questões do Pacto de Varsóvia; recusa de assinatura de uma declaração conjunta

dos países do COMECON que atacava a política maoista no Sudeste Asiático;

n) visita apoteótica do primeiro-ministro chinês a Bucareste, em Agosto de 1978;

o) participação nos Jogos Olímpicos de 1984 em Los Angeles contra o estabelecido pela URSS.

Basicamente, a atitude romena de desviacionismo pode bem definir-se como uma aproximação da figura enunciada pelo Prof. Oliveira Salazar de *neutralidade colaborante:* existe uma aliança político-militar que não é posta em causa mas que não é cumprida até às últimas consequências, tomando-se em simultâneo, atitudes, no domínio dos princípios incompatíveis para com ela e favorecedoras da contraparte, mas politicamente tolerados dentro de um certo limite. Nicolae Ceausescu, afirmou, depois de uma reunião do Comité Político do Pacto de Varsóvia (Carpenter, 1976:197): "jamais permitiremos que qualquer unidade ou soldado romeno receba ordens do exterior. É apenas do país que receberão ordens de combate (...). Nunca em nenhuma circunstância colocaremos o exército romeno sob outro comando que não seja o do nosso partido e Estado".

Sem grande tradição histórica de independência e de unidade nacionais sofrendo frequentes mutações geográficas e demográficas, mesmo no decurso da sua curta mas efectiva soberania plena, a Roménia é o protótipo do Estado não-poderoso renitente a sofrer, impassível, as decisões, combinadas ou não, das grandes potências na cena da política internacional. A sua localização de contiguidade à URSS e situação geográfica de quase encravamento entre esta e outros estados socialistas (Checoslováquia, Hungria, Jugoslávia e Bulgária) não permitia atitudes de menor prudência neste domínio. Mas o desviacionismo, potencial e efectivo, existe numa figuração *sui generis* durante cerca de três décadas.

B.6.) O desviacionismo polaco

A Polónia é outra potência média que sistematicamente viu comprometida a sua soberania e independência nacional.

Desde o século V, que várias tribos eslavas ocidentais, afins étnica e culturalmente entre si, conseguem a sua autonomia, constituindo pequenos principados pomeranos, vislanos e polacos. Por volta do século IX a família Piast unificou a maioria destes principados formando um Grão-Ducado e depois um Reino (Carpenter, 1976:197). No séc. X o Grão-Duque Miczyslaw I, após a missionação dos santos Cirilo e Metódico, faz converter oficialmente a Polónia ao cristianismo, crescendo desde então para cá, a importância social da Igreja na Polónia.

Esta importância assume redobrado significado e peso quando, na sucessão de inúmeras contendas internas o Grão-Duque Kazimierz II no final do séc. XII introduz o princípio da monarquia electiva, gerador de maiores divisões sociais.

Sucederam-se Grão-Duques e Reis de várias dinastias polacas e estrangeiras: Piast, Sieradz, Poznan, Premysl, Anjou, Jagiello, Valois-França, Vasa-Suécia, Wisniowechi, Sobieski, Saxe, Leszczynski, Poniatowski, etc., e "em cada interregno os nobres eleitores usurpavam poderes adicionais e assim reduziam o *status* do Rei" (Carpenter, 1976:199).

A Igreja ganhou ainda poderes suplementares no século XVI para combater as seitas protestantes da Reforma.

Em grande parte provocado pelo sistema de monarquia electiva, a Polónia vê, no colégio eleitoral aristocrático, príncipes estrangeiros que, para a prossecução dos seus objectivos, desencadeiam sistemáticos conflitos entre nações. A Suécia, a Rússia e o Império Otomano foram igualmente, contendores tradicionais deste país: os primeiros por disputas no controlo do Báltico, os segundos em virtude de coligação da Polónia com o Império dos Habesburgos.

No século XVIII, verifica-se nova invasão sueca, no término da dinastia Vasa e, em 1772, as grandes potências continentais europeias, a Rússia, a Prússia e a Áustria, sob pretexto de conflitos religiosos e de reformas constitucionais perigosas, concordam numa repartição da Polónia, decretando a sua "supressão para sempre" em 1795.

Após um simulacro de reestruturação do Estado polaco por Napoleão, como prémio aos nobres polacos exilados que o ajudaram no combate à Prússia, o Congresso de Viena (1815) consagra a repartição, criando, na esfera de influência russa, um reino polaco que formalmente lhe ficava subordinado, nomeando, o governo russo, um governador-geral para a Polónia. Esta situação provoca uma contínua luta de libertação nacional que consegue estabelecer a independência do Estado, no ano do início da I Grande Guerra. Baseadas no Tratado "Molotov--Ribbentropp", a Alemanha nazi e a União Soviética repartem de novo a Polónia no final do ano de 1939. Mais de 2 milhões e meio de polacos são deportados pelos nazis para trabalhos forçados. Muitos, incluindo cerca de metade de origem judaica-askhanazi, são exterminados em campos de concentração.

As conferências do final da II Grande Guerra, daqui resultante, mormente a de Ialta, preocuparam-se em definir o futuro da Polónia. Confrontam-se então duas teses divergentes: a ocidental (de Roosevelt e de Churchill) que clamava pela reconstrução de um Estado polaco, independente, liberal e democrático; a de leste (Estaline) que clamava pelo imediato reconhecimento do governo provisório comunista formado em Dublin, depois do avanço soviético contra os nazis. E na repartição das esferas de influência, Churchill acaba por capitular em favor da tese de Estaline ficando estabelecidas, como fronteira a este a "linha Curzon" de 1939, consagrada pelo referido tratado Molotov-Ribbentrop, passando para a URSS cerca de 40% do antigo solo pátrio polaco, compensando modestamente

esta desanexação pela devolução de territórios polacos a Oeste e pelo pagamento de indemnizações de guerra impostas à Alemanha.

Na Conferência de Potsdam, de Junho de 1945, a fronteira germano-polaca seria, porém, fixada provisoriamente na linha "Oder Neisse". Mantida a ocupação soviética realizaram-se eleições gerais em 1948 em que os partidos comunistas e socialistas, unidos no Partido Operário Unificado, obtêm a vitória, transformando a Polónia num país de figurino soviético. Em 1952, a nova constituição acentua o predomínio do partido comunista e da fidelidade à tutela soviética. Todavia no ano seguinte opera-se na URSS o início da "destalinização" empreendida por Nikita Kruchtchev, como já referimos. Em 1956, um enorme movimento de descontentamento manifesta-se na Polónia, a partir da região de Poznan, contra o regime pró-soviético e pelo regresso do Cardeal Stefan Wyszynski, preso e suspenso de funções havia três anos. Verificam-se acesos combates de rua entre as forças policiais e os manifestantes, na sua maioria estudantes e trabalhadores. Em Outubro desse mesmo ano o Exército chamado a intervir no conflito sem aparentes vias de solução, rebela-se e coloca-se ao lado dos manifestantes contra a ocupação soviética.

Wladyslaw Gomulka, preso durante o estalinismo, assume a chefia do Partido comunista e com grande tacto político e diplomático evita retaliações por parte da URSS, fazendo acalmar os ânimos dos manifestantes mediante concessões e cedências a reivindicações de carácter económico-social e cultural.

Gomulka e Edward Geriek, seu sucessor, encetam o empreendimento duma política de ambivalência, sendo promovidas medidas ora a favor ora contra o alinhamento segundo-mundista.

Assim, podem ser consideradas a favor de tal alinhamento as seguintes atitudes do governo polaco:

a) A participação militar activa, no âmbito do Pacto de Varsóvia, na terminação da "Primavera de Praga" de Alexandre Dubcek (1968);
b) A desistência de um plano de incentivos à produtividade individual por prémios salários (1971);
c) A nova reforma agrária que, a pretexto da rentabilização dos circuitos, extingue as pequenas propriedades rurais, obrigando ao seu emparcelamento em grandes unidades colectivas (1970);
d) A criação de um pesado imposto sobre a avaliação total da fortuna individual (1975);
e) A repressão violenta de manifestações de protesto contra os aumentos de preços dos produtos de primeira necessidade: as primeiras corridas em 1970 em diversas cidades da Polónia, as segundas em 1976;
f) A aprovação da nova constituição de 1976 na qual se reafirma a natureza socialista do Estado, o papel dirigente do Partido Comunista e a linha ortodoxa de política externa com os países do Pacto de Varsóvia;

g) A ilegalização, depois de reconhecimento formal expresso, da central sindical "Solidariedade" (1982), com prisões de vários dos seus dirigentes operários designadamente do prémio Nobel Lech Walesa, operário de indústria metalúrgica pesada.

Por outro lado, podem ser consideradas medidas fora da ortodoxia do alinhamento as seguintes:

a) O estabelecimento de relações diplomáticas e de cooperação financeira e industrial com países capitalistas e pertencentes à NATO ou a alianças similares como sejam os tratados de reconciliação com a Alemanha Federal (1970 e 1973) ou com o Japão (1973) no domínio de cooperação;
b) O estreitamento de relações com a Igreja Católica Romana e com o Vaticano, designadamente pela revogação em 1982, do decreto que obrigava a Igreja a declarar os seus réditos para efeitos de atribuição de imposto, o restabelecimento de relações diplomáticas com a Santa Sé (1974), a visita oficial de Geriek ao Vaticano (1977), a visita do Papa João Paulo II, antigo primaz da Polónia, ao seu país natal abrindo precedente com a primeira visita apostólica a um país do Segundo Mundo;
c) A brandura relativa na actuação do poder central, aquando das primeiras manifestações (1976) operárias de protesto em Gdansk, contra a política económica do Governo o qual cedeu às exigências dos manifestantes concernentes ao adiamento de aumentas de preços dos produtos alimentares;
d) O reconhecimento pelas autoridades da central sindical paralela "Solidariedade", fora do esquema sindical estatal, na sequência das greves por ele promovidas a partir dos estaleiros de Gdansk em Agosto de 1979, provocando a queda de Geriek e a admissibilidade de reivindicações extra-sindicais (como p. ex. sobre a liberdade de associação, de imprensa e de religião, a democratização da vida pública e a possibilidade de críticas às estruturas e actuações do Partido Comunista, designadamente denunciando a corrupção (POUS). Apesar de extinta pelo General Jaruselski a central sindical "Solidariedade" e a sua extensão "Solidariedade rural" (ou "camponês) continuaram actuando de facto, na perspectiva de contra-poder, tendo-se chegado a um entendimento tácito entre o Estado, a Igreja Católica e os sindicalistas do "Solidariedade" de tolerância da actuação ilegal do "Solidariedade" e dos opositores ao regime dentro dos limites aceitáveis para a tolerância soviética. A suspensão e repressão de elementos mais extremistas do clero polaco, por parte de Monsenhor Glemp em 1983 e em 1984, primaz da Polónia designado pelo seu antecessor o Papa João Paulo II, parece confirmar a existência deste acordo e do empenhamento das diversas partes envolvidas no seu cumprimento [156].

[156] Para se perceber o peso do reinado do Papa João Paulo II no derrube do socialismo marxista-leninista da Polónia, deve ler-se Frattini, Eric (2007), *A Santa Aliança*, Lisboa, Campo das Letras.

Digamos, em conclusão, que o desviacionismo polaco se caracteriza pela ambiguidade, quase dialéctica, de actuações, compensando manifestações de heterodoxia ostensiva com atitudes de fidelidade manifesta à coerência marxista-leninista, na interpretação e na tutela soviéticas.

Com um passado próximo e longínquo de invasão, de retaliação e de perda de independência, a Polónia, como a Roménia, é outro exemplo de Estado não-poderoso que caído na esfera de influência soviética, por acordo das grandes potências mundiais, encontrou na ambiguidade de atitudes a solução para a concretização do desviacionismo possível até ao presente.

A sua perda para o Ocidente (NATO, UE) constituiu uma das mais pesadas derrotas geopolíticas do Segundo Mundo.

B.7.) O desviacionismo húngaro

Território de passagem entre o Leste e o Oeste, a Hungria actual formou-se a partir da invasão magiar que, oriunda dos Montes Urais, toma no século IX, do antigo império de Carlos Magno, o território outrora dominado pelos celtas (séc. III a.C.), dácios (séc. I a.C.), romanos (séc. I a.C.), bárbaros (vândalos, alanos e hunos) (séc. IV e V d.c.) e ávaros (séc. VI a VIII). Convertidos ao cristianismo no final do séc. X, recebem do papado o beneplácito que fundamentou o reconhecimento da dinastia Árpád (Carpenter, 1976:121) que, por sua vez está na base da independência do Estado húngaro. Ameaçado pelos desejos expansionistas dos invasores mongóis (séc. XIII), francos (séc. XIII) e turcos (séc. XV e XVI) a Hungria manifesta, igualmente, uma atribulada sucessão de dinastias – Árpád, Orseolo, Aba, Premysl Witteslsbach, Anjou, Luxemburgo, Habsburgo, Jagiellion, Hunyadi, Zapolyn – a maioria alienígenas e muitas delas concorrentes na ocupação alternativa do trono. Anexada à Áustria de 1713, de 1867 ao final da I Guerra Mundial, a Hungria passa a integrar o Império Austro-Húngaro.

Finda a guerra mundial e proclamada a primeira república, a Hungria passa a ser governada pelo segundo governo comunista da História: o governo de Bela Kuhn, que sucumbe aos exércitos romenos invasores. Restaurada a Coroa sem rei, situação deveras estranha e insegura, a Hungria passará um novo período de disputas territoriais com a Checoslováquia e com a Roménia que vence temporariamente, por coligação com as potências do Eixo, durante a II Grande Guerra.

Como consequência desta Coligação e, no final deste conflito, a URSS invade a Hungria, estabelecendo um governo provisório pró-comunista. Apesar desse controlo, as eleições gerais de Novembro de 1945 dão aos comunistas pequena representação parlamentar.

Em 1947, baseada nos lugares-chave ocupados no aparelho de Estado pelos comunistas é desencadeada, com o apoio soviético, a tomada final do poder político, desenvolvendo-se uma ampla campanha persecutória contra os líderes oposicionistas internos.

Em 1949, é proclamada a República Popular da Hungria que, pela Constituição de 1953, assume o modelo soviético ortodoxo. Todavia a alteração estrutural e de política governativa veio acompanhada de grave recessão económica com negativo impacto social, agravando as manifestações de descontentamento e as consequentes medidas de repressão. Desenvolvem-se, nesta altura, campos de trabalhos forçados. Na sequência da morte de Estaline e da política de denúncia dos seus abusos empreendida por Nikita Kruchtchev, depois do XX Congresso do PCUS, irrompem, na esfera de influência soviética, manifestações de protesto contra os excessos cometidos sobre as populações.

Em meados de 1956, gera-se junto dos meios intelectuais e universitários uma movimentação de contestação ao regime e favorável à "destalinização" da Hungria. A URSS condescende na substituição do intransigente primeiro-secretário do Partido Mátyás Rakóvi pelo pró-jugoslavo Erno Geno (aliás Erno Singer). Segue-se um crescendo de reivindicações populares lideradas pela frente intelectual e estudantil: pedidos de libertação de presos políticos, de substituição, por associações paralelas, das estruturas estatais de enquadramento, de democratização da vida política nacional com a legalização de partidos políticos, de promoção de eleições democráticas e livres, de retirada das forças soviéticas do território húngaro. Perante os primeiros tumultos de 23 de Outubro de 1956, em Budapeste, nos quais os manifestantes se confrontaram com as forças policiais, invadindo posteriormente os quartéis e perante a passividade do Exército húngaro que se recusa a intervir contra os seus compatriotas, Erno Geno solicita a intervenção da URSS. Com a ingerência do Exército Vermelho no conflito a sublevação alastra rapidamente a todo o país. Imre Nagy e Janos Kadar são projectados, no decurso deste processo, de perseguidos como revisionistas, a, respectivamente, Primeiro-Ministro e Primeiro-Secretário do Partido Comunista. O Exército Vermelho soviético, verificando o apoio geral da rebelião, retira-se da capital. Anunciam-se transformações políticas de grande envergadura: a abolição do sistema de partido único, a constituição de um governo de coligação com partidos não-comunistas, a saída da Hungria do seio do Pacto de Varsóvia e a consequente neutralização da mesma. A União Soviética de Kruchtchev, de princípio hesitante na adopção de uma solução de força para repor o *statu quo ante*, encontra na "crise do Suez", de 26 de Outubro de 1956, um pretexto ideal para uma intervenção: negoceia com os EUA uma não intervenção recíproca em cada um dos processos em curso e deixa que a opinião pública internacional se polarize em torno do caso "Suez". Garantida, expressa e formalmente, a não interferência norte-americana na evolução da crise húngara e enquanto as tropas israelitas ocupavam os territórios egípcios do Sinai e as forças conjuntas franco-britânicas se lançavam no controlo da passagem do canal, como ponto estratégico de importante significado para o Ocidente, as forças soviéticas concentradas na fronteira, invadem a Hungria. Os combates só terminam definitivamente em Janeiro de 1957. Nagy e alguns dos seus ministros são executados e cerca de

duzentos mil dirigentes e dissidentes húngaros de vários níveis vêem-se obrigados ao exílio no estrangeiro.

Todavia, o regime iria assumir, na ortodoxia da sua essência, uma variante contemporizadora com a forma de algumas reivindicações dos manifestantes de Budapeste. Assim a partir de 1966 inicia-se uma época de certa abertura. Em 1968 é introduzido um *novo mecanismo económico* com a finalidade de adaptar os rigores da planificação centralizada às novas exigências do mercado, dando-se maior flexibilidade às empresas produtivas, maiores competência e autonomia aos seus gestores e possibilidade de comparticipação nos locais dos trabalhadores como estímulo à produtividade.

No plano político, desde as eleições de 1971, é dada a hipótese de escolha relativa aos eleitores entre candidatos oficiais e não-oficiais. Oito deputados "novatos" são eleitos por esta forma.

A partir da década de 70, inicia-se um período de abertura de relações diplomáticas e de estabelecimento de acordos comerciais com países pertencentes à NATO e com a Santa Sé.

Esta evolução, em grande medida formulada pelo antigo Primeiro-Ministro e Primeiro-Secretário do Partido Unificado dos Trabalhadores, Janos Kadar, constituiu a ténue expressão de uma episódica mas profunda ruptura com o bloco de Leste, cujas marcas, seguramente, não desapareceram. A Hungria retomou o seu lugar como país de pleno direito na Economia e na Política Ocidental com o fim do Segundo Mundo.

4.3.5.4. A Esfera de Influência Soviética contra as Soberanias e os Nacionalismos dos Países Socialistas

Em conclusão, a União Soviética estruturou a sua esfera de influência internacional em duas grandes áreas, a saber: uma de contiguidade geográfica, outra de territorialidade dispersa ou sem âmbito territorial definido. A primeira, identificando-se com o âmbito do Pacto de Varsóvia, constitui verdadeiramente um grande-espaço no sentido clássico em que os teorizadores políticos da "Escola de Munique-Heidelberga" a definiram e em que a URSS ocupa a posição de potência directora, secundarizando na sua dependência os restantes Estados e nações considerados, de facto, como seu *lebensraum*. É, no fundo, *espaço socialista específico*, segundo conceito da constituição da URSS de 1977.

De facto, ainda, o Segundo Mundo aproximou-se progressivamente da figura de um grande-espaço multinacional, histórico e dialecticamente justificado, através das relações socialistas económico-sociais. Estruturalmente esta solução baseou-se na reprodução do próprio modelo soviético em todos os componentes do Segundo Mundo e sustenta-se pela supremacia esmagadora da força, através de uma conjunção eficientemente articulada de mecanismos de dominância. Uma cultura incompleta, sintética, de dominação é, antes de mais, um meca-

nismo essencial. Ela substitui prioritariamente, nos domínios da cultura material e espiritual, grande parte dos padrões de comportamento e traços culturais do foro oficial, facilmente fiscalizáveis. São tolerados, em regime de transitoriedade histórica, os segmentos das culturas menos activas, numa perspectiva de sobrevivências étnicas, tornando-as disfuncionais em relação ao sistema oficial. Com o volver das gerações, mantendo-se a pressão de dominância nas fracções oficiais da cultura, as novas camadas etárias, enculturadas em grande parte pelos aparelhos ideológicos estatais, dificilmente interiorizam e adoptam instituições e comportamentos ancestrais, diminuídos na sua imagem e razão de ser, pela propaganda explícita ou implícita, desenquadrados dos valores preponderantes, sem justificação externa em relação ao sistema vigente. O próprio regime defende a continuidade controlada desses arquétipos culturais residuais, desenraizados da restante nova cultura, evitando assim processos de disforia em relação a gerações mais idosas neles enculturadas, bem como utilizando-as propagandisticamente para imagem externa ou ainda enquadrando-as, em proporções de inofensividade, evitando assim a sua eventual substituição por instituições novas mais resistentes numa perspectiva dialéctica, sempre que a certos perfis psicológicos ou grupos sociais se apresente a necessidade psicológica ou social de recurso aos serviços que as mesmas visam prestar especificamente.

A margem relativa de estruturação de vias nacionais para o socialismo, autorizadas aos Estados periféricos do Segundo Mundo desde a destalinização, para além de ortodoxamente marxista-leninista, é uma resposta descompressora das tensões nacionais existentes, salvaguardando o essencial da dominância soviética. Toda a teoria do respeito pela igualdade, cooperação e soberania, recíprocas dos Estados socialistas, para além de uma fórmula ritualizada, satisfaz interesses propagandísticos de alcance interno e externo ao bloco, interessando os países satelitizados na comparticipação do poder.

Externamente, para além da imagem, há que defender os direitos reconhecidos pela sociedade e instituições internacionais, aos sujeitos de Direito Internacional Público de plena capacidade. Esta circunstância, bem como as consequências dela decorrentes, só por si, justificam a defesa da forma da comunidade socialista de Estado e a sua não evolução para um esquema de integração política formalmente mais profundo. Os desviacionismos dos países periféricos do Segundo Mundo contêm, além do mais, a expressão de vontade autonomista relativa das "inteligencias" respectivas que usufruem e aproveitam de afirmações nacionalistas e não-conformistas subjacentes, facilmente sublimáveis contra um excesso de controlo centralista óbvio. Reconhecendo, controladamente, essa margem de manobra evita-se o estímulo aos nacionalismos referidos ao mesmo tempo que se constitui um modelo organizacional mais atractivo para movimentos comunistas exteriores ao bloco bem como a elites terceiro-mundistas sovietizadas ou sovietizáveis.

Por outro lado, a dominância soviética faz apelo a outro conjunto de processo que formalmente utilizam instituições de aparência parlamentar e comunitária internacional, com finalidades distintas que vão desde a cooperação económica (COMECON) à aliança militar (Pacto de Varsóvia).

A preponderância da URSS é, então, o resquício residual da primazia soviética sobre o socialismo marxista-leninista, que por uma convergência de motivos ninguém põe em questão. E o mesmo formalmente pequeno *distinguo* empresta suficiente cobertura à continuidade da supremacia na tutela do socialismo marxista na orbe em geral e em especial no "Bloco de Leste".

O fim da "Primavera de Praga" a que já fizemos alusão, teve o mérito de consolidar as capacidades dissuasoras permitidas de facto e com fundamento ideológico e jurídico socialistas, por esse mesmo "suplemento de paridade" reconhecido à União Soviética, de afirmar claramente as assíntotas permitidas às diversas vias próprias para o socialismo, em presença no bloco e de, como refere Hélène Carrère d'Encausse, demonstrar "a função *interna* do Pacto de Varsóvia, voltado contra os aliados da URSS e não contra os seus inimigos" [157].

A força militar é pois o primeiro sustentáculo da continuidade internacionalista do Segundo Mundo.

O segundo sustentáculo é o do controlo e coordenação económicos oficialmente designados de cooperação socialista. A "pactomania positiva" descrita por Hélène Carrère d'Encausse [158] não reflecte apenas um frenesim diplomático constitutivo de um novo tipo de relações internacionais e de um novo tipo de direito internacional característico do espaço socialista: consubstancia a reafirmação da dependência dos países socialistas periféricos em relação à URSS revalidando sistematicamente – uma vez que a duração média desses pactos ronda os 20 anos – os termos e os fundamentos dessa relação, actualizando a doutrina e as fórmulas rituais básicas. Em certa medida repetem cláusulas contidas no próprio Pacto de Varsóvia e nessa medida são formalmente redundantes. Todavia, há que entender esta repetição como a exteriorização da aceitação dos termos da dependência a que nenhum país satelitizado soviético pode fugir e que em certa medida corresponde aos rituais de homenagem que o vassalo presta ao seu suserano na feudalidade.

Por via destes tratados bilaterais, plurilaterais, bem como do COMECON, se estipula a coordenação da planificação económica dentro da especialização das diferentes economias, o que quer dizer, menos evasivamente, a organização da dependência das economias dos Estados socialistas satelitizados em sintonia com os interesses dominantes da União Soviética, ao mesmo tempo que se compensam as fórmulas mais evasivas de alinhamento segundo-mundista,

---

157 *In "Le Grand Frère"*, cit. pág. 263.

158 *Idem*, pág. 284 e seguintes.

contidas em diversas constituições de países do Pacto de Varsóvia, designada e emblematicamente nas da Polónia e da Roménia.

Toda a normalização superstrutural (a nível dos Estados e dos Partidos que os compõem) e infra-estrutural (ao nível das economias e dos circuitos económicos) produz, na boa lógica do materialismo histórico e dialéctico, a normalização da ideologia nas suas mais diversas manifestações o que com alguma segurança permite fechar o circuito de normalização soviética. A preocupação da normalização abrange, aliás, uma generalidade de domínios desde o técnico-científico, educacional, até ao militar, passando pela promoção do russo, a língua veicular de facto na comunidade socialista de Estados.

Longe de ser uma moda ou uma tónica de uma "administração", este sistema coercivo de *normalização* foi a pedra angular da continuidade do bloco e da supremacia da URSS no seu seio. A sua alteração afecta o âmago do sistema, como ficou demonstrado com uma certa brandura relativa da destalinização kruchtcheviana. Foi mais tolerável ao sistema a descompressão social pela abertura controlada ao consumismo do que pela alteração destas relações de dominância. A Roménia retomou, igualmente, o seu lugar no Ocidente económico, político e militar com o colapso do Segundo Mundo.

4.3.5.5. A Normalização Soviética e o Pacto de Varsóvia

O Pacto de Varsóvia foi uma estrutura político-militar multinacional no âmbito do Segundo Mundo.

Como nota, muito acertadamente, Hélène Carrère d'Encausse [159] e em síntese da sua opinião, foi acima de tudo, o Pacto de Varsóvia, um instrumento político dotado de meios militares cuja função essencial foi a integração política coerciva dos países do bloco de Leste sob a hegemonia da URSS, de modo a transformar progressivamente as forças armadas do Estados socialistas em secções nacionais de umas grandes forças armadas integradas. Nesta perspectiva, não só contribuiram mediatamente para a unificação política do bloco como imediatamente para a coesão e segurança do socialismo marxista-leninista. Nessa medida, e como demonstrou a sua intervenção na Primavera de Praga, desenvolveu uma actividade interna preventiva e desmobilizadora em relação a desviacionismos não autorizados, escudado no internacionalismo político. Foi a bem dizer, o verdadeiro garante da irreversibilidade das conquistas e fronteiras do socialismo marxista-leninista. Politologicamente, a sede do poder real do grande espaço, dirigido ao comunismo, reside, pois, em grande parte, no seu sustentáculo militar que é o Pacto de Varsóvia. O seu controlo permitia a supremacia na área em questão, razão pela qual a União Soviética colocava tão particular empenho na russificação da oficialidade multinacional do bloco, na normalização de todos

[159] Ob. cit. pág. 307 a 338.

os seus assuntos militares, na fiscalização das tropas e serviços militares nacionais exteriores ao Pacto mas a ele permeáveis. Daí a fundamentada tese de Carrère d'Encausse de que esta aliança militar era mais contra os respectivos aliados do que contra os inimigos.

Depois mesmo da finalização da "Primavera de Praga" por este Pacto, uma das capacidades de enquadramento que o mesmo demonstrou materializa-se no apelo ao realinhamento pela ortodoxia soviética levado a cabo com apelo a forças exclusivamente nacionais. É deste caso exemplo principal o da *auto-normalização* da Polónia sob o comando do General Jaruselski.

O Pacto de Varsóvia em certa medida, passou a ter como prioritária uma *função catalisadora* em relação aos países do segundo-mundo da qual decorre o sistema de *auto-normalização,* partindo quer da URSS quer dos países mesmos, da táctica do recuo para evitar conflitos de maior dimensão, uns garantindo os seus objectivos de dominação e evitando de facto o centrifugismo, por uma via, interna e externamente menos ostensiva e penosa, outros salvaguardando minimamente uma certa autonomia nacional possível, valorizando o papel das forças militar e militarizadas nacionais, apesar de, ironicamente, as instrumentalizarem ao serviço da fidelidade ao sistema internacionalista socialista soviético.

A aposta soviética foi para a progressiva integração comunitária dos países do pacto e, por essa via, para a supremacia progressivamente dominante das suas forças militares e da sua política ideológica, em detrimento das dos países membros periféricos; a aposta de estes últimos, em gradações diversas de fidelidade, vai para a defesa dialecticamente possível da autonomia das estruturas políticas e militares próprias.

Institucionalmente, importa ressaltar que a União Soviética possuia uma posição predominante em relação a todo o conjunto militar do Pacto uma vez que:

a) O maior contingente militar e participação económica pertencia à URSS;
b) A URSS reivindicava papel primordial na condução do socialismo internacionalista e do movimento comunista bem como na defesa das suas conquistas;
c) O Alto Comando Unido das Forças Armadas do Pacto de Varsóvia encontrava-se em Moscovo (Garcia, 1976:181,194,195);
d) A URSS controlava, desde o seu início, o comando-em-chefe do Alto Comando Unido acima referido, que era a suprema autoridade militar singular e executiva do Pacto de Varsóvia [160];

[160] O "Conselho de Ministros da Defesa", teoricamente o órgão colegial militar do Pacto, como órgão não-permanente, reunindo anual ou bianualmente, sem estruturas administrativas próprias só formalmente dispõe de uma primazia em relação ao Pacto. As suas funções reais, para além de consultivas, viram projectar a imagem da igualdade proclamada dos países socialistas na condução da sua vida colectiva.

e) Em tempos de guerra as forças nacionais dos países periféricos do Pacto de Varsóvia, para além das forças armadas soviéticas estacionadas na RDA, Polónia, Checoslováquia e Hungria e das próprias forças armadas soviéticas sitiadas no seu território ficavam na dependência hierárquica de um conselho superior militar tutelado partidariamente pelo PCUS por via do seu próprio conselho de defesa (Cárrère d'Encausse, 1976:334);
f) A formação dos oficiais superiores de todos os países do Pacto de Varsóvia era feita em Academias Militares da URSS;
g) O PCUS mantinha vias de influência, de informação e de controlo, em todas as forças armadas dos países membros do Pacto.

Evidentemente que, como acontecia em muitos dos tratados de amizade de cooperação e de assistência mútua de índole militar, existiu o princípio da solidariedade activa em caso de agressão externa a qualquer dos estados signatários, formalmente consagrado no artigo 4.º do Pacto (Garcia, 1976:190). Estabelece-se, ainda, uma coerentíssima limitação ao *jus tractum* e, consequentemente, ao *jus legationem* dos signatários pelo compromisso assumido no artigo 7.º de abstenção de participação em qualquer coligação ou aliança ou a conclusão de acordos, contraditórios com os fins do Pacto de Varsóvia, o que todavia representa um reforço da interdependência do mundo socialista e do alinhamento respectivo. As consultas mútuas estão sistematicamente previstas por força do mesmo tratado (artigos 3.º, 4.º, 5.º e 6.º), onde, ainda, se afirma solenemente a intenção das partes contratantes de agirem "dentro de um espírito de amizade e de colaboração no propósito de desenvolver e de consolidar *ainda mais* os laços económicos e culturais existentes entre elas (...)" [161]. Apesar da ressalva posterior de salvaguarda dos princípios do respeito mútuo, de independência e soberania e da não-ingerência nos negócios internos de cada Estado, a qual deve ser lida à luz dos ditames do internacionalismo socialista, ficou assim, mais uma vez, consagrada a legitimidade de normalização socialista pelo Pacto de Varsóvia concomitantemente por vias militares e *praeter*-militares.

4.3.6. As Tácticas da Paz Soviética

4.3.6.1. Importância destas Tácticas

Referimos, ao analisar os avanços da política externa do Segundo Mundo, que, desde os primeiros momentos da "Revolução de Outubro", a Rússia Soviética procurou estabelecer a paz com as potências capitalistas, então tendo em vista a consolidação do novo regime. Em 1922, com a assinatura do Tratado de Rapallo, procura a cooperação e o reconhecimento da Alemanha, tida como

[161] Artigo 8.º do Pacto de Varsóvia, sendo nosso o itálico.

potencialmente revolucionável, para o socialismo marxista. Em 1925, com o pacto Briand-Kellog veio o maciço reconhecimento ocidental; em 1933, o reconhecimento da administração de Roosevelt em nome dos EUA; em 1934, a participação na Sociedade das Nações, com a reserva todavia resultante de o esquema por ela adoptado não ter em conta os interesses do novo Estado marxista.

Estaline nunca se sentiu comprometido com o esquema adoptado pela Sociedade das Nações, mas aceita a participação como reforço do reconhecimento internacional concedido ao Estado Soviético. Dedicou alguma importância à assinatura de pactos de não-agressão com países vizinhos, mais ou menos poderosos, de que é conhecido expoente o tratado assinado com a Alemanha nazi denominado "Ribbentrop-Molotov" (28 de Setembro de 1939). A Conferência de Teerão realizada em Dezembro de 1943, para além de procurar organizar a ofensiva aliada contra as forças nazis, teve como objectivo a sondagem dos desejos territoriais das potências presentes em caso de vitória. Estaline, recusando-se a especificar os da União Soviética deixou bem claro que viriam a ser apresentados como efectivamente vieram a partir de Ialta e Potsdam. A conferência de Ialta é marcada, para além dos aspectos de delimitação das esferas de influência e de preparação da ofensiva final anti-hitleriana em duas frentes simultâneas [162], de estipulação dos termos de capitulação, ocupação, fiscalização da Alemanha, das reparações de guerra a esta exigíveis, de estabelecimento das bases relativas ao futuro da Polónia da Jugoslávia e da "Europa libertada", pela decisão de fundar "uma organização geral internacional para a salvaguarda da paz e da segurança (...)" para impedir, por meio de estreita e permanente colaboração de todos os povos pacíficos, novas agressões e eliminar as causas políticas, económicas e sociais da guerra", projectando para 25 de Abril de 1945 em S. Francisco uma conferência das Nações Unidas, estabelecendo ainda uma conferência de Ministros dos Negócios Estrangeiros aliados, que deveria reunir com os respectivos conselheiros de três em três ou de quatro em quatro meses para se consultarem mútua e regularmente "após a conferência das Nações Unidas para a organização do mundo" [163].

Evidentemente, mostrou-o a História da Guerra Fria subsequente, que a leitura soviética destes princípios pacifistas diverge essencial e profundamente de interpretação que deles fizeram e fazem as potências democráticas capitalistas. Trata-se, em suma, sempre de um *adiamento*, de um verdadeiro "compasso de espera", na luta irreversível até à destruição final do capitalismo. Lenine, dentro da boa dialéctica marxista afirmava ao VII Congresso dos Sovietes que "a própria existência dos capitalistas é já uma guerra contra o mundo socialista" (Lenine,

[162] A frente leste, entre o Mar Báltico e os Cárpatos seria entregue aos exércitos soviéticos enquanto a frente Oeste, entre os rios Meuse e Reno, ficariam a cargo das forças conjuntas norte-americanas, inglesas e francesas.

[163] Veja-se comunicado de 11 de Fevereiro de 1945 – *in* Conte, Arthur (1964), *Yalta – a partilha do Mundo*, Lisboa, ed. Liv. Bertrand, pág. 391 e seguintes.

1961:502). Segundo o marxismo-leninismo o capitalismo na sua fase derradeira torna-se agressivo e imperialista. Daí resulta que toda a agressão e imperialismo, tido como derivado da expansão das forças produtivas no capitalismo, da sua conflitualidade, da concentração do capital dito monopolista, e da internacionalização do mesmo, sejam originários deste regime económico-social. A existência de um Estado socialista, pelo menos, eleva, nesta lógica, para o plano internacional a chamada "luta de classes". Todas as guerras envolvendo potências capitalistas rivais, têm, para o sovietismo, o mérito de as enfraquecer, criando melhores condições para o avanço, no seu seio, de processos revolucionários conducentes ao socialismo. O mesmo é verdadeiro para os conflitos entre territórios dependentes politica, administrativa e economicamente, e os países capitalistas suseranos, protectores, ocupantes, metropolitanos ou, mais genericamente centrais, na terminologia neo-marxista, devendo assumir então o conflito as designações marxistas-leninistas de "guerra patriótica", de "libertação", ou "de independência nacional". Todavia nem sempre a guerra é a fórmula que melhor se adequa aos interesses do sovietismo. Mesmo antes da existência do armamento nuclear que força à redefinição da política de coexistência pacífica, a que em outro local fazemos referência, Lenine havia já demonstrado a íntima ligação da guerra e da política: "Clausewitz... trouxe nas suas obras uma confirmação da tese marxista bem conhecida, segundo a qual a guerra e a política estão directamente relacionadas, no sentido em que a política engendra a guerra e esta confirma os objectivos daquela pela força... Pode-se pois concluir que Lenine leu Clausewitz não como soldado mas como político" (Dexter, 1950:44). Desta forma a diplomacia, o pacifismo, a utilização de processos de resolução pacífica de diferendos, internacionais entre outros, são meras tácticas que o marxismo-leninismo utiliza na prossecução da estratégia da conquista do poder. A perpetuidade das negociações, da mediação, da arbitragem, das alianças, dos bons ofícios entre marxistas-leninistas e capitalistas envolve uma contradição essencial e insanável com a doutrina oficial dos primeiros. Daí que a sua existência tenha desde sempre entendida como precária, politicamente interesseira e tacticamente necessária. Considerar o contrário é negar a "natureza da classe" da parte comunista em questão, erro a que frequentemente se deixam arrastar analistas e políticos não sovietizados, menos atentos ou menos sérios. A este propósito definiu Lenine a "teoria dos compromissos", que tratamos anteriormente.

A eficiência, historicamente demonstrada, por esta política de duplicidade que sacrifica a coerência formal das atitudes do curto prazo, tomadas em nome de vantagens imediatas e concretas, à estratégia predominante da conquista progressiva e sistemática do poder pelo marxismo-leninismo sovietizado, é a melhor garantia da sua continuidade.

É neste entendimento que devem ser perspectivadas as acções empreendidas por países soviéticos no âmbito da paz ou mediante a aceitação dos princípios

pacíficos da solução de diferendos diplomática e negocialmente comprometentes.

4.3.6.2. Negociação e Revolução

Enunciados os pressupostos da posição marxista-leninista perante o estabelecimento e forma de cumprimento de compromissos com países não pertencentes ao Segundo Mundo se compreende melhor a premente necessidade de tornar exteriormente aparente uma independência relativa das instâncias do Estado soviético relativamente às do respectivo partido comunista que em realidade compõem uma única superstrutura harmonicamente integrada. Todavia, compete formalmente ao Estado, o desenvolvimento de uma diplomacia normalizada nos processos de percepção externa, pelos usos, costumes e regras internacionalmente aceites e estabelecidas, as quais têm, histórica e funcionalmente falando, uma origem e natureza não-marxista.

O Estado soviético aceita-os, sem grande dificuldade, dentro da ambiguidade táctica prevalecente, usa-os em seu proveito, promove a sua adequação tanto quanto possível aos interesses específicos da sua ideologia, numa perspectiva negocial permanente A negociação soviética segue, por via de regra, a linha das vantagens imediatas e materiais em prejuízo dos ganhos a prazo dilatado e no domínio dos princípios. Ambas as preferências são facilmente justificáveis pelas determinantes doutrinárias da dialéctica e do materialismo. Procura, coerentemente também, fazer aceitar a outra parte como contrapartida de tais ganhos, concessões de âmbito contrário às que para si procura. Nesta base o Estado marxista-leninista está, praticamente sempre disposto a empreender negociações com países não sovietizados. Nas negociações concretas e propriamente ditas são desenvolvidas técnicas conhecidas e que não são de exclusivo apanágio das delegações soviéticas. As mais divulgadas são, a título de referência ilustrativa, as técnicas de discussão excessiva da Ordem de Trabalhos, a de listagem "em bloco" de reivindicações razoáveis e de aceitação generalizada assegurada com as verdadeiras conquistas negociais, técnicas de obstruções e adiamentos e utilização do cansaço das outras partes, do recuo para evitar conflitos contraproducentes ou perdas de maior monta.

Simultaneamente, cabe ao partido comunista, a todo e qualquer partido comunista, muito em especial ao dos países sovietizados, a promoção do avanço da revolução socialista no mundo, tarefa insusceptível de negociação que a comprometa. Esta ambiguidade permanentemente querida pela dialéctica marxista-leninista caracteriza boa parte da política internacional do século XX. Merece por conseguinte, análise mais aprofundada.

4.3.6.3. Uma Linguagem Ideológica ao Serviço da Revolução

Um dos primeiros e principais instrumentos de subversão ideológica desenvolvidos pelos marxistas ortodoxos consiste na fixação e divulgação de uma linguagem de combate. A novidade do sistema reside na utilização de vocábulos correntes, de qualquer língua escrita e falada de divulgação internacional, com significado próximo mas distinto, do lexicologicamente fixado, de modo a proporcionar uma dialéctica de conceitos, utilizando palavras ideologicamente conotadas.

Assim e a mero título exemplificativo elaboramos um pequeno quadro de palavras cujo significado foi ideologicamente alterado pelo marxismo-leninismo com vista a facilitar a dialéctica verbal referida. Toda a formação doutrinária dos indivíduos sovietizados se faz mediante a inculcação destes novos conceitos [164] que, para os mundos não soviéticos, são constantemente veiculados pelos meios de comunicação social (*mass media*), muitos deles mesmo sem conotação directa ideológica com o marxismo.

Tabela 3. Exemplos de conceitos de significado alterado pelo marxismo

CONCEITO	SIGNIFICADO VULGAR	SIGNIFICADO MARXISTA
AGRESSÃO INTERNACIONAL	Ataque de um (ou mais) Estados soberanos a outro (ou outros) Estados soberanos	Ataque de um Estado capitalista sobre outro na lógica do imperialismo, fase final do capitalismo
FASCISMO	Regime corporativo de Estado, nacionalista e monista, em vigor em Itália antes e durante a II Grande Guerra	Regime político capitalista que persiga movimentos e militantes comunistas
IMPERIALISMO	Expansionismo geopolítico e geoeconómico de um Estado cultura ou civilização	Expansionismo geopolítico e geoeconómico de países capitalistas desenvolvidos
JUSTIÇA	Valor supremo de conformidade com as regras morais e jurídicas aceites por uma sociedade maior	Consentaneidade com o Socialismo e com o Comunismo
POVO	Elemento fundamental do Estado, integrado pelos indivíduos com cidadania originária ou adquirida.	Proletariado i.e. somatório dos camponeses, operários e trabalhadores socialmente equivalentes, não *possidentes* de capital

164 Nessa nova "gramática de aceitação" da revolução, para usar a expressão de José Durão Barroso cf. "Ensaio sobre a gramática política das revoluções", sep. da rev. *Prospectivas*, pág. 85.

CONCEITO	SIGNIFICADO VULGAR	SIGNIFICADO MARXISTA
REVOLUÇÃO	Conflito intraestatal conducente a uma alteração profunda e violenta das estruturas económicas, sociais e políticas existentes.	Processo histórico com fases de violência conducente a destruição do capitalismo, construção do socialismo em direcção ao comunismo
EXPLORAÇÃO HUMANA	Abuso do trabalho ou préstimos de alguém por outrem	Apropriação da mais-valia produzida mediante o trabalho proletário, pelo detentor capitalista dos instrumentos de produção
DIREITO DE AUTODETERMINAÇÃO COLONIAL	Direito reconhecido às colónias, de livremente elegerem o seu futuro estatuto político administrativo	Processo político conducente à independência das colónias e ao seu enveredamento por uma via não-capitalista de desenvolvimento

Fonte: esquema do autor.

A técnica da repetição constante, aliada ao "sentimento de culpa" que simultaneamente o marxismo desenvolve no Primeiro Mundo e de que falaremos posteriormente, promovem a divulgação e generalização destes significados, forçando a evolução semântica por via ideológica. Hoje em dia, por exemplo a palavra democracia perdeu grande parte do seu conteúdo, tendo-se tornado equívoca e necessitando de uma adjectivação complementar para precisão de significado.

Uma outra táctica que anda ligada à da utilização de uma linguagem ideológica consiste em imputar ao adversário as causas de todos os males e a generalidade dos defeitos e distorções, começando por lhe atribuir os próprios defeitos do marxismo-leninismo e os dos Estados socialistas do Segundo Mundo.

A própria simbologia política é utilizada como linguagem de reforço, juntamente com os *slogans*, palavras-de-ordem, teses, revelações e boatos, na propaganda e contrapropaganda política, o que não é aliás exclusivo do marxismo-leninismo. Quaisquer destas técnicas têm inegável importância no âmbito de sociedades massificadas e de classe média preponderante (Lara, 1975:15).

As novas técnicas de *marketing* desenvolvidas originariamente com intenções comerciais, mas aproveitadas para a propaganda política subsequente, não são descuradas pelos movimentos marxistas-leninistas. A utilização de símbolos, cores, designações e grafismo tradicionais a essa ideologia em paralelo com outras de conotação bem menos óbvia, demonstra que, mais uma vez, a ambiguidade é uma táctica política desenvolvida em inúmeros campos com as mesmas finalidades estratégicas.

A técnica da repetição de objectivos pacíficos do sovietismo tem consagração formal, designadamente nos textos dos tratados de amizade, cooperação e assis-

tência, celebrados entre os países do Segundo Mundo, apesar das actuações militares levadas a cabo pela URSS contra outros Estados socialistas ou não. Apesar da queda do Bloco de Leste, o sistema continuou, atenuadamente, nos países socialistas marxistas-leninistas e nos partidos congéneres pelo Mundo fora.

4.3.6.4. A Contracultura, o Pacifismo e a Revolução Socialista

O pacifismo no Mundo não-socialista, mormente no Primeiro Mundo, teve tacticamente o apoio soviético. Se a luta de classes está internacionalizada e a missão dos países marxistas-leninistas continua a ser a universalização do socialismo como etapa em direcção à sociedade comunista, a contradição da promoção do pacifismo entre regimes económico-sociais antagónicos só pode ser justificada por motivos históricos e dialécticos de escolha de um mal menor. De facto a capacidade de destruição maciça comum aos dois regimes político-económicos (capitalismo e socialismo) obriga a evolução da revolução por outros meios que os do afrontamento militar directo entre eles.

Pesou, ainda, importantemente, para a lógica soviética, embora que inconfessadamente, a indesmentível verificação marcusiana do aburguesamento progressivo da classe operária em especial e do proletariado em geral, nos países capitalistas mais avançados, onde os Partidos Comunistas e revolucionários obtêm reduzida expressão eleitoral e onde o massivo apoio popular se dirige a partidos contra-revolucionários activos, de ideologias predominantemente conservadoras, liberais, ou reformistas. De facto desapareceram, por via do desenvolvimento capitalista, em vários países do mundo as condições sociais objectivas e subjectivas para o empreendimento da revolução socialista dentro do esquema de Marx e Lenine. A táctica subversiva, em relação a eles deve, pois, ser diversa e procurar o seu enfraquecimento interno bem como o seu isolamento internacional.

O isolamento destes países passou, em primeiro lugar, por todos os processos de descolonização moderna conhecidos e pela promoção de uma "via de desenvolvimento não-capitalista" para os novos países tornados oficialmente livres e independentes. Passa pela promoção de um entendimento comprometedor do não-alinhamento assumido por estes novos estados, resultante numa dupla medida de posicionamento, favorável ao Segundo Mundo, em desfavor do primeiro. Passa, ainda, pela sovietização de alguns desses estados de recente acesso à soberania, ou de grande debilidade geopolítica.

O objectivo de enfraquecimento interno consegue-se atingir por diversas soluções bem adaptadas ao tipo sócio-económico dos países capitalistas mais adiantados. Atendendo a que neles é predominante a classe média, determinante nos resultados eleitorais e na expressão da opinião pública, nela se visa criar um complexo social de culpa e de fraqueza perante atitudes colonizadoras históricas ou relativamente a intervenções político-militares recentes.

Assim, os Estados Unidos da América que, conjuntamente com a URSS, "proclamaram o direito à autodeterminação e o anticolonialismo (apesar de que) só tinham em comum a condenação do esquema colonial que o nazismo pretendia implantar" (Moreira, 1979:354), acabam por ser alvo privilegiado desta política de pacifismo activo, movido, sobretudo, a partir de tratamento propagandístico das consequências sociais a que a Guerra do Vietname teve para a mesma Federação.

O anticolonialismo do século XX "é um anticolonialismo racista, socializante, de massas, anticapitalistas, reivindicativo, negador do direito internacional, um anticolonialismo de pobres (que) teve expressão dentro do movimento neutralista" (Moreira, 1979:355). E partindo do facto de a União Soviética nunca ter sido metrópole colonizadora no hemisfério sul, foi possível criar uma atitude mais favorável em relação a esta, apesar de o neutralismo apregoar defender uma atitude de isenção em relação ao conflito Leste-Oeste. As democracias europeias ou europeizadas de classe média dominante, politicamente permissivas reagiram óbvia e coerentemente a esta dupla medida, retirando mais ou menos apressadamente dos territórios coloniais respectivos, assumindo a lógica propagandística soviética da negatividade predominante da acção colonial, voltando-se para dentro ensimesmadas no consumismo massificado e estonteante, autoflagelando-se ideologicamente com sucessivas penitências políticas comprometedoras de todo o respectivo passado integral, depreciando o relativismo histórico das acções colonizadoras, abrindo lugar à degradação social, económica e política dos estados componentes dos antigos impérios que, em não raros casos, foram alvos privilegiados do internacionalismo expansionista soviético, e administrando um panorama de decadência económica e social que passa pelo envelhecimento demográfico das populações, pela inflação, pelo decrescimento económico, pelo desemprego e pela crescente marginalidade.

Nos Estados Unidos da América, a Administração Carter terá demonstrado momentos altos desta autoflagelação retracionista. "Por todo o Ocidente se detectam sinais de desesperança, de tédio, de recusa de valores tradicionais, sobretudo dos que estão ligados à *vontade de poder*" (Moreira, 1979:393). A contracultura e os movimentos pela qual se vai expressando e renovando, corresponde a esta recusa de valores tradicionais, a este permissivismo, ao referido ensimesmamento ocidental e até mesmo, por ironia, ao consumismo de massas que tem na moda uma das suas principais expressões. Justifica-se, assim, a curta duração dos movimentos e teorias de contracultura e a sua substituição sistemática. Não se transformando em ideologia "já forneceu contributos a ideologias actuantes, como é a do movimento dos ecologistas" (Moreira, 1979:197). Este movimento, teoricamente derivado de formulações marxistas heterodoxas e utopistas, tem servido objectivamente primeiro, depois subjectivamente também, aos partidos marxistas-leninistas de ortodoxia soviética efectiva, mais do que formal, uma vez que concede uma nova e não ostensiva operacionalidade aos interesses internacio-

nais do sovietismo segundo-mundista. O pacifismo militarmente desmobilizador, o ecologismo antinuclear inferiorizante económico, táctica e estrategicamente, a disforia provocada pela brusca substituição de valores dominantes pela permissividade de soluções, ou pela inexistência de enquadramento referencial valorativamente aconselhado, designadamente ao nível da superstrutura jurídica dos estados, permitem, pelo menos pela dificuldade da recomposição de uma nova ordem, a abertura de frentes internas de novos problemas e de novos conflitos sociais e políticos, favorecedores do isolamento e entorpecedoras de qualquer acção externa de fundo, bem como a criação de difíceis entraves à solidariedade activa do Primeiro Mundo, com óbvias repercussões na balança internacional do Poder, designadamente comprometendo a eficácia dos "crescentes" geopolíticos de envolvimento do Segundo Mundo.

A Acta Final da Conferência de Helsínquia, de 1975, relativa a Segurança e Cooperação da Europa, mostra à sociedade a aceitação implícita da bipolarização do condomínio mundial nas duas superpotências tutelares, ficando para um lado uma comunidade estados centralmente dirigida, ideologicamente uniformizada, militar, política e economicamente normalizada, portadora declarada de projectos política e ideologicamente traçados para a escala planetária, e para outro, os Estados Unidos da América admiradores tradicionais da Doutrina de Monroe, a que retornam ciclicamente, e que, se por um lado pressupõe a defesa das Américas contra a ingerência estrangeira e, portanto, contra o socialismo marxista e a influência soviética, numa perspectiva de segurança continental geopolitica e geoestratégica, ou seja dentro do seu espaço vital, por outro envolve o isolacionismo retracionista em termos de liderança e de policiamento dos espaços de aliança tradicional que servem de cinturas de envolvimento em relação ao Segundo Mundo, juntamente com uma Europa reduzida a "um espaço vazio de poder, hesitante entre a concepção atlântica (EUA) e a finlandização (URSS)" (Moreira, 1979:395).

Todavia, perante a dialéctica da "Guerra impossível" a acção dos grupos pacifistas em todo o Orbe, muitos influenciados pelos centros de acção e de poder soviético e o pacifismo, converteram-se na táctica mais permanente e talvez mais segura, mais dissolvente, com maior capacidade de penetração que o terrorismo, que a violência permanente, que as guerras locais, que a ameaça atómica ou que a aplicação da doutrina da soberania limitada na sua própria esfera de domínio e de acção" (Uscatescu, s/d:14). Esta táctica de desmoralização do inimigo foi, aliás, expressamente anunciada desde a administração de Lenine até às mais recentes conferências internacionais dos Partidos Comunistas (Correia, s/d:70), táctica cuja actualidade se prolongou, integrando um vasto reportório de "Associações de Amizade" com países de Leste, de instituições nacionais e internacionais dirigidas genericamente para a Paz, para o desarmamento, para a objecção de consciência e para propósitos similares. O financiamento e apoio logístico soviético ao orquestramento das respectivas campanhas, designadamente em países pertencentes à

NATO era por demais conhecido e veiculava-se pelos diversos partidos comunistas ocidentais coordenados pelo Departamento de Informação Internacional do PCUS, com a colaboração das agências propagandísticas soviéticas TASS e NOVOSTI e com a Primeira Direcção Principal, de Informação Estrangeira da KGB, acções concertadas onde a União Soviética investiu muito elevadas somas de capital (Correia, s/d:70). Estas campanhas baseiam o seu indesmentível êxito nas características activas e reactivas e no idealismo da juventude, designadamente da sua fracção estudantil, na solidariedade comprometida de centrais sindicais e de instituições marxizadas, de individualidades da esquerda referenciadas como intelectuais, na liberdade de imprensa aliada ao sensacionalismo motivado por conivências políticas ou por atractivos comerciais. Apoiam-se ainda na boa-fé de minorias idealistas, na militância de defensores do ambiente, de princípios religiosos peculiares ou em situações socialmente marginais, na revolta de desempregados, de grupos sociais carentes ou de grupos étnicos menos favorecidos, na alternativa contracultural de certos movimentos marginais das sociedades de consumo, na pretensa ciência social da paz [165], em oficiais generais antimilitares, e, muito fundamentalmente, na essência democrática dos Estados do Primeiro Mundo, na importância da opinião pública na expressão da vontade eleitoral, na pouca definição ou indefinição de políticas e na certeza da perecibilidade da informação no seio das sociedades de consumo, implicando, por um lado a renovação sistemática da mesma campanha essencial e desestimando por outro, o escândalo ocasional, sempre relativo, da demonstração evidente da teia comprometida de solidariedade já mencionadas. Aliás o próprio marxismo desde sempre fez apanágio de não manter com discrição os seus propósitos mais subversivos em relação às sociedades capitalistas e pacificamente liberais. A incapacidade factual por estas últimas demonstrada de se defenderem contra propósitos aniquiladores externos e internos sem comprometer a sua essência e natureza, tem permitido ao marxismo-leninismo uma actuação confiada, programada e mediatamente ostensiva pelas formas enumeradas. Sem Bloco de Leste, o sistema foi adoptado pela antiglobalização que engloba hoje uma frente anticapitalista e antiocidental actuante e de mobilização de massas.

165 De facto uma das tácticas mais típicas do marxismo-leninismo é a de apostar simultaneamente nos contrários: apoiar os movimentos de contracultura como arautos de uma paz idealista, desencarnada, nihilista e, ao mesmo tempo, promover a ciência da paz como uma ciência social aplicada. Esta última moda teve tanto ou mais êxito no Ocidente do que a primeira, atingindo estratos sociais diferenciados. Só na Alemanha Federal os cultores da "Friedens-forschung" contavam ao seu dispor em 1972 com 52 institutos. Noutros países são igualmente admirados os estudos sobre a Paz, como os do SIPRI sueco (Instituto Internacional de Pesquisa sobre a Paz), do "Peace Research" dos EUA, do Instituto de Polemologia de Groningen na Holanda, do Instituto de Pesquisa da Paz da Universidade de Oslo na Noruega, do Centro de Sociologia de Guerra da Universidade Livre de Bruxelas, do Instituto di Sociologia Internazionale de Gorizia em Itália, de G. Bouthoul em França e de tantos outros similares.

4.3.6.5. A Utilização da ONU e de Instituições Internacionais pela Estratégia da Paz Soviética

É abissal a diferença que separa as atitudes soviéticas em relação à SDN e à ONU pela sabida e principal razão da diferença de influência que o marxismo-leninismo nestas instituições pôde ter.

A adesão soviética à SDN justificou-se de sobremaneira pela necessidade de reconhecimento internacional sentida pelo marxismo-leninismo então vitorioso num só país. Tratava-se de conseguir uma garantia suplementar da sua própria continuidade.

Mas, desde sempre, uma forte desconfiança soviética se manifestou em relação à estrutura de tal organização internacional, patrocinada que foi pelo presidente norte-americano Wilson, se bem que impedido pelo Congresso de nela ver participar directamente o seu já poderoso país, vitorioso da I Grande Guerra ao lado dos "Aliados", por nele se viver, então, um novo período de isolacionismo, a coberto da "doutrina de Monroe", período que só seria formalmente terminado com o bombardeamento japonês à esquadra americana em Pearl Harbor e com o consequente envolvimento norte-americano na Guerra. Avizinhando-se, todavia, o fim deste conflito mundial, Estaline preocupa-se em fazer introduzir o maior número possível de garantias a nível do articulado da Carta que haveria de reger a constituição e o funcionamento das Nações Unidas. Assim, na conferência de São Francisco de 1945, os "Grandes" acolhem, para a estruturação da ONU, instituições e mecanismos de total inspiração estalinista, designada e mais significativamente, a parte relativa ao Conselho de Segurança, suas atribuições e funcionamento. Interessou de sobremaneira a Estaline o acolhimento do mecanismo de veto, a definição rigorosa de competências dos órgãos, rigor que permitisse uma rigidez de posições a assumir pelos países socialistas em alturas de perturbação efectiva ou potencial da paz mundial, sobretudo sempre que se tratasse de garantir a não-intervenção de países capitalistas. As chamadas "Forças de Manutenção da Paz" ficaram dependentes do Conselho de Segurança, segundo a orientação cara aos soviéticos, sendo portanto necessário o consenso dos cinco grandes para estas poderem actuar.

Todavia, a sua eficácia efectiva demonstra muito pequena expressão, pela incapacidade patente de, por elas, se resolverem decisivamente os grandes conflitos internacionais [166]. As suas actuações nos primeiros conflitos internacionais de

[166] A Carta da ONU está muito marcada por uma preocupação preventiva da guerra, como resultado natural da época e circunstâncias em que foi elaborada. No seu Preâmbulo fala-se em salvar as gerações vindouras do tormento de nova guerra idêntica às duas que nos últimos anos haviam atingido a Humanidade, comprometendo os seus signatários a só usarem da força bélica se da salvaguarda de interesse colectivo se tratar. O artigo 1 º refere a intenção de manter a paz e a segurança internacionais, o artigo 2 º fala de solução pacífica dos conflitos e do compromisso dos estados membros de não utilizarem a força ou a ameaça de força em contravenção com os propósitos das Nações Unidas, bem como do princípio da não ingerência em as-

vulto, na Palestina em 1956, no Congo em 1961-1963, em Chipre em 1964, foram demonstrativas das insuficiências do sistema. O Secretário-Geral U. Thant chega mesmo a confiar ao comité dos 33 a missão de preparar um novo estatuto, aceitável pela generalidade dos países, para a maior operacionalidade dessas forças. O *memorandum* soviético de 16 de Março de 1967, dirigido àquele Secretário-Geral, reafirma o princípio de que só ao Conselho de Segurança compete a decisão sobre a utilização de tais forças armadas, permitindo, embora, o alargamento à participação de outros estados membros, designadamente pertencentes ao Terceiro Mundo, nos respectivos trabalhos do Conselho de Segurança e do seu Comité de Estado-Maior, bem como à participação dos mesmos países com contingentes de tropas, o que não acontecia até então, pois só as grandes potências forneciam forças armadas para os chamados "capacetes azuis". Este alargamento proposto visava obter a simpatia pró-soviética de parte do Terceiro Mundo, não alterando substancialmente o mecanismo anterior. A União Soviética e a generalidade dos países segundo-mundistas vê na Carta da ONU um instrumento útil na função a que chamam de "protecção da independência dos estados-frágeis", entendendo por "estados-frágeis" os países que, após o termo da Segunda Grande Guerra, tenham enveredado pelo regime socialista ou, ainda os países recentemente tornados independentes mediante processos de descolonização. A "fragilidade" de uns advir-lhes-ia, segundo a concepção soviética, da ameaça de intervenção de países capitalistas designadamente através de governos no exílio, refugiados nesses países, enquanto de outros resultava da estrutura dependente da sua economia, das lutas tribais internas e da morosidade de reestruturação e desenvolvimento internos. Ao mesmo tempo que impediam ou dificultavam a ingerência dos estados do Primeiro Mundo, permitiam e favoreciam a passagem dos estados saídos das descolonizações a uma nova etapa socialista tida como adequada às próprias circunstâncias concretas de cada um. Esta é, aliás, a tese de N. A. Ouchakov, jurista soviético especializado em Direito Internacional, na sua obra "A não-intervenção nos Assuntos Internos dos Estados" [167] e que refere os aspectos fundamentais deste problema. Considera que, ao contrário do Pacto da SDN de 1919, que não passava de uma camuflagem para legalizar a intervenção das potências imperialistas nos pequenos países, a Carta da ONU constitui o primeiro instrumento jurídico internacional que protege as diferentes soberanias. Ressalta muito particularmente o significado das Declarações de 21/12/1965

suntos da jurisdição interna dos Estados-membros. Alguns destes princípios são, na prática, contraditórios, o que justifica em parte a pouca acção das forças de Paz da ONU. A paralisia introduzida pelo uso de veto no Conselho de Segurança é outra das causas explicativas da insuficiente acção destas forças nos mais de 100 conflitos verificados no mundo nos 40 anos de existência desta Organização. Em mais recentes conflitos internacionais, no Líbano, Irão-Iraque, URSS-Afeganistão, Namíbia-África do Sul-Angola, América Central (El Salvador, Nicaragua, etc.), ou Guerra das "Malvinas-Falklands", estas forças ou não desempenharam qualquer papel na pacificação ou o seu papel foi extremamente reduzido.

[167] Seguimos a edição em inglês de 1971, de Moscovo.

e de 24/10/1970 respectivamente sobre a "Interdição de intervir nos assuntos internos dos Estados e sobre a protecção da sua independência e soberania" aprovada por maioria, apenas com a abstenção da Grã-Bretanha, e a "Relativa aos princípios do direito internacional tocante às relações de amizade e cooperação entre os Estados conforme a Carta da Nações Unidas", que inclui sete princípios básicos dos quais o da não-intervenção ocupa o terceiro lugar. A importância destas declarações de princípios, extremamente vagas, tem para os países soviéticos um duplo significado: político e jurídico. Juridicamente envolvem, na sua elaboração, o trabalho de juristas eminentes de países de diversas ideologias, o que já por si, importa num certo peso doutrinário [168]. Por outro lado a adopção unânime de uma resolução pela Assembleia-Geral da ONU, em conformidade com a Carta, cria uma regra de Direito Internacional Público que vincula todos os Estados. Finalmente os debates, prolongados e minuciosos, permitem o esclarecimento de certos pontos concretos de direito como por exemplo aconteceu na discussão havida sobre se o âmbito da interdição da intervenção diz respeito a assuntos da exclusiva competência dos Estados ou por natureza da competência dos mesmos, ou a ambos.

O significado político destas declarações, na perspectiva soviética, deriva da promoção inerente de um novo tipo de direito internacional que interessa os países do Terceiro Mundo que não participaram na redacção da Carta da ONU e que só posteriormente a ela aderiram. Deriva, sobretudo, da faceta "anti-imperialista" desta doutrina, pelos entraves que estabelece à ingerência dos países do Primeiro Mundo. Finalmente estimula os países terceiro-mundistas a seguir o exemplo da "entreajuda socialista", concentrando-se em acordos regionais e regulando as modalidades da intervenção internacionalista a coberto da solidariedade neutralista, como aconteceu com a "Declaração de Benghazi" de 17 de Abril de 1971 sobre a "Segurança contra o perigo de golpes de Estado" onde foi estabelecida a regra de que em caso de perigo e de agressão interna contra o poder constituído, os outros estados signatários possam intervir militarmente para restabelecer a ordem e o *statu quo ante*, mesmo sem apelo formal do governo agredido.

O académico soviético Grigori I. Tunkin enumera uma série de tratados internacionais assinados pela URSS onde se patenteia o espírito de "não-intervenção". São, dela, exemplos mais significativos, os seguintes:

1954 = Conferência de Genebra;
1959 = Tratado da neutralização do Antárctico;
1963 - Tratado de Moscovo sobre a interdição de experiências nucleares no ar, terra e mar;
1967 - Tratado sobre princípios da utilização do espaço cósmico;

[168] Como, por exemplo no caso da resolução da Assembleia-Geral da ONU que em 10 de Dezembro de 1948 aprovou a declaração Universal dos Direitos do Homem.

1968 = Tratado de não proliferação de armas nucleares;
1970/72 = Acordos SALT, de limitação de armas estratégicas;
1975 = Conferência de Helsínquia.

Evidentemente que, da perspectiva soviética, resultam alguns defeitos da doutrina e da regra da "não-intervenção"; por um lado, encoraja-se o arbítrio dos governos dos Estados no âmbito da sua actuação interna e, por outro, fica como única solução o recurso ao Conselho de Segurança, burocratizado e muitas vezes ineficiente, que vota sanções e medidas de coacção que na prática não cumprem o seu objectivo. Nesta conformidade os exemplos da África do Sul, de Portugal, até ao regime produzido pela revolução de 1974 e de Israel, no que toca à questão da Palestina, mostram a veracidade desta asserção.

A intenção política desta doutrina foi-nos explicada, claramente, por N. Ouchakov. Tratava-se de aperfeiçoar um instrumental jurídico-político aceite pela comunidade internacional que favorecesse e fizesse progredir mundialmente a revolução socialista, dificultando ao máximo a intervenção militar e/ou económica directa de estados capitalistas em estados segundo ou terceiro-mundistas, ilegalizando a "oferta de protecção" contra a intervenção externa ou contra a subversão interna feita por um "estado burguês" em relação a um país do Terceiro Mundo. Por outras palavras, visava-se, sobretudo, impedir acções directas, formais e descobertas de países preponderantes da NATO em relação a estados da Ásia do Sudoeste, África Negra ou América Latina.

Evidentemente, que os países socialistas observarão o princípio da não-intervenção em relação a Estados capitalistas ressalvado o apoio aos Partidos Comunistas respectivos, em relação aos países não-alinhados, ressalvados os movimentos de libertação colonial e os casos de "agressão imperialista", e observarão ainda semelhante princípio em relação a países da comunidade socialista de Estados sempre que este não for incompatível com as obrigações decorrentes do internacionalismo proletário e socialista, conforme já foi referenciado.

Finalmente, interessa referir que, através da Assembleia-Geral da ONU, se intervém e controlam inúmeras instâncias de organizações internacionais dotadas de importantes meios de actuação internacional e de substancial poder, como sejam as seguintes: OIT, FAO, UNESCO, OMS, União Postal Internacional, Organização Meteorológica Mundial, União Internacional de Telecomunicações, Organização Intergovernamental de Navegação Marítima, Organização de Aviação Civil Internacional, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Sociedade Financeira Internacional, Associação Internacional do Desenvolvimento, Sociedade Financeira Internacional, não referindo já a Agência Internacional de Energia Atómica, com estatuto especial porquanto depende do Conselho de Segurança.

É sempre conveniente ter presente que a autoridade da ONU não decorre da coacção, que, como já se referiu, ou é inexistente ou é ineficiente, mas dos serviços que presta à Comunidade Internacional. Estes serviços são de particular valia para países do Terceiro Mundo, que neste momento constituem a maioria de votos na Assembleia-Geral da ONU.

Através da participação no *Conselho Económico e Social* e do *Conselho de Tutela* se pretende dar cumprimento à função de cooperação internacional referida no artigo 1.º § 3.º da Carta "resolvendo os problemas internacionais de ordem económica, social, intelectual ou humanitária, desenvolvendo e encorajando o respeito pelos direitos do homem e liberdades fundamentais para todos sem distinção de raça, de sexo, de língua ou religião", que manifestamente se dirige de facto ao desenvolvimento económico e social do Terceiro Mundo, implicando, irresistivelmente, com áreas de pré-existente dependência deste relativamente ao capitalismo ocidental. Por outro lado, o esquema de cooperação internacional referido, faz desenvolver, nos países mais atrasados, aparelhos burocráticos, inexistentes até então ou apenas meramente incipientes, influenciando-se, assim o nascimento ou a reestruturação fundamental das administrações públicas dos referidos países e, por essa via, com boa parte a estrutura do próprio poder de Estado. Mesmo que aparentemente neutro e técnico o auxílio destes departamentos internacionais tende a viabilizar formações políticas de duvidosa legitimidade, quanto ao acesso e quanto ao exercício do poder, as quais pelos seus meios próprios, em muitos casos, não teriam perspectivas de continuidade e de êxito.

Quer tanto dizer que uma ajuda técnica e neutra a um país socializante terceiro-mundista resulta numa ajuda em desfavor do Primeiro Mundo, com a evidente contrapartida positiva relativamente ao Segundo. Mas nem sempre a ajuda destes organismos internacionais, designadamente da OIT e da UNESCO primou pela isenção ideológica, aliás de difícil realização [169]. Da mesma forma puderam ser utilizadas campanhas baseadas na defesa dos "Direitos do Homem" para servir uma estratégia de fundo segundo mundista, designadamente nas condenações movidas contra a acção colonizadora de Portugal em África, ou contra a política de desenvolvimento separado (*apartheid*) da República Sul-Africana [170]. Convirá

[169] Por estes mesmos motivos os EUA abandonaram a UNESCO em 31/12/1984. A Grã-Bretanha e Singapura anunciaram a sua saída desta instituição para fins de 1985. Outros países do primeiro mundo fizeram sérios reparos a esta que é a maior das agências especializadas da ONU.

[170] Recordaremos, a título de exemplo, a campanha lançada há cerca de uma decada contra Israel, na base do argumento de que este Estado se fundara na doutrina sionista e que o sionismo é uma forma de racismo e portanto contraria aos direitos do Homem. Paralelamente deu a ONU estatuto internacional privilegiado à organização guerrilheira de esquerda OLP de Yasser Arafat Da mesma forma a política de *apartheid* sul-africana, fundamentou por parte da ONU o reconhecimento aprioristico da SWAPO, organização guerrilheira marxista, como único representante legítimo do povo da Namíbia e bem assim em 1980, a aprovação de uma resolução na Assembleia-Geral (118 votos a favor, 10 contra e 15 abstenções) afirmando "a legitimidade da luta do povo oprimido da África do Sul e do seu movimento de libertação, por todos os meios possíveis incluindo o conflito armado para a tomada do poder pelo povo".

recordar, a este propósito, que, quando a Assembleia-Geral da ONU votou a "Declaração Universal dos Direitos do Homem", em 10 de Dezembro de 1948, a União Soviética, por intermédio do seu representante Popov, se absteve. Evidentemente que os "Direitos do Homem" formalmente estabelecidos são listagens mais ou menos abstraídas de direitos, desenvolvidas pela "classe dos políticos" pela via da negociação e cujo conteúdo varia com o decurso do tempo. A "classe dos políticos" compreende indivíduos com relativa proximidade de interesses, de convívio e de hábitos, que, se os distinguem da generalidade das populações cuja representação oficialmente ostentam, facilitam o entendimento nestas matérias. "As declarações de direitos são, antes de mais, um protesto contra a sociedade estabelecida. Um protesto que exprime o desacordo de um grupo que se diferencia, que demonstra a pluralidade" (Moreira, 1979:368-369). Digamos que um quase corporativismo factual, característico da "classe política", viabiliza o acordo em certas questões formais de princípio. Este acordo é desde logo utilizado, a nível dos diferentes países, com a maior versatilidade: cada país denuncia as violações aos "direitos do Homem" perpetradas pelos outros, ignorando as realizadas no seu próprio domínio. O conteúdo destas listagens de Direitos varia não só com o tempo e com o quadro cultural, mas sobretudo com a ideologia. "De modo que a primeira nota a tomar sobre a Declaração é a de que, na medida em que o mundo se encontra dividido em blocos orientados por ideologias contraditórias, o acordo obtido na Declaração é puramente verbal e tendo em vista motivos que não são coincidentes" (Moreira, 1965:143). Como ensinou o Prof. Adriano Moreira, cada época e cada cultura ou civilização é sensível a determinadas atitudes e quase insensível a outras. Assim, no século XVIII, na Europa, a mentalidade dominante era sensível ao fanatismo, revoltando-se contra a intolerância religiosa e insensível ao racismo, ficando indiferente perante a escravatura e a segregação racial. No século XX, em contraponto, a mentalidade dominante da Europa ou das culturas ocidentalizadas, são sensíveis ao racismo, não admitindo a segregação e a discriminação raciais, mas são insensíveis perante a intolerância político-ideológica, sobretudo oriunda da esquerda[171]. Esta "indignação selectiva" favorável ao marxismo-leninismo é promovida, em grande medida, por importantes órgãos de comunicação social de massas do Primeiro Mundo. Para o marxismo-leninismo internacionalista toda Justiça é política. O cumprimento, a divulgação ou a utilização dos Direitos do Homem, cabendo na esfera da Justiça, são igualmente políticos. A inviabilidade de acordo sobre o poder judicial a nível internacional, irrelevante para a lógica do materialismo histórico e dialéctico, pressupôs uma série de ambiguidades, a nível de conceitos e de atitudes, que se mostrou de grande valimento na utilização que o socialismo científico fez das instâncias internacionais em apreço, dentro de uma estratégia internacio-

[171] Recordemos a indignação selectiva contra as atrocidades cometidas pelas facções *nacionalista* e *roja* na guerra civil de Espanha, ou na China pelo *Kuomitang* e pelos maoistas, em Angola pelo MPLA e cubanos ou pela UNITA, a título de exemplo.

nalista integrada, utilizando-a como um instrumento fundamental. Depois de uma fase antifascista (1945-1947), de consensos por oposição aos derrotados ou aos similares [172], seguiu-se uma fase anticomunista e anti-soviética (1948-1954) de plena vigência de guerra fria, de paralisação do Conselho de Segurança pelo uso sistemático do mecanismo de veto, pela admissão de estados "indiferentes", relativamente ao equilíbrio estabelecido [173], de transformações equilibradas nos antigos estados afectos ao "Eixo" [174]. A Guerra da Coreia (1950-53) cristaliza as oposições respectivas, a URSS conta com seis vozes na Assembleia-Geral [175] contra uma maioria de votos favoráveis aos EUA, que faz a estes promover a resolução "União para a Paz" transferindo para a Assembleia-Geral assuntos bloqueados, por veto, no Conselho de Segurança. É a fase da implantação do maoismo no governo da China continental (1 Outubro de 1949), da morte de Estaline, culminando com os armistícios da Coreia [176] e da Indochina [177], ou seja com os primórdios da *détènte* entre os blocos.

A terceira fase da ONU (1955-1961) foi marcada pelo anticolonialismo na sequência da Conferência de Bandung (1955) que para muitos marca, muito justamente, o nascimento formal do Terceiro Mundo como bloco de poder internacional. Depois de 1956 opera-se uma mudança radical na Assembleia-Geral que dura até ao presente: o Terceiro Mundo detém a maioria dos votos na Assembleia-Geral, reforçando-se esta com a adesão, por volta de 1960, dos países latino-americanos. Mediante a delegação no Secretário-Geral da ONU [178] da resolução de missões delicadas, o Terceiro Mundo confere a este a capacidade de ultrapassar a paralisia das grandes potências com assento no Conselho de Segurança, transferindo-lhe de facto o poder de o controlar da organização. Este novo factor, perturbador de bi-polarismo internacional, foi completado nos seus

---

172 Uma das primeiras resoluções da ONU nesta fase foi o rompimento das relações diplomáticas com a Espanha franquista que não tendo pertencido ao "Eixo" era aliada ideológica do mesmo, ostracismo que só terminou em 1955, na fase anti-soviética da ONU.

173 A Indonésia, a Birmânia, Israel, a Espanha por exemplo.

174 A Itália, a Alemanha Federal e o Japão democratizaram-se, ocidentalizando-se militar e politicamente para compensação das democractas populares estabelecidas na Hungria, Romenia, Bulgária, RDA, etc.

175 Polónia, Checoslováquia, Jugoslávia, Ucrania, Bielorússia e URSS.

176 Paz de Pan-Mun-Yom.

177 Paz de Dien-Bien-Fu.

178 Dag Hammarskjöld, Secretário-Geral da ONU afirmou-se como Secretário-Geral afecto ao Terceiro Mundo sobretudo aquando da crise do Congo e 1960/61. Perante o conflito interno, os "capacetes azuis" integrando forças terceiro-mundistas são enviados o que provoca a exigência soviética da retirada imediata e a subsequente confirmação do mandato pela Assembleia-Geral. O referido Secretário-Geral deslocando-se ao local para orientar directamente a situação, perece num inexplicado desastre aviação em 18 de Setembro de 1961. Nikita Kruchtchev propõe imediatamente a constituição de uma *troika* de Secretários-Gerais (um para cada bloco) ao que o Terceiro Mundo responde com a eleição do birmanês U. Thant, afecto aos não-alinhados.

efeitos, pela afirmação de novos poderes concorrentes quer dentro do bloco capitalista (com a França de De Gaulle) quer do socialista (com a China de Mao), atenuando a bipolarização.

Entre 1961-1966, surge a fase dita "do desenvolvimento", por esta ser a preocupação política dominante de então. A *détènte é* a política de fundo que compromete as duas superpotências [179]. As agências internacionais viradas ao desenvolvimento económico e social, passam a empreender inúmeras campanhas, desde a alfabetização mundial, ao rastreio médico das populações, à educação alimentar, sanitária e cultural. Os Estados Unidos da América apoiam todas estas magnas iniciativas partindo da ideia de que a melhoria da qualidade de vida das populações permitiria a evolução democratizante e liberal dos países do Terceiro Mundo projectando-os numa política de concertação de interesses com o Ocidente. Todavia a Guerra do Vietname viria a fazer recrudescer as tensões internacionais a partir de 1966 abrindo uma nova fase de confronto entre os blocos. Aumentam as acções guerrilheiras na América Latina [180] e a contestação subversiva nihilista (Maio de 1968) [181]. O conflito no Próximo Oriente, que põe em confronto os exércitos israelitas e os *feddayn* palestinianos, opõe, mediatamente, os EUA e a Europa aos interesses internacionalistas soviéticos e chineses. Paralelamente sentem-se agravadas as diferenças que separam os países ricos dos países pobres. Consciencializa-se na ONU o "conflito Norte-Sul", transportando-se para votações constantes e irrealistas uma pretensa luta de classes internacional, que faz perder ao Terceiro Mundo parte do prestígio alcançado. Em 1971 Kurt Waldheim é eleito novo Secretário-Geral da ONU. É austríaco. Em 15 de Novembro desse mesmo ano a China popular substitui na ONU a República da China (Taiwan-Formosa) depois de uma reviravolta de 180 graus na política externa norte-americana tendente à construção de um novo equilíbrio internacional. A "política triangular" iria tentar explorar a aproximação com a República de Mao [182] e tirar proveito simultâneo do conflito sino-soviético, o qual bem cedo viria a expressar-se no próprio Conselho de Segurança [183].

E, apesar da declaração do embaixador maoista, no seu discurso de boas-vindas, referir que "a China pertence ao Terceiro Mundo (e que) ela não é hoje

[179] Ameaçada com a grave crise dos "mísseis para Cuba" em Outubro 1962, mas de resolução pacífica final

[180] Che Guevara na Bolívia em Outubro de 1967.

[181] A contestação estudantil faz alastrar o modelo nanterriano por todo o Mundo. Foram consideradas graves as greves estudantis das academias universitárias de Berkley (EUA), Varsóvia, Dakar, Alger, Madrid e Tokio.

[182] Foram emblemáticas desta aproximação as visitas que o Presidente norte-americano Richard Nixon realizou à China em 1972.

[183] Assim de 3 a 14 de Dezembro seguinte o conflito sino-soviético subiria ao dito órgão a propósito do conflito indo-paquistanês.

nem será amanhã uma superpotência" [184], a RPC irá, de facto, tornar-se progressivamente num dos apoios dominantes em torno dos quais se definirá a política internacional. "Quando, em Dezembro de 1978, os EUA reconheceram finalmente a China Continental, e acabaram com a ficção de que o governo da Ilha Formosa representava a totalidade da China, deram finalmente prova de realismo e admitiram que os interesses gerais do mundo passaram a ter outros interlocutores além das potências ocidentais em declínio e da sua competidora, a URSS" (Moreira, 1979:395). Talvez que a conferência de Helsínquia (1973-1975) marque o início de uma nova fase na chamada comunidade internacional [185], uma nova *détènte* caracterizada pelo comando dos grandes da política internacional, o "condomínio" como ficou conhecido na terminologia em voga. A desvalorização das pequenas e médias potências no concerto do poder mundial, a digladiação das superpotências pela exploração dos conflitos que opõem potências menores instigadas e armadas consoante os respectivos interesses e fidelidades, podem ser traços definidores desta nova etapa que, ainda assim, se poderia designar por fase de ocaso da ONU, uma vez que com a conferência de Helsínquia, o diálogo dos "condomínios" reduziram, em boa medida, a importância desta organização. Em cômputo geral se verifica, pela sucinta descrição feita, a paulatina mas gradual afirmação de interesses soviéticos, realizados com o concurso da ONU. De uma fase breve de lançamento e instalação, feita com o acolhimento das exigências estalinistas a nível institucional, ultrapassa um curto período de anticomunismo no auge da "Guerra Fria", se concretizou a lógica marxista-leninista das descolonizações em cadeia, ao abrigo da falaciosa interpretação unilateral e comprometida do direito dos povos à auto-determinação. Numa perspectiva dialéctica, havia que retirar da alçada capitalista directa os impérios coloniais, isolando as antigas metrópoles pela exploração de erros cometidos no passado e aproveitando agora, de uma ausência histórica das superpotências nessas áreas. Nesse propósito permaneceria possível uma curta aliança tácita a que não sem alguma ironia já se chamou de *vodka-cola*. Depois restava na perspectiva soviética a realização manobras do envolvimento dos novos "Estados-frágeis", com o *leitmotiv* da promoção do desenvolvimento desses países. Esse vai ser o pano de fundo dos anos sessenta e, mais atenuadamente, daí até ao presente. Através de campanhas maciças tuteladas pela ONU (decénio de desenvolvimento lançado por U Thant, Campanha mundial de alfabetização da UNESCO, conferências das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, entre outras) se promoveu o modelo de sovietização adaptado ao Terceiro Mundo, apodado oficialmente de "via não-capitalista de desenvolvimento" e que analisaremos mais detalhadamente. As organizações

184 Discurso pronunciado a 15 de Novembro de 1971.

185 Termo preferível ao de sociedade internacional, uma vez que a este grupo social faltam de facto uma autoridade reconhecida, um acerto sobre os valores dominantes, um consenso sobre a própria estrutura e sobre as suas funções e uma concretização sobre a coacção e a sanção.

internacionais descritas serviram, por conseguinte, de instrumento à estratégia soviética internacionalista em especial pela paralisia dos seus adversários que permitem, bem como, inclusivamente, pelo apoio logístico activo que facultam os seus institutos e o respectivo funcionamento, mormente no que respeita aos países do Terceiro Mundo. Torna-se, pelas particularidades deste universo de acção, necessária uma reflexão mais atenta sobre o modo como se prossegue o desenvolvimento desta política em particular [186]. Mais de 20 anos volvidos depois do colapso do Segundo Mundo, a ONU mantém-se essencialmente imutável, o que obrigou os principais actores políticos internacionais a recorrer a instâncias alternativas mais adequadas aos seus interesses e casos concretos (G8, G20, NATO alargada, por exemplo).

4.3.6.6. A "Transição Pacífica" para o Socialismo Marxista-Leninista

Friedrich Engels admite (Engels, 1895) a impossibilidade e a displicência de certos projectos de revoluções (referia-se ao caso exemplar da Alemanha) e bem assim [187] a possibilidade da transição por via pacífica e democrática de estádios capitalistas ao socialismo, prescindindo da revolução.

Lenine, na fase final da sua vida, terá aceite este mesmo princípio sem nunca, contudo, o desenvolver. O mesmo princípio, ainda, é divulgado por Kruchtchev no XX Congresso do PCUS, prevendo como boa hipótese, que tal transição se operasse baseada numa maioria parlamentar coesa "apoiada num movimento revolucionário de massas, proletária e trabalhadora" [188]. Abria-se assim uma ponte menos dolorosa para que certos países capitalistas ou terceiro-mundistas se aliciassem a passar de estádio sem necessitarem do gravoso processo da revolução proletária com guerra civil.

---

[186] Já em 1964 o problema da crise do Direito Internacional havia sido levantado pelo Prof. Joaquim da Silva Cunha, em conferência publicada sob a epígrafe: "A Crise do Direito Internacional e o Ultramar Português". As páginas 13 e seguintes enunciam os principais vícios de funcionamento da ONU de que destacamos. o abuso sistemático do direito de veto soviético paralisando a acção do Conselho de Segurança, o desrespeito na distribuição de competência pelos diferentes órgãos, o desrespeito do princípio da repartição geográfica na eleição de membros não permanentes do Conselho de Segurança, o desrespeito das regras estabelecidas na Carta quanto a quóruns necessários para deliberar validamente Com maior gravidade demonstra, ainda, que o mesmo vem sucedendo "quanto aos princípios gerais que constituem a base fundamental da disciplina jurídica das relações entre os Estados", designadamente· o desrespeito da regra da igualdade jurídica, enquanto os Estados acusados de prática do colonialismo forem sujeitos a discriminação, o esvaziamento de conteúdo válido do princípio da não intervenção, a quase anulação do valor da regra que proibe o emprego da violência pela subjectividade da definição de agressão e de agressor, ou de *ameaça à paz* para efeitos de aplicação das sanções previstas no capítulo VII da Carta e a definição unilateral do conceito de autodeterminação, ignorando a vontade dos povos em favor das convicções dos representantes na ONU do grupo afro-asiático.

[187] Em "*Crítica ao Programa de Erfurt*", editado pela primeira vez em 1891.

[188] *In* "*Trabalhos do XX Congresso do PCUS*", ed. fr., pág. 47.

E sem nunca se negar o papel central do operariado na condução da revolução, admite o socialismo ortodoxo, depois das vitórias chinesa e cubana, e, em certa medida, na senda das teses de Mao e de Gramsci, a importância do papel do campesinato proletário como base social de apoio desses processos subversivos, da mesma forma que em paralelo com a lógica marcusiana, procura atrair os descomprometidos (intelectuais, artistas, estudantes e marginais) para apoio nessa mesma luta.

A forma ortodoxa leninista da aliança de classes descontentes com o capitalismo em torno do operariado para fazer a revolução socialista, parece sofrer neste caso, notável entorse pois as "regras do jogo" parlamentares institucionalizadas e, por conseguinte, as maiorias democraticamente constituídas desempenham, nesta variante, papel decisivo e essencial. Tal não acontece na realidade. De uma certa forma esta nova fórmula visou dar resposta aos anseios democratizantes do eurocomunismo de mais recente apresentação, permitindo-se cobertura ideológica a qualquer processo revolucionário pacífico enquadrador de uma determinada maioria parlamentar que força a fazer ou não fazer e, simultaneamente, por ela legitimado.

O processo revolucionário português de, pelo menos, 1974, 75 e 76, encaixou nesta lógica, permanecendo, uma década depois de iniciado, ainda bem visíveis, a nível da ordem jurídica, mormente na Constituição da República, os efeitos eficientes do modelo em questão.

A "via pacífica" para a tomada do poder pelos comunistas não se confunde, todavia, com o reformismo social-democrático. Pela primeira visa-se chegar, por via de uma política de alianças temporárias de classes e de fracções de classes, à minimização dos efeitos da guerra civil revolucionária. Com o reformismo, o capitalismo burila os seus excessos e humaniza-se com alterações superficiais, consolidando-se como alternativa mais adaptada, mais desmobilizadora socialmente e, por conseguinte, mais contra-revolucionária. A via pacífica pressupõe o uso da coacção e da violência revolucionárias controladas, com vista ao seu empreendimento de sucessivas transformações estruturais pró-marxistas-leninistas sem que se produza uma ruptura violenta reactiva, por parte das classes possidentes e seus aliados ou seja sem a concretização da contra-revolução. Este processo usou como táctica fundamental a dos "avanços e atrasos" numa progressão intermitente em direcção ao socialismo. Nesta via, dita pacífica, é geralmente passo primordial o da revolução democrática, com vista ao estabelecimento, num segundo momento, das grandes reformas democráticas (nacionalizações, reforma agrária, leis laborais anticapitalistas) intervencionismo estatal na economia, depurações no aparelho de Estado, forças armadas, autarquias e empresas, alteração fundamental da legislação num sentido permissivo. Estas reformas têm um multifacetado objectivo, a saber:

a) Ganhar para o campo socialista marxista crescentes camadas da população;
b) Isolar os indivíduos referenciados como capitalistas, burgueses e reaccionários, das restantes camadas da população fazendo-os abandonar a luta empreendida, bem como o sítio onde ela se desenvolve;
c) Exercitar para a lógica da revolução potenciais aderentes, doutrinando-os;
d) Desarticular todo o sistema económico, político e social, tornando-o inoperante e irrecuperável.

Evidentemente que as "reformas democráticas" só podem ser entendidas dentro de uma lógica dialéctica. Elas são essencialmente precárias e o seu desenvolvimento concerta-se latentemente, primeiro, com o faseamento do processo revolucionário, no sentido de preparar as condições objectivas para a tomada do poder pelos comunistas. Esta encerra a fase designada pela politologia marxista-leninista de revolução socialista.

4.3.6.7. O Sistema de "Correias de Transmissão"

Todas as ideologias missionárias, e o marxismo-leninismo é a ideologia missionária por excelência, utilizam, na sua actuação e expansão, instrumentos formais e instrumentos informais. Os primeiros, privilegiando a estrutura partidária, lutam aberta e directamente pela aquisição, manutenção e exercício do poder político. Todavia, por esse esquema, é impossível chegar a uma base social de apoio suficientemente ampla que permita a progressão e materialização dos objectivos fundamentais preconizados. É pois indispensável a utilização de uma vasta rede de organizações aparentemente independentes, de motivações heterogéneas, que, pelos seus objectivos e natureza, possam concretizar as políticas dos instrumentos formais, utilizando métodos menos evidentes e socialmente mais abrangentes. Esta rede só informalmente, mas sem dúvida factualmente, depende da orientação das centrais partidárias, de forma a evitar que sectores vastos da opinião pública e das massas populares por eles abrangidas se desmotivem da colaboração, ou do apoio facultados. Tais instrumentos informais, utilizando sistematicamente a técnica do frentismo, visam, sob a forma de grupos de interesse ou de grupos de pressão, satisfazer interesses legítimos de agrupamentos sociais menores e de camadas específicas da população, acoplando a esses processos reivindicativos, objectivos políticos do movimento comunista internacional.

Os objectivos particulares destas organizações, com vista ao amplo recrutamento de interessados e de colaboradores, tiveram, assim, em vista a satisfação de interesses e de aspirações, sentidas por maiores camadas da população, que não os estritamente políticos.

Abrangeram frequentemente aspectos de âmbito corporativo (sindicais, estudantis, informativos, de qualidade de vida, de defesa da paz, defesa da ecologia, defesa do consumidor por exemplo), promoção positiva dos direitos de sectores da população menos proeminentes ou mais desfavorecidos socialmente (juventude, infância, terceira-idade, desempregados, reformados, mulheres, minorias étnicas, minorias religiosas, etc.) e ainda reclamações políticas genéricas não partidárias (antinazismo, anti-racismo, anticorrupção, anticolonialismo, pela defesa de direitos e liberdades internacionalmente aceites e consagradas, etc.).

Dentro dos países da comunidade socialista estas "correias de transmissão" estavam mais claramente dependentes dos Partidos Comunistas, em virtude do monopólio do controlo das actividades por eles exercida no seio do Estado. E mesmo assim existem como "círculo exterior" do Partido visando o recrutamento de não filiados, pondo-os à prova pelo trabalho prestado, favorável aos objectivos centrais do mesmo e controlando-os sem grande *feedback*. Internamente aos países sovietizados, estas vantagens práticas superam a da camuflagem dirigida ao aumento de apoio popular, o qual era preponderante, no seu exterior.

Fora da comunidade socialista de Estados estas organizações estruturam-se a nível nacional, especializando-se deste para os níveis regional e local, e federando-se, com organizações congéneres de outros países a nível internacional. A fidelidade e o controlo, factual e informal, dos partidos comunistas sobre estas "correias de transmissão" exerceu-se a todos os níveis referenciados [189].

A acção predominante destas organizações desenvolve-se distintamente, quanto às finalidades pretendidas: é constante e discreta quanto a tarefas de estruturação, consolidação, informação e recrutamento mas intermitente e ostensiva quanto a acções de impacto externo. Para este último desiderato utilizam sistematicamente a técnica de curtas campanhas de crescente intensidade, em referência a um *leitmotiv* factual passado ou presente.

Frequentemente nestas campanhas, se procura ampliar o seu efeito psicossocial geral pelo encadeamento progressivo de adesões de organizações nacionais e internacionais aparentemente independentes mas factualmete pertencentes ao mesmo esquema geral e que, assim, informalmente, são instrumentos da mesma central ideológico-política.

Certas acções, por excessivamente comprometedoras ou desgastantes em termos de imagem pública, exigem a criação de comissões *ad hoc*, ou de comités de luta, especificamente organizados para uma tarefa concreta [190], consumindo-se com a sua concretização. Mais não são que metásteses derivativas do esquema geral referenciado, enquadradas, por conseguinte, pelo mesmo sistema. Conforme se

189 Vejam-se os exemplos do Conselho Mundial da Paz, Organização Internacional de Jornalistas, Organização Internacional de Solidariedade com os Povos Afro-asiáticos entre tantos outros.

190 Como seja a de exigir a libertação de criminosos terroristas detidos classificando-os como presos políticos

refere noutro local, a União Soviética e os países dela satélites custearam grande parte destas actividades, subsidiando indirectamente as organizações juridicamente constituídas.

Também fica patente a irrelevância, para a estratégia segundo-mundista, da desconformidade de certos objectivos apoiados por "correias de transmissão" que lhes são afectas e a própria realidade ideológica dos países sovietizados (v.g. no que respeita a reivindicações sobre direitos, liberdades e garantias, sobre a rejeição da energia nuclear, sobre o desarmamento, sobre a não-ingerência nos assuntos internos de outros estados, sobre discriminação antifeminina e assim por diante), já pela desinformação, sobre esta desconformidade e na restante generalidade dos factos a que estão sujeitos os países de Leste, já pela geral incapacidade dos cidadãos dos restantes países de ajuizamento e de reacção perante tal contradição sistemática, já pela comprovada eficácia do sistema, mormente levado a cabo em países capitalistas, apesar de todo o trabalho, sempre insuficiente, de contra-informação empreendido por forças anticomunistas e não-comunistas. Uma poderosa rede de comunistas sediados nos meios de informação é, por isso, uma peça essencial deste sistema.

4.3.7. As Descolonizações, o Terceiro Mundo e o Modelo Soviético "Via Não-Capitalista de Desenvolvimento"

4.3.7.1. Das Descolonizações ao Terceiro Mundo: breve comentário

A guerra de 1939-1945 abriu o caminho ao desmembramento dos impérios coloniais clássicos de metrópole europeia, pela progressiva emancipação formal dos seus territórios no hemisfério sul. Este fenómeno, como já ficou referido, corresponde ao modelo leninista de reforçar o movimento revolucionário nos países mais desenvolvidos pelo apoio das populações coloniais tidas por escravizadas e oprimidas pelo capital, isolando e enfraquecendo as metrópoles.

Deste movimento resultou, para a comunidade internacional, a rápida triplicação dos estados que a compõem. Desde 1956 os países do Terceiro Mundo detêm a maioria dos votos na Assembleia-Geral da ONU, o que lhes dá, para além do mais, a possibilidade de eleger um Secretário-Geral afecto.

A unir os países do actual Terceiro Mundo em apreço existiu um conjunto de denominadores comuns que, mais ou menos emblematicamente cimentaram a unidade. São países que historicamente podem ostentar um passado de colónias, de que lhes ficou uma certa estrutura económica e política. Herdaram as fronteiras, parte da estrutura do Estado, a língua e a economia desse passado que constitui a base do seu projecto nacional. Economicamente, são predominantemente exportadores de matérias-primas e de dividendos e importadores de tecnologias, de produtos acabados e de maquinaria. Carentes de investimentos

estrangeiros estão, todavia, sujeitos por um lado à venda de produtos de monoculturas extensivas e de matérias-primas em bruto, condicionados pelo sistema capitalista de preços do mercado internacional cujo controlo não alcançam decisivamente, mesmo no caso limite do petróleo, e por outro, às condições externamente estabelecidas da oferta de *know-how*, de equipamentos e de produtos manufacturados. Esta dupla contingência coloca-os na situação de ciclo vicioso da dependência e, consequentemente, na de ciclo vicioso do subdesenvolvimento, mesmo que relativo. Das situações de subdesenvolvimento paralelo em que se reconhecem pelas invocadas razões, pelos índices demográficos do movimento natural da população [191], do analfabetismo e de equivalentes situações, pelas más condições médicas e sanitárias das populações, pelas carências alimentares e habitacionais, nasce, por confronto com as nações industrializadas e desenvolvidas uma certa consciência aproximativa por semelhança no infortúnio, que conduz à construção de uma solidariedade activa. Daí as tentativas de articulação de vias próprias, se não mesmo de terceiras vias alternativas, que passam invariavelmente pela necessidade de afirmação de projectos nacionais superadores do tribalismo e do tradicionalismo primitivo, pelo não-alinhamento formal em relação aos blocos capitalista e socialista, pelo pacifismo relativo, condenador da guerra nuclear e do ataque a países neutralistas, mas estimulador da utilização da guerra clássica ou guerrilheira num sentido amplo de legítima defesa que inclui, para além de autoclassificadas agressões externas, situações de necessidade de libertação colonial. Este paralelismo de situações leva à tentativa de concertação de actuações e à consciencialização colectiva, a partir sobretudo de grandes conferências internacionais das quais a de Bandung ocupa, justamente, lugar de destaque. Cairo, Casablanca, Brazzaville, Havana, Monrovia, constituíram passos importantes na definição da solidariedade genérica que, fundamentalmente, é, ainda hoje, o elemento predominante do Terceiro Mundo.

4.3.7.2. Os Teóricos do Terceiro-Mundismo e a Dupla Medida no Não--Alinhamento

Uma grande parte dos mais importantes teóricos do terceiro-mundismo não pertencem ao Terceiro Mundo. Desde o considerado inventor do neologismo em 1956 Alfred Sauvy, a Jean-Paul-Sartre, a Georges Balandier, a André Malraux, a Herbert Marcuse, a P.F. Gonidecc, a A.J. Toynbee [192], a Régis Debray a Maurice

[191] Apresentando elevadas taxas de mortalidade infantil, de fertilidade, de mortalidade em geral, de baixa esperança média de vida, por exemplo.

[192] Autor da designação neomarxista de "nações proletárias".

Duverger, a Samir Amin [193], a Charles Bettelheim, a Angela Davis [194], entre outros tantos autores, são pensadores, sociólogos, economistas, politólogos ocidentais, de países industrializados, de frequente e básica formação marxista que vêm na referida tomada de consciência e de posição colectiva um novo campo para a continuidade das asserções marxistas já de difícil pertinência para a análise das relações sociais no seio dos próprios países capitalistas, e, para os mais idealistas e menos ortodoxos, de difícil identificação nas dos países do Segundo Mundo.

Polémicos na terminologia e em particularidades de análise, como é próprio do dogmatismo latente da esquerda inconformista bem como dos teóricos das análises sociais e políticas, muitos deles formulam leituras formalmente mais ou menos divergentes mas essencialmente afins pela visão marxista de fundo com que abordam esta problemática.

Em boa parte a dupla medida no não-alinhamento é mais empolada do que efectiva. Resulta mais de uma imagem marxizante que dele dá a corte de autores de formação materialista, certos que a prazo mais ou menos dilatado, o socialismo preferirá sobre o mais, do que da frieza da realidade dos factos. Existe, todavia, obviamente, nas fases subsequentes à emancipação de antigas colónias, um período de agravamento das tensões entre os países outrora metropolitanos e contra os quais foram movidas luta de emancipalistas, em benefício de países que nenhum passado colonial tinham tido na região em questão e que, pelo contrário apoiaram activamente as respectivas lutas e as falanges que as empreendiam, agora constituídas em elites no poder. Mas este agravamento de relações, longe de ser definitivo e imutável, propícia a avançada de dois modelos concorrenciais formalmente dirigidos ao desenvolvimento económico e social: por um lado o modelo capitalista por outro o socialista.

Neste último valerá a pena distinguir o sistema chinês de cooperação com o Terceiro Mundo, do modelo soviético de desenvolvimento proposto designado de "via não capitalista de desenvolvimento".

4.3.7.3. O Modelo Capitalista de Cooperação e Desenvolvimento para o Terceiro Mundo

Convém, antes de mais, recordar que países capitalistas foram sustentáculos importantes do anticolonialismo e da descolonização, quer doutrinária (Moreira, 1979:182 e sgs) quer materialmente.

O "capital internacional", apesar de internacionalizado de facto, só figurativamente pode ser classificado de apátrida, mormente no que respeita aos fluxos em

[193] Aceso crítico das teses de Walt W. Rostow expostas na obra "*Estádios de Crescimento Economico*", e divulgador da teoria "centro-periferia" a que faremos alusão.

[194] Celebre dirigente esquerdista norte-americano que propôs a ligação das lutas dos negros norte-americanos com as de povos em combate no Terceiro Mundo.

que o Terceiro Mundo é parte. Daí uma certa atenção que países capitalistas sem passado de metrópole colonial clássica, tenham dedicado à subvenção e apoio dos "movimentos de libertação" durante a sua fase de luta emancipalista, à posterior culminação do processo independentista e, finalmente, à fase pós-independentista sob os lemas da cooperação, do desenvolvimento e da ajuda internacional.

O modelo capitalista referido em epígrafe, visa influenciar as economias recebedoras, fazendo desenvolver nelas mecanismos de economia de mercadoria e de consumo.

Este modelo assenta em duas componentes fundamentais: o *impulso externo* e o *regulador interno.* O *impulso externo* resulta na conjunção de capital, tecnologia, mão-de-obra especializada, e maquinaria facultadas pelo país industrializado; o *regulador interno,* normalmente o Estado recipiente, deverá estabelecer um programa global de desenvolvimento segundo o qual se aplicam os recursos internos em coordenação com os recursos locais.

Com este sistema se conseguiram "milagres económicos" de alguma notabilidade como os da Coreia do Sul, Taiwan, Costa do Marfim ou Filipinas.

Evidentemente que este modelo é passível de muitos comentários de diversa natureza que não cabe aqui aprofundar. Todavia as principais críticas políticas que lhe são dirigidas merecem uma síntese enumerativa. E são elas as seguintes:

a) Os impulsos externos reduzem-se a meras injecções de capitais e de tecnologia. Não havendo uma transferência dessa tecnologia e uma adequada formação de quadros nacionais do país recipiente, mantém-se o subdesenvolvimento respectivo;
b) Não há uma política de estabilização de preços dos produtos do hemisfério sul no mercado internacional, mantendo-se desfavoráveis as condições comerciais e financeiras internacionais relativamente aos países do Terceiro Mundo;
c) Não se promove a transformação interna das matérias-primas dos produtos do Terceiro Mundo, acrescentando-lhes o valor no país de origem;
d) Sustenta-se frequentemente um poder político autoritário e não-democrático;
e) Fomenta-se a divisão interna entre a classe minoritária dos beneficiários da cooperação e a maioria da população que beneficia com a referida intervenção;
f) Procura-se sobretudo conseguir o rápido crescimento económico global e não o desenvolvimento económico-social da população;
g) Criam-se condições para a consolidação de uma relação de dependência de tipo neocolonial.

É deste fenómeno exemplo divulgado, o que resulta do programa lançado em 1961 pelo Presidente John F. Kennedy para a América Latina designado "Aliança

para o Progresso" que colocou a maioria dos países deste subcontinente com graus de dependência muito elevados relativamente aos EUA. A Libéria, foi outro dos exemplos clássicos da situação neocolonial.

Países como a França e a Grã-Bretanha mantiveram laços de relação com as suas antigas colónias por intermédio de "Comunidades". A antiga Comunidade dos estados francófonos e de estados ligados à Zona do franco, a *Commonwealth* britânica, da presença económica e cultural das antigas metrópoles junto dos seus impérios, explorando a circunstância da necessidade que os novos países têm para além dos investimentos externos da salvaguarda das fronteiras, legadas pelo colonizador, da língua metropolitana e de instituições da cultura outrora dominante, para a prossecução do projecto nacional em desenvolvimento. Daí deriva o interesse colocado pelas antigas metrópoles nos acordos culturais, no apoio à estruturação da alfabetização, na cooperação relativa aos *mass media*, às universidades e à rede escolar, à formação de quadros, à divulgação bibliográfica e literária e em tudo o mais que possa estender os laços que a cultura espiritual permite estabelecer entre os países em referência.

As críticas marxistas a estas práticas baseiam-se na camuflagem que vêem envolver, na continuação da exploração dos recursos dos países subdesenvolvidos pelos países capitalistas. Ainda que alguns benefícios possam resultar por esta política para os países terceiro-mundistas, crêem os marxistas que o cômputo final de resultados lhes é globalmente desfavorável.

Mais gravosa entendem ser a consequente dominação político-militar que pode suceder à dependência económica, tecnológica comercial e cultural.

Daí a necessidade que vêem no combate às mais subtis formas de neocolonialismo, muitas vezes exigindo, na orientação pró-soviética, uma substituição na liderança política do país terceiro-mundista neo-colonizado, afastando da esfera da decisão os indivíduos e grupos comprometidos com o referido esquema de entendimento e cooperação. O projecto soviético para estes países é alternativo na sua globalidade e essencialmente incompatível com o que em síntese acabamos de referenciar. Vejamo-lo, pois, com maior atenção.

4.3.7.4. "A Via de Desenvolvimento Não-Capitalista"

A) Uma solução alternativa

Em certa medida, a Conferência de Belgrado de 1961 estabelece as linhas mestras do neutralismo político ou do não-alinhamento terceiro-mundista, nas cinco medidas aí aceites e preconizadas e que são, em síntese (Edmond, 1976:27):

a) Apoio total aos movimentos de libertação nacional;
b) Política independente baseada na coexistência pacífica;

c) Recusa de adesão a uma aliança militar colectiva nascida de conflitos entre as grandes potências;
d) Recusa de qualquer aliança bilateral com uma grande potência;
e) Não aceitação da instalação consentida, sobre o território próprio, de bases militares estrangeiras.

As intenções do modelo capitalista, referenciado em síntese, são prioritariamente económico-financeiras. O neocolonialismo capitalista só instrumentalmente se preocupa com o controlo ou com a influência política e militar nos países terceiro-mundistas e tão-só na medida em que essa atitude se mostrar necessária a defender os interesses económicos e estratégicos respectivos, esses sim considerados essenciais. Nesta medida o modelo capitalista referido é facilmente compatível com o respeito pelas condições aludidas resultantes da Conferência de Belgrado e reafirmadas em 1973 na Conferência de Argel.

Em contraponto, a "via não-capitalista de desenvolvimento" não se coaduna, para o Terceiro Mundo, com a solução de finlandização eventualmente decorrente das decisões mencionadas, a não ser como momento dialéctico na caminhada em direcção ao socialismo.

Apesar de se não desinteressar pelos proveitos económicos proporcionáveis pela cooperação com o Terceiro Mundo, os objectivos do modelo soviético são essencialmente de natureza geopolítica. A originalidade das soluções propostas e empreendidas resulta tão-só da originalidade das situações concretas de existência. Os propósitos mediatos são, como sempre foram, os mesmos: a generalização do socialismo no mundo como etapa para a generalização do comunismo.

B) A adaptação da revolução socialista ao Terceiro Mundo

B.1.) O crescente interesse soviético pelo Terceiro Mundo

A esmagadora maioria das repúblicas latino-americanas têm partidos comunistas constituídos desde finais do primeiro quartel deste século. Todavia os primeiros interesses soviéticos relativamente a países do que hoje se chama o Terceiro Mundo foram orientados para o continente asiático. Os principais problemas postos a Lenine e à III Internacional Socialista nestes domínios respeitaram ao futuro político da China, Índia, Turquia e Pérsia, bem como ao da República da Mongólia, desde 1921 separada do Império da China ou ao Turquistão que constituía uma herança dos Czares.

Só a partir da década de 60, surgem os primeiros fortes sintomas do interesse soviético por África: a bibliografia sobre este continente aumenta consideravelmente, são desenvolvidos em Moscovo os Institutos de África e o de Pesquisas sobre o Oriente, publicados livros e revistas das quais a mais importante terá sido a "*Narody Azii i Afriki*" ou "*Povos da Ásia e África*". Em 1961 é criada "Univer-

sidade de Amizade dos Povos – Patrice Lumumba" com sede em Moscovo que acolhe estudantes e estagiários estrangeiros africanos, asiáticos e sul-americanos. Em 1969, é fundado em Moscovo o "Instituto da América Latina" que edita a revista de propaganda "*Latinskaia Amerika*" voltada para o apoio dos movimentos subversivos neste subcontinente. Na Academia das Ciências da URSS, seis institutos estão voltados para este magno projecto, destacando-se a acção do Instituto de Etnologia, Instituto de Estudos Orientais e Centro de Estudos sobre a África Tropical e do Sul.

Na Universidade de Leninegrado, estabelecem-se cursos e disciplinas de línguas vernáculas africanas e centenas de estudantes africanos são convidados a participar nos festivais de juventude que se realizam em Moscovo desde 1957.

A URSS promove ainda a formação e enquadramento político-doutrinário de líderes sindicais treinados nos esquemas da CGT e apoiados posteriormente pela Federação Sindical Mundial de conhecida vocação pró-soviética.

Toda esta concertada onda de cooperação culmina com o apoio a partidos emancipalistas africanos como foram os casos do Partido Africano da Independência do Senegal, o Juvento do Togo, a União das Populações dos Camarões, o Partido do Congresso da Independência do Madagáscar, a UPA e o MPLA em Angola, a FRELIMO em Moçambique, o PAIGC na Guiné-Bissau, e outros mais. Através de vários países da comunidade socialista de Estados se armaram estes movimentos independentistas e se treinaram os seus guerrilheiros, o que desenvolveremos com mais pormenor noutro local.

No mundo árabe, desde a mesma década de 1960, tenta o Segundo Mundo apoiar a revoluções terceiro-mundistas de Nasser no Egipto e de Nuredine-el-Otassi, na Síria. Mais recentemente as orientações argelina, líbia, sudanesa e mesmo iraquiana foram exemplos tomados pela URSS como vias não-capitalistas de desenvolvimento por oposição às vias tunisina, marroquina ou jordana, consideradas pró-capitalistas ou mesmo capitalistas.

Numa primeira fase, a URSS tenta, assim, a adopção de processos revolucionários terceiro-mundistas classificando de "via não-capitalista" aqueles que mais proximamente se coadunam com os seus objectivos e interesses. Numa fase subsequente, melhor conhecidas as situações sociais concretas dos países não desenvolvidos, os marxistas vão empreender a formulação do modelo genérico de desenvolvimento a que dão o título também genérico de "via não-capitalista de desenvolvimento".

B.2) Condicionantes específicas do Terceiro Mundo

Antes de mais convém ressaltar que a "via não-capitalista de desenvolvimento" não é uma terceira via, sintética entre o socialismo e o capitalismo. Trata-se, sim, de uma adaptação metódica do modo de alcançar o socialismo, da revolução

socialista em suma, às condições económicas e sociais particulares dos países em apreço.

As condicionantes mais importantes a ter em conta para esta adaptação são as seguintes:

a) Inexistência de classe operária nos moldes europeus ou no dos países industrializados;
b) Inexistência de sentimento de pátria nacional e, correspondentemente dos respectivos valores inerentes;
c) Existência de clivagens sociais não marxistas predominantes: entre tribos ou etnias e não entre classes sociais;
d) Funcionamento simultâneo de "formações sociais" diferentes e normalmente alternativas e sucessivas nos países industrializados.

Sendo um dos primeiros objectivos evitar os processos de cisões geopolíticas, houve que adequar o modelo a um propósito de consolidação dos laços internos de solidariedade.

Nos territórios tornados independentes do colonialismo, surgem normalmente dois tipos de lutas internas, designadamente:

a) *Conflitos ideológicos,* resultantes de modelos doutrinários alternativos em confronto, respeitantes ao futuro regime sócioeconómico do país, estimulados localmente pelas grandes potências mundiais com objectivos de controlo político posterior;
b) *Cisões geopolíticas,* normalmente levadas a cabo em regiões culturalmente homogéneas e distintas, de suficientes riquezas naturais que viabilizam a sua autonomia e que se desejam separar da autoridade central em nome do direito dos povos disporem dos seus próprios destinos.

A União Soviética e os países socialistas defenderam como prioridade nestas circunstâncias, a manutenção das fronteiras do colonialismo, rejeitando, por conseguinte, as cisões geopolíticas conducentes à fragmentação do território em unidades menores que seriam potenciais alvos privilegiados do capitalismo internacional. Por outro lado amputadas que fossem do território, de fronteiras legadas pelo colonialismo, essas parcelas mais naturalmente favorecidas, se comprometeria financeiramente o futuro do restante.

Quando surgem "cisões" deste tipo, como sucedeu com o Catanga, no Congo, com o Biafra, na Nigéria, com o Curdistão no Iraque, com as tribos bantas do sul no Sudão, com a Eritreia na Etiópia, com o Bengala Oriental no Paquistão, com o Tibete na China, com a Nova Guiné na Indonésia Ocidental a título de exemplo, há que negar, na perspectiva soviética, o direito à autodeterminação uma vez que as administrações centrais que comandam esses territórios não são potências coloniais. Uma das razões que levou a URSS a defender esta posição

liga-se, seguramente, com a necessidade de acautelar a sua própria situação de pluralidade nacional básica e a de impedir a abertura de precedentes formais a nível do Direito Internacional Público.

C) Soluções da "via não-capitalista de desenvolvimento"

O objectivo da "via não-capitalista de desenvolvimento" foi, como dissemos, a adaptação da revolução socialista às circunstâncias específicas do Terceiro Mundo.

Visava-se, nesta perspectiva, a criação de um substituto da ditadura do proletariado que se pudesse exercer através de um partido marxista-leninista, o qual tomando o poder, institucionalizasse uma via progressiva em direcção ao socialismo.

A já referida ausência de classes operária significativa leva a entregar a liderança da revolução a uma aliança de classes e de fracções de classe que assumem, por vezes em teoria, a designação de classes de substituição. Esta aliança compreenderá a média burguesia nacional progressista, a intelectualidade local, os militares superiores vencedores da luta anticolonial, parte do campesinato médio, quadros técnicos, a burocracia cooperante e similares.

A tomada do poder do Estado começa a ser preparada antes da sua própria existência, com o frentismo de apoio à luta emancipalista. Nesta fase procura-se a aglutinação das classes menos revolucionárias ao processo subversivo, designadamente do campesinato e a pequena e média burguesia.

A segunda fase consiste na organização de um partido nacionalista de libertação englobando as já referidas fracções sociais, que tomando o Estado na fase da independência, prontamente se estruturem como partido único, acoplado ao mesmo, seguindo aí o modelo soviético.

Internacionalmente, terá, o partido único, como primeira tarefa, a sua própria consolidação no poder e externamente, que empreender uma via não-alinhada, retirando o país de alianças militares com países do bloco capitalista.

Subsequentemente, consistem em tarefas prioritárias internas:

a) Consolidar a unidade territorial e política do Estado pela promoção de um projecto nacional sintético e pela repressão das tentativas de cisões geopolíticas;
b) Reformular a administração do Estado e o direito colonial em tudo o que se mostrar desaquado ao prosseguimento do projecto em curso;
c) Controlar as actividades de grupos dissidentes e de contra-revolucionários reprimindo as suas acções exemplarmente;
d) Aceitar novos investimentos estrangeiros para permitir a arrancada do crescimento económico;
e) Controlar a generalidade dos investimentos estrangeiros.

Paralelamente, deverão ser lançadas as grandes reformas gerais da sociedade, o que correspondem materialmente ao cume da revolução socialista adaptada. São as seguintes, as tarefas mais importantes neste domínio:

1.º) *Empreender a reforma agrária,* destruindo quer as estruturas capitalistas de exploração da terra quer as estruturas de tipo feudal, visando proletarizar o campesinato, tornando-o mais adequado ao processo revolucionário e, bem assim, acabar com a categoria dos proprietários da terra, substituindo o sistema de produção por outro de forma cooperativa auto-gestionária ou de tipo de empresa estatal (sovkhoziano).
2.º) *Criar sectores económicos estatizados progressivamente maiores*, confiscando ou nacionalizando as principais empresas das actividades fundamentais da economia, designadamente a Banca, a indústria pesada, a mineração, os seguros, a Comunicação social e assim por diante. Com base nestes sectores é possível, ao partido único no poder, uma planificação da economia, orientando e controlando a política económica sociais.
3º) *Governamentalizar os meios de informação,* acabando com o pluralismo informativo e orientando os *mass media* para a educação ideológica da população e propagandeando as ideias dominantes do sistema vigente.
4º) *Promover a educação política e ideológica das populações,* mediante as campanhas de alfabetização, por intermédio de toda a rede escolar, através dos meios de comunicação social, lutando contra a sobrevivência das ideias tradicionais e primitivas, contra as ideias contra-revolucionárias e difundindo nas massas as teses do socialismo científico, implícita e explicitamente. Na luta contra as ideias tradicionais da população cabe um combate à mitologia tradicional, à superstição, ao fetichismo, aos ritos e tabus de índole costumeira bem como um controlo apertado da actividade das igrejas missionárias existentes.

O papel assumido pelos países socialistas, mormente pela URSS, relativamente a este projecto foi desde a subvenção da subversão, ao apoio técnico, jurídico, diplomático e económico, por exemplo, com vista a aceleração da passagem das fases conducentes à via socializante sem que os países capitalistas pudessem intervir de modo a impedir esse curso. Evidentemente que, em paralelo, houve que apoiar militarmente os chamados "estados-frágeis", fornecendo-lhes o armamento indispensável a evitar qualquer agressão dos países capitalistas.

Torna-se óbvio que esta "ajuda" promoveu uma dependência económico-financeira, tecnológica e logística, obrigando frequentemente a importantes contrapartidas de interesse geopolítico, como sejam o estabelecimento de bases

militares mais ou menos formais, e económicos, pelo pagamento em matérias--primas segundo um esquema desfavorável aos países do Terceiro Mundo.

"Em 1954 a URSS assinaria o seu primeiro acordo com um país subdesenvolvido (o Afeganistão). (...) O segundo é concluído em 1955 com a Índia. (...) Em 1970 trinta e quatro países do Terceiro Mundo recebiam uma ajuda soviética. (...) A amortização dos créditos e o pagamento dos juros – a URSS empresta muito mais do que ela não dá – efectuam-se pela via oblíqua da entrega de produtos primários (ferro, petróleo, vinho, citrinos e tabaco no caso da Argélia) ou graças à produção industrial (aço ou pneus por exemplo). (...) Na maioria dos casos, com efeito, as transacções comerciais fazem-se nos preços do mercado mundial ou abaixo deles. (...) A ajuda soviética conduz ao estabelecimento de laços de dependência entre os países assistidos e a URSS. Os empréstimos acordados (a longo prazo e a baixas taxas de juro) não são conversíveis no mercado internacional. Eles devem portanto serem utilizados na União Soviética e fornecem assim escoamentos às produções das indústrias soviéticas. Estas beneficiam dos créditos concedidos aos países do Terceiro Mundo. O endividamento do país 'ajudado' é tal que a maioria das suas exportações fica afectada durante os anos de reembolso dos empréstimos. O Estado pretensamente beneficiário é, portanto, estritamente tributário da URSS (...) As exigências do próprio desenvolvimento desta, conduzem-na a procurar estender a sua zona de influência graças à sua política de ajuda. Deste facto, as relações de força mundiais se encontram insensivelmente modificadas. A URSS espera tirar proveito dessa situação" (Edmond, 1979:366-368).

A dependência referida não era, convém salientar, exclusivamente económica e financeira, é também tecnológica e de componentes, no que toca a conhecimentos, a maquinaria e a equipamentos. Convém ainda ressaltar que para além da cooperação em domínios de agricultura, mineração e indústria pesada, a ajuda soviética teve uma importante vertente militar, uma vez que era primeiro fornecedor de armamentos, directo ou indirecto, de mais de uma dezena de estados do Terceiro Mundo [195], não referindo já a casos de menor relevância. Este fornecimento de armamento, que promove igualmente a dependência financeira, a dependência de componentes, sobressalentes e munições, bem como fez desenvolver e progredir a indústria de armamentos soviética, guindou a URSS a primeiro fornecedor do Terceiro Mundo em armamento pesado. Segundo Hugo Sada, em "*Les Armes du Tiers Monde*", entre 1950 e 1974 os soviéticos detinham 33,4% do total destes fornecimentos em contraste com os 31,1% dos Estados Unidos da América.

Para além dos aspectos relativos à dependência económica, já abordados, não pode ser esquecida a incoerência manifesta entre a essência das teses pacifistas

[195] Como tenham sido a Rep. Pop. do Congo, a Guiné (Conakry), a Guiné (Bissau), o Mali, a Somália, o Sudão, a Tanzânia, o Uganda, Moçambique e Angola. (Fonte origin. Sada, Hugo (1976), *Les Armes du Tiers Monde*.

promovidas pela União Soviética e o desenvolvimento, em termos absolutos e relativos, das suas indústrias de guerra e da respectiva exportação de armamento.

Em certa medida existe um parentesco entre o pacifismo de exportação soviética e o neutralismo terceiro-mundista na medida em que ambos desenvolvem uma lógica de duplo critério prejudicial ao capitalismo quer na teoria quer na prática.

Mesmo em soluções macropolíticas de novo figurino, surgidas mais recentemente em países do Terceiro Mundo afirmando-se neutralistas e não-alinhadas, vemos estas qualificarem-se formalmente de socialistas procurando uma leitura e adaptação originais do marxismo, estes socialismos terceiro-mundistas correspondem objectivamente ao grande modelo soviético designado por "via não capitalista de desenvolvimento" [196].

[196] Sobre este assunto vale a pena ler com atenção a obra do Dr. Eduardo dos Santos "*Socialismo Africano*", Pub. Europa América, 1971, juntamente com as suas obras "*Ideologias Políticas Africanas*" e "*Pan-Africanismo*" ambas saídas em 1968. Resulta da sua leitura que o socialismo africano procura ser uma espécie de terceira via entre o capitalismo e o socialismo marxista-leninista, salvando a abertura à convivência de certas classes sociais distintas, rejeitando o imediatismo do ateísmo e da abolição da empresa privada, por imperativos de pragmatismo resultantes das condições e carências reais dos países em questão. "Os socialismos africanos definem-se mais facilmente por aquilo que rejeitam do que por aquilo a que aspiram" diz-nos Eduardo dos Santos, mas perpassa dessas rejeições imprecisas e nem sempre coincidentes uma sólida unanimidade subjacente de anticapitalismo, de apetência pela planificação económico-social, de antiliberalismo, de igualitadismo, de predominância negra, de dialética na acção. Estas preferências teriam varias motivações históricas que vão desde o comunitarismo tradicional africano, ao apoio socialista à luta anticolonial, à convergência do capitalismo com a atitude colonial clássica, à base que fornece para um macronacionalismo como modelo de solidariedade equivalente ao internacionalismo marxista-leninista ou ao federalismo, confederalismo ou supra-nacionalismo institucional do primeiro mundo. Mas ao rejeitar o marxismo ortodoxo, a luta de classes ou do ateísmo materialista não se está, este macro-modelo, a incompatibilizar com os parâmetros soviéticos estabelecidos para o que se convencionou chamar de "via de desenvolvimento não capitalista", atrás referida O socialismo árabe enraizado no Magrebe desde o início dos anos 50, decorreria igualmente do anticolonialismo, mas, sobretudo resulta, essencialmente, da religião islâmica. O Alcorão impõe comportamentos morais e religiosos para todas as classes sociais da mesma forma que inclui normas muito claras sobre o impedimento de classes oprimidas ou exploradas no Islão, e relativa à equidade na captação de réditos destinados a redistribuição social com vista a atenuar as diferenças estratificacionais. Evidentemente que as colectivizações levadas a cabo por Ben Salah ou por Ben Bella, o seu internacionalismo e revolucionarismo tinham um fundamento real de tipo marxista-leninista. Todavia a sua qualificação formal continuava a ser de arabo-islâmico, como o socialismo de tipo autogestionário do coronel Boumedienne, seu depositor ou de Nasser na RAU, o de Bourguiba na Tunísia, de Aoubakar Awadallah no Sudão, de Khadafi na Líbia, ou ainda o de Aytola Komeini no Irão. O fundamentalismo islâmico apresenta-se, assim, de cariz essencialmente religioso, incompatível com o materialismo e ateísmo marxista-leninista. O seu republicanismo dominante, planificação económica e social, estatismo, cooperativismo, predominância burocrática, autoritarismo central repressivo, internacionalismo magrebiano, aproximam as suas soluções das que resultariam de um regime marxista clássico. Apesar de manifestações teóricas e práticas voltadas contra o comunismo, objectivamente o socialismo fundamentalista islâmico tem dado cobertura a actuações subversivas internacionais contrárias aos interesses do primeiro mundo e coincidentes com as do segundo.

D) Objectivos específicos desta política

Finalmente temos de ter presentes os desaires do marxismo-leninismo no Terceiro Mundo. As esperanças soviéticas em África, postas em Lumumba, Ben Bella, N'Krumah, Modibo Keita, Sékou Touré, Agostinho Neto entre outros, esfumaram-se com o seu desaparecimento. Na América Latina só um exemplo duradoiro e particularmente dispendioso, se pode considerar de conquista duradoira para o campo segundo-mundista que é o da "praça-forte" de Cuba de Fidel de Castro, todavia, pendente da prova de fogo que consiste na ultrapassagem do desaparecimento inevitável deste líder carismático da revolução.

Tem mostrado, assim, a "História do Presente" a pouca solidez geral e a consequente transitoriedade, bem como a pouca consistência doutrinária e política dos regimes ditos de "vanguarda revolucionária" pró-soviéticos a nível do Terceiro Mundo. A própria China maoista, como melhor referiremos, tem conhecido não raros desaires na sua tentativa revolucionária internacionalista a nível do Terceiro Mundo. O conflito sino-soviético, finalmente lançando a confusão em partidos marxistas-leninistas do Terceiro Mundo, enfraqueceu o movimento comunista internacional, abrindo caminho, não raras vezes, a processos contra-revolucionários, afectando as formações partidárias em conflito com prejuízos simultâneos para ambas as obediências.

As versões terceiro-mundistas do socialismo continentalizam-se, nacionalizam-se e personalizam-se. Restam vestígios genéricos do sovietismo estrutural, a planificação central, o partido único, a política de enquadramento de massas, as nacionalizações, a cultura e informação oficiais do Estado, o elitismo dos utentes do aparelho que convivem com especificidades nacionalizantes ou regionalizantes, como o culto da personalidade do Chefe, a religiosidade dominante, o culto pelo luxo e pelo privilégio da classe no poder. Todavia na perspectiva, política e estratégica, marxista-leninista não foram esforços vãos. O neutralismo de medida mais favorável ao Segundo Mundo, possibilitou inúmeras bases militares, formais e informais, ao Pacto de Varsóvia, em vários continentes. Conseguiu ainda dificultar e reduzir drasticamente a influência primeiro-mundista em inúmeras e vastas áreas do globo outrora por ele controladas. Tenta fazer inverter, com inegáveis passos já conseguidos, o posicionamento geopolítico e geoestratégico que o marxismo-leninismo já sentiu, de reduto cercado, isolando o mundo liberal e capitalista.

4.3.8. A Exportação da Revolução Adequada

O evidente distanciamento que os modelos revolucionários referenciados têm conhecido no tempo e no espaço, não são, muitas vezes, compreendidos por análises mais superficiais que colocam o enfoque predominante no purismo da doutrina formal e primitiva do marxismo e mesmo do leninismo.

O marxismo-leninismo consiste, antes de mais e sobretudo, numa intenção inabalável e sempre presente de destruição de tudo o que se não encaixar nos seus parâmetros e esquemas, reduzindo ou procurando reduzir todas as formas e as essências das realidades humanas e sociais não marxistas-leninistas, a formas e essências consentâneas com o seu projecto mundializado, coercivo, etnocêntrico, colectivista, materialista, monista e transpersonalista. Todas as realidades humanas e sociais não enquadradas nos seus esquemas definitivos estão ameaçadas pela sua subversão nesse sentido, mais ou menos mediatamente. Variam, nas actuações concretas do marxismo-leninismo, a temporização e modo de actuação. A escassez de meios leva, forçosamente, ao desenvolvimento de tal estratégia por etapas. Estas são definidas, além do mais, pelas condições objectivas e subjectivas dos cenários de intervenção. Essas variam, antes de mais, no espaço e nas relações de forças, entendidas, estas, num sentido amplo. Mantêm-se constantes os objectivos últimos. São características, típicas, alguns dos métodos de actuação. A doutrina, por seu lado, é suficientemente para fundamentar *a priori* a actuação concreta em questão, qualquer que se mostre necessária e a justificar *a posteriori* todo o processo empreendido.

Para qualquer dos mundos em referência há um projecto-tipo de subversão, conforme ficou exposto. Para o Primeiro Mundo, as suas linhas gerais passam pelo seu progressivo isolamento, pela coexistência pacífica ou seja pela abstenção de conflitos abertos entre os Estados e os governos com o fomento concomitante de crises sociais destabilizadoras. Passa ainda pela acumulação progressiva de arsenais militares sofisticados, de índole táctica e estratégica, convencionais ou nucleares, de forma a manter, durante uma fase histórica de transição o "equilíbrio de impotência" que fundamenta a referida coexistência pacífica. O objectivo dialéctico primordial foi, pode dizer-se, já alcançado com êxito para o marxismo-leninismo: a neutralização factual progressiva do Primeiro Mundo por via do abandono da vontade de intervir na cena política internacional fora das suas fronteiras. Para a componente europeia, o "elo fraco" do Primeiro Mundo, o projecto de "finlandização" compõe um sub-modelo. Isolar uma Europa desviacionista e neutralizada da potência-directora tradicional, os EUA, bem como do Japão, centro segundo do poder a nível deste bloco mas de crescente capacidade de poderio internacional, é, sem dúvida, um dos objectivos da política subversiva do marxismo-leninismo que para tanto utiliza as mais diversas contribuições complementares: desde o nacionalismo isolacionista endémico dos Estados Unidos da América, ao autonomismo europeísta económico e militar sobretudo, à promoção de campanhas e de tratamentos diferenciais, próprios ou de terceiros, relativamente aos Estados Unidos da América ou aos restantes países do Primeiro Mundo até à optimização da acção dos "aliados internos", nesse bloco operantes.

Para o Segundo Mundo, tratou-se do modelo claro e directo da normalização soviética tutelada pela URSS. O internacionalismo socialista promove a sobe-

rania limitada. A progressiva integração económica da comunidade socialista de estados anuncia a progressiva formalização e materialização do supranacionalismo soviético. A contiguidade territorial definiu, antes de mais, os limites mais apertados do círculo interior da revolução. O modelo, aqui, é mais claro e mais inflexível.

Relativamente ao Terceiro Mundo, o modelo foi menos linear mas mesmo assim compreendendo parâmetros gerais identificáveis: apoio decidido, logístico e financeiro, às lutas de emancipação contra o Primeiro Mundo, promoção de vias ditas de desenvolvimento no sentido nacionalista interno e de solidarização internacional com os propósitos do internacionalismo proletário. Neste domínio as actuações são mais moldáveis às circunstâncias: na América Latina importa fazer expandir a guerrilha, isolar os Estados Unidos da América do seu "espaço vital" tradicional e obrigá-los a intervenções espectaculares reprovadas com antecedência por um articulado esquema de propaganda e de alienação de opinião pública, montado à escala mundial; na Ásia a proximidade das fronteiras com a comunidade socialista sugere a sua via natural de expansão. A Coreia, o Vietname, o Afeganistão são exemplos de um tipo de intervenção específica a nível terceiro-mundista. Na África negra substituem facilitadamente a colonização multissecular portuguesa por agentes cubanos ou pertencentes ao Pacto de Varsóvia, fazendo transitar para a sua influência espaços até então administrados por um estado-membro fiel à ortodoxia do tratado do Atlântico Norte. No Magrebe, Mar Vermelho e Oceano Índico apesar de desaires e retrocessos, mantêm-se a política de controlo de zonas de acesso ao mar "de águas quentes" e de aí deter bases navais operacionais. E se para conseguir estes propósitos for necessário apoiar "burguesias nacionais" e projectos de socialismo autónomos e heterodoxos, na forma e na essência, o Segundo-Mundo não hesitou fazê-lo, sempre dentro de uma perspectiva de tempos de transição.

Vale a pena referenciar alguns momentos concretos das actividades subversivas promovidas pela URSS e pelos seus aliados mais directos em algumas destas diferentes zonas do globo [197], a título meramente ilustrativo. A diversidade das

---

[197] Em 13 de Março de 1984 o Parlamento Europeu adoptou por maioria de 136 votos contra 63 e 9 abstenções uma resolução sobre *"as actividades de destabilização dos serviços secretos dos países de Leste no território da comunidade e do mundo ocidental"*. Tal deliberação foi aprovada, na sequência do relatório apresentado pelo parlamentar Lord Bethell, o qual demonstrava o apoio soviético, búlgaro, checoslovaco e iemenita a movimentos terroristas como a OLP, o PRA, e as Brigadas Vermelhas, por exemplo. Ambos os textos podem ser consultados no boletim *Est & Ouest*, orgão da "Association d'Etudes Politiques Internationales", n.º 6 de Maio de 1984, págs. 11 e seguintes.

Deste boletim e sobre o assunto vertente, seleccionamos os seguintes artigos, como útil referência de consulta:

Lazitch, Branko (1984), *La désinformation, arme de la guerre politique.*

_____ (1985), *Terrorisme et communisme: actualité de Lénine.*

_____ (1985), *Chronique de la desinformation.*

Revel, Jean-François (1984), *Le terrorisme contre la démocratie.*

actuações concretas só encontra uma coerência a nível da estratégia global do marxismo-leninismo. Todavia é, ainda, possível verificar algumas regularidades tácticas.

4.3.8.1. Actividades Subversivas Pró-Soviéticas nos EUA

Sem pretender sair das linhas gerais definidoras das actuações subversivas pró-soviéticas nos Estados Unidos da América é necessário, antes de mais, referir uma situação económico-social específica que faz adequar as medidas tácticas da subversão. Fundamentalmente há que referir, a este propósito, que nos Estados Unidos da América não existe proletariado no sentido em que o marxismo-leninismo considerou nos finais do séc. XIX princípios do XX. Existe, em contrapartida, uma classe trabalhadora desenvolvida, com uma importante componente de operariado, a qual se aburguesou no seu modo de vida, nos seus consumos e nas suas aspirações. Em boa parte esta classe é dominante, já pela predominância efectiva em termos demográficos, já pela influência directa e indirecta que exerce nos vários níveis do aparelho de Estado por vias formais e informais. Esta classe trabalhadora aburguesada e dominante caracteriza-se por desenvolver uma atitude objectivamente contra-revolucionária e, por conseguinte, defensora do próprio sistema. Por via de investimentos e de participações financeiras individuais ou associativas, designadamente por intermédio de organizações sindicais, esta classe trabalhadora participa nos esquemas possidentes do capitalismo internacionalizado ou seja, vista pela perspectiva marxista-leninista, assume a posição de exploradora em relação a outros trabalhadores alimentando os circuitos do chamado imperialismo capitalista. Estas circunstâncias peculiares desadequam radicalmente a exportação do esquema clássico da revolução socialista para esta conjuntura, levando à promoção de outras fórmulas de substituição. O papel revolucionário primordial é, então, cometido a outras camadas sociais alternativas, nomeadamente a grupos estudantis e de juventude descomprometida relativamente ao sistema dominante, a minorias étnicas e culturais, a desempregados, a grupos afirmados como de intelectuais, a fracções sociais marginalizadas ou reenvindicantes de melhor estatuto, a grupos defensores de causas formal ou essencialmente anti-sistémicas ou disfuncionais relativamente às estruturas políticas, ideológicas, económicas, culturais ou sociais vigentes. O objectivo formal da mobilização de tais camadas da sociedade é o de criar circunstâncias mais favoráveis ao desenvolvimento de um processo transformador que propicie a revolução socialista, apesar de realmente se conseguir a abertura de inúmeras frentes de destabilização interna com vista ao enfraquecimento da acção nacional e internacional das sucessivas Administrações, articulando-se tais acções numa

Rigoulot, Pierre (1986), *1985 année de Vespionage soviétique aux Etats Unis.*
Heller, Michel (1986), *Atention: G.R.U.*.

estratégia mundializada de destruição do modelo capitalista e liberal. Teoricamente corresponde à figura marxista-leninista da internacionalização da luta de classes como resposta à fase derradeira e agressiva do capitalismo.

No final da II Grande Guerra, ficou uma parte importante da opinião pública e das elites políticas americanas a ideia de que a União Soviética era uma potência aliada, de que o grande perigo mundial havia sido definitivamente arredado com a derrota irreversível do nazismo e do fascismo e de que a supremacia atómica americana cuja eficácia dissuasora resultava, apesar da desgraça, dos exemplos de Hirochima e Nagasaki, era suficiente para garantir a segurança deste país.

A "guerra fria" e a guerra da Coreia, degradantes das relações entre os Estados Unidos da América e os países socialistas, viram os seus efeitos psicossociais, internos aos EUA, diminuídos por uma, política de estabilidade económica levada a cabo a partir da Administração do General Eisenhower. Seu imediato antecessor, o Presidente Truman, lançara já as bases de uma nova atitude de contenção geopolítica do comunismo, designadamente através do conhecido Plano Marshall. Internamente aos EUA só após 1949 se desenvolve um ambiente de crescente intolerância activa anticomunista, com a sistemática denúncia de altas traições, de espionagem e de infiltrações de comunistas nos departamentos da Federação e dos Estados federados, política baptizada para a História com o nome de "MacCartismo".

Após a revolução de Outubro, existiam na esquerda norte-americana três partidos principais, a saber:

a) O *Partido Socialista*, composto por "bases" naturais da Federação, reformista de tipo europeu;
b) O *Partido Trabalhista*, de "bases" idênticas às do anterior e dele dissidentes na sua maioria, comunistas ortodoxos;
c) O *Partido Comunista da América*, constituído na sua grande parte por militantes nacionalizados norte-americanos, com grande componente de russos originários, mas também constituído por dissidentes do Partido Socialista.

A Rússia leninista, desde logo, exigiu a fusão destes dois últimos partidos como tarefa prioritária e envia, em 1920, Michael Borodin como delegado do Comintern para dirigir a estratégia pró-soviética nos EUA. No ano seguinte o PCA adere ao Comintern do qual só sai em 1940 por meras razões de oportunidade política, em virtude do "Voorhis Act" votado então pelo Congresso obrigar ao registo no Departamento de Justiça de todas as organizações existentes no país controladas pelo estrangeiro. O PCA, querendo permanecer na clandestinidade, abandona o Comintern declarando todavia continuar a observar as suas disposições.

Apesar de relativamente pequeno [198], o PC dos EUA entra, na década de 1960 numa nova política de subversão pró-soviética delineada, na conferência de 81 PC's então reunidos, com o objectivo primordial de extirpar "o maior poder económico e militar do imperialismo". A actuação prévia e infiltração maciça dos quadros dos sindicatos (*Unions*), das associações estudantis, de agricultores, de juventude, de minorias étnicas e feministas. O Secretário-Geral do PC dos EUA que haveria de dirigir esta acção, Gus Hall, havia sido treinado até 1959 em Moscovo. Além da infiltração nas referidas associações promoveu-se a colocação de comunistas em órgãos de informação e em departamentos de Estado [199].

O conflito sino-soviético, na década de 60 sobretudo a partir de 1964,1965 provocou vários cismas no seio do PC dos EUA, surgindo para além desta formação política que manteve a sua fidelidade original, o Partido Trabalhista Progressista e a União Revolucionária, ambos da inspiração e obediência maoista, bem como o Partido Socialista dos Trabalhadores, de orientação Trotskysta. A táctica chinesa dominante foi, nesta altura, o apoio a movimentos de aparência pacifista condenatórios da Guerra do Vietname e do envolvimento norte-americano neste conflito, bem como o apoio a actuação dos movimentos do "Black Power", imprimindo-lhes orientação revolucionária internacionalista e anticapitalista, concorrendo, nestas tarefas, com a actuação pró-soviética.

A acção subversiva junto do movimento estudantil norte-americano consta de um relatório do já referido director do FBI, J. Edgar Hoover, de 19 de Novembro de 1970 apresentado perante a Câmara dos Representantes. Por este se pode ver que só no período de 1968-1969 se verificaram nos Estados Unidos as seguintes crises violentas no meio estudantil:

a) 145 destruições em escolas do ensino superior;

---

198 Segundo J. Edgar Hoover, antigo director do FBI este partido contaria com cerca de 74 mil militantes. Fonte: Freemantle, Brian (1984), *KGB The stunning inside story*, Londres, ed Futura, Macdonald & Co, pág. 94.

199 Ficaram celebres os casos de Philip O. Garre, editor de várias publicações, condenado como espião pró-soviético e o de Harry Dexter White, "Assistent Secretary of the Treasury Departement", que se suicidou ao saber das provas que o FBI detinha contra ele incriminando-o como comunista filtado e espião pró-soviético. São conhecidos os nomes de toda a célula comunista deste departamento de Estado bem como os dos Serviços Estratégicos (cujo espião principal era Duncan Lee), Departamento de contra-espionagem de Guerra (cujo espião principal era David Wheeler), Força Aérea (cujo espião chefe era Abraham Silverman), Departamento de Estado e Cifra dos Serviços Estratégios (principais agentes pró-soviéticos eram Robert Miller e Donald Iiss), Departamento de Assuntos Inter-americanos (agentes pró-soviéticos Joseph Gregf, Bernard Redmont e William Park) e ainda da Administração Económica Estrangeira, do Departamento de Produção de Guerra, do Departamento de Agricultura, a própria Casa Branca, Congresso e assim por diante. Agentes de países do Segundo Mundo fugidos para os EUA declaram sistematicamente o empenho no recrutamento de espiões por parte das embaixadas desses países na Federação, indicando que cerca de metade dos efectivos das embaixadas socialistas está comprometida com a espionagem. Sobre este assunto pode ver-se: Freemantle, Brian (1984), "*KGB The Stunning inside story*", cap VI, – *The infiltration of America and the World*, Londres, ed. Futura, acima citada.

b) 524 destruições em liceus;
c) 22 atentados à bomba;
d) 1930 manifestações com prejuízos orçados em 9,5 milhões de dls.;
e) 8 mortes;
f) 485 ferimentos;
g) 8 crimes de sabotagem;
h) 31 *indictments.*

A subversão no meio estudantil estava, assim, motivada por problemática exterior à escola, designadamente por problemas ligados com o pacifismo, os conflitos raciais e o subdesenvolvimento.

Sintetizamos, no quadro seguinte, alguns dos mais importantes movimentos que na década de 70 desenvolveram actividades subversivas no interior dos Estados Unidos da América.

Tabela 4. Movimentos que desenvolveram actividades subversivas nos EUA (anos 60-70)

Nome	Data Aprox.	BASE SOCIAL	IDEÁRIO (síntese)	ÂMBITO
Students for a Democratic Society	Junho 1962	1969= +40.000 filiados	Comunismo anarquizante nihilismo, "nova esquerda"	40 universidades
Worker Student Alliance	1969	1969=+2.000	Extremismo de esquerda. Cisão esquerdista do anterior.	Universidades e minorias étnicas. Minoria negra
Black Panther Party	—	—	Centralismo democrático, marxista--leninismo.	Minoria negra
Nation of Islam	—	1972= + de 5.500 membros	Racismo negro, socialismo islâmico	Área de Chicago
Congress of Racial Equality	—	1970=+8.000 membros	Pacifismo, antiguerra do Vietname, racismo negro de esquerda	Área de Nova Yorque
The Student Non Violent Coordinating Commitee	1960	—	Pacifismo, antiguerra do Vietname, a favor das minorias étnicas	Universitários brancos na maioria
American Friends Service Commitee	—	—	Pacifismo radical, "nova esquerda" de base religiosa *quaker*	Meio estudantil e crentes *quakers*

Nome	Data Aprox.	BASE SOCIAL	IDEÁRIO (síntese)	ÂMBITO
Commitee for a Sane Nuclear Policy	—	aderentes 1972=+100.000	Pacifismo, antinuclear, ecologismo de esquerda	Meio estudantil e seitas protestantes
National Peace Action Coaliation	—	—	Extensão do Partido Comunista Trotskysta (Social Labor Party)	
People's Coalition for Peace and Justice	1967	—	Marxismo-leninismo clássico	Juventude e meio estudantil

Fonte: SHIH, L. (1972), *The relations of American Youth disturbances with Peking and Moscow.*

É opinião do já referido antigo director do FBI, J. Edgar Hoover, no seu relatório de 9 de Novembro de 1970 perante o "Apropriations Comitee" da Câmara dos Representantes, que alguns destes movimentos não são inicialmente estruturados pelo Partido Comunista, muito embora, em fase mais adiantada da sua organização e vida, sejam por ele infiltrados, controlando a sua estrutura de poder, modificando-lhes os seus objectivos e motivações ideológicas e abrindo-os a uma posterior infiltração maciça de comunistas.

Outros organismos pacifistas internacionais estendem a sua influência para o interior dos EUA como é o caso do "Conselho Mundial para a Paz" com sede em Helsínquia. Segundo E. J. O'Malley, director-adjunto do FBI, em declarações ao "Select Commitee of Inteligence" da Câmara dos Representantes, "o Conselho para a Paz dos Estados Unidos é uma frente comunista e a ele cabe a onda de protestos e manifestações pacifistas que avassalaram Nova Yorque em Junho de 1982. Sabe-se, por estimativas do Departamento de Estado norte-americano, que o secretário-geral Andropov, dirigente da KGB entre 1967 e 1982 ano da sua elevação ao cume do poder político soviético, autorizou em gastos, com apoio a movimentos pacifistas em países capitalistas, nos primeiros quatro meses do seu mandato, uma soma de mais de 600 milhões de dólares" (Freemantle, 1984:107).

Eram igualmente impressionantes as verbas calculadas pelos serviços secretos americanos gastos anualmente em actividades de propaganda e espionagem pela URSS, designadamente no que se relacionava com campanhas pacifistas no Ocidente capitalista.

Para além das actividades subversivas outras há que merecerão tratamento separado: a subversão noutras áreas do Primeiro Mundo, a espionagem e o terrorismo internacionais.

4.3.8.2. Actividades Subversivas Pró-Soviéticas em outras Áreas do Primeiro Mundo

A impossibilidade evidente, por razões económicas, sociais, políticas, militares ou de outra índole, de levar a cabo revoluções socialistas no Primeiro Mundo contemporâneo, aliada à sua definitiva capacidade de destruição maciça em caso de conflito, levou ao empreendimento, por parte do sovietismo, da política de coexistência pacifica, sem que, contudo, tanto, signifique quer o abandono do propósito último da socialização e comunização de toda a Orbe, quer, tacticamente, a rejeição do apoio dos Partidos Comunistas do Pacto de Varsóvia às lutas, sempre tidas por justas, dos partidos irmãos do Ocidente e bem assim a outras formas não especificadas de conflito social anticapitalista, justificados aprioristicamente pela inevitabilidade da luta de classes metamorfosiada. Assim as actividades subversivas pró-soviéticas em outras áreas do Primeiro Mundo revestem mais do que uma apresentação. Num primeiro caso prefiguram ostensivamente o apoio dos partidos de Leste, por se enquadrarem mais directamente em acções próximas da materialização da luta de classes como modelo (como sejam actos eleitorais ou de acção aberta dos Partidos Comunistas do Primeiro Mundo, ou de organizações oficiosamente destes dependentes, nomeadamente as centrais sindicais de tipo CGT, organizações de juventude comunista ou ligas de amizade, solidariedade e cooperação com os países marxistas-leninistas em referência). Neste caso recebem-se apoios expressos do Segundo-Mundo, em delegações especiais congéneres, comunicados e declarações oficiais. Este apoio resulta da doutrina já referida do internacionalismo proletário e socialista, que rege as relações entre os partidos comunistas, com maior nitidez para os que apoiam a União Soviética. Tal apoio ostensivo não é, por via de regra, formalmente subversivo, na medida em que não foge à legalidade. Digamos que usa a legalidade dos países politicamente liberais para actividades de suporte a uma estratégia mais ampla, desta feita subversiva (para recolha de financiamentos, acesso a cargos públicos, acesso a tempos de antena e outros espaços e meios reservados pela lei à propaganda política, mobilização de camadas sociais, formação de quadros, influência na opinião pública, oposição a outras forças políticas contrárias, a título de exemplo).

Em segundo lugar, surgem as actividades legais ainda, mas praticadas já sem evidência absoluta, utilizando um conjunto de outras instituições que colaboram em propósitos favoráveis à política comunista no Primeiro Mundo. Neste domínio surgem organizações pacifistas, organizações contestatárias estudantis, organizações de defesa de descontentes, de minorias sociais ou de estatutos mais desfavorecidos, organizações sindicais, frentes *ad hoc* para reivindicações de diversa índole, organizações feministas, e assim por diante. Estas instituições agem normalmente como grupos de pressão, tentando forçar os órgãos do poder político nacional, regional ou local a satisfazer certo tipo de exigências, usando

dos métodos de oposição e de manifestação – as chamadas formas de luta – que o ordenamento jurídico em vigor permitira.

Em terceiro lugar, estão as actividades subversivas propriamente ditas que podem ainda revestir formas normalmente não evidentes, cabendo estas no grande género da clandestinidade como sejam, fomento do uso de drogas, e a provocação da alteração valores dominantes estabelecidos, ou formas abertas e evidentes, como as classificáveis nas categorias do terrorismo, guerrilha, pirataria aérea ou outras a estas redutíveis. A estes temas dedicamos tratamento aprofundado em outros locais deste estudo.

Foi peça importante para a estratégia subversiva em apreço, como pano de fundo sobre o qual se apoiaram todas as tácticas anunciadas, não só a concertação planificada das actuações parcelares à escala do Globo, dentro do macroprojecto de revolução mundial, como também o suporte dissuasor e ameaçador de uma imponente máquina de guerra geopolítica e geoestrategicamente dimensionada e funcionalizada, aliada a uma concepção agressiva de "defesa nacional" e a um projecto monista e irredutível.

Um dos propósitos primordiais da política externa soviética no século XX consistiu no isolamento político dos EUA dos seus apoios externos tradicionais. Contava, para tanto, com grandes aliados internos – a ressaltar a endémica atracção dos norte-americanos para a doutrina de Monroe, agravado, em parte, por um cada vez mais generalizado sentimento de desinteresse em relação a aliados estrangeiros de solidariedade indefinida e variável bem como por um sentimento de frustração, de culpa e de impotência provocado por intervenções mal sucedidas e conta com grandes aliados externos aos EUA, precisamente nas áreas em que tradicionalmente a Federação desempenha o papel de potência directora.

Era nestes locais onde o esforço de subversão, nas suas múltiplas formas concomitantes, devia ser ampliado, dentro da lógica da doutrina marxista-leninista de atacar preferencialmente os "elos fracos da cadeia". Relativamente à Europa capitalista, por exemplo, este propósito de isolamento dos EUA passou pelo desenvolvimento de um projecto de "macrofinlandização" de tal zona que fosse compatível com um eventual sistema autónomo de segurança colectiva posteriormente alargável a países da Europa de Leste.

As actividades de espionagem e de infiltração pró-soviéticas em áreas do Primeiro Mundo tradicionalmente afectas aos EUA são obviamente, acções a que o marxismo-leninismo dedicou particular cuidado. Ocupam, como é evidente lugar privilegiado neste propósito os estados membros da NATO. O corpo diplomático dos países marxistas-leninistas acreditado em estados capitalistas inclui, como referimos, elevado número de agentes dedicados à espionagem pertencentes aos quadros do KGB, do GRU (URSS) ou de outras organizações congéneres.

A espionagem contemporânea tem especial incidência sobre a tecnologia electrónica de ponta, microcomputorização, robótica, aceleração electrónica e protónica, entre outros sectores e sobre novo armamento sofisticado. A História recente, das últimas décadas, regista elevados números de casos publicitados de diplomatas segundo-mundistas expulsos dos EUA e de outros países capitalistas por envolvimento em actividades de espionagem. Regista ainda a transferência para países do bloco de Leste de informação científica e de equipamentos sofisticados sem os quais a antiga União Soviética e os seus aliados não teriam chegado, com a facilidade e rapidez conseguida, ao equilíbrio geoestratégico que tem permitido os avanços da sua política externa.

O Canadá, o Reino Unido [200], a França, a RFA [201] e a Itália foram dos países do Primeiro Mundo mais afectados pelas actividades de espionagem promovidas pela URSS e pelos seus aliados. Porém os países deste bloco foram, igualmente, palco de actividades de índole idêntica.

4.3.8.3. Estruturas e Sistemas de Espionagem Internacionais Pró-Soviéticos. Os Serviços Secretos

As actividades de espionagem remontam a épocas imemoriais. Sabe-se terem existido na Antiguidade Oriental, segundo pelo menos textos bíblicos e os de Heródoto, e desde então não mais deixaram de ter papel relevante nas relações entre os povos. As funções das estruturas de espionagem confirmam, até ao presente, fundamentalmente a ser idênticas: a obtenção de informações secretas de valor táctico e estratégico e o empreendimento, no estrangeiro, de acções ilegais. Cumpre, assim, antes de mais, referir que a existência de estruturas e de actividades de espionagem, não constitui característica de nenhum regime ou sistema político. Do mesmo modo os serviços secretos de outra índole não são exclusivos de nenhum país em particular, ideologicamente considerado.

A genealogia dos serviços de espionagem da URSS remota à época do Czar Nicolau I, altura em que por indicação deste soberano, se organizou, na Rússia, uma estrutura oficial do Estado à qual cabiam funções de polícia política: a *Okhrana*.

"A *Okhrana* estava investida de uma missão de vigilância tanto no interior como no exterior do país. Em 1917 transformou-se na *Tcheka*, instituição

200 Sobre a infiltração da KGB na Maçonaria britânica deve consultar-se: Knight, Stephen (1985), *The Brotherhood*, Granada, ed. Panther, sobretudo a parte 6 ª intitulada: *The KGB connection*.

201 Pela particular actualidade e excepcional impacto que teve a nível da opinião pública primeiro-mundista se refere exemplificativamente a descoberta de uma vasta rede de espionagem pró-soviética na RFA em Agosto de 1985, após a espectacular deserção para a RDA do dirigente máximo dos serviços de contra-espionagem da República Federal da Alemanha, o qual tinha natural acesso a informações altamente classificadas de âmbito nacional e internacional, incluindo da NATO

que detinha todos os poderes para vigiar, prender e executar suspeitos" (Alem, 19980:125).

A *Okhrana* – abreviatura popularizada da verdadeira designação de *Okhranny* e *Otdeleniya* – apesar de apenas possuir pouco mais de 15.000 funcionários em 1916 – foi de especial eficiência no combate contra-revolucionário (Freemantle, 1984:17).

Paralelamente a esta, existia um serviço de informações militar, antepassado directo do GRU, que referiremos adiante.

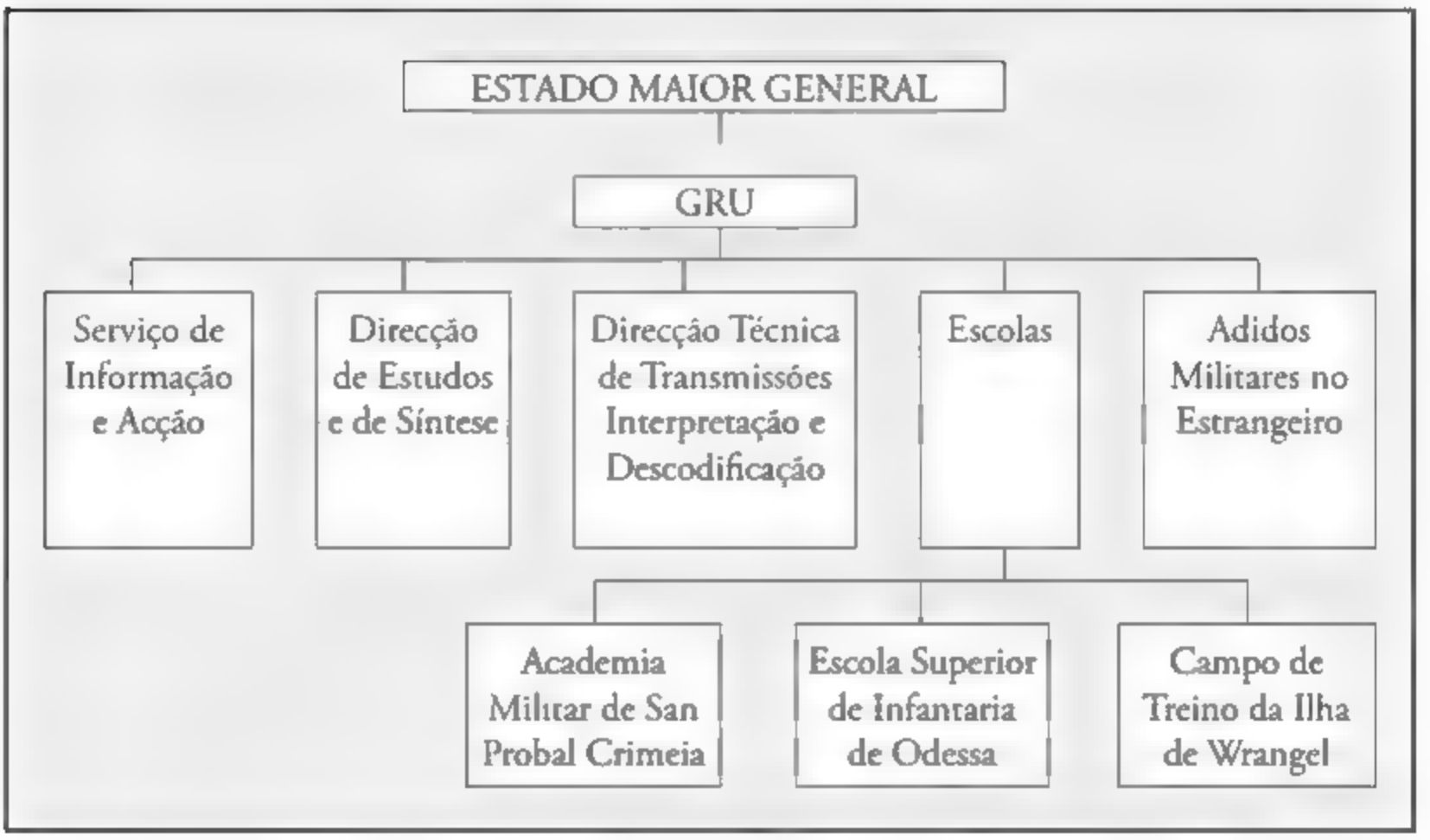
Em síntese, foi a seguinte, a evolução dos serviços de espionagem soviética depois da revolução de Outubro:

a) Dezembro de 1917 – Lenine funda a *Tcheka* – Comissão Extraordinária de Luta contra a Contra-revolução e a Sabotagem (AaVv, s/d:9), oficialmente siglada de *Vecheka.*
b) Janeiro de 1922 – É reformada a *Vecheka* e rebaptizada com o nome de *Gosudarstvennoe Politicheskoe Upravienye*, GPU ou seja Administração Política do Estado, mantendo poderes excepcionais idênticos aos da sua antecessora, continuando a manutenção do terror como medida revolucionária leninista.
c) Julho de 1923 – Com a promulgação da nova Constituição soviética dá-se, de novo, uma alteração de nome sendo acrescentado o vocábulo *unificada,* à anterior designação (agora *Obedinennoe Gosudarstvente Politicheskoe Upravlenye*, passando a depender do Comité Central do PCUS).
d) Em 1934, Estaline transforma a OGPU numa das direcções-gerais do NKUD – *Narodnyi Komissariat Vnutrennikh Del* mantendo a dependência do sistema relativamente do Comité Central.
e) Em 1938. L. P. Beria detém a direcção absoluta desta organização que amplia extraordinariamente, controlando a magna rede de campos de concentração da Sibéria e, assim, importantes sectores industriais soviéticos. Os sectores da segurança interna, contra espionagem, guardas de fronteiras, campos de concentração e actividades subversivas foram entregues a um desdobramento desse conglomerado que se chamou NKGB – *Narodnyi Kommissariat Gosudarstvennoe Bezopasnosti*, que, durante a Guerra, foi promovido a Ministério da Segurança do Estado, a par do seu congénere que lhe deu origem, também de elevada à categoria de Ministério dos Assuntos Internos.
f) Depois do fuzilamento de Beria, em seguida da morte de Estaline, o Politburo reconhecendo a ameaça que representava como contrapoder, a existência de uma organização tão vasta e poderosa, reduziu as suas competências, criando o KGB *Komitet Gosudarstvennoe Bezopasnosti.*
São-lhe cometidas as funções de operações clandestinas, controlo da segurança interna, polícia e serviços de fronteiras. Estimativas atribuem-lhe

cerca de um milhão de agentes e funcionários e cerca de 250 mil operacionais no estrangeiro.

Paralela, mas articuladamente, existe o GRU – *Glavniye Razvedyvatelnoye Upravleniye*, ou seja o serviço de informações militares da URSS, constituído como departamento do Estado Maior General e que "tem a seu cargo a espionagem militar" (táctica estratégica e técnica) e as "operações paramilitares" (Alem, 1980:127) [202].

Figura 7. Estrutura do GRU (serviço de informações militares da URSS)


ESTADO MAIOR GENERAL
GRU
Serviço de Informação e Acção
Direcção de Estudos e de Síntese
Direcção Técnica de Transmissões Interpretação e Descodificação
Escolas
Adidos Militares no Estrangeiro
Academia Militar de San Probal Crimeia
Escola Superior de Infantaria de Odessa
Campo de Treino da Ilha de Wrangel

Fonte. Lara, António de Sousa (1987), *A Subversão do Estado*, Lisboa, ISCSP-UTL, pág. 530

Efectivamente controlado pelo KGB, o GRU mantém alguma autonomia em função da sua especialização militar, designadamente através do controlo dos adidos militares acreditados no estrangeiro e pela função de treino de guerrilheiros para actuação em países do Terceiro Mundo. O seu aparelho escolar treina especialistas em técnicas de guerrilha e terrorismo.

Uma certa competição pela procura de êxitos de espionagem e subversão, entre tais departamentos, é estimulada desde os tempos de Estaline, para maior eficiência global do sistema.

Não é exclusivo dos países marxistas-leninistas o desenvolvimento de instituições de espionagem e contra-espionagem, de serviços secretos, de treino guerri-

202 Para uma visão mais detalhada da estrutura e acção do GRU deve consultar-se Suvorov, Vikor (1986), *Soviet Military Intelligence*, London, Glasgow, Grafton Bookson.

lheiro, de práticas subversivas, de produção, experimentação, armazenamento e uso de armas químicas e biológicas, altamente mortíferas.

Contudo, o sistema soviético identifica-se pelo desenvolvimento de uma terrível rede de campos de concentração, de trabalhos forçados e de clínicas psiquiátricas, onde a ciência e a organização são postos ao serviço da destruição de oposicionistas políticos, ou de indivíduos reputados de perigosos para a segurança do Estado.

O "Arquipélago de Goulag" não tem equivalente nos serviços secretos dos países dos outros blocos.

4.3.9. Elementos Fundamentais de Geopolítica Soviética

A geopolítica, entendida como "o ramo da ciência política que estuda a parte activa exercida pelo meio geográfico na determinação dos eventos políticos e históricos que afectam a população de um dado território" (Benoist, s/d:11) é de origem e formulação essencialmente europeia. Os seus teorizadores fundamentais – Ratzel, Mahan, Haushoffer, Castex entre os mais destacados – pertencem culturalmente ao Ocidente europeu em termos civilizacionais. O auge desta ciência esteve ligado aos êxitos da Escola de Munique-Heidelberga e o seu ocaso ligado ao fim do III Reich alemão. Sendo central a contribuição germânica para esta ciência, a derrota da Alemanha nazi, com todas as suas consequências históricas, políticas e sociais, arrastou consigo o prestígio conseguido por este ramo do saber, só muito recentemente se inflectindo a tendência de a votar ao ostracismo. Todavia as teorias geopolíticas formuladas pelos ocidentais não podiam deixar de interessar aos soviéticos.

A "teoria dos espaços" de Ratzel, a tese das "Pan-regiões" de Haushoffer, a definição das potencialidades da zona transcontinental pelo almirante norte-americano Mahan, de sobremaneira as teorias de Mackinder sobre o *Heartland*, e as teses dos geopolíticos norte-americanos Seversky (refugiado russo), Renner, Beukenna, Spykman e Cohen, a que já fizemos referência, podem ser entendidas *a contrario*, como o elogio das potencialidades geopolíticas do mundo sovietizado.

"Inclusive os economistas russos adoptaram tais doutrinas em vista a um possível esforço bélico, como está provado pela deslocação de grande parte da indústria soviética para o outro lado dos Urais e pela valorização de reservas mineiras de escassa utilidade prática fora do marco dos interesses gerais da URSS" (Vives, 1972:67).

Segundo o conhecido professor argentino Alberto Daniel Faleroni existe mesmo uma geopolítica russa e soviética com prática e doutrina definidas. Em síntese a sua teoria assenta na concepção que referiremos de seguida [203].

Historicamente, a predominância do grão-ducado de Moscóvia sobre as áreas adjacentes deve-se sobretudo a excepcional situação desse foco de poder político

[203] Seguiremos, assim, de perto a sua obra *De Russia a Vietnam*, colección "Estratégia", ed. Circulo Militar, Buenos Aires, 1969.

no epicentro de uma bacia radial hidrográfica que o une com seis mares distintos (Branco, Glacial Árctico, Báltico, Azov, Negro e Cáspio). O império moscovita expandiu-se facilmente devido à mobilidade e belicismo da sua cavalaria, bem como pela navegabilidade multidireccional que os ditos rios, nascendo na maioria nos Montes Valdai, permitiram. Desde 1328 que Moscovo se afirma como centro de gravidade política, militar, administrativo e cultural da Rússia. Em 1703 o Czar Pedro I transforma São Petersburgo na capital do império, mas depois da Revolução de Outubro volta a capital para Moscovo, como originariamente. Desde o século XIV que a progressão das anexações russas e o alargamento da sua zona de influência não tem parado até ao presente. O povoamento eslavo mostra uma primeira fase, a tendência de expansão contínua para o Leste do território, determinando uma colonização interna recente (a maioria do território de colonização interna eslava foi-o a partir de 1920) (Chaliand, 1984:87).

Desenvolvendo a sua primeira expansão na planície siberiana, controla-a em exclusividade, facilitado que está esse objectivo pelo carácter homogéneo (i.e. sem "um único ponto de suspensão física entre as extremidades" ou seja "dos Urais ao Amon") (Benoist, s/d:25) da região. A Sibéria contém importantes jazidas dos mais estratégicos minérios (petróleo, carvão, combustíveis e os metais preciosos de ouro, prata e cobre, outros como o ferro, o chumbo, o zinco, o níquel, o manganês, o alumínio, o crómio, a bauxite), grande riqueza silvícola e apreciável aptidão para criação de gado de diversas espécies. Em suma esta área permite, melhor do que qualquer outra região controlada pelo marxismo-leninismo, estabelecer uma autarquia quase absoluta, circunstância que, aliada à comprovada capacidade natural para uma estratégia defensiva (bastará meditar nos memoráveis fracassos em que redundaram as invasões napoleónica e nazi) levou Estaline desde os finais da década de 20, a construir "complexos industriais" nos desertos, estepes e tundras (Faleroni, 1969:228-29) com o sacrifício de "milhões de vidas humanas, através de trabalhos forçados realizados por prisioneiros políticos e pelas fanatizadas juventudes vermelhas".

Todo o referido complexo hidrográfico está hoje em dia articulado com uma gigantesca rede viária, ferroviária, portuária marítima e aeroportuária.

Foi a partir deste centro de irradiação de apoio logístico que os Czares da Rússia construíram, consolidaram e expandiram o seu vasto império. O Czar Pedro I, de cognome "O Grande", passa à História como o primeiro formulador da geopolítica expansionista da Rússia, na medida em que compila no seu testamento político [204] as principais directivas orientadoras de uma estratégia imperialista para este país. Certo é que tal documento encerra as determinantes estratégicas que caracterizaram partes fundamentais da política de expansão russa e soviética, desde a morte daquele imperador até aos nossos dias. Em síntese são propostas, no referido documento, chegado ao presente através do livro de memórias póstumas do Cavaleiro d'Eon de Beaumont, publicado no século

[204] Existe uma corrente recente que tenta justificar a natureza apócrifa do documento, sem contudo poder chegar a resultados irrefutáveis.

XVIII e reeditado parcialmente na actualidade, as seguintes directivas políticas e geopolíticas:

a) Preparação permanente da Nação russa, para a guerra e bem assim as forças armadas respectivas, com vista a "condicionar a paz à guerra e a guerra à paz";
b) Modernização da Rússia, em domínios civis e militares, através intercâmbio de contactos constantes com os países mais desenvolvidos, "para permitir a nação russa participar das vantagens dos demais países sem perda nenhuma das suas próprias";
c) Intervenção sistemática nas disputas europeias, norte-africanas e indianas, designadamente:

    1. Na Alemanha, que devido à sua vizinhança reveste o maior interesse directo em relação à Rússia;
    2. Na Polónia, promovendo a sua divisão, corrupção interna, a influência dos governos, criando um partido pró-russo e estacionando no seu território tropas russas "durante um tempo tão dilatado até que finalmente se encontre um pretexto para as não mais retirar";
    3. Na Suécia, retirando-lhes a maior área de território possível fomentando as disputas entre estados escandinavos (v.g. com a Dinamarca), promovendo a iniciativa na agressão por parte da Suécia;
    4. Com a Inglaterra, mantendo activas as relações comerciais recíprocas (com a Rússia);
    5. Com a Áustria, favorecendo ou forçando conflitos com outros estados vizinhos de modo a que, pela eventual solicitação de auxílio à Rússia, esta possa exercer "uma espécie de protectorado sobre esse país que aplanará o caminho para a futura supremacia";
    6. Com a Turquia, Índia, Irão e Síria fazendo progredir o avanço russo nessas direcções pela provocação de constantes litígios, com o fim de controlar esses territórios, estabelecer portos no Mar Negro, Báltico e Golfo Pérsico, restabelecer as antigas relações comerciais com o Oriente através da Síria e "abrir caminho até às Índias";
    7. Com os gregos, congregando como que em torno de um centro, todos os seus sectores separados na Hungria, Turquia e Sul da Polónia (utilizando para tanto a Igreja Ortodoxa) "estabelecendo de antemão uma espécie de supremacia eclesiástica";
    8. Dominar o Mediterrâneo e o Atlântico e, por etapas, subjugar a Europa [205].

---

[205] Para análise do texto do testamento pode ver-se: Walsh, Edmund A. (1950), *Total Empire*, LLC, Kessinger Publishing; Colomer, Eduardo Comin (s/d), *Stalin, Gengis Kan y Pedro I el Grande – Planes de Invasión de Europa*, Madrid.

As doutrinas geopolíticas soviéticas relativas à definição do "triângulo-de-ferro" como zona estratégica primordial, à utilização dos Estados periféricos socialistas como "Estados-Tampão" e como "testas-de-ponte" do Pacto de Varsóvia, à penetração no Magrebe e no Próximo e Médio Oriente, ao desenvolvimento e expansão constantes do poder naval soviético, obviamente decorreram das determinações contidas na política imperial atribuída ao Czar Pedro I, e desenvolvida pelos seus sucessores. O expansionismo russo é, pois, muito anterior ao internacionalismo proletário e socialista. Mas este último permite àquele um novo fundamento ideológico, mais adequado, formalmente, aos tempos contemporâneos.

O entendimento dado por Estaline à "coexistência pacífica" como peça fundamental da "política de defesa nacional" soviética, pela qual os avanços do marxismo-leninismo passarão, em grande medida, pelas rivalidades e afrontamentos dos adversários do Segundo Mundo, cabendo a este, por conseguinte a exploração de tais processos dissociativos, tem por óbvio antecessor o testamento político já mencionado. Em suma a perspectiva soviética de valorização do factor espaço, não apenas como importante condicionante militar, mas também como elemento fundamental para a amplificação do respectivo poderio económico, político e social, colhe as suas bases nos fundamentos da política imperial czarista e bem assim segue de perto os postulados e asserções dos mais importantes teorizadores da Geopolítica ocidental.

O progresso tecnológico, de aplicação civil e militar, desvalorizou o elemento espaço como factor geopolítico condicionante principal. Todavia este elemento mantém o seu significado, em absoluto, num projecto ideológico maximalista de generalização à escala planetária. Desta diferente valorização do espaço, pelos Primeiro e Segundo Mundos, ambos doutrinariamente justificáveis, tem resultado um constante progresso territorial da influência marxista-leninista em desfavor das que exercem outras formas de organização social, política ou económica. A promoção do expansionismo geopolítico marxista-leninista opera-se através de uma multifacetada teia de formas violentas de actuação, de diplomacia subversiva, do uso em proveito próprio das fraquezas dos adversários. Este sistema constitui aquilo que o marxismo-leninismo ortodoxo designa por "política de defesa nacional".

4.3.9.1. Uma Política de Defesa Agressiva

A) Fundamentos desta política

Num Estado sovietizado é impróprio falar-se de defesa nacional e de política de defesa nacional. A predominância do internacionalismo socialista como política oficial dos estados socialistas (do "sistema socialista mundial" ou "sistema da ditadura mundial do proletariado") dilui a importância recíproca dos estados sobe-

ranos sovietizados criando-lhes limitações e obrigações especiais. Em primeiro plano esta situação gera-se por motivos defensivos do bloco. Como coerentemente referiu Leonid Brejnev, no V Congresso do partido polaco, de Novembro de 1968: "Se as conquistas socialistas estiverem ameaçadas num país socialista, este facto deixará de ser problema interno e tornar-se-á em problema de toda a comunidade socialista".

Porém tem, também, um falacioso segundo plano que resulta, de uma intervenção agressiva atribuída aos países capitalistas. A lógica socialista ortodoxa considera a política da burguesia, do capitalismo e do imperialismo dele decorrente, como lesiva da concretização dos direitos objectivos que a política socialista visa pôr em prática. Nessa medida o socialismo tem de defender-se da burguesia e da sua política promovendo a superação desta classe e do sistema político internacional por ela gerado. Assim a defesa da comunidade socialista passa pela ofensiva contra o capitalismo, contra o imperialismo e contra o seu sustentáculo social que é a burguesia.

A progressão da luta de classes possibilitará a tomada do poder pelos comunistas quer por transição pacífica quer por via violenta e revolucionária.

Eticamente, procura-se uma mal fundada tese de legitimidade da revolução socialista pela defesa dos interesses objectivos dos produtores da riqueza, explorados pelos detentores privados do capital. Nesta dicotomia pobremente defensável, assenta todavia, o fundamento principal, a justificação necessária e suficiente para o empreendimento duma política ofensiva sob a apresentação de uma defesa irrecusável.

Toda a intervenção de forças do Primeiro Mundo na defesa do seu modelo económico e social dominante, na defesa dos seus valores civilizacionais e na defesa do seu espaço e da sua segurança é considerado uma manifestação activa da agressividade capitalista interna ou imperialista. Desta colocação, de tipo ético, do problema nasce a conceptualização do inimigo.

B) A conceptualização do inimigo na política de defesa marxista-leninista ortodoxa

O termo inimigo reveste, para a política de defesa em apreço, um conjunto de variantes que convém explicar.

Em primeiro lugar designa o "inimigo de classe" que opõe a burguesia e os seus aliados (todas as classes de transição objectiva e subjectivamente apoiantes da burguesia) aos proletários no seu conjunto.

Para a "política de defesa", todavia, o inimigo é classificável [206] em dois grandes grupos, que são:

---

[206] Sobre este assunto pode ver-se: WANG, Chueh-yuan (1976), *The Russian Communists Strategies and Tactics for World revolution*, APACL.

a) Inimigo principal;
b) Inimigos secundários.

O primeiro é o Estado capitalista central, potência-directora do Primeiro Mundo, com o qual há, portanto a maior contradição da parte do sistema socialista. Esse inimigo é prefigurado sistematicamente como potência agressora.

Os inimigos secundários são todas as outras potências de alguma forma subordinadas à influência e poderio do inimigo principal e ainda os estados que mais tenuemente a estes ligados, não se tenham virado decididamente para o campo socialista.

O inimigo principal nem sempre foi o mesmo: "Na I Grande Guerra, a Grã-Bretanha, que então ainda ocupava a posição de liderança mundial, tinha conflitos de interesses com os soviéticos no Próximo Oriente e era, ao mesmo tempo, a planificadora e a dirigente no envolvimento daquele Estado. A matriz táctica soviética seleccionou a Grã-Bretanha como seu agressor e os soviéticos desenvolveram, por todo o lado, movimentos antibritânicos desde o Próximo Oriente, ao Médio Oriente e Europa. As forças fascistas expandiram-se continuamente na Europa por volta de 1935 com influências que chegaram ao Oriente. Pressentindo uma grande ameaça externa, a União Soviética mudou o seu assumido inimigo principal e principiou atacando a Alemanha, a Itália e o Japão. Depois da eclosão da II Grande Guerra a União Soviética assinou um acto com a Alemanha e riscou-a de seu inimigo principal. Não muito depois, contudo, a União Soviética foi apanhada de surpresa pela invasão da Alemanha através de um ataque *blitz*. (...) Estaline apelou para 'uma frente unida antifascista' e deu instruções aos comunistas de vários países para desistir da luta de classes para procurar a chamada cooperação com os países capitalistas por um lado, e reclamou a dissolução do Terceiro Comintern na tentativa de obter ajuda das democracias, expressando a disposição de aderir à aliança antinazi, por outro lado. Depois a Alemanha, a Itália e o Japão renderam-se sucessivamente e as influências britânica e francesa entraram em declínio. A União Soviética ganhou mais do que perdeu e tornou-se um grande poder mundial só ultrapassado pelos Estados Unidos. Daí em diante os Estados Unidos têm sido o arqui-inimigo dos Soviéticos" [207].

Alguns inimigos secundários são aliciados para participarem, pelas mais diversas formas, na "mobilização para combater a guerra decisiva contra as estruturas capitalistas do mundo tendo os imperialistas americanos como alvo principal" segundo as palavras de Nikita Krushchev.

[207] *Idem*, págs. 96 e 97.

C) Tácticas principais usadas na política de defesa de matriz soviética

Não pode caber no âmbito dum subcapítulo, o estudo das tácticas usadas na política de defesa de matriz soviética. Todavia, é pertinente enunciar, a título exemplificativo algumas das tidas por mais significativas. Contudo é necessário ter em linha de conta que toda a política, interna e externa, pública ou privada, dos estados sovietizados e das instâncias mais diversas pertencentes à sua ordem política, foi concertada e unidimensional, mesmo que aparente contradições pontuais.

Neste entendimento, eis, em síntese, algumas das medidas tácticas empreendidas pelos países segundo-mundistas na sua política agressiva de defesa.

1. Constituição de um potencial bélico gigantesco permanentemente actualizado, composto por armamento convencional, por armamento nuclear, por armamento bacteriológico e químico, tendo em vista equilibrar a capacidade destrutiva militar de qualquer inimigo, criando fundamento para uma política de dissuasão (chamada *détènte*, "guerra fria", coexistência pacifica conforme as circunstâncias) pela desmotivação provocada a outros para a utilização da guerra como forma de fazer política.

2. Desenvolvimento de uma política externa de "coexistência pacífica" relativamente aos países capitalistas centrais e aos seus aliados, evitando a todo o custo o desenvolvimento e uso, por parte destes de armas de destruição maciça, incentivando alternativamente, outras formas de luta política e ideológica, designadamente tornando clandestinas as formas de luta anticapitalista e antiliberal que não possam ser enquadradas nas designadas "vias pacíficas para o socialismo" e explorando as possíveis rivalidades e contradições, latentes ou ostensivas, entre os adversários políticos.

3. Provocação ou alimentação de continuas crises sociais, políticas e económicas no seio dos Estados capitalistas, com vista ao enfraquecimento das capacidades internas de progresso, impedindo que os países mais avançados do Primeiro Mundo se distanciem excessivamente em avanços tecnológicos e em outras áreas do desenvolvimento e da produção.

4. Preparação permanente do povo e das forças armadas soviéticas para a luta anticapitalista, designadamente pela utilização de contínuas campanhas de doutrinação e propaganda, aparentes ou latentes, veiculadas pelo conjunto de aparelhos ideológicos controlados pelo Estado.

5. Desenvolvimento de um novo sentimento de patriotismo, relativo à comunidade socialista de Estados, defensor, em regime de privilégio, dos interesses vitais da URSS no seio desta.

6. Estruturação e incremento em paralelo com o desenvolvimento da malha industrial estratégica e do treino de forças armadas regulares, convencionais e

sofisticadas [208], de um vasto esquema activo de guerra subversivo a empreender, manter e desenvolver nos países inimigos, de forma a enfraquecer a sua oposição, designadamente utilizando métodos propagandísticos e ideológicos de afectação da opinião pública.

7. Utilização dos países periféricos satelitizadas e sovietizados com o múltiplo propósito permanente de dependência e exploração no desenvolvimento dos projectos económicos, políticos e militares da URSS, constituindo estados-tampão deste país central relativamente a adversários exteriores ao Pacto de Varsóvia, organizando-os como baluartes alternativos em caso de agressão inimiga preferencial aos centros de indústria estratégica dos Urais e da Sibéria e bem assim como testas-de-ponte a partir da quais é possível operar um contra-ataque contra países inimigos dos chamadas "crescentes de envolvimento".

8. Especial atenção na defesa activa das fronteiras físicas da Comunidade Socialista de Estados, com especial cuidado para as fronteiras terrestres e aéreas da zona do "triângulo-de-ferro" (RDA, Polónia, Checoslováquia) e na fronteira com a RP da China. Irreversibilidade, em via de regra geral, das conquistas geopolíticas do Segundo-Mundo.

9. Alargamento do raio de acção, potencialmente destruidor de alvos preferenciais, dos mísseis do Pacto de Varsóvia (os mísseis SS 20 instalados na zona a Leste dos Urais com o seu raio de alcance de 4.300 Km atingiam a maioria do território da península Ibérica, incluindo a faixa norte de Portugal) e desenvolvimento de esquemas defensivos sofisticados em relação a armamentos idênticos do Primeiro Mundo. Utilização do aparelho de agitação e propaganda colaboracionista e da diplomacia para retardar os avanços capitalistas no domínio de novas tecnologias de defesa estratégica (como recentemente tem acontecido com o projecto norte-americano popularizado com a designação de "Guerra das Estrelas").

10. Desenvolvimento de uma importante força naval de guerra, constituída por quatro principais frotas (Chaliand, 1984:208), que, como observa Couteau-Bégarie, não têm como missão "proteger as linhas de comunicações vitais mas sim cortar as do adversário" (Chaliand, 1984:207). Em direcção ao Atlântico é principal zona de base naval soviética a área do Mar Branco e da Península de Kola; para o Oceano Pacífico, a costa siberiana; para o Oceano Índico são pontos de base naval militar países aliados do Segundo Mundo em especial Vietname, Iémen do Sul, Etiópia, Ilhas Maurícias, e Moçambique. Para o Oceano Atlântico igual política é seguida utilizando as bases navais postas à disposição pelos estados aliados de Cuba, Angola e Nicarágua principalmente (Chaliand, 1984:206).

11. Exploração de todas as situações conflituais que existam, potencial ou efectivamente [209], em países do Primeiro ou Terceiro Mundos, quer internos aos

[208] Incluindo arsenais nucleares químicos, biológicos e de outras novas tecnologias de ponta orientadas para a guerra.

[209] Chamadas "zonas de fricção" na terminologia do Estado-maior das Forças Armadas Soviéticas

seus países quer entre eles estabelecidos ou estabelecíveis, com o objectivo de desse conflito poder retirar proveitos de índole política ou geopolítica, designadamente o desgaste económico militar e psicológico dos governos capitalistas. Obstrução sistemática a tentativas de unificação e integração económica, política, cultural e militar do Primeiro Mundo.

12. Organização de uma vasta rede de agentes dedicados à espionagem, interna ao Segundo Mundo e externa a este, com vista a manter o sistema soviético vigente, detectando e neutralizando os opositores, conseguindo externamente a obtenção de informações de segurança e tecnologia estratégica do Primeiro Mundo sustentando e apoiando solidariedades pró-segundo-mundistas, directas ou indirectas, nos outros blocos internacionais. Utilização desta rede em acções de propaganda e de contra-propaganda.

13. Manutenção de uma política de secretismo e de desinformação quer no âmbito interno do bloco socialista quer externo a este. Concertação permanente dos aparelhos ideológicos controlados pelo Segundo Mundo, no sentido de pôr em prática a política de informação e propaganda definida por Moscovo [210].

14. Desenvolvimento de uma política expansionista, de índole política, económica e militar, fazendo, progressivamente, crescer o número de países de doutrina oficial marxista-leninista ou controlados pelas forças afectas a países marxistas-leninistas.

15. Privilegiar a via de actuação de conseguir vitórias materiais sem combate efectivo ou restringindo ao mínimo os riscos da degeneração de um conflito vantajoso de proporções reduzidas e de âmbito controlado. Utilização, neste entendimento, da técnica de recuo táctico.

16. Exploração dos êxitos conseguidos pela URSS e pelos países sovietizados nos domínios mais variados (astronomia, desporto, belas-artes, ciências, etc.) com vista a uma acção psicológica de triplo sentido: debilitando o moral dos estados capitalistas adversários, suscitando a admiração de países terceiro-mundistas e fortalecendo o patriotismo e a emolução das populações afectas ao "sistema socialista mundial".

17. Promoção de estatutos de neutralização positiva permanente para os estados potencialmente utilizáveis, pelos países capitalistas predominantes, contra o Segundo Mundo. Estes estatutos vão desde a neutralidade clássica em estados europeus contíguos à comunidade socialista até ao neutralismo de países africanos, asiáticos ou americanos e europeus ocidentais mesmo.

18. Utilização de um sistema de cooperação com os países do Terceiro Mundo para a ampliação da intervenção externa de tipo soviético bem como para a estruturação de dependências tecnológica, de componentes, militar, económica-financeira desses estados relativamente ao Segundo Mundo.

[210] Curiosamente o acordo de Washington de 8 de Dezembro de 1987 contem, como divulgado publicamente, cláusulas secretas, ao arrepio da postura leninista primitiva condenatória de toda a diplomacia secreta.

19. Utilização das Organizações internacionais, do Direito Internacional Público e das estruturas diplomáticas para ampliar o apoio das teses e determinações favoráveis ao sovietismo e entravar ou impedir as de sinal contrário.

20. Diversificação mundial dos focos de tensão relativamente às alianças militares do Primeiro Mundo de modo a exigir uma multiplicação de programas de ajuda e intervenção económica e militar nos países em questão agravando os gastos financeiros e militares do Primeiro Mundo, afectando o moral das populações dos países envolvidos.

Quase tudo isto ruiu no triénio 1989/91. A Economia e a Tecnologia Ocidentais venceram o Segundo Mundo. O voluntarismo de Gorbatchev e de Ieltsin derrubaram um sistema rígido, coerente, estabilizado, abrindo caminho a uma carambola de convulsões e de incertezas que provocaram, de entre outras, reacções de nostalgia pelo antigo sistema. Em 1997, a Rússia celebra um acordo com a NATO. A nova fórmula de justificação para o ressurgimento da Rússia passa, agora, pelo nacionalismo e pela ortodoxia. Mas a herança soviética continua presente. Vladimir Putin, antigo coronel do KGB, sabe melhor do que ninguém quais as partes vivas e manter com outros nomes, distinguindo o efémero superficial do telúrico tradicional.

Leituras complementares:

Aron, Raymond (1965), *Democracia e Totalitarismo*, Paris, Gallimard.

Botzaris, Alejandro, "África e o Comunismo", *in Estudos Políticos e Sociais*, n.º 27.

Cardoso, J. (1956), *Estaline, o Tirano*, Lisboa, ed. livraria Renascença.

CAROL, Anne *et al* (1999), *Resumo de História do Século XX*, Lisboa, Plátano Editora.

Carrère d'Encausse, Hélène (1984), "C'est la revanche des protégés de Brejnev", *in Paris Match*, 24/Fevereiro, pág. 32 e seguintes.

_____ (1983), *Le Grand Frère, La union Soviéttique et l'europe soviétisée*, Paris, Flammarion.

Colomer, Eduardo Comin (s/d), *Stalin, Gengis Kan y Pedro I el Grande – Planes de Invasión de Europa*, Madrid.

Dias, Demosthenes de Oliveira (1969), *História da Civilização*, Rio de Janeiro, EJTI.

Heller, Michel (1986), *Atention: G.R.U.*

Hentsch, Guy (1967), *Staline Négociateur*, Neuchâtel, Ed. La Baconnière.

Knight, Stephen (1985), *The Brotherhood*, Granada, ed. Panther.

Lara, António de Sousa (1975), "A Heráldica Política e a Sociologia de Informação", sep. *Armas e Troféus*, n.º 3, pág. 15.

Lazitch, Branko (1984), *La désinformation, arme de la guerre politique.*

_____ (1985), *Chronique de la désinformation.*

_____ (1985), *Terrorisme et communisme: actualité de Lénine.*

Lefevre, Ernest N. (1962), *Neutralism and no-alignment*, New York, Washington Center of Foreign Policy Research.

Lenine, V. I. (1975), *Sobre a coexistência pacífica*, Lisboa, Editorial Estampa.

Revel, Jean-François (1984), *Le terrorisme contre la démocratie.*

Rigoulot, Pierre (1986), *1985 année de Vespionage soviétique aux Etats Unis.*

Suvorov, Viktor (1986), *Soviet Military Intelligence*, London, Glasgow, Grafton Bookson.

Walsh, Edmund A. (1950), *Total Empire*, LLC, Kessinger Publishing.

WANG, Chueh-yuan, (1976), *The Russian Communists' stratagies and tactics for World revolution*, APACL.

Zagorie, Daniel S. (1984), "Chinas Quiet Revolution", *in Foreign Affairs Spring*, pág. 874.

Zorgbibe, Charles (1984), *Les Politiques Etrangères des Grandes Puissances*, Paris, PUF.

Bibliografia do Capítulo:

AaVv (1976), *Burocracia*, Lisboa, Sociocultur.

_____ (s/d), *KGB a CIA soviética*, Lisboa, Cadernos Dom Quixote, n.º 33.

Alem, Jean Pierre (1980), *A Espionagem e a Contra-Espionagem*, Mem Martins, ed. Europa-América.

Aron, Raymond (1968), *Democracia e Totalitarismo*, Paris, Gallimard.

Benoist, Alain de (s/d), *O que é a Geopolítica*, Braga, Ed. Templo.

Brejnev, Leonid (1977), *Acerca do Cinquentenário da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, Lisboa, Ed. Avante.

Carpenter, Clive (1976), *The Guiness Book of Kings, Rulers and Statesmen*, Londres, Guinness World Records Limited.

Chaliand, Gérard e Ragean, Jean-Pierre (1984), *Atlas Estratégico y Geopolítico*, Madrid, Alianza Editorial.

Conte, Arthur (1964), *Yalta, A partilha do Mundo*, Lisboa, Liv. Bertrand.

Davis, Harold Eugene (1965), *Os Estados Unidos na História*, Rio de Janeiro, ed. Zahar Editores.

Dias, Demosthenes Oliveira (1969), *História da Civilização*, Rio de Janeiro, Colecção EJTI.

Engels, Friederich, prefácio da obra *As lutas de classes em França*, editado pela primeira vez em 1895.

_____ (com Karl Marx) (1975), *Obras*, Tomo II, Lisboa, ed. Avante.

Esparteiro, J. Marques (1960), "A defesa do Ocidente", *in Colóquios de Política Internacional*, Lisboa, ed. Centro de Estudos Políticos e Sociais da J.I.U., n.º 3.

Faleroni, Alberto Daniel (1969), *O Conflito China-URSS*, Mem Martins, Pub. Europa-América.

Fejto, François (1973), *O Conflito China-URSS*, 2 vols., Mem Martins, Pub. Europa-América.

Freemantle, Brian (1984), *KGB The stunning inside story*, Londres, Futura, Macdonald & Co.

Garcia, Fernando (1976), *Atlântico e Varsóvia – dois pactos*, Barcelos, ed. autor.

Gelb, Leslie e Lake, Anthony (1984), "Diplomacy Restored", *in Foreign Affairs*, pág. 474.

Gem, Collins (1985), *Basic Facts History – 1900-1980*, ed. Londres.

Hyland, William G. (1985), "The Gorbachev Succession", *in Foreign Affairs*, pág. 801.

Jouve, Edmond (1976), *Relations Internationales du Tiers Monde*, Paris, Berger Levrault.

Kissinger, Henry (1971), *American Foreign Policy*, Barcelona, ed. Esplugas de Llobregat.

Konsyantinov, F. T. (1977), *O Internacionalismo socialista*, Moscovo, Edições Progresso.

Lara, António de Sousa (s/d), *A Política de Blocos*, Lisboa, AAISCSPU.

Lefranc, Georges (1971), *O Sindicalismo no Mundo*, Mem Martins, ed. Europa-América.

Leite, Manuel Correia (s/d), "O Pacifismo e a União Soviética", *in Democracia e Liberdade*, vol. 30.

Lenine, V.I. (1980), *A doença infantil do comunismo: o radicalismo de esquerda*, Lisboa, ed. Avante.

_____ (1980), *Obras Escolhidas em 3 tomos*, Lisboa, ed. Avante.

Louda, Jiri (1981), *Lines of Succession*, London, Orbis Publishing Ltd.

Moreira, Adriano (1982), "Direito Internacional Público", *in Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa, ISCSP-UTL, vol. X, n.os 1/2.

_____ (1979), *Ciência Política*, Lisboa, Bertrand.

_____ (1965), *Ideologias e Política Internacionais*, Lisboa, ISCSPU.

Podhoretz, Norman (1980), *The Present Danger: "Do We Have the Will to Reverse the Decline of American Power?"*, New York, Simon and Schuster.

Sacchetti, António Emílio (1983), *Pactos Militares e Organizações de Defesa na Região Euro-Americana*, Lisboa, ISCSP-UTL.

Schultz, George P. (1985), "New Realities and new ways of thinking", *in Foreign Affairs*, pág. 706.

Schwoebel, Jean (1963), *Les Deux K. Berlin et la Paix*, Paris, ed. Julliard.

Shih, L. (1972), *The relations of American Youth disturbances with Peking and Moscow.*

Sprout, Harold e Margaret (s/d), *Geopolítica e Geoestratégia*, Lisboa, vol. I, ed. policop. AAPSCSPU.

Tibor, Meray (1966), *La Rupture Moscou-Pekin*, Paris, ed. Robert Lafont.

Uscatescu, Jorge (s/d), "Violência e Pacifismo", *in Democracia e Liberdade*, vol. 30.

Vergnaud, Pierre (1958), "La Guerre Froide", *in Revue Générale de Droit Internacionale Public*, tomo 62, págs. 220-234.

Vives, J. Vicens (1972), *Tratado General de Geopolítica*, Barcelona.

Wizniter, Louis (1977), *Jimmy Carter*, editorial Notícias, pág. 141.

Zinoviev, Alexandre (1981), *Nós e o Ocidente*, Paris, L'Age da Hommé.

Objectivos:

Apresentar, em síntese, a teoria dos quatro impérios norte-americanos, do autor.

Focar o processo de criação de uma entidade política europeia, através de um processo confederal de transferências progressivas de competências económicas e políticas.

Síntese dos Temas Abordados:

O Fim da Política de Blocos e a Globalização da Incerteza

O Primeiro Mundo depois de 1989/91

A Teoria dos Quatro Impérios Norte-Americanos

O Estado Europeu

O Laico Império Franco-Germânico

Estado e Ideologia em Países do outrora Terceiro Mundo

O "Modelo Espanhol" e [illegible]n do Segundo Mundo

O Terceiro Mundo

[illegible]ado e Ideologia em Países do outrora Terceiro Mundo

[illegible]r da República [illegible]

Capítulo 5
O Fim da Política de Blocos e a Globalização da Incerteza

5.1. O Mundo depois de 1989-1991

Depois do triénio 1989-91, desmoronaram-se o Segundo Mundo e, concomitantemente, o Terceiro Mundo.

Foi festejada a liberdade, mas, a partir de então, o Mundo não ficou nem mais seguro, nem mais justo. Economicamente, a dupla Ronald Reagan – Margaret Thatcher lançou o neoliberalismo, a globalização (do capitalismo, da sociedade de consumo e dos seus produtos, dos quais a informação é um dos mais rentáveis e estratégicos para a manutenção do sistema), fenómenos que geraram um novo "capitalismo de casino" que desembocou na crise de 2008, a qual está a ser paga pelos contribuintes em geral.

Com base na obra "*Atlas das Crises e dos Conflitos*", de Pascal Boniface e de Hubert Védrine, eis o sucinto inventário das convulsões militares que irromperam após esse triénio naturalmente baseadas em causas pré-existentes mas que se encontravam abafadas pela política de blocos, até então em vigor.

São elas, pois:

a) Guerra dos Balcãs (1992-1995).
b) Guerra do Kosovo (1999).
c) Crise Rússia – Ucrânia (2005-).
d) Crise Rússia países bálticos (que aderem à NATO em 2004).
e) Primeira guerra da Chechénia (Ieltsin, Dezembro de 1994).
f) Segunda guerra da Chechénia (Putin, Setembro de 1999).
g) Operação militar antiterrorista na Chechénia (Abril de 2009).
h) Crise do Alto-Carabaque entre a Arménia e o Azerbeijão (que o anexou).
i) Crise entre a Turquia e a Arménia, em 1993. Corte de relações diplomáticas.
j) Crise Turquia – Curdistão (1991).

k) Embargo a Cuba pelos EUA (1962-).
l) Subversão do narcotráfico na Colômbia (FARC e cartéis).
m) Idem no México.
n) Intervenção de forças internacionais da ONU no Haiti (2006 e 2008).
o) Terrorismo da Frente Polisário no Sahara Ocidental contra Marrocos (1982-1991).
p) Genocídio do Ruanda (1994); R. D. Congo e cerca de uma dezena de países envolvem-se em actividades bélicas (1998-2002). Morreram, até agora, 5.000.000 de pessoas. Os massacres no Ruanda/Burundi mataram mais de um milhão de pessoas.
q) Conflitos no Sudão, Darfur e Chade 2003-2005. Intervenção do exército francês.
r) Conflito na Eritreia e Etiópia (1998-2000).
s) Crises na Somália: guerra civil em 1992, intervenção dos capacetes azuis da ONU. Ingerência humanitária norte-americana (1993, G. Bush).
t) Tensão China – Taiwan – EUA.
u) Tensão China – Japão.
v) Tensão Coreias (Coreia do Norte fez vários ataques militares à Coreia do Sul).
w) Crise Israel – Palestina – Síria – Líbano – EUA; Guerra do Golfo, 1990--1991; Colonatos israelitas; conflitos com a Fatah, Hamas e Hezbollah. Tensão EUA – Israel – Irão (G.W. Bush, 2002-); Guerra do Iraque (2003).
x) Guerra do Afeganistão (1998). Atentados ao WTC (2001). Retaliação dos EUA.
y) Crise Índia – Paquistão (Caxemira).

A criminalidade organizada transnacional torna-se tão globalizada quanto a sociedade de consumo. Sugerem-se as leituras muito oportunas de:

a) Ebo, Isabel (2008), *A Geopolítica da Droga*, Lisboa, ISCSP.
b) Maccaglia, Fabrizio e MAtard-Bonucci, Marie-Anne (2009), *Atlas des Mafias, Acteurs, Trafics et Marchés de la Criminalité Organisée*, Paris, Autrement.

Ou seja, o fim da política de Blocos, longe de ter trazido uma sociedade mais segura, produziu a proliferação da incerteza, da insegurança e do medo.

Sobre este tema escrevi o livro "*O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*", que trago aqui à colação.

5.1.1. A Teoria dos Quatro Impérios Norte-Americanos

Com o passar do tempo, foi-se tornando perceptível que os norte-americanos constituíram não um império exclusivo, como alguns dos analistas políticos mais apressados e mais imediatistas querem fazer crer, mas um sistema composto de quatro presenças imperiais diferentes, todavia concertadas e concomitantes, que dão corpo à presença mundial dessa grande nação nova.

O primeiro império é, sem dúvida, dos mais evidentes. Dele já falei quando referi, na minha obra "*A Subversão do Estado*", o expansionismo e o isolacionismo norte-americano (de págs. 296 em diante). Parece-me, contudo, ser de ressaltar a importância extraordinária do "*Discurso de adeus*" do presidente George Washington, proferido a 17 de Setembro 1796, que, no fundo, acolhe a moldura fundamental de alguns destes impérios ou presenças imperiais. A unidade nacional que é a base do sentimento nacional americano apresenta-se como a coluna mestra da independência e da paz no estrangeiro, da prosperidade e da liberdade, desde logo qualificada como objectivo prioritário do ataque aberto ou dissimulado, dos inimigos internos e externos, pelo que deve ser defendida em todo o momento e permanentemente fortalecida. O império da Constituição democrática é afirmado, mas porque um dos métodos de assalto pode surgir sob uma forma de alterações à constituição, que roubassem a energia do sistema e o minassem, se o não puderem derrubar directamente, deve ser defendido pela fórmula da rigidez de revisão constitucional. O suporte económico do poder obriga a cortejar o Crédito Público e a usá-lo comedidamente, sempre com parcimónia, preparando para o perigo e, finalmente, é afirmado um neutralismo activo face ao problema da relação com as nações estrangeiras. Neste último aspecto o presidente George Washington defende a regra da ampliação das relações comerciais e da menor conexão política possível com ela, o afastamento de intervenções e alianças permanentes no mundo exterior até onde os Estados Unidos se acharem livres para o fazer. Mais tarde surge a doutrina Monroe que acaba por constituir um compromisso entre as duas grandes correntes de opinião política que se formaram em torno das guerras mantidas entre Espanha e as suas colónias americanas a caminho de independência. De um lado, a linha de Henry Clay: propunha o reconhecimento precoce dos governos rebeldes das colónias espanholas e da sua independência como Estados soberanos e, a seguir, a criação de um sistema continental político e económico, no qual os Estados Unidos da América deveriam ocupar a posição central, predominante, tirando daí grandes vantagens comerciais e desconsiderava as posições assumidas pelos governos europeus (a Santa Aliança) e do resto do mundo em geral, mesmo com o risco de corte das relações comerciais. Do outro lado, John Quincy Adams, filho do presidente John Adams e também ele futuro presidente dos Estados Unidos da América, que não divergia totalmente e em absoluto destas teses, mas afirmava soluções diplomáticas diferentes: isolacionismo e não-intervenção, respeitando a

independência das outras nações e reafirmando a sua própria, esquivando-se de interferir nos negócios internos dos outros países, mesmo quando nos conflitos em apreço se defendessem os valores que os Estados Unidos da América também defendiam. Trata-se da tese do liberalismo político internacional e agora cito: *"a máxima fundamental da sua (dos EUA) política mudaria insensivelmente, da liberdade para a força (se se alistasse sob outras bandeiras que não a dos Estados Unidos da América). Ela (a América do Norte) poderia tornar-se a ditadora do mundo, mas não seria mais a governante do seu próprio espírito"*.

A doutrina do presidente James Monroe, definida categoricamente em 2 de Dezembro de 1823, tentava um compromisso entre as duas correntes, a saber: a assunção, para os Estados Unidos da América, de uma posição tutelar central, relativamente ao continente americano e, ao mesmo tempo, o isolacionismo político relativamente ao exterior, ou seja, defende, ao mesmo tempo, a teoria do Destino Manifesto que dá origem às teorias de George Washington, já referidas. A doutrina Monroe define, pois, o isolacionismo continental: *"nas guerras entre as potências europeias, sobre assuntos que só lhes dizem respeito, nunca participaremos (os norte-americanos) nem é conforme com a nossa política fazê-lo"*. E, mais adiante, afirma: *"a nossa política em relação à Europa permanece a mesma, isto é, não interferir nos assuntos internos de qualquer potência e considerar o Governo de facto como o Governo legítimo, nas nossas relações, e cultivar relações amistosas com ele"*. Mas consagra, também, o princípio da tutela da política continental americana: *"no que diz respeito a movimentos neste hemisfério, nós lhes somos necessariamente mais ligados, por motivos obviamente claros a todos, e os observadores esclarecidos e parciais"*; e explica adiante: *"É impossível que potências aliadas possam estender o seu sistema político a qualquer parte de quaisquer dos nossos continentes, sem pôr em perigo a nossa paz e felicidade. É igualmente impossível que possamos assistir a tal intervenção com indiferença"*. E conclui, coerentemente: *"Com os governos que declararam a sua independência e que a mantêm (...) nós não podemos encarar qualquer intervenção com o propósito de os oprimir ou de controlar, de qualquer modo, o seu destino, por parte de qualquer potência europeia, senão como uma manifestação de acto inamistoso para com os Estados Unidos"*.

Estão aqui definidos os dois primeiros impérios norte-americanos. O primeiro império corresponde à doutrina do Destino Manifesto e à criação da Federação constituída por 51 Estados. Trata-se, sobretudo, do expansionismo da costa atlântica para oeste e a absorção das antigas colónias espanholas, como a República do Texas, os territórios da Califórnia, o Novo México, o Arizona e a aquisição por conta, ou por outra via qualquer, de outros territórios como o Alasca, a Luisiana, a Florida e tantos outros. O segundo império corresponde à tutela continental americana. Aquilo que os primeiros presidentes chamam de "o nosso hemisfério" constitui o "grande espaço" que nem a insuspeita Escola de Geopolítica alemã, que deu sustentação doutrinária ao nazismo, a célebre Escola de Munique-Heidelberga, dirigida pelo conhecido General Karl Haushofer, teve

coragem para não consagrar. Bem pelo contrário, na teoria das pan-regiões, definiu a pan-América como uma delas, considerando como potência directora exactamente os Estados Unidos da América.

Esta política imperial vai ser, mais tarde, fortalecida por inúmeras alianças e tratados de natureza bilateral, mas também multilateral, como foi o caso do Pacto Andino.

O terceiro império tem uma primeira verificação ainda na zona insular adjacente ao continente norte-americano: a partir da guerra hispano-americana, em 1898, pela qual Cuba fica teoricamente independente, mas realmente ocupada pelas forças armadas americanas, por decisão do presidente que Theodor Roosevelt. Depois é a vez de Porto Rico e das Filipinas. A posição expansionista para fora deste "espaço vital" americano é advogada pelo presidente William Mckinley e pelo vice-presidente Theodor Roosevelt, num escrito que data de 1899. Ressalta a seguinte passagem: *"Não podemos, mesmo que quiséssemos, fazer o papel da China e nos contentarmos em apodrecer aos poucos num ócio ignóbil, dentro das nossas fronteiras, sem nos interessarmos no que se passa além delas, mergulhados num comercialismo rasteiro, sem cuidar de uma vida mais alta, uma vida de aspirações de trabalho e de risco". "Se quisermos ser realmente um grande povo, devemos lutar para desempenhar um grande papel no mundo. Não podemos furtar-nos à resolução dos grandes problemas". "Não podemos permanecer quietos, amontoados dentro das nossas próprias fronteiras, sem nos importarmos com o que acontece além delas". "Devemos apossar-nos dos pontos vantajosos que nos permitirão elevar a voz na decisão dos Oceanos de Leste e a Oeste".* Assassinado o presidente o William Mckinley, Roosevelt passa a afirmar a doutrina expansionista norte-americana, que aliás é a vencedora na Conferência de Berlim e, em certa medida, derrota a teoria alternativa do puro comercialismo e economicismo que os autores isolacionistas mais afirmavam. Quando os Estados Unidos entram na Primeira Grande Guerra Mundial, ao lado dos aliados, em 1917, para pôr fim a tão sangrento conflito, fazem-no em manifesta contradição com os princípios do neutralismo isolacionista dos primórdios da independência da União. E, em 1919, o presidente Woodrow Wilson é mesmo o pai da Sociedade das Nações e das principais regras para uma nova ordem mundial: a sua famosa lista dos 14 pontos. Mas o Congresso norte-americano, veiculando os sentimentos isolacionistas predominantes, veta a rectificação do tratado de Versalhes, bem como recusa a admissão dos EUA na dita Sociedade das Nações, mesmo perante a ameaça longínqua, mas já real, de uma Rússia dominada pelo bolchevismo revolucionário.

Este isolacionismo a contragosto vai durar apenas até ao bombardeamento da esquadra americana em Pearl Harbor. A partir daí, fixa-se a tese do intervencionismo, desde logo admitindo os Estados Unidos ao lado dos aliados, como potência beligerante, e, no final da guerra, participando activamente na partilha do mundo em esferas de influência, conjuntamente com o Reino Unido e a União Soviética de Estaline, participando na ocupação militar da Alemanha derrotada e

do Japão. Desta feita, é a guerra fria que vai dar o pretexto para a continuação da ampliação do terceiro império: a ameaça, que era real e mais do que evidente, do expansionismo soviético, assente nos exércitos vermelhos de Estaline, subvertia as fronteiras das esferas de influência pré-definidas em Ialta e Potsdam e era preciso fazer-lhes frente através de dois mecanismos concertados: uma cadeia de pactos militares em que se cercasse o mundo soviético, por um lado, e o plano Marshall, por outro. Este último lança e torna possível os impressionantes milagres económicos, internacionalizando, tudo de uma só penada, o capital financeiro norte-americano, ao mesmo tempo que dava um gigantesco passo no caminho da globalização económica e financeira. Por outro lado, constituía-se a NATO, ela própria também uma confederação de natureza militar, que associava as potências europeias à direcção norte-americana, no sentido da contenção do mundo comunista e, por outro lado, internacionalizava procedimentos, estruturas militares, equipamentos e atitudes de origem ianque. Este terceiro império assenta em todo um conjunto de pactos militares inspirados na NATO, tendo como denominador comum a potência-charneira que é a própria federação dos Estados Unidos da América. São de referir: o Tratado das Filipinas, de 30 de Agosto de 1951; o ANZUS, de 1 de Setembro desse mesmo ano; o Tratado com a Coreia do Sul, de 1 de Outubro 1953; a SEATO, de 8 de Setembro de 1954; o Tratado com a Formosa, de 2 de Dezembro de 1954; o Pacto de Bagdade, de 5 de Março de 1959; o tratado com o Japão, de 19 de Janeiro de 1960; o CENTO, de 1969.

A estes deve ser adicionado o Tratado do Rio de Janeiro, de 2 de Setembro de 1947, assinado com todas as repúblicas da América Latina, no âmbito da doutrina de Monroe, tornando-a bilateral, isto é, considerando qualquer ameaça a qualquer dos países signatários como uma ameaça obrigando intervenção de todos os outros. Se pusermos num mapa a representação de todos os países signatários destes tratados, veremos que, no curto espaço de vinte e dois anos, os Estados Unidos aliaram a maior parte do mundo livre, entendendo-se, por este, o Mundo de vocação liberal ou pelo menos não-marxista, tornando-se como potência-charneira de toda esta enorme articulação. Estas são as bases do terceiro império americano.

O quarto império já não é exclusivamente norte-americano. Inicia-se pelos anos 80 e acelera-se em 89, com o final da guerra fria e o desmembrar do Segundo Mundo. Trata-se de uma ocupação generalizada, por via comercial, do mundo inteiro, em que os Estados Unidos ocupam uma posição central, necessária mas não suficiente. Já referi, por mais que uma vez, que a globalização é uma atmosfera e um sistema, e não tanto corresponde a um imperialismo determinado por uma superpotência em exclusivo. Digamos, a título ilustrativo, que os Estados Unidos estão para este quarto império assim como os macroservidores centrais estão para a Internet: sem eles não há Internet e só com um deles não há Internet.

Como digo, o desenvolvimento destes impérios é concomitante e, estando todos articulados, não significa que o aparecimento de um novo império subs-

titua ou desvalorize os anteriores. Tem-se vivido, nos próprios Estados Unidos da América, uma tentativa de centralização do poder, a propósito da guerra contra o terrorismo. No âmbito do continente americano, a "operação" ALCA pretende fundir, pela unificação do comércio livre continental, as zonas de integração regional que se tinham criado previamente, designadamente o MERCOSUL que inclui a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e, como Estados associados, a Bolívia e o Chile, e representa 227 milhões de habitantes; a Comunidade Andina de Nações, composta pela Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela, com 105 milhões de habitantes; o NAFTA, integrado pelos Estados Unidos, o México e o Canadá, com 365 milhões de habitantes; e ainda o CARICOM que inclui os países mais pequenos como a Antigua e Barbuda, São Domingos, Guiana, Jamaica, S. Kitts e Nevis, Suriname, Bahamas, Barbados, Belize, Granada, Haiti Monserrate, Santa Lúcia, Trindade e Tobago, São Vicente e Granadinas, reunindo a totalidade de 15 milhões de habitantes. A ALCA parece ser uma organização meramente comercial, mas inclui a capacidade de regulação sobre áreas como as compras governamentais, a propriedade intelectual, a capacidade reguladora dos países, que se pretende transferir de facto, com o apoio do Direito, para os EUA. E não fica garantido o livre acesso para o mercado americano de produtos competitivos dos países do MERCOSUL e de outras zonas de integração do continente. A ALCA está para o Mercosul assim como o mecanismo da Subsidiariedade está para a União Europeia: as vantagens passam para o Centro e as desvantagens ficam nas periferias.

Em muitos destes países mais pequenos está praticamente concluída a *dolarização*. Quanto a Cuba, aguarda-se pacientemente a morte de Fidel Castro para se ver a recolonização americana, utilizando os refugiados cubanos da Florida. Vale a pena compreender o fenómeno da americanização das economias de todos estes países, pela abertura de liberalização dos sectores outrora públicos ou restritos ao investimento estrangeiro, a par do desenvolvimento da dependência pela dívida pública externa. Já nem me refiro ao imperialismo cultural. Só não o vê quem quer ser cego.

5.1.2. O Estado Europeu

O projecto da criação de um Estado europeu constitui uma utopia com vários séculos. Existe inúmera bibliografia sobre este sonho, sobre a miragem da criação de um Estado mundial aliado à panaceia do princípio federalista que foi apropriado pela nova lógica liberal, aquando da revolução norte-americana e pela esquerda socialista e anarquista, designadamente por Pierre Joseph Proudhon, que o "ofereceu" ao marxismo, apesar das duras críticas que recebeu em troca.

A construção do Estado europeu, que agora se leva à prática, é menos tributária destas utopias do que do pragmatismo capitalista. Por causa da Segunda Grande Guerra Mundial, a Europa Central ficou destroçada. Foi a ocasião de

ouro para o empreendimento de um projecto quase mirífico, mas que haveria de servir a lógica económica. Não vou repetir a mais do que debatida e conhecida história da Comunidade Económica do Carvão e do Aço, da CEE e do processo de integração europeia. Mas vou, sobretudo, referir algumas das características que presidiram e têm presidido à instrução do Estado europeu. Uma boa parte corresponde à lógica esclarecida e intencional de Jean Monet. As outras são corolários inevitáveis. Digamos que se trata efectivamente de um plano de sucesso. Mas vejamos algumas dessas características mais importantes:

a) Começar a integração pela Economia: esta foi a fórmula que garantiu o êxito futuro. Outrora, sempre se começara pela política, pelo militarismo e depois pelo Direito e pelas estruturas administrativas. Desta feita, os pais da Europa perceberam que a lógica marxista era verdadeira neste particular, ou seja, que a superstrutura depende da infra-estrutura, que o Direito e o Estado, para não falar da estrutura social, dependem directamente dos negócios e da Economia, daquilo que os materialistas históricos chamaram de relações de propriedade e de relações de produção.
Reparar-se-á que, depois da crise de 2008, a solução para a zona euro passa irremediavelmente pelo alargamento das competências europeias no controlo macroeconómico interno, designadamente ao nível dos orçamentos de Estado e da sua aprovação. Isto conduz inexoravelmente a maiores transferências de soberania nacional, ou seja a mais "Estado europeu".

b) Caminhar por pequenos passos, avançar de uma forma furtiva, elitista, e ratificar posteriormente o facto consumado, para obter legitimidade democrática. A Europa política tem sido criada exactamente com estes procedimentos, seguindo, à letra, os conselhos de Maquiavel ao Príncipe para que ocultasse das vistas do povo os vícios ou a origem das medidas impopulares. Pequenas alterações sucessivas, défice de explicação popular, oligarquia de decisões, geometria variável e afinação oligárquica das soluções encontradas, ratificação parlamentar ou referendária da solução encontrada. Sobra, para a opinião pública que se interessa pelos assuntos da integração europeia, uma vaga consciência do défice democrático que o processo acarreta, do excesso de poder dos eurocratas, da incapacidade de acompanhar o desenvolvimento de todos os *dossiers* cometidos ao processo, do sentimento de inevitabilidade e de ausência de alternativa relativamente ao rumo estabelecido.

c) Desvalorizar os nacionalismos de coincidência estatal na Europa, valorizar em simultâneo os regionalismos infra-estatais, nem que correspondam a nacionalismos infra-estatais, promover e sobrevalorizar as acções de cooperação transfronteiriças, financiar e desenvolver um pré-nacionalismo

europeu, designadamente através de símbolos identificados com esse âmbito e uma lógica para-ideológica correspondente.
O caso tão falado do desmembramento da Bélgica deve ser acompanhado com muita atenção, pois estabelecerá um paradigma.

d) Substituir, progressivamente, o princípio igualitário institucional pelo princípio oligárquico tradicional. Sobre este aspecto, valerá a pena reler a obra do professor António Truyol y Serra "*La Sociedad Internacional*" e verificar, com cuidado, o que foi a Confederação germânica em termos concretos, como ficou efectivamente desenhada a Europa depois do Congresso de Viena e o que foi realmente esse Congresso, meditar na lista de congressos internacionais que governaram, em boa parte, a cena política mundial e sobretudo europeia, desde o ano de 1681 até ao ano de 1919, e que somaram a cifra impressionante de 2.528 congressos internacionais. Teremos de considerar que é nestes fóruns que se organiza e se exprime, de uma forma superior e continuada, a oligarquia que gere o poder internacional. Igualmente impressionante é a lista das constituições das organizações internacionais, desde 1693 a 1954: em termos de organizações internacionais governamentais, foram criadas 178, das quais funcionavam, há poucos anos, 132; e, em termos de organizações internacionais não-governamentais, foram criadas 1.709, das quais funcionavam, no mesmo tempo de análise, 1.170. É neste universo que deve ser procurado o "paralelogramo de forças" que resulta da dialéctica dos interesses políticos, económicos e sociais de que depende o curso da direcção internacional. A constituição e a manutenção de uma oligarquia, em termos internacionais, assume hoje uma fórmula mais simples. Mas este processo de simplificação institucional progressiva, torna-o, por isso, de mais fácil leitura e, por consequência, mais evidente para o comum dos mortais.

Para os europeístas, *so far so good.* Mas durante quanto tempo mais será possível continuar no processo de "fuga para a frente"? E cm que medida é que os Estados dominantes da União Europeia, para não falarmos dos outros, vão deixar de defender interesses próprios para os substituir por interesses federais europeus? E em que medida é que as contradições internas não se avolumam, ao ponto de vir a bloquear o próprio sistema em desenvolvimento? E em que medida é que os grandes centros de decisão internacional, designadamente concorrentes em certas áreas da União Europeia, deixarão de exercer acções políticas, económicas e outras, para impedir o desenvolvimento, para lá dum certo limite, do parceiro europeu? As respostas estão no futuro e não me cumpre adivinhar. Mas tenho como certo o princípio de que os impérios são perecíveis ao longo da História, e de que este processo tem "calcanhares de Aquiles" a mais, para não vir a ter graves problemas. E que a lei de Murphy, a brincar a brincar, funciona de verdade.

Trata-se de um procedimento neomaquiavélico, neomarxista, capitalista e plutocrático. Os interesses dos pobres, dos desprotegidos, dos marginalizados, parecem ser tratados como um mero efeito colateral. O sistema, na Europa, porque se trata exactamente disso, gera os seus próprios descontentes e os seus próprios ressentidos. Uma boa parte da violência urbana gratuita, da contracultura, da marginalidade urbana gratuita, da destruição pela destruição, são facetas desse mesmo ressentimento. Estamos perante uma causa ideológica e efeitos de natureza ideológica. Não são é iguais aos antigos.

5.1.3. O Laico Império Franco-Germânico

Há muito tempo escrevi que não está na natureza dos Estados, sobretudo na natureza dos grandes Estados, uma atitude suicida. Pelo contrário, os grandes Estados, senhores de importantes poderes, internos e sobretudo internacional, tendem a afirmar-se sobre os mais fracos e a exercerem o predomínio político, económico, militar e social. Nada disto é novo. A chamada Europa a duas velocidades é a prova, actual e exuberante, desta natureza. Não é por acaso que nem todos os países da União Europeia aceitam o euro, ou o sistema de livre circulação de pessoas e de policiamento contidos em Schengen. Já se percebeu, também, que nem toda a Comunidade Europeia está pelos ajustes com a pertença a uma fórmula integrada de defesa colectiva que, por mais voltas que dêem, não pode ser considerada senão como uma situação de divisão em relação à NATO. E não me refiro apenas aos países que, pela sua situação de Estados neutralizados, prescindiram do seu *jus belli* e, por conseguinte, têm correspondentemente reduzidos o *jus tractum* e o *jus legationem*. Refiro-me a potências europeias, interessadas no projecto NATO, o qual provou ser uma Confederação militar efectiva que contrasta com a expressão autonomista dos Estados perante conflitos concretos, como foram os da antiga Jugoslávia e as guerras e conflitos do Médio-Oriente.

Alguns analistas têm-se mostrado surpreendidos pela transformação da "locomotiva" franco-alemã num núcleo duro central de um directório à maneira da antiga Santa Aliança. As acusações não são estruturais, mas individualizadas: a culpa seria do antieuropeísmo do presidente francês Chirac e do chanceler alemão Schroeder. Ora esses dois políticos são apenas as figuras de proa de um projecto institucional que obedece a ditames de carácter económico e financeiro. E é óbvio, neste particular, que projecto europeu verdadeiro precisa de uma direcção oligárquica e, portanto, do intergovernamentalismo. A integração europeia tem sido feita por um equilíbrio de contrapartidas que tem, na base, a pirâmide hierárquica dos interesses nacionalistas. O Banco Central Europeu, a política agrícola comum, política de pescas, são apenas exemplos deste "toma lá, dá cá". O pilar da Defesa é uma velha reivindicação francesa desde o tempo do general de Gaulle. A transformação das diplomacias nacionais em diplomacias preferencialmente económicas é o primeiro passo para a entrega ao directório de mais essa valência

fundamental do novo império. Em termos de ideologia, faltava o laicismo, com a eliminação deliberada de qualquer referência ao cristianismo no projecto de tratado constitucional, o que é de somenos por se tratar de uma omissão para evitar o óbvio, mas, de facto, desconsidera-se em absoluto a questão religiosa, numa época de regresso do sagrado, uma vez que o projecto é eminentemente materialista. A única dificuldade prevista é a da integração futura da Turquia, na qual eu próprio pude constatar o ressurgimento do islamismo nas gerações mais jovens. Mas isso está para longe...

O que é grave é que o novo império europeu perdeu a sua componente sagrada. Está, portanto, condenado à morte.

5.2. O "Modelo Espanhol" e o Fim do Segundo Mundo

O "Modelo Espanhol" consiste num sistema político imperial, autocrático estabelecido sobre um quadro étnico-linguístico plural, no sentido centrípeto. Por ter grandes afinidades com o modelo russo imperial e soviético, parece oportuna uma comparação. Consiste pois:

a) Na criação de um nacionalismo de sobreposição sintético, mas estabelecido na base de uma cultura dominante existente (Castela-Leão; russa) que fornece os padrões identitários (língua, história, dinastia, etc.).
b) Na integração dos particularismos divergentes nesse modelo e na sua proibição e ilegalização alternativa, posterior.
c) Na mobilização externa desse novo nacionalismo numa perspectiva imperialista. O império dos Reis Católicos, de Carlos V e dos Filipes (que eram austríacos!) até Fernando VII e da "España una, grande y libre" do General Francisco Franco, tutelar da *hispanidad* herdada pela democracia. Do lado russo, a russificação começa com o "Manifesto de Abril" de 1702, de Pedro I "O Grande", até Catarina II (1782-1796). O Czar Nicolau I estabelece, em 1832, o conceito de "nacionalidade oficial russa", baseada no *jus soli*, na vassalagem imperial e na fé ortodoxa fiel ao Patriarcado de Moscovo e todas as Rússias. Em 1905, a identidade da nacionalidade oficial reforça-se com o combate à corrente eslava ou pan-eslava nascida no início do segundo quartel do século XIX, aliado ao antijudaísmo activo e, segundo alguns autores, de um messianismo secular. A revolução bolchevique de 1917 é internacionalista, proletária e antinacionalista. Todavia, a revolução faz-se em russo. E foi Estaline (georgiano) que procurou o princípio da supremacia russa que se transmitiu institucionalmente pela supremacia do PCUS sobre todos os demais partidos comunistas do espaço soviético. Reprime, então, o antijudaísmo e a vassalagem imperial vestida de centralismo democrático. Brejnev retoma o conceito da fórmula do "Povo Soviético", como nacionalismo supranacional de matriz russa destruído pela *glasnost* de Gorbatchev e pelo consulado de Boris Yeltsin.

O "Modelo Espanhol" também foi utilizado como submodelo de transição, mas falhado, no caso russo, com a destruição dos organismos internacionais de integração militar e político-económica.

Vejamos, em síntese, a comparação:

"*Modelo Espanhol*"
(Submodelo de Transição)

a) *Propósito* – evoluir pacificamente de uma ditadura para uma democracia.

Características:

b) *Liderança* – a liderança da transição deve ser feita por agentes identificados e da confiança do "Ancien Regime" (Gorbatchev *vs.* Rei Juan Carlos I, Primeiro-Ministro Adolfo Suarez).
c) *Via* – reformista, gradualista, com pequenos passos no mesmo sentido, evitando rupturas.
d) *Saneamentos* – impossíveis nas Forças Armadas e certas áreas do Estado. Só possíveis contra extremistas radicais que pratiquem actos subversivos e criminosos e não contra os demais.
e) *Consequências* – democracia formal, sociedade de consumo, solidariedade internacional.
f) *Perigos* – contragolpes dos saudosistas do "Ancien Regime" [Golpe de Estado de Tejero Molina (1981) *vs.* Golpe de Estado contra Gorbatchev (1991)] e fraccionamento do poder político (na Rússia, o fim da URSS, em 1991, deu origem a 15 repúblicas soberanas e, depois, à CEI; em Espanha, a integração na União Europeia e na NATO impediu o separatismo basco, catalão, balear, galego e o concomitante fraccionamento do Estado espanhol).

Ou seja, o erro histórico processual da liberalização russa consistiu no fim da União Soviética e do Pacto de Varsóvia. A recuperação de uma formalização de espaços formais desta natureza corresponde a imperativos históricos e geopolíticos. As administrações Putin e Medvedev têm caminhado nesse sentido, sem grandes vitórias aparentes. Putin realçou o debate sobre a identidade nacional russa, a aproximação ao Patriarcado Ortodoxo de Moscovo, a aproximação à Ucrânia e à Bielorrússia, a reivindicação dos enclaves russos na Geórgia (2008). Ao nível do simbólico, Putin reintroduziu o escudo heráldico e a bandeira dos czares a par do hino soviético, mantendo a foice e o martelo como emblema das Forças Armadas.

Gorbatchev era um dirigente máximo do sistema e não um anticomunista primário. Ignorava, todavia, um tema fundamental: a impossibilidade de reforma de um Estado soviético. Um totalitarismo de base marxista-leninista, em que o

Estado e o Partido comunista estão fundidos de uma forma integral, funcional e harmónica não é regenerável, nem passível de liberalizações sectoriais substantivas. Eis o verdadeiro Leviatã de Hobbes, o deus mortal, poderoso, quase omnipresente e aparentemente omnipotente, mas com uma debilidade fatal por ser intransformável sem se autodestruir (Cuba, a China, a Coreia do Norte e outros mais disfarçados deviam saber ler a História e a sina inevitável que os prende ao passado e ao futuro).

5.3. O Terceiro Mundo

5.3.1. Estado e Ideologia em Países do outrora Terceiro Mundo

O que tenho vindo a dizer respeita, sobretudo, a países ocidentalizados que, como já vimos, não se encontram apenas no ocidente geográfico. E o resto Mundo? É evidente que o fenómeno não tem aí paralelo. Mas o resto do mundo corresponde, em boa medida, a países que, ou estiveram, ou estão ainda submetidos a totalitarismos marxistas-leninistas, como é o caso da China continental, da Coreia do Norte, de Cuba e de alguns países saídos da URSS, ou foram antigas colónias que acederam à independência na segunda metade do século XX e viveram períodos de conturbada guerra civil, de maior ou menor intensidade. A situação da República da África do Sul, por exemplo, é a da guerra civil de baixa intensidade. Em todos esses casos, o Estado diminuiu de capacidade e, portanto, de dimensão real. E quando isto acontece, porque na política se verifica, também, como na física, o horror ao vazio, a sociedade civil encontra maneiras de ocupar o espaço deixado pela retracção do Estado. A solução habitual é a de recorrer a situações concorrenciais internas ao próprio Estado que as tentou dominar pela sua hegemonia. No caso de África, aparece claramente um recrudescimento do tribalismo, que foi sufocado pelo Estado colonial e pelo Estado legado pelos coloniais na altura da autodeterminação e independência. A realidade social da África negra é historicamente essa. E é ela que serve de suporte à instrumentalização dos projectos imperialistas que precisam de intervir em África. Foi com base nesta realidade tribal dissociativa que se fundaram os movimentos guerrilheiros que deram origem às lutas pela independência. As tentativas de secessão territorial, muitas vezes baseadas em riquezas naturais circunscritas a determinados territórios, também se apoiaram nessa mesma realidade cultural subjacente. A importância do tribalismo, com a retracção do Estado por efeitos de implosão interna ou por motivos subversivos, ficou mais que evidente nos casos da antiga Jugoslávia, do Afeganistão, do Iraque, só para referir alguns dos eventos em que, pela destruição do Estado — e não interessa agora curar dos motivos dessa destruição —, o seu lugar foi imediatamente ocupado por forças de intervenção externa e pelo ressurgimento imparável das divisões e estruturas de natureza étnico-cultural.

Em certa medida, até na própria Europa foi possível verificar um fenómeno semelhante, com o avanço dos nacionalismos infra-estatais por retracção do Estado, quer pela abolição de regimes ditatoriais, como no caso da Espanha, quer pela adopção de uma táctica menos intervencionista e mais maleável, como no caso do Reino Unido, quer por uma convulsão, relativamente domesticada, do espectro político, como aconteceu na Itália. E é preciso ver que na Europa não há tribos. E é preciso ter em conta, também, que a retracção do Estado, na Europa comunitária, nunca atingiu a rotura rápida conhecida em muitos países africanos saídos da descolonização.

Finalmente, temos que ter presente que a África austral, a chamada África negra, deixou de ter interesse geopolítico e geoestratégico dominante depois do final da guerra fria. O Segundo Mundo desapareceu e, portanto, a intervenção soviética praticamente deixou de existir. Do Primeiro Mundo, o interesse do sistema – Estados e multinacionais – dirigiu-se exclusivamente às zonas de maior retribuição financeira, como certas matérias-primas (petróleo, diamantes, madeiras, outros minerais estratégicos). A intervenção supletiva reduziu-se ao mínimo indispensável para manter inatacados os investimentos. Favoreceu-se o diálogo e o apoio a elites locais, geralmente sem qualquer legitimação democrática, ou emergentes de um sistema que caricatura as democracias ocidentais e se articula com os interesses dominantes em jogo. Este relacionamento favoreceu a criação, em África, de um Estado desequilibrado, que exacerba as funções repressivas para se manter e acaba por continuar os sistemas de dependência a que estavam sujeitos os territórios coloniais ou em regime paracolonial. Acresce que a situação das epidemias que assolam a África negra, as tradicionais, como a malária, a bilharziose ou a doença do sono, e as novas, como a sida, juntamente com a fome e os efeitos das devastações naturais, têm provocado um grave problema demográfico e social (destruição das famílias, orfandade exponencial, abandono infantil, etc.) nas populações do sul desse continente. Até aí se mostra, pela ineficaz e muito limitada intervenção ocidental, o desinteresse que existe na resolução destes macroproblemas e na inversão das tendências verificadas.

África foi abandonada à sua sorte e aos seus azares. Já o referi em obra anterior, e volto a repeti-lo, o que interessa ao sistema dominante, em termos globalização, não é o que interessa às populações nativas desses territórios. Daí o agravamento, que não se vislumbra que possa inverter-se a curto ou a médio prazo, dos condicionalismos que têm enterrado a esperança no mesmo continente. Sem uma enorme ajuda externa, as condições económicas e políticas para a viragem jamais serão criadas. Mas a ajuda externa, sobretudo desinteressada, é manifestamente insuficiente para criar, em tempo útil, para muitos milhões de pessoas, as condições de viragem. Em termos de recursos próprios, o futuro passa, inexoravelmente, pela adopção de uma solução do tipo da preconizada pela União Europeia. Mas o tempo joga contra o modo, no que toca àquele continente abandonado.

5.3.2. O Acordar da República Popular da China

O enorme paradoxo que representa o caso chinês é de muito difícil compreensão para o Ocidente. Em primeiro lugar, porque representa a aliança de duas realidades e dois modelos teoricamente incompatíveis: o socialismo marxista-leninista e a economia de mercado, com o liberalismo económico desenfreado, gerador da sociedade de consumo em massa. Parece, à primeira vista, ser um total contra-senso compatibilizar o marxismo-leninismo real, dirigido por um Partido Comunista totalitário, condicionado a toda a doutrina e simbologia da vertente maoísta, com a fórmula mais condenada, até pela própria sociedade liberal contemporânea, de capitalismo desenfreado, actualizado, contudo, pelas novas tecnologias ao ritmo do século XXI e pelos novos interesses consumistas que determinam a oferta de bens.

Os doutrinadores chineses encontraram, todavia, uma explicação razoavelmente fundada na doutrina, para esta paradoxal simbiose: é que a China tinha passado directamente, no seu processo histórico, de uma situação de feudalismo para uma situação de socialismo, sem ter atravessado nunca uma fase de capitalismo dominante. Ora, na lógica marxista-leninista, o processo histórico *é* para se cumprir e as fases a que chamam de modos de produção, embora acarretem desvantagens e grandes sacrifícios, trazem também alguns benefícios, podendo ser comparadas, de um modo organicista, às etapas do crescimento humano, em termos físicos e biológicos. Portanto, a China teria sido privada dos aspectos benéficos do estádio capitalista, designadamente no que toca à produção de riqueza e à acumulação da mesma. O socialismo é uma fase pré-conclusiva, que visa a distribuição em termos de igualdade objectiva. Desta feita, o que faz a administração maoísta, em boa regra com a teoria da História do materialismo histórico e dialéctico, é fazer retroceder controladamente o processo histórico, com vista à realização dos tais efeitos positivos da fase que foi suprimida (o capitalismo) para, posteriormente, poder proceder à integração de uma fase superior de socialismo que visa, sobretudo, a distribuição em termos de igualdade material concreta. Ou seja, o paradoxo seria apenas ilusório e aparente, uma vez que a administração chinesa estaria, nesta doutrina, a operar de acordo com a teoria comunista mais perfeita.

É evidente que a introdução do capitalismo liberal em bolsas de progresso no enorme império chinês, não só em termos geográficos como em termos demográficos e de recursos concretos, provoca o efeito conhecido de qualquer crescimento económico: na fase de arranque e de progressão inicial, o crescimento tem a natureza exponencial. E os resultados estão à vista: a China passou, em dez anos, do 13.º lugar no elenco das potências comerciais mundiais, para o sexto; e o investimento estrangeiro não pára de crescer, atingindo a gigantesca cifra de 500 mil milhões de dólares. As "recuperações" dos territórios de Hong-Kong e de Macau, ainda que com administrações relativamente autónomas, não só servem

de modelo para estas bolsas de desenvolvimento económico e para o modelo de Xangai, como formam novas gerações de investidores, de economistas, de gestores públicos e privados, com vista aos negócios do restante império. Daí que o *dossier* relativo à antiga República da Formosa (Taiwan) seja um ponto de honra para a lógica chinesa, já numa perspectiva de política tradicional de defender a integridade do Império do Meio, já como unidades modernizadas pela tecnologia ocidental, designadamente americana, que devem ser postas ao serviço deste novo macroprojecto de promoção nacional.

Evidentemente que não há bela sem senão. Ou seja, a China está a pagar, desde já, alguns dos preços inevitáveis desta sua opção política, designadamente o enorme êxodo rural para as cidades, a criação de um novo proletariado urbano oriundo destes fenómenos, as inevitáveis clivagens sociais que separam uma nova minoria possidente, moderna e endinheirada, ostentando os bens de consumo mais marcantes do ocidente, e o inevitável processo de clivagens ideológicas, que redunda no ressurgimento de opiniões divergentes, que vão desde o nível religioso ao nível doutrinário e político. O próprio fundamentalismo islâmico, nalgumas periferias da China, já se faz sentir, apesar da repressão do que resta do Estado totalitário maoísta. A sociedade capitalista é, por essência, individualista, voraz, predadora da situação típica das sociedades tradicionais, das rotinas, do conservadorismo.

A China é uma potência geopolítica, demográfica, comercial, militar e agora até espacial. Está sujeita a uma ditadura e em processo de grande transformação económica e social.

Pela lógica do marxismo, a infra-estrutura económica determina a superstrutura jurídica e política. Não sei se os actuais líderes políticos da China ainda acreditam nisto. Mas é das poucas leis sociológicas da sua doutrina oficial comprovadas pela História.

Leituras Complementares:

Bonicace, Pascal e Védrine, Hubert (2010), *Atlas das Crises e dos Conflitos*, Lisboa, Plátano Editora.

Ebo, Isabel (2008), *A Geopolítica da Droga*, Lisboa, ISCSP.

Lara, António de Sousa (2007), *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, Coimbra, Almedina.

_____ (2002), *Colonização Moderna e Descolonização*, Lisboa, ISCSP--UTL.

_____ (2002), *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Lisboa, ISCSP-UTL.

_____ (1987), *A Subversão do Estado*, Lisboa, ISCSP-UTL.

Maccaglia, Fabrizio e Matard-Bonucci, Marie-Anne (2009), *Atlas des Mafias, Acteurs, Trafics et Marchés de la Criminalité Organisée*, Paris, Autrement.

Serra, António Truyol (2008), *La Sociedad Internacional*, Madrid, Alianza Editorial.

Silva, Major Pedro Luís Raposo Ferreira da (2010), *A Política Comum de Segurança e Defesa: Condicionalismos para a Futura Força Armada Europeia Permanente*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Relações Internacionais, Lisboa, ISCSP-UTL.

Bibliografia do Capítulo:

Lara, António de Sousa (1987), *A Subversão do Estado*, Lisboa, ISCSP-UTL.

Palavras de Encerramento

Ultimamente, temos ouvido várias pessoas, que merecem o maior respeito académico e político, concluir, com uma frequência que se torna assustadora, que "não há alternativa para". Não há alternativa para a União Europeia, não há alternativa para o euro, nem para a NATO, nem para o crescimento da poluição nos tempos mais próximos, nem para a sociedade de consumo, nem para a sociedade de desperdício, nem para o aumento da desflorestação, nem para os seus trágicos efeitos sobre o Ambiente, nem para a inevitável proliferação da criminalidade e do terrorismo, nem para o aumento da Sida em África e no mundo, nem para a difusão da toxicodependência; curiosamente, "não há alternativa" para tudo o que significa o aumento da asneira, o piorar de qualidade de vida dos cidadãos, a degradação dos indivíduos, o aumento gritante das injustiças sociais, da insegurança, das catástrofes, muitas delas provocadas ou originadas pela mão dos interesses humanos. Dos meus tempos de estudante fiquei com a noção, que mantenho com grande convicção, de que a via única, a unicidade, a ausência de alternativa, configuram uma situação inaceitável em termos morais e políticos. Em termos morais, porque a Criação foi baseada na Liberdade. A Liberdade é, pode dizer-se com propriedade, a essência de toda a Criação. Se não resultar apenas da lógica, resulta, para os crentes de várias religiões, de que Deus criou o mundo e os seres inteligentes à luz da Liberdade e nisso definiu um atributo da sua própria natureza. Levou tão longe o desejo de tal característica, que limitou a sua própria omnipotência pela liberdade individual de cada homem e mulher concretos. Dos livros do Antigo Testamento que herdámos do judaísmo, se percebe que Deus, ao criar os espíritos angélicos e depois os homens, os deixou seguir, em liberdade, o seu próprio destino e as suas próprias finalidades, decorrentes das respectivas opções de servir ou não servir um determinado projecto supremo. Quando nos dizem, como hoje nos repetem a par e passo, que "não há alternativa para", teremos que concluir estarmos perante o contrário da opção, ou seja, estarmos perante a ditadura e a opressão. Se não há alternativa à União Europeia, já não somos livres. Se não há alternativa à guerra, às injustiças sociais, à vitória plutocrática de uma minoria com o sacrifício de uma maioria sem voz, então estamos perante o contrário da Liberdade, que nos foi atribuída

por igual, com o sacrifício da própria omnipotência, ou, mais prosaicamente do que é reflectido na política moderna, pelas revoluções sucessivas que sempre foram feitas em nome da liberdade, da igualdade e da fraternidade, com estes ou com outros nomes e que, no fundo, significam, todas as três, o mesmo. Não podemos atribuir a estruturas, ao destino, ao acaso, nem a entidades longínquas e vagas como o Governo ou o Estado, a responsabilidade pela situação a que chegámos. O Governo e o Estado são meios, que não são autónomos e estão serviço de alguém em concreto. Há multidões de culpados neste sistema, uns mais, outros menos. Sempre que, pelo nosso silêncio, pela nossa complacência, pela nossa omissão, ou mesmo pela nossa acção, cooperamos, condescendemos, aceitamos, promovemos o sistema que está vigente e em vias de mundialização, somos coniventes como co-autores e directamente responsáveis pelo que se passa de concreto no actual momento da História. A via que nos foi oferecida é a "via larga", fácil, cómoda e imediatamente retributiva, mas danosa e empobrecedora, a médio prazo. A via única é invasiva, geral e tem tendência para o totalitarismo. Para acalmar as consciências do sistema e das suas diversas coroas circulares de apoiantes e de beneficiários, a ditadura de que falo é meramente material e nunca formal, o totalitarismo tendencial existe como facto sociológico camuflado do contrário, sendo desmentido pela Lei e pela orgânica formal dos sistemas. Eis a maior das grandes mentiras. E somos, muitos de nós, responsáveis nesta situação, cada vez que não nos revoltamos contra o "preço" deste "progresso", sempre que somos promotores desta realidade, cada vez que a apoiamos, com o consumismo, aceitando, confiada ou resignadamente, as migalhas dos seus benefícios enganadores e venenosos ou até com o encolher de ombros, comodista ou cobarde, aceitando que "não há alternativa para...". A via estreita é difícil e penosa. Combater o bom combate na arena generalizada da adversidade (*ad malo*), na atmosfera que se mundializou neste sistema, não é tarefa nem fácil nem imediatamente rentável. Se calhar, não devia ter acabado estas linhas com comentários tão pessimistas e de natureza ética. Vivemos uma época de egoísmo provocado, que se generalizou como modo de estar na vida. O caminho da Justiça, que é o da Luz e da Verdade, está longe de ser o mais dócil, o mais fácil ou o mais atractivo. Tudo, na vida, tem o seu preço. E depois desta vida, também. E quanto mais tarde despertarmos para a Verdade, mais caro pagaremos em contrapartida. Agora e sempre.

Branca

O ISCSP tem sido pioneiro no enquadramento universitário de estudos na área da Estratégia, agora com uma linha de pós-graduação ao nível do Mestrado e Doutoramento, e na da Segurança, com pós-graduações nas áreas da Segurança e Informações, com edições sucessivas, frequentadas por um corpo discente muito qualificado, cujos resultados já são reconhecidos e evidentes. Nos Mestrados e Doutoramentos de Relações Internacionais e de Ciência Política, têm-se, igualmente, revelado dissertações e teses que primam pela excelência avaliada nestas áreas e em temáticas afins, feito que cumpre registar e enaltecer com justa estima. A todo este universo de alunos, actuais e antigos, se dedicam as páginas deste estudo. A evolução da conjuntura tem sido vertiginosa, o que deve levar a Academia a um investimento constante de inovação e de investigação criativas e úteis à sociedade, entendida como um todo. Este estudo representa uma linha de continuidade e de inovação, por isso mesmo.

O autor, António de Sousa Lara, docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas desde 1973. Actualmente exerce as funções de professor catedrático de nomeação definitiva e de Presidente do Conselho Científico. Como tal é Senador da Universidade Técnica de Lisboa. Tem várias dezenas de obras publicadas nas áreas da Ciência Política e das Relações Internacionais, bem como de índole histórica e sociológica. Exerceu funções políticas de natureza autárquica, parlamentar e governamental durante mais de um decénio. Colaborou como cronista de opinião em vários órgãos de Comunicação Social. Foram-lhe atribuídas, ainda, funções de Embaixador extraordinário e plenipotenciário em Cabo Verde (SMOM) e de Cônsul-geral honorário do Reino do Lesoto. Participa em várias academias nacionais e estrangeiras, designadamente a Academia Portuguesa de História, a Academia Internacional de Cultura Portuguesa, a Real Academia de Ciencias Morales y Politicas de Espanha, a Real Academia de Jurisprudencia y Legislación de Espanha, a Academia Venezuelana de História, a Academia Hispano-Belga de História, a Academia Espiritossantense de Letras, sendo presidente da Academia de Letras e Artes.

COLECÇÃO
manuais pedagógicos

ISBN 978-989-646-048-8
9 789896 460488